

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 3 Setembro - Dezembro 2025

EDITORIAL

Chegamos ao último número de 2025 com a apresentação de textos submetidos em nosso fluxo contínuo. Agradecemos mais uma vez aos autores, autoras e pareceristas que contribuíram durante o ano para que a Revista mantenha sua periodicidade e integridade. Aproveitamos também para agradecer a equipe de edição de texto e editoração da Tikinet, fundamental para garantir a qualidade final dos textos apresentados.

Até outubro, está aberta a chamada para o dossiê “Arqueologia de Grupos Caçadores-Coletores no Brasil”, organizado por Letícia Cristina Correa, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), Astolfo Gomes de Mello Araujo, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) e João Carlos Moreno, do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI-FURG). O dossiê tem como objetivo reunir pesquisas sobre a dispersão dos povos originários nas Américas, focando grupos de caçadores, pescadores e coletores. O tema é vastamente explorado a partir de distintas perspectivas de pesquisa e tem inserido o país no debate sobre dispersão humana e dinâmicas sociais. O dossiê visa organizar e atualizar o conhecimento arqueológico por meio de sínteses regionais.

O volume 38, número 3 da *Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira* reúne uma seleção diversa de artigos, nota de pesquisa, resumo de tese e resenha, refletindo a pluralidade e a riqueza de temas e perspectivas das pesquisas contemporâneas em arqueologia no Brasil e na América Latina. Entre os destaques, o leitor encontrará análises inovadoras sobre registros arqueológicos no estado de Alagoas sob a perspectiva da teoria das assemblagens; uma investigação geofísica inédita sobre a Capela de Nossa Senhora do Rosário, em Belo Horizonte; e uma reflexão hermenêutica sobre as materialidades táticas no Hospital Colônia de Barbacena. Além disso, a diversidade cultural dos grupos construtores de cerritos, no Pampa, e a complexidade da tradição Umbu são exploradas por meio de abordagens morfométricas e análises zooarqueológicas, enquanto a arqueologia indígena na Amazônia traz à tona tensões entre saberes tradicionais e paradigmas ocidentais, evidenciando a importância da decolonialidade como estratégia crítica contra uma apropriação intelectual reducionista.

Complementando esse panorama, o volume apresenta uma reflexão sobre a agência das serpentes nas cosmologias pré-colombianas a partir das Novas Materialidades, além de uma nota de pesquisa que problematiza a invisibilidade indígena no contexto das antigas fortificações amazônicas coloniais no Amapá. O resumo da tese sobre arqueologia da infância aprofunda as práticas lúdicas e suas aprendizagens, enquanto a resenha do livro *Resilience: Persistence and Change in Landscape Forms*, de Sandrine Robert, convida à reflexão interdisciplinar sobre a dinâmica das paisagens e suas múltiplas temporalidades. Este conjunto de textos oferece, assim, uma rica oportunidade para

os leitores se engajarem com debates atuais, metodologias inovadoras e perspectivas críticas que ampliam a compreensão dos processos sociais, culturais e ambientais presentes no registro arqueológico. Desejamos uma leitura instigante e produtiva.

Lembramos que em novembro teremos o XXIII Congresso da SAB “Arqueologias pelo Amanhã: Sonhar Outros Mundos”. Esperamos poder encontrar nossos colaboradores, leitoras e leitores e pareceristas para agradecê-los pessoalmente pelo reiterado apoio à Revista. Que as reflexões originadas no Congresso gerem múltiplas contribuições para os volumes de 2026.

Aproveitem as leituras e até o próximo ano!

Conselho Editorial (2024-2025)

Daiane Pereira

Daniela Klokler

Meliam Gaspar

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 3 Setembro - Dezembro 2025

ARTIGO

CODIGOS E ASSEMBLAGENS NO REGISTRO ARQUEOLÓGICO ALAGOANO

Gregoire Van Havre*, Kleython Monteiro**, Rute Ferreira Barbosa***

RESUMO

Neste artigo, a partir da teoria das assemblagens, abordamos a estrutura dos dados e dos registros de sítios arqueológicos localizados no estado de Alagoas. Introduzimos os principais elementos desta proposta teórica e identificamos, na arquitetura dos sistemas informatizados utilizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 1998, uma classe de “objeto-deus” que limita o seu aproveitamento. Detalhamos as raízes teóricas que permitem a sua longevidade, bem como suas implicações para a pesquisa arqueológica. Indicamos a refatoração do banco de dados como forma de resolver o impasse e procedemos à desagregação dos dados em 528 sítios. Mostramos, com diversas análises, como dados desagregados permitem identificar fenômenos sem recorrer à necessidade do reducionismo tipológico como metodologia de estudo.

Palavras-chaves: Assemblage; Refatoração; Bancos de dados; Iphan; Alagoas.

* Professor de Arqueologia da Universidade Federal do Piauí. E-mail: gvanhavre@ufpi.edu.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8897-1025>.

** Professor de Geografia da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: kleython.monteiro@igdema.ufal.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4829-3722>.

*** Doutoranda em Arqueologia na Universidade Federal de Pernambuco. Servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Alagoas. E-mail: rute.barbosa@iphan.gov.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0494-1337>.

CODE AND ASSEMBLAGE IN THE ARCHAEOLOGICAL RECORD OF ALAGOAS

ABSTRACT

In this paper, we examine the structure of data and records from archaeological sites located in the state of Alagoas, Brazil, from the perspective of assemblage theory. We introduce the main elements of this theoretical proposal and identify, within the architecture of the digital systems used by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) since 1998, a class of “god-object” that limits their full development. We aim to further detail the theoretical context explaining such longevity and its impact on archaeological research. We suggest refactoring the database as a means to solve the issue and to disaggregate the data from 528 sites. We show, via various analyses, how disaggregated data can identify archaeological phenomena without the need for typological reductionism.

Keywords: Assemblage; Refactoring; Database; Iphan; Alagoas.

CÓDIGO Y ENSAMBLAJES EN EL REGISTRO ARQUEOLÓGICO DE ALAGOAS

RESUMEN

En este artículo abordamos la estructura de datos y registros de sitios arqueológicos ubicados en el estado de Alagoas (Brasil) a partir de la teoría de ensamblajes. Introducimos los principales elementos de esta propuesta teórica e identificamos, en la arquitectura de los sistemas informatizados utilizados por el Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (IPHAN) desde 1998, una clase de “objeto-dios” que limita su uso. Detallamos las raíces teóricas que permiten su longevidad, así como sus implicaciones para la investigación arqueológica. Recomendamos refactorizar la base de datos como una forma de resolver el problema y procedimos a desagregar los datos en 528 sitios. Mostramos, con diversos análisis, cómo los datos desagregados permiten identificar fenómenos sin recurrir a la necesidad de un reduccionismo tipológico como metodología de estudio.

Palabras clave: Ensamblaje; Refactorización; Base de datos; Iphan; Alagoas.

DADOS E ASSEMBLAGENS

Analisar questões arqueológicas a partir da forma com a qual dados coletados por outros são disponibilizados permite abordar a longevidade das informações produzidas, bem como evitar a construção de pesquisas baseadas em argumentos de autoridade. Para isso, o acesso aos dados primários é um pré-requisito essencial. Analisar os dados brutos e sua arquitetura permite avaliar a presença de falhas, reorganizar informações e realizar novos cruzamentos. Aumenta, assim, a sua esperança de vida.

Estudar a estrutura de dados também envolve outro problema. A digitalização e a informatização dos sistemas de informações e bancos de dados certamente permitiram, nos últimos trinta anos, que o volume de dados passíveis de serem mantidos em arquivos digitais e resgatados por meio de buscas se torne um problema secundário (ver Baraniuk, 2011; Gupta; Rani, 2019). Por outro lado, definir campos a serem preenchidos manualmente, em prosa, apesar de potencialmente mais detalhados, aumenta a necessidade de pré-tratamento das informações, de maneira a torná-las manuseáveis por uma máquina que entende *arqueologia* e *Arqueologia* como objetos distintos.

Desde o final da década de 1990, o registro de sítios arqueológicos é uma obrigação legal em âmbito federal, e as informações são administradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Esses dados servem tanto para a gestão pública quanto para as pesquisas realizadas por pesquisadoras e pesquisadores em universidades e no processo de licenciamento ambiental. Atualmente, o sistema contempla um total de 37.204 sítios arqueológicos localizados no território brasileiro. No estado de Alagoas, onde este trabalho se concentra, 384 sítios são registrados (dados extraídos no dia 27 de junho de 2024).

A estruturação de um sistema informatizado de dados arqueológicos, como o Sistema de Gestão do Patrimônio Arqueológico (SGPA) ou, agora, o Sistema Integrado de Conhecimento de Gestão (SICG), passa necessariamente pela codificação de dados. Esse procedimento é geralmente definido pelos objetivos e pelas finalidades de cada sistema. Em certa medida, é também determinada pela forma com a qual as informações foram estruturadas até o momento de sua informatização: há um mecanismo de herança no processo de migração de um sistema para outro.

As questões relacionadas com disponibilidade e formatação de dados, no entanto, não são apenas detalhes técnicos, e considerá-las como tais se torna rapidamente uma fonte de problemas muito maiores. Elas envolvem também a necessidade de posicionamentos teóricos, às vezes muito mais profundos do que poderia parecer para o usuário.

Todo o discurso que segue versa sobre modelização e simulação – uma versão reduzida, simplificada, do real (Lake, 2014). Trabalhar com dados arqueológicos significa reduzir um fragmento sensível, um fenômeno carregado de sentidos, a uma série, sempre limitada, de características. Significa também introduzir esse fragmento em discursos mais amplos sobre entidades situadas além da percepção. Uma questão central, portanto, visa à forma com a qual concebemos o objeto assim criado.

A palavra *assemblagem* (em inglês, *assemblage*) já é conhecida e utilizada na Arqueologia desde, pelo menos, o início do século XX, com um crescimento maior a partir da década de 1960. Hamilakis e Jones (2017) destacam as duas acepções clássicas do termo. A primeira se refere a um conjunto de objetos que compartilham certas características (matéria-prima, estilo etc.), enquanto a segunda aponta para um conjunto heterogêneo de objetos num mesmo contexto. De acordo com os autores, apesar desses usos clássicos, “as discussões recentes sobre assemblagens são mais diversas e teoricamente sofisticadas e, por isso, muito mais interessantes” (Hamilakis; Jones, 2017, p. 80).

O termo *assemblagem*, adaptado do francês *agencement*, definido por Deleuze e Guattari¹, tem sido apontado como inadequado por uma grande parte dos autores anglófonos (Buchanan, 2020; DeLanda, 2019; Hamilakis; Jones, 2017). Estes autores sugerem que Deleuze e Guattari procuravam adaptar o termo alemão *Komplex*, no sentido psicanalítico, e que uma opção mais adequada poderia ter sido a palavra *arranjo*, para deixar mais clara a noção de um conjunto articulado, organizado. No entanto, para evitar entrar numa discussão de linguística em três idiomas, e para seguir a tradução publicada do texto em língua portuguesa, utilizaremos o termo *assemblagem* para se referir ao *agencement*.

Manuel DeLanda (2019) elaborou uma perspectiva embasada nos conceitos presentes no livro *Mil Platôs*, de 1995, porém, sem uma fidelidade rigorosa àquilo que Deleuze e Guattari *realmente pensavam*. Por isso, sugere definir o seu trabalho como neo-assemblagem ou teoria das assemblagens 2.0. Introduz também uma perspectiva herdada de Braudel sobre sociedades enquanto conjuntos de conjuntos (DeLanda 2016). Essa perspectiva tem dois aspectos: por um lado, permite esclarecer conceitos importantes, definidos de diversas formas por Deleuze e Guattari (1995) (em conformidade, afinal, com a multiplicidade por eles defendida); por outro lado, procura escapar de uma leitura marxista que, infelizmente para a arqueologia, tem um problema com sociedades que não são completamente sedentarizadas e, portanto, não procedem por apropriação. Ao retirar essa limitação, DeLanda (2019) permite também considerar assemblagens em contextos antigos, muito anteriores à colonização no Brasil. Estas escolhas não são imunes a críticas, mas observa-se que, em geral, o posicionamento transparente adotado por ele facilita a leitura (ver Buchanan, 2020).

No Brasil, Souza e Dias (2022) introduziram a teoria das assemblagens numa ampla revisão sobre agência e cultura material, destacando a importância dos Novos Realismos (Coole; Frost, 2010). O realismo, nesse sentido, é um posicionamento teórico segundo o qual o real existe independentemente da percepção ou cognição humana. Este real envolve a matéria, mas também a energia e a informação (DeLanda; Harman, 2017). Filosoficamente, portanto, procura se desvincular de uma longa tradição ocidental, fundamentada na primazia, quiçá da experiência sensível, quiçá do pensamento humano, sobre o mundo: “se a história humana foi tão profundamente afetada pela cultura material de armas e guerras, de vacinas e quarentenas, de matéria e de fluxos de energia na indústria e no comércio, acreditar num mundo independente da mente é uma consequência lógica” (DeLanda; Harman, 2017, p. 3).

A assemblagem é uma “multiplicidade feita de diversos termos heterogêneos que estabelecem ligações, relações entre si” (Deleuze; Parnet, 1997, p. 69). É feita de “partes independentes e articuladas por relações de exterioridade” (DeLanda, 2019, p. 19). Uma relação de exterioridade, por sua vez, é apresentada como extrínseca à identidade das partes: é diferente daquelas entre pais e filhos, por exemplo, quando a relação é intrínseca, igual à identidade dos componentes. Com a exterioridade, este tipo de articulação permite que uma parte possa ser desvinculada de um componente particular e rearticulada em outro. Assemblagens, em outras palavras, emergem das interações entre partes e têm uma dimensão vetorial.

¹ Para a edição em português, Deleuze e Guattari (1995); para a edição original, Deleuze e Guattari (1980). De maneira a facilitar a compreensão, faremos referência ao texto em português.

Apesar de compartilhar algumas semelhanças, difere da teoria dos sistemas definida a partir dos trabalhos de von Bertalanffy (2011). Nesta, que foi rapidamente aplicada em Arqueologia, encontramos a ideia de sistema arbóreo, hierárquico, contra o qual Deleuze e Guattari (1995, I, p. 32) estabeleceram a proposta de rizoma:

Contra os sistemas centrados (e mesmo policentrados), de comunicação hierárquica e ligações preestabelecidas, o rizoma é um sistema a-centrado não hierárquico e não significante, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estado.

Já em *Mil Platôs* (Deleuze; Guattari, 1995), e mais ainda com DeLanda (2019), assemblagens envolvem noções herdadas da teoria do caos, da complexidade e da informática: não linearidade, bifurcações, múltiplos estados de equilíbrio, atratores estranhos, vetores, propriedades emergentes. A sua leitura, portanto, envolve a habilidade em enxergar e analisar topologias e redes (para uma introdução geral desses conceitos, ver Mitchell, 2009).

Dois parâmetros permitem distinguir as dinâmicas e as configurações das assemblagens, visualizados em *Mil Platôs* (Deleuze; Guattari, 1995), ao longo de dois eixos, vertical e horizontal: território e código. Os termos ganham uma semântica mais ampla que as definições clássicas. Assim, a territorialização se refere à homogeneização dos componentes, sejam eles espaciais ou não, ao ponto que uma assemblagem possa ser territorializada sem ter um território geográfico circunscrito. Originalmente, Deleuze e Guattari descrevem a territorialização em relação ao caos original (Buchanan, 2020) e atribuem o processo a entidades não humanas: uma formação geológica passa também por processos de territorialização: ela é espacial, mas também estrutural na homogeneização de seus componentes (Deleuze; Guattari, 1995). A desterritorialização se refere ao fenômeno inverso.

A codificação, por sua vez, está relacionada à elaboração de um regime de signos, pelo qual a assemblagem passa a funcionar (Deleuze; Guattari, 1995). Ela trata do papel de certos componentes materiais expressivos na fixação da identidade (DeLanda, 2016). A descodificação também corresponde ao fenômeno inverso. Deleuze e Guattari também já notavam que os termos não se correspondiam linearmente, e que uma assemblagem altamente territorializada podia ser descodificada (Deleuze; Guattari, 1995).

A relação da assemblagem com o território, o código e a materialidade, portanto, nunca é direta. A força da abordagem está, precisamente, na distinção entre estes parâmetros para a análise de um fenômeno. Os processos de territorialização e de codificação transformam componentes materiais e imateriais em signos que, por sua vez, permitem a produção de um território que não é puramente euclidiano (Deleuze; Guattari, 1995).

A Arqueologia tem um papel importante em *Mil Platôs* (Deleuze; Guattari, 1995), principalmente na discussão da emergência do Estado. Entretanto, como esclarecemos acima, os autores distinguem, ao longo do trabalho, o que chamam de sociedades primitivas, na linha marxista de economias de subsistência, para as quais uma série de elementos não estariam presentes. A modificação trazida por DeLanda (2019) permite aplicar a abordagem para estes contextos, ao preço de algumas modificações: assim, de acordo com o autor, o Estado é uma propriedade emergente de um sistema, e não uma decisão brutal tomada num momento específico.

Neste trabalho, analisamos o sistema de registro dos sítios arqueológicos como assemblagem produzida dentro do Estado brasileiro a partir da década de 1990.

Desdobramos em seguida a mesma perspectiva para estudar os sítios arqueológicos registrados no estado de Alagoas, enquanto assemblagem da assemblagem. Procuramos avaliar as interações e a retroalimentação operando entre estes dois processos: como uma metodologia específica, o reducionismo tipológico, direciona a formação do sistema que, por sua vez, deixa de ser alimentado com outras dimensões.

A identificação e a caracterização de componentes materiais expressivos são pontos centrais na formatação e na análise dos dados, assim como na construção de narrativas arqueológicas. Esses componentes servem também para a delimitação de territórios. Nesse aspecto, as assemblagens arqueológicas tipicamente contempladas são, portanto, altamente territorializadas e codificadas: áreas euclidianas caracterizadas pela recorrência de determinados vestígios. Essas características as tornam, por sua vez, passíveis de serem organizadas em sistemas classificatórios em que há estabelecimento de relações intrínsecas. A teoria das assemblagens mostra que, se este fenômeno pode realmente existir, ele não constitui a única configuração possível. No outro extremo, assemblagens desterritorializadas e descodificadas são também presentes no mundo real. E há, sobretudo, toda uma diversidade de situações intermediárias.

O PROBLEMA DO "OBJETO-DEUS"

Aplicar a teoria e suas ferramentas analíticas sobre os dados arqueológicos do estado de Alagoas levanta inicialmente o problema prático da formatação. De fato, é necessário ter acesso a informações que permitem investigar conjuntos articulados. Para tanto, buscamos inicialmente entender a trajetória histórica da estruturação dos registros e seu impacto sobre os diversos sistemas públicos de informações a partir do caso alagoano.

A análise de dados permite identificar um problema presente no registro arqueológico, caracterizado como uma classe chamada de "objetos deus". A expressão se refere, em programação orientada para objetos, a um tipo de antipadrão (Laplante; Neill, 2005): uma entidade concentrando todas as informações ou variáveis, adquiridas ou desenvolvidas por métodos desconexos, e que, à medida que cresce, se torna insustentável para a administração do sistema. Arthur Riel (1996) distingue duas formas de surgimento do problema. A primeira se refere à criação de uma única classe que permita realizar a maior parte das operações. Os detalhes são deixados para outras classes menores. O segundo se refere ao problema de migração de dados de um sistema original para outro mais recente, quando há herança ou aglomeração de dados do primeiro para o segundo. Em ambos os casos, é resultado de um esforço inicial de simplificação e de homogeneização que, à medida que o volume de dados cresce, passa a se tornar uma limitação.

Dependendo da perspectiva teórica, este tipo de fenômeno pode ser considerado como insignificante, por não ser um risco para o propósito do sistema. Afinal, as informações estão guardadas e mantidas. Esta questão corresponde a um modelo teórico no qual os detalhes de entrada são, sempre, detalhes de saída, e não podem alterar o comportamento geral. Na teoria das assemblagens, no entanto, o problema surge num duplo processo de territorialização e de codificação. O princípio de sensibilidade às condições iniciais de um sistema complexo e dinâmico torna a questão do lugar dos detalhes particularmente relevante.

Para elaborar e distinguir as características deste "objeto deus", analisamos a seguir a trajetória das diversas versões do sistema desenvolvido e hospedado no Iphan a partir de 1998.

Ao longo da década de 1990, o Iphan procedeu a uma série de análises levando a formulação da primeira proposta de inventário informatizado para o patrimônio

arqueológico. A primeira menção de um sistema baseado em computadores remonta a 1990, com um projeto de “Computador Cultural”, que, por falta de interesse e recursos, não foi levado adiante (Silva, 2014). Entre 1990 e 1994, no entanto, foi estruturado o Departamento de Informação e Documentação (DID), no qual, progressivamente, foram desenvolvidos o SGPA e a Ficha de Registro dos Sítios Arqueológicos, finalmente regulamentada pela Portaria 241/1998 (Brasil, 1998; Pardi, 2002).

O banco foi colocado na rede em Brasília, além da disponibilização efetuada para a sociedade nacional na página da internet do IPHAN, com a reserva de alguns campos, por motivo de segurança e para respeitar a privacidade dos moradores e usuários locais (Pardi, 2002, p. 135).

Pardi (2002) descreve minuciosamente as escolhas tecnológicas feitas com o objetivo de reunir as informações arqueológicas coletadas, ao longo de anos e com metodologias diversas, por arqueólogos no país inteiro. Para tanto, o sistema previu logo no início a sua informatização, como forma de facilitar o registro e as consultas. Assim, necessitou rapidamente da definição de uma linguagem de programação e dos programas a serem utilizados: o Delphi foi desenvolvido a partir de 1993, pela empresa Borland, e lançado em 1995, e as ferramentas SQL Server e Access foram desenvolvidas pela Microsoft, respectivamente, a partir de 1989 e 1992.

Cabe ainda uma palavra sobre a Portaria 57/1997, publicada um ano mais cedo, com outro modelo de ficha de registro de sítio arqueológico (Brasil, 1997). Minimalista, esta ficha solicitava apenas, no item 3, a descrição do tipo de estruturas, do material móvel e de outros vestígios. Como há pouca referência ao documento, suponha-se que as informações seriam livremente preenchidas em forma de texto. Tratava-se, portanto, de um registro muito menos codificado, sem rigidez na caracterização dos dados. Os motivos pelos quais a Portaria 57/1997 foi publicada, e pelos quais não aparece mais em lugar nenhum, não são claros.

De qualquer forma, houve a adoção de ferramentas recentes na época do desenvolvimento do sistema pelo Iphan. Isso indica uma tentativa de adequação entre a forma com a qual o sítio arqueológico era concebido e as ferramentas tecnológicas escolhidas para melhor representá-lo. Todavia, é necessário perceber que também existia um certo grau de limitação relacionada à fratura digital em escala global, em particular quanto à capacitação técnica do órgão em desenvolver e administrar o seu próprio sistema informático. Esse problema se tornaria mais grave nas décadas seguintes.

De início, consideramos as manifestações dessa fratura a partir da análise da estruturação dos dados. No Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), a ficha reflete um esforço de reunir e padronizar informações produzidas por diversos atores em diversos contextos. Cada entidade recebe uma chave alfanumérica individual, indispensável para a formação do banco de dados. Os campos e as variáveis associadas às entidades são todas produzidas num único nível hierárquico. Não há entidades ou tabelas descendentes, eventualmente interrelacionadas por meio da chave alfanumérica.

Essa característica é particularmente manifesta na definição do campo de “Categoria”, que registra a possibilidade de um fenômeno complexo identificável na área delimitada, porém sem permitir a sua identificação individual:

Unicomponencial/Multicomponencial. caso o sítio apresente uma sequência de ocupações superpostas como, por exemplo, uma ocupação

histórica superposta a um ou mais ocupações pré-históricas, ou uma ocupação de grupo ceramista sobre uma ou várias ocupações de grupos aceramistas ou mesmo outros grupos ceramistas, etc., deve ser preenchida apenas uma ficha para o sítio e deve ser marcada a opção Multicomponencial; caso contrário, deve ser marcada a opção Unicomponencial (Brasil, 1998, p. 47-48).

Os outros campos associados buscam então caracterizar a filiação cultural dos artefatos identificados no sítio com os conceitos de Tradição, Fase ou Estilo, e de Complemento ou de outras atribuições. A codificação rígida dessas categorias está, portanto, desenvolvida em três níveis, do mais particular (o complemento) ao mais geral (a tradição).

Essa estrutura foi definida nos moldes de Phillips e Willey (1953, p. 628, tradução nossa). Para eles, a Tradição é concebida como “continuidade espacial, temporal e cultural, em larga escala, definida em referência a configurações persistentes de tecnologias únicas ou de culturas (arqueológicas) inteiras, ocupando um intervalo de tempo relativamente longo e um espaço quantitativamente variável mas ambientalmente significativo”. Dias (2007) e Dias e Hoeltz (2010) salientam a modificação que o termo sofreu, ao ser importado para a arqueologia brasileira, ao se tornar o objetivo final da pesquisa arqueológica. A Tradição se fundamentou também numa perspectiva evolucionista datada do início do século XX, segundo a qual as populações humanas, ocupando as terras baixas sul-americanas, mantiveram um nível de desenvolvimento marginal até a colonização. A entidade coletiva elementar, portanto, foi concebida como um pequeno grupo familiar relativamente igualitário, com baixa complexidade sociocultural, capaz de perdurar por milênios. Assim, este reducionismo se justificou também pela simplicidade, teoricamente formulada, dos contextos.

Johnson (2020) associa o conceito com um modelo normativista de cultura, caracterizado a partir de três elementos: uma sequência cronológica, um mapa de distribuição e uma série de setas indicando migrações e/ou difusão. Apesar da variabilidade local, os conjuntos manifestam a existência de entidades imediatamente acima do artefato individual, num movimento inverso àquele proposto no reducionismo clássico.

Assim registrado, o sítio arqueológico se torna um objeto dentro do qual pode ser indicada a existência de diversos componentes. Estes, no entanto, não podem ser elevados ao nível de novas entidades. Ao contrário, a atribuição dos níveis superiores, por meio da filiação cultural, é única para a entidade inteira. O processo de redução, dado aqui pela forma com a qual o registro foi elaborado, é inserido no objeto em codificação rígida.

Apesar do SQL Server já permitir a criação de um banco de dados relacional, portanto com diversos tipos de entidades interligadas, foi montada uma proposta de classe única de objeto. Nesse momento, portanto, foi também escolhida uma trajetória que levaria ao desenvolvimento do “objeto deus” (D’Ambros, 2004; Riel, 1996). Entre os efeitos provocados no sistema está a dificuldade de atualização: em vez de criar objetos e rotinas inferiores, que podem ser atualizadas de forma mais ágil e independente, as mudanças nesse tipo de objeto afetam imediatamente a totalidade do sistema.

O conjunto formado pelos atores e pelas informações arqueológicas até 1998 já constituía uma assemblagem, pouco territorializada pela dispersão das informações entre os pesquisadores, porém já codificada por um arcabouço teórico-metodológico herdado do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa). Desta assemblagem, partiu o processo de territorialização no Iphan, e que deu origem ao novo sistema, agora concebido em âmbito federal. Com a importação da estrutura geral dos registros

num formato digital unificado, procedeu-se também à sua codificação: a definição dos componentes expressivos, tanto nos contextos arqueológicos (tradição, estilo etc.) quanto no sistema, todos destinados a fixar a identidade (DeLanda, 2016).

Até 2018, durante vinte anos, os procedimentos legais de registro de sítios arqueológicos foram baseados na Portaria 241/1998. A partir do final da primeira década do século XXI, no entanto, observamos uma nova evolução orientada para a formação de um novo sistema. Cabe analisar se e o quanto atendeu ao problema do “objeto deus”.

O SICG foi desenvolvido no Iphan a partir de 2006 para integrar uma série de informações fragmentadas e espalhadas nos diversos bancos de dados do órgão (Shintaku *et al.*, 2024). Em 2014, o Plano de Dados Abertos indicava a existência de 28 bancos de dados diferentes para a administração do patrimônio cultural em nível federal, e, em 2015, o novo sistema foi oficialmente lançado, após desenvolvimento por uma empresa privada. Assim, o SICG amplia o processo iniciado vinte anos antes, de territorialização e codificação no Iphan, com um sistema destinado a juntar, com uma estrutura única, informações distintas.

Três anos mais tarde, a Portaria 375/2018 do Iphan (Brasil, 2018) estabeleceu a Política de Patrimônio Cultural Material e introduziu o novo sistema para as atividades de registro dos sítios arqueológicos, cuja finalidade é “atuar como base de cadastro dos bens culturais, constituindo-se como plataforma para uma cartografia do patrimônio cultural nacional” (Art. 96).

No ano seguinte, a Portaria 316/2019 (Brasil, 2019) definiu novos critérios e procedimentos necessários para o reconhecimento do sítio arqueológico, concebido como “local onde se encontram vestígios resultantes de atividades humanas, do período pré-colonial ou histórico, localizados em superfície, subsuperfície ou submersos, passível de contextualização arqueológica” (Art. 2º). A contextualização, por sua parte, é concebida como “a interpretação dos dados referentes às dimensões temporal, espacial e cultural do sítio arqueológico, somada à correlação com outras informações, como fontes documentais, orais, iconográficas e outros bens arqueológicos” (Art. 7º).

Estes novos procedimentos são associados ao novo banco de dados, o SICG. Procuramos avaliar, neste novo sistema, a adequação entre o objeto conceitualizado e os parâmetros do registro, e comparar a eventual evolução, de um sistema para o outro. De acordo com o estabelecido nos documentos legais, devemos esperar do sistema a possibilidade de contextualizar detalhadamente o sítio arqueológico. Considerando a estrutura rígida do sistema anterior, seria necessário certo grau de descodificação.

O capítulo 5 do *Manual do Usuário* do SICG, disponível no formato PDF, está baseado na versão 1.0.30 (Iphan, *s.d.* a). É dedicado à exposição dos procedimentos relacionados ao cadastro dos bens imóveis, móveis, paisagísticos e arqueológicos. Nestes, há duas subcategorias: sítios e coleções. O cadastro de sítios é realizado por meio da caracterização inicial, da geolocalização e da implantação ambiental. Em seguida, são inseridos dados sobre os componentes de ocupação e os registros materiais associados. Estes são considerados por duas perspectivas: uma classificação taxonômica e uma classificação paradigmática. Enfim, campos relacionados às datações absolutas e/ou relativas e ao nível de preservação são disponibilizados.

Esses procedimentos refletem, portanto, a adequação progressiva do Iphan à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e à Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), que datam de 2008 (Brasil, 2008) e 2016 (Brasil, 2016), respectivamente. Trata-se, nessa perspectiva, de um processo extremamente amplo de territorialização e codificação da administração pública brasileira. Denotam também o grau esperado de descodificação, com a possibilidade de identificação dos componentes. De um simples

campo binário, o conceito recebe agora a possibilidade de individualização, por nível de ocupação identificada e por materiais. Dessa maneira, o sítio arqueológico passa a ser concebido como uma entidade espacial complexa, potencialmente contentora de diversas entidades menores descendentes: um ou vários componentes, compostos por um ou vários materiais. A versão 1.0.30 do SICG atendeu de forma promissora ao problema inicial do “objeto deus”.

Utilizamos a expressão promissora porque, embora tenha sido rebaixada para os componentes, a codificação rígida da filiação cultural permaneceu registrada diretamente no banco de dados. Trata-se de uma curiosidade, sobretudo considerando que o SICG já oferecia, nessa época, a possibilidade de criar dois tipos de recortes sobre os dados, temático e espacial (ver as especificações deste procedimento no capítulo 2 do *Manual*). Os recortes foram desenvolvidos de forma a atender ao problema da fragmentação dos dados entre os diversos bancos de dados anteriores no Iphan. Permitiam também balancear as classificações taxonômicas e paradigmáticas, ao produzir recortes cujo resultado fosse dinâmico e reconfigurável pelo usuário, com base nas características dos componentes e/ou dos materiais cadastrados.

Apesar destes avanços, a versão seguinte do SICG, cujo manual está disponível em formato HTML (Iphan, *s.d.*Sem Data bB), tem o identificador 1.0.31 e apresenta opções radicalmente diferentes. Embora não haja data precisa de publicação no metadados, ela deve ter sido implementada em algum momento entre 2018 e 2020, no contexto da introdução do sistema para a arqueologia. Nela, foram eliminadas do registro arqueológico as informações sobre componentes e materiais, e houve reversão para um formulário no qual o sítio e os vestígios são tipificados por categorias gerais (pré-colonial, contato ou histórico) e atribuições culturais. Com efeito, o sítio arqueológico voltou a ser concebido como um “objeto deus”, com todas as informações reunidas num único nível. A versão 1.0.33 do SICG, disponível on-line no momento da escrita deste texto, apresenta a mesma configuração.

Infelizmente, há poucas informações facilmente disponíveis no SEI do Iphan para contextualizar melhor essa mudança. Alguns documentos apontam para a urgência da migração dos dados entre os dois sistemas, CNSA e SICG, no início de 2019, e deixam a entender que houve uma decisão nesse sentido, novamente encaminhada para uma empresa privada. Devemos, no entanto, nos perguntar até que ponto a versão 1.0.31 do SICG, ao recuperar a antiga estrutura dos dados, facilitou o processo de importação das fichas de sítios até então cadastrados no CNSA. Ao proceder dessa maneira, o novo sistema reativou também o arcabouço teórico-metodológico elaborado nos anos 1960.

A migração de dados entre dois ou mais sistemas é sempre uma tarefa complexa, principalmente quando há um intervalo de tempo tão grande, que contempla uma série de outros eventos e desenvolvimentos que não são próprios de uma instituição em particular. Nesse sentido, o processo de territorialização e codificação na administração do patrimônio arqueológico se insere, ao nosso ver, no próprio processo de reterritorialização e recodificação do Estado brasileiro a partir da nova Constituição de 1988. Aconteceu também num período em que a informática conheceu um desenvolvimento enorme em todos os aspectos, desde a capacidade de cálculo até o armazenamento de dados, passando por redes globais. Com o volume crescente de informações arqueológicas, no entanto, dinamizado por décadas de pesquisas no âmbito do licenciamento ambiental, essa necessária migração foi reduzida ao mínimo no SICG.

Considerando a perpetuação dos princípios elaborados no substrato de 1960 até os dias atuais, podemos considerar que houve dois processos de *transcodificação* (Deleuze; Guattari, 1995), quando fragmentos de um código anterior são diretamente incorporados:

uma vez em 1998 e uma segunda vez em 2018. Consideramos, no entanto, que a reversão identificada no SICG difere, em intensidade, da formatação inicial do CNSA. Por esse motivo, sugerimos um caso de *sobredecodificação* (DeLanda, 2019; Deleuze; Guattari, 1995; Sibertin-Blanc, 2005).

Para avaliar o impacto dessa regressão rígida ao “objeto deus” no novo sistema, propomos decodificar um conjunto de dados associado a um espaço geográfico de tamanho modesto, o estado de Alagoas. Mostraremos, assim, que a regressão foi uma escolha deliberada e não uma consequência da formatação anterior. Consideramos também que, ao criar um sistema inoperante, ela cria as condições para linhas de fuga que irão nutrir um processo de desterritorialização. Sendo algum sistema indispensável para a administração do patrimônio e as pesquisas arqueológicas, soluções operacionais serão desenvolvidas pelos diversos atores, institucionais ou não, em escalas regionais e locais, e voltadas para suas necessidades. O resultado será uma nova fragmentação das informações.

No âmbito do projeto “Modelo digital de impacto ao patrimônio arqueológico em Alagoas” (van Havre; Monteiro; Barbosa, 2024), coletamos um total de 528 fichas de cadastro de sítios arqueológicos, com dados georreferenciados de localização no estado de Alagoas. Foram cadastrados ao longo de quatro décadas por dezenas de arqueólogas e arqueólogos, em projetos de pesquisa acadêmica e de licenciamento ambiental. Ao verificar esses dados, isolamos as informações presentes em dez campos específicos: Descrição, Categoria (1), Categoria (2), Tipo de Sítio, Forma, Estruturas, Artefatos, Material histórico, Outros vestígios e Arte Rupestre (Quadro 1).

Quadro 1. Distribuição e quantitativos das informações contidas nas fichas de registro de sítios arqueológicos.

Campo	Informações	Porcentagem
Descrição	279	52
Categoria 1	289	54
Categoria 2	240	45
Tipo de Sítio	208	39
Forma	153	28
Estruturas	46	8
Artefatos	243	46
Material Histórico	77	14
Outros Vestígios	13	2
Arte Rupestre	291	55

Fonte: os autores.

Naturalmente, não é esperado que algum sítio contenha todos os tipos possíveis de vestígios. Em outras palavras, a ausência de informação em certos campos é natural. A inexistência de um único registro completo, no entanto, e a falta de descrição em 48% dos casos são sintomas de um problema maior.

Consideramos, mais especificamente, o campo com a maior proporção de informações. Para a arte rupestre, observamos o uso de 11 expressões distintas: Ausente (102), Não (22), Pintura (56), pintura;gravura (2), Pintura;gravura (2), Pintura;Gravura (1), sem (24), Sem (74), Sim (6), Tradição Agreste (2), e NA (237). Alguma declaração está

inserida em 291 casos (55%), mas a inexistência é declarada através de 3 três expressões distintas e consta por quase 75% destes dados.

Este olhar rápido mostra que o principal obstáculo para o tratamento do banco de dados não é a declaração de ausência: é a sua formatação. Do ponto de vista da máquina, palavras iniciando com maiúscula ou minúscula criam coisas distintas. “Ausente”, “Sem” e “sem” são três objetos diferentes. Palavras separadas por vírgula ou ponto e vírgula, mesmo sendo as mesmas, criam coisas distintas. A máquina não é capaz de interpretar as informações para perceber que, apesar dessas diferenças, significam a mesma coisa. Ademais, o campo inclui informações booleanas (presença/ausência), mas também caracterizações tipológicas.

Qualquer uso funcional desses dados deve passar, necessariamente, pelo pré-tratamento das informações. Esta etapa deve contemplar, no mínimo, uma limpeza da formatação. No caso do campo de Arte Rupestre, por exemplo, uma solução consiste em agregar as informações em três respostas possíveis: Presente (69), Ausente (222), NA (237). Caracterizações mais precisas, como a presença conjunta de pinturas e gravuras, se tornam um subcampo do principal.

Identificamos assim um dos principais obstáculos para o aproveitamento dos dados arqueológicos na gestão ou na pesquisa, o qual também está dificultando a migração para qualquer sistema. Consideramos ainda que a estrutura monolítica, o “objeto deus”, na qual a menor modificação implica a alteração do cadastro inteiro, é um dos motivos pelo qual a situação perdura há quase trinta anos.

Quando uma classe tenta fazer demais, com frequência isso se evidencia como campos demais. Quando uma classe tem campos demais, um código duplicado não deve estar muito longe (Fowler, 2020, p. 122).

Do ponto de vista da ciência dos dados, há uma única saída. Torna-se necessário proceder à refatoração do “objeto deus”. Este procedimento de reorganização da estrutura passa pela extração de classe (ver Ambler; Sadalage, 2006), ou seja, pela desagregação das informações. Sendo assim, O tratamento tem o propósito de definir melhor as informações relativas aos sítios arqueológicos e permitir que o banco de dados se torne operacional e funcional.

DESAGREGAÇÃO

A desagregação se refere ao processo de subdivisão de dados em unidades menores, de forma a permitir a observação de possíveis fenômenos subjacentes (LI; Currim; Ram, 2022).

A questão é particularmente relevante na análise sociológica de problemas raciais ou de gênero, quando as informações estatísticas disponíveis, por exemplo, não identificam indivíduos por raças ou gênero, o que pode dar a impressão que determinado fenômeno é compartilhado da mesma maneira por todos os membros de uma população e esconder situações de desigualdade (ver, por exemplo, Hanscam; Witcher, 2023).

Para a arqueologia, a relevância existe também. Vimos acima que o processo de registro dos sítios arqueológicos faz uso de amplas categorias genéricas, tais como sítios pré-coloniais, sítios multicomponenciais, ou tradições. Sem explicação sobre o seu conteúdo – qual período anterior à chegada dos Europeus, quais componentes, qual a representatividade do conjunto associado à determinada tradição no universo material de cada sítio –, elas reproduzem parcialmente um discurso segundo o qual todos os contextos, principalmente indígenas, são idênticos.

Se a qualidade dos dados é um reflexo da adequação de um conjunto de dados para determinada aplicação, dados mais granulares e específicos são de melhor qualidade porque oferecem uma gama maior de opções para análises futuras. Portanto, boas práticas em dados devem considerar as necessidades por além daquilo que pode ser requerido para fundamentar a replicação de um único estudo isolado (Kansa; Kansa, 2022).

Algumas limitações relativas à qualidade dos dados são estruturais. O registro de um sítio arqueológico é uma das primeiras etapas, normalmente antes mesmo do seu estudo. Se é possível uma contextualização topográfica e a inserção de informações sobre o material visível em superfície, somente uma pesquisa mais aprofundada deve permitir o preenchimento adequado de todos os campos da ficha. Para receber uma autorização de pesquisa, no entanto, o sítio precisa ter sido cadastrado (seja pela Portaria 07/1988 quanto pela Instrução Normativa 001/2015). No final desta, no entanto, não há mais obrigação legal de inserir nas fichas as informações contidas nos relatórios, com a eventual ampliação do material identificado e sua caracterização.

Pela natureza das pesquisas, a atualização dos dados apresenta uma trajetória dinâmica no tempo, que vai do primeiro registro de cadastro até a entrega do último relatório de escavação. Ela pode demorar anos, ao longo dos quais o registro permanece sempre a um passo atrás.

O manejo de uma classe única dentro do sistema torna esses procedimentos ainda mais problemáticos. A modificação de um elemento, por menor que seja, por exemplo a identificação de material lítico num sítio anteriormente classificado como de arte rupestre, implica a modificação da ficha inteira. No contexto de um banco de dados público, esta operação traz também um risco de segurança, porque significa acessar, com direitos de escrita, o ponto nevrálgico do sistema.

Atualmente, a questão da atualização dos dados apresenta um perfil de parceria público-privada, na qual há abertura de editais de licitação para o cadastramento de entidades. Atores privados foram contratados para montar o sistema, e são contratados para produzir os dados destinados a serem inseridos no SICG. Recebem direitos de escrita, e as modificações precisam ser validadas em seguida. Logo, a desagregação da classe principal em unidades menores permite tornar o processo mais seguro, sem necessidade de alteração do registro inteiro.

A desagregação é também um tema relacionado ao processo de agrupamento (*clustering*). Em diversos campos científicos, estão presentes as tendências opostas entre separadores (*splitters*) e agrupadores (*lumpers*). Whittaker, Caulkins e Kamp (1998) abordam a questão da consistência definida em termos de concordância intersubjetiva, ou seja, a tendência segundo a qual diversas pessoas chegam independentemente às mesmas observações sobre o mesmo material. Considerando os dois extremos, uma única classe de material arqueológico (agrupadores) ou tantas classes quanto artefatos (separadores), a questão procura debater sobre o meio termo.

O processo de desagregação do “objeto deus” proposto aqui visa transformar o atual banco de dados em uma ferramenta que permita a livre construção de opções classificatórias (os meio termos) adotadas em pesquisas arqueológicas e na gestão do patrimônio, por exemplo considerando particularidades regionais e/ou locais. Em vez de definir o nível de agrupamento, permite retomar a perspectiva dos recortes temporais e temáticos, presentes na estrutura inicial do SICG, para a formulação de classes tipológicas.

Dessa maneira, a desagregação reconhece a pluralidade dos métodos e dos escopos das análises em Arqueologia. Atualmente, os dados deixam a impressão de que todas as tradições, as fases e os horizontes se referem a fenômenos iguais e são construídos da mesma maneira. Nos termos do sistema, portanto, tradição cerâmica e tradição rupestre são postas no mesmo nível, o que conflitua com ocorrências simultâneas. A desagregação dos dados permite dissociar estas classes dos conjuntos de artefatos específicos dentro de um sítio arqueológico. Permite, portanto, que outros vestígios presentes no mesmo local não herdem a mesma filiação (Quadro 2).

Enfim, a principal função da desagregação consiste em tornar o banco de dados um sistema útil para a pesquisa e a gestão do patrimônio, com o menor grau possível de pré-determinação. No momento, a sua utilidade está limitada a dois aspectos: a ocorrência de pontos, da forma que está sendo aproveitada pelo SAIP (distância para as vértices) ou em projeto de análise de impacto (contagem de pontos em polígonos), e o mapeamento da filiação cultural através, por exemplo, de mapas de calor. O registro desagregado desvincula a importância de determinado sítio da classificação dos artefatos em uma categoria típica, como tupi ou colonial. Ao retirar do sítio o caráter rígido da filiação cultural, um banco de dados desagregados oferece também a possibilidade de uma análise exploratória dos dados (Baxter, 2015; Marwick; Birch, 2018).

Quadro 2. Exemplo de desagregação de dados.

Dados	Data	Quadrícula
Agregados	1/7/24	A1, B1, C1
Desagregados	1/7/24	A1
	1/7/24	B1
	1/7/24	C1

Fonte: os autores.

Iniciamos a desagregação desvinculando o contexto espacial e ambiental. O registro principal de localização é definido por coordenadas, na forma de um único ponto central ou de um polígono. Com o desenvolvimento das tecnologias desde 1998, as margens de erro alcançadas por GNSS são, hoje, geralmente inferiores a 10 metros. Ao mesmo tempo, numerosos satélites adquiriram dados precisos do relevo brasileiro, com resolução de 90 metros (SRTM) até 10 metros em certas regiões (TANDEM-X). Tecnologias de LiDAR permitem alcançar resoluções de ordem milimétrica, mas elas não estão disponíveis para o território inteiro. Desses dados de relevo, é possível extrair a maioria das variáveis ambientais consideradas na Portaria 241/98, e atender à necessidade de contextualização espacial inserida na Portaria 316/2019. Ao extrair esses dados de uma base comum, o registro pode se desvincular da interpretação individual do relevo, que depende altamente da formação e da experiência. Oferece também maior segurança na comparação dos dados de sítios registrados por pessoas diferentes, em momentos diferentes. Ao mesmo tempo, permite que o registro arqueológico se concentre mais exclusivamente na contextualização material e cultural.

Em seguida, coletamos as informações referentes à materialidade identificada em cada sítio e que, nos dados, está distribuída em diversos campos de cada linha. Considerando apenas as informações presentes nas fichas, coletamos um total de 107 expressões diferentes. Corrigindo os erros de ortografia e as formas duplas (por exemplo, “cerâmica” e “material cerâmico”) e separando os termos reunidos em frases, ainda há 57 expressões distintas, metade das quais com até duas ocorrências.

Vimos que, se o reducionismo permite reunir em um termo uma série de situações variadas, o uso de termos únicos também impossibilita uma análise baseada em recorrências. E, nesse caso, podemos também observar que o registro contempla informações tomadas em vários níveis de análise. Como no caso da Arte Rupestre acima, para o material cerâmico, oito expressões se referem ao mesmo fenômeno, da concentração de várias peças, ao bojo individual, passando pelas atribuições tipológicas. Como o banco de dados foi estruturado de forma que todas elas se situem no mesmo nível, ele se torna inoperante: é extremamente laborioso identificar exatamente todos os sítios cerâmicos registrados no estado de Alagoas, mesmo tendo todas as fichas em mãos.

A desagregação trata também dos casos em que são identificadas ocupações múltiplas num mesmo local, e que hoje são tipificadas como sítios multicomponenciais. Infelizmente, quando não há descrição precisa dos componentes, essa informação, em muitos casos, se torna inócua. Nesse momento, a primeira solução consiste em fazer de cada categoria de material uma entidade independente. Permite que seja acessado com suas próprias características, e não pelo fato de formar um aglomerado com vestígios associados a outros contextos. Sabemos, contudo, que não é uma solução ideal: um sítio contendo uma única categoria de material com a informação multicomponencial pode significar que houve identificação de dois conjuntos distintos do mesmo material e, portanto, duas entidades. Porém, como os parâmetros dessa distinção não estão presentes nos dados, não há como usá-la.

Para resolver essa questão, iniciamos com uma reclassificação simples e ampla, composta por dois níveis. Foram definidas 6 categorias no primeiro, e 12 no segundo (Quadro 3). Essas categorias são extremamente genéricas e não pretendem fechar a questão. Permitem que, com os dados disponíveis, todos os materiais sejam considerados nos mesmos níveis. Apesar de termos regularmente a distinção entre faianças e porcelanas, indicando que uma análise avançada foi realizada, às vezes com o período cronológico associado, outros sítios indicam apenas a presença de louças. Com este quadro simplificado, podemos recuperar informações de sítios que foram registrados por diversos atores, sem retirar aquelas que julgamos improcedentes por falta de caracterização.

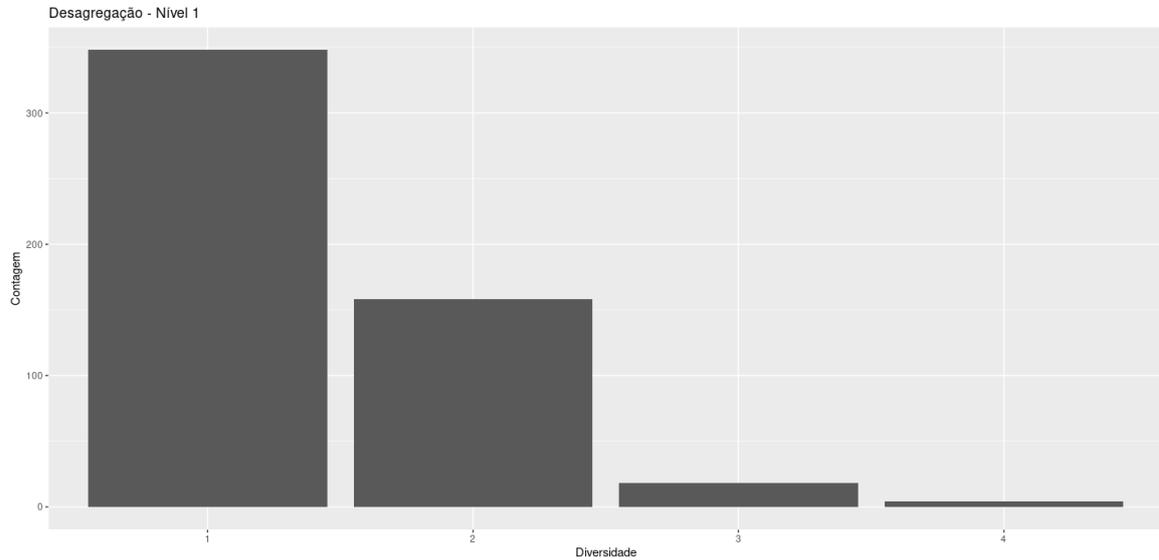
Quadro 3. Categorias utilizadas no processo de desagregação dos dados arqueológicos.

Nível 1	Nível 2
Cerâmica	Com caulim
	Sem caulim
Lítico	Lascado
	Polido
Arte Rupestre	Pintado
	Gravado
Industrial	Vidro
	Metal
Estrutura	Edificada
	Não Edificada
Orgânico	Fauna
	Humana

Fonte: os autores.

Na identificação de cada uma delas nos registros, criamos uma nova entidade independente, associada ao sítio correspondente. No primeiro nível, desagregamos os dados produzindo 734 entidades individuais (Figura 1). Um total de 47% se referem a entidades isoladas, quando um sítio é caracterizado por único tipo de material.

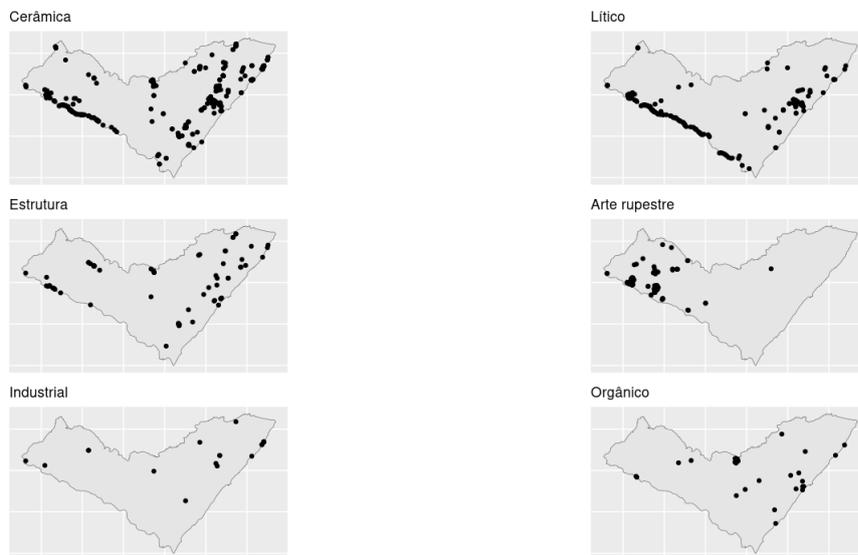
Figura 1. Diversidade de material registrada nos sítios arqueológicos, contabilizada pelo Nível 1.



Fonte: os autores.

A dispersão geográfica dessas entidades, por tipo, indica uma concentração de sítios de arte rupestre no interior do estado e de estruturas no nordeste (Figura 2).

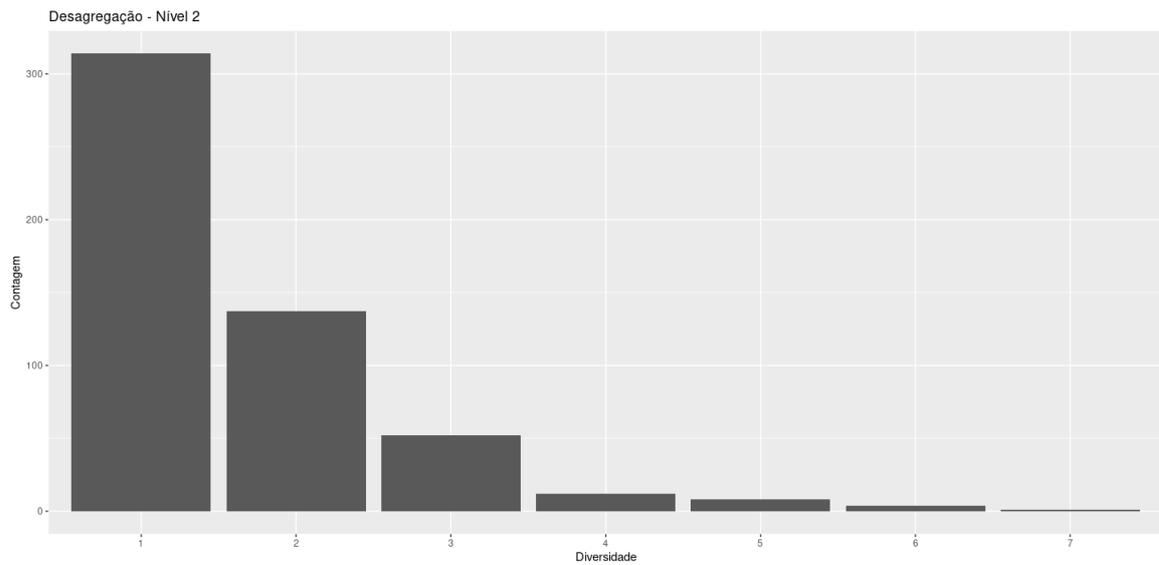
Figura 2. Distribuição espacial das entidades por categorias do Nível 1.



Fonte: os autores.

No segundo nível, o mesmo processo de desagregação produz 820 entidades individuais. A proporção de entidades isoladas diminuiu para 38%, e quatro sítios apresentam cinco categorias diferentes de material (Figura 3).

Figura 3. Diversidade de material registrada nos sítios arqueológicos, contabilizada pelo Nível 2.

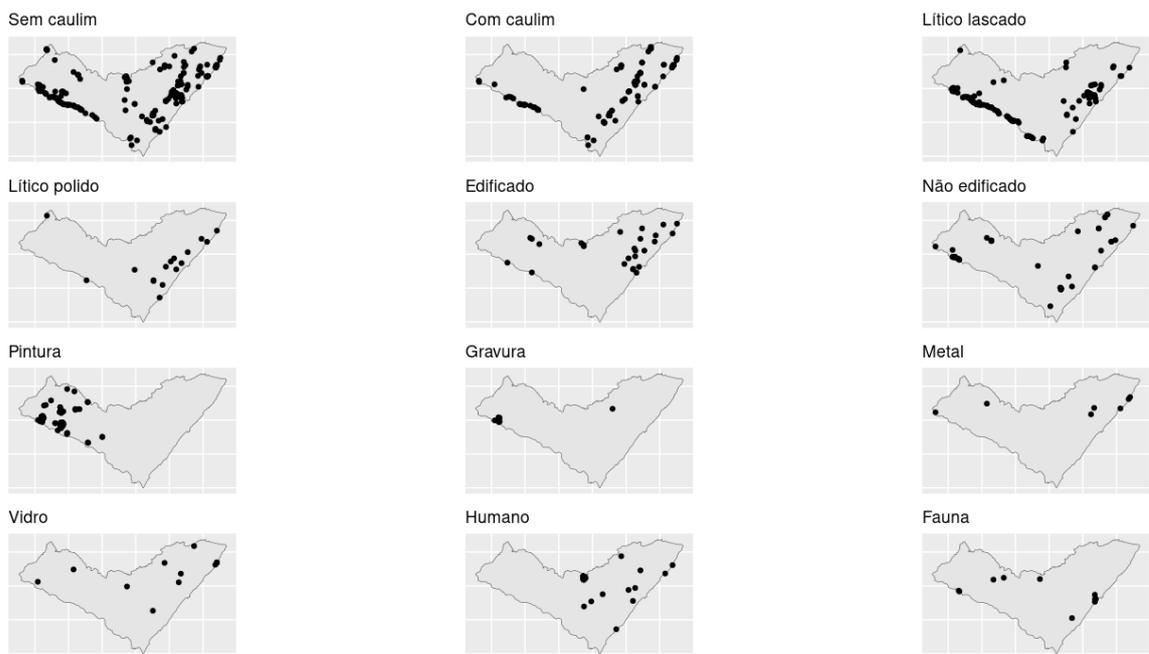


Fonte: os autores.

Nos dois níveis, portanto, um grande número de sítios apresenta uma única categoria de material. Como vimos, essa particularidade não significa que sejam testemunhos de uma única ocupação. Da mesma maneira, a presença de materiais diversos não implica diversas ocupações.

Neste segundo nível, a dispersão geográfica das entidades mostra alguns detalhes adicionais, principalmente no caso da cerâmica com caulim (litoral e São Francisco), das pinturas e das gravuras e das estruturas edificadas. Também Permite observar que os líticos polidos estão relativamente ausentes no São Francisco (Figura 4).

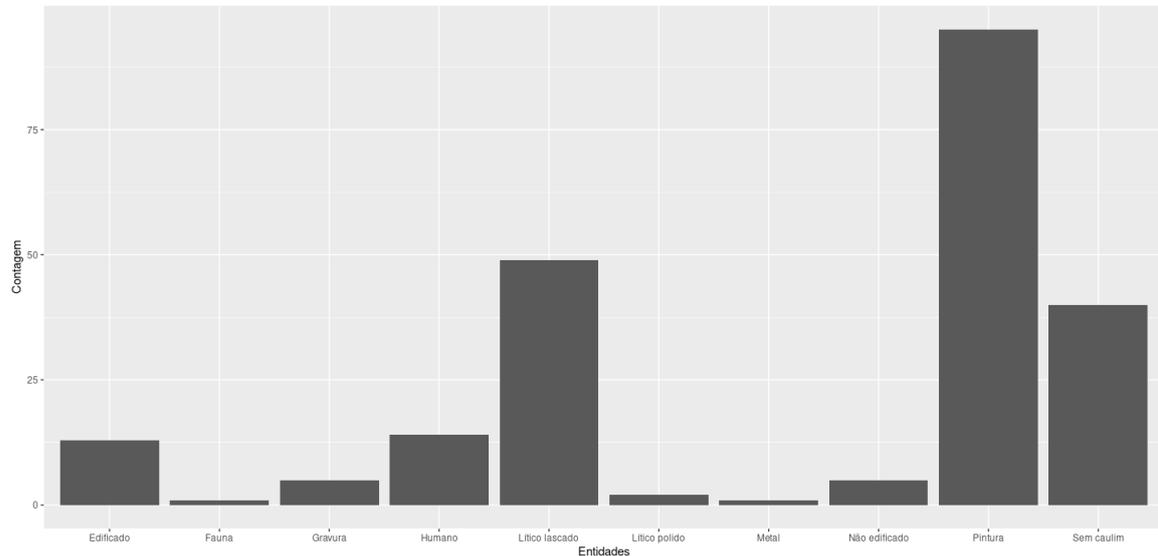
Figura 4. Distribuição espacial das entidades por categorias do Nível 2.



Fonte: os autores.

Enfim, a maior parte das entidades isoladas é representada por sítios de arte rupestre (pintura e gravura confundidas), seguidos por sítios com líticos lascados e cerâmica sem caulim (Figura 5).

Figura 5. Sítios arqueológicos com entidades isoladas, contabilizadas de acordo com o Nível 2.



Fonte: os autores.

A desagregação fornece, portanto, uma visualização direta dos dados, de uma forma que o registro atual não permite. Evidencia uma série de fenômenos e tendências que, eventualmente, podem levar ao desenvolvimento de novas pesquisas. Ela nos leva também a investigar o caráter universalizante do reducionismo tipológico como escolha metodológica para o estudo do passado. Enfim, oferece a possibilidade de análises avançadas através do cruzamento de dados e da autocorrelação espacial.

AUTOCORRELAÇÃO ESPACIAL

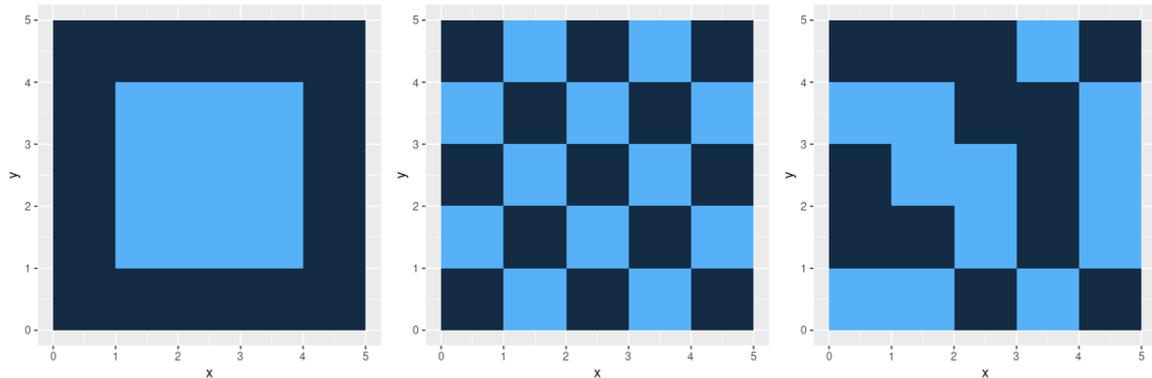
O conceito de autocorrelação espacial procura estimar o quanto uma variável está distribuída no espaço. Tem sua origem nos trabalhos de Tobler (1970, p. 236, tradução nossa), segundo o qual “todas as coisas são parecidas, mas coisas mais próximas se parecem mais que coisas mais distantes”. Diversas medidas permitem estudar a autocorrelação espacial, e seus resultados permitem identificar locais com certos padrões de concentração de dados, a partir de três grande cenários (Anselin, 1988; Moraga, 2023):

1. Autocorrelação positiva: concentração de valores altos ou de valores baixos em certos locais (Figura 6, esquerda);
2. Autocorrelação negativa: padrão de tipo xadrez, com valores altos vizinhos de valores baixos (Figura 6, centro);
3. Aleatoriedade ou ausência de autocorrelação: a variável analisada não apresenta uma relação particularmente significativa com o espaço. Valores diferentes estão presentes todos os locais (Figura 7, direita);

A análise de associações espaciais está intimamente relacionada com a própria ideia de uma escavação. Podemos dizer que ela é tão antiga quanto a arqueologia. A partir do final dos anos 1970, no entanto, há uma aplicação mais precisa do conceito de autocorrelação, importado da geografia. Hodder e Orton (1976) redigiram um capítulo especificamente para a questão. Whitley e Clark (1985) realizam o primeiro trabalho usando diretamente

os métodos, destacando o pouco interesse em pesquisas. Na definição proposta por eles, “a autocorrelação espacial está presente em dados com distribuição geográfica quando o valor de uma variável em uma unidade de análise pode ser utilizada para prever o valor da variável de outra unidade” (Whitley; Clark, 1985, p. 378, tradução nossa). Assim, na autocorrelação positiva, a ocorrência de um fenômeno (por exemplo material) em um lugar sugere a presença do mesmo fenômeno ao redor. Já a autocorrelação negativa se refere aos casos em que a ocorrência do fenômeno indica sua ausência ao redor.

Figura 6. Exemplo de autocorrelação espacial positiva (esquerda), negativa (centro), ausente (direita).



Fonte: os autores.

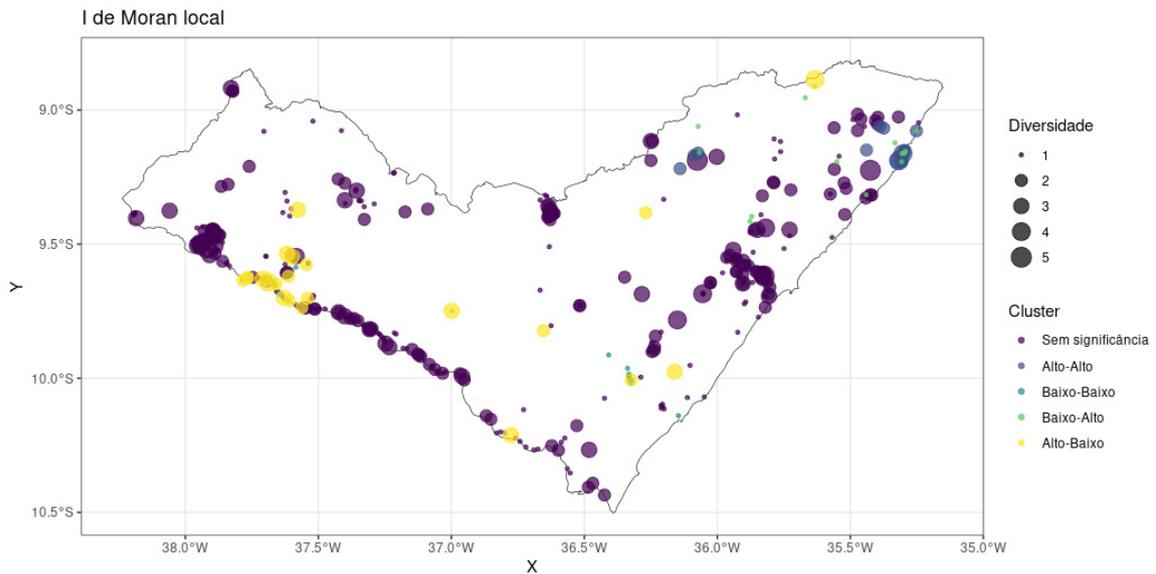
Como mostram Whitley e Clark (1985), os contextos Maia e, mais particularmente, a questão do seu colapso, receberam uma série de análises de autocorrelação espacial nos anos seguintes (Kvamme, 1990; Premo, 2004). Mais recentemente, Carrer (2017), Carrer *et al.* (2021) e Vaz (2020) aplicaram metodologias semelhantes em contextos europeus. De forma geral, como reforçam esses autores, são análises ainda pouco exploradas no âmbito arqueológico.

Além das explicações teóricas que norteavam as pesquisas até os anos 1990, consideramos também que o arcabouço teórico, independentemente das correntes, nos treina para a identificação de casos de autocorrelação positiva. Uma definição clássica de sítio, por exemplo, concebe um ponto focal de atividade humana do passado, e a sua delimitação segue a dispersão máxima dos vestígios materiais. Em termos interpretativos, o reducionismo adota uma perspectiva semelhante, com a definição de uma entidade típica (semelhante à ideia pura platônica) com a qual os casos reais são contrastados. Podemos ainda sugerir que o difusionismo, com suas definições de centro e periferia, procura replicar o mesmo em menor escala. Casos de autocorrelação negativa, por sua vez, são geralmente interpretados em termos de competição, de fronteiras (Griffith, 2019; Griffith; Arbia, 2010).

Uma segunda limitação ao uso dessas análises está vinculada à forma do registro. Sem refatoração dos dados, as possibilidades são extremamente limitadas. Para analisar a autocorrelação espacial em Alagoas, procedemos inicialmente a uma análise em escala estadual, baseada nos dois níveis de classificação. Vimos acima que, no primeiro nível, 528 sítios consistem em 734 entidades desagregadas, enquanto no segundo, são 820. Com base nestes dados, calculamos o I de Moran Local com o programa GeoDa (Anselin, 1995). Tratando-se de uma coleção de coordenadas individuais, não contíguas, o peso das relações é melhor estabelecido a partir da distância ortodrômica, com uma banda em 16.88 quilômetros (Figura 7).

O resultado geral da medida nos dois níveis, 0,017 e 0,01, respectivamente, indica que, na escala do estado, a autocorrelação é quase nula. Considerando que se trata de um estado inteiro, sem distinção dos contextos arqueológicos, esse resultado não é estranho. Mesmo assim, observamos uma significância satisfatória ($p < 0.05$) em 58 sítios no nível 1 (10%), e em 69 sítios no nível 2 (13%).

Figura 7. Cálculo de autocorrelação especial pelo I de Moran nos sítios do estado de Alagoas.



Fonte: os autores.

Em termos de agrupamentos, duas tendências podem ser observadas nesses resultados: por um lado, há um conjunto de sítios apresentando alta diversidade de material no nordeste do estado, classificados em “Alto-Alto”, de cor azul no mapa. São, portanto, sítios em que há um número comparativamente mais elevado de entidades diversas. Ao desagregar os dados, já tínhamos observado uma concentração de estruturas edificadas na mesma região. Por outro lado, o rio São Francisco, em torno de Piranhas, apresenta sítios classificados em “Alto-Baixo”, de cor amarela no mapa. A categoria se refere a sítios com alta diversidade vizinhos de outros com baixa diversidade. O mapeamento inicial também indicava a presença maciça de sítios de arte rupestre nessa área, muitos dos quais apresentam entidades isoladas. A análise de autocorrelação espacial corrobora, técnica e graficamente, fenômenos que já tínhamos observado.

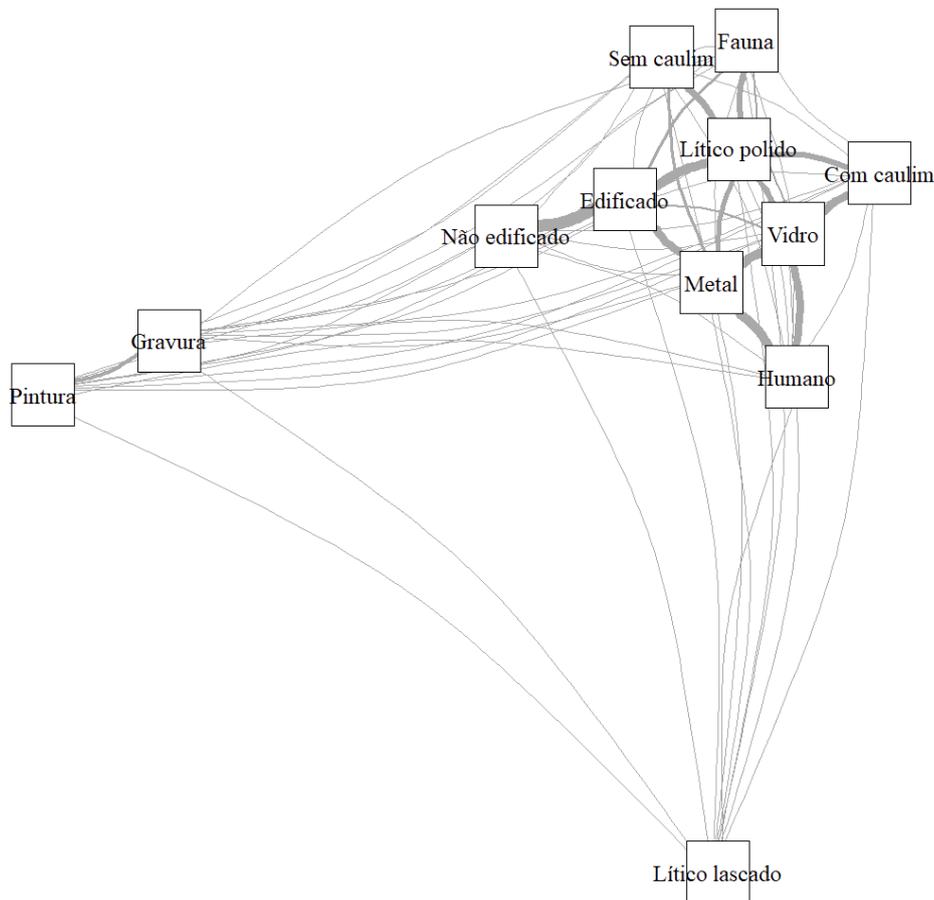
A desagregação permite também uma análise de Join Count, realizada sobre dados binários (Cliff; Ord, 1973). Para isso, processamos novamente os dados para analisar cada categoria em relação a cada uma das outras. Para analisar a correlação entre sítios de arte rupestre e sítios cerâmicos, por exemplo, selecionamos apenas essas duas categorias dentro do banco de dados. Em seguida, excluímos as entidades do segundo grupo que apresentem também entidades do primeiro grupo no mesmo sítio. Assim produzimos uma variável booleana (1/0).

Considerando como hipótese nula que os dois conjuntos são distribuídos de forma aleatória, as comparações por pares oferecem resultados que permitem, eventualmente, descartá-la ($p < 0.05$). Interessam nesse momento os casos nos quais não podemos rejeitar a hipótese nula, que significam que os dois conjuntos são espacial e estatisticamente indissociáveis.

O cálculo do Join Count é realizado com uma medida de peso baseada *no* $k\text{-neighbors} = 5$, e considera, portanto, os cinco vizinhos mais próximos de cada entidade. Aplicada nas categorias do primeiro nível, dois casos apenas indicam uma distribuição aleatória: estruturas e materiais industriais (0,2135) e cerâmica e materiais industriais (0,362). Os outros casos são suficientemente distintos para poder afirmar que se trata de dois conjuntos espacialmente diferentes.

Com os dados classificados de acordo com o segundo nível, 28 pares apresentam $p\text{-value}$ que não permite rejeitar a hipótese nula. Indicam que os dados são espacialmente distribuídos de uma forma que não permite a distinguir de um aglomerado aleatório, ou pseudo-aleatório. Interessa particularmente observar que as categorias assim interligadas são, em geral, relacionadas com o período colonial. Visualizando esses resultados em rede, há um agrupamento central composto por Vidro, Metal, Edificados e, curiosamente, Líticos polidos (embora já tenhamos observado acima a sua ocorrência quase exclusiva na faixa litorânea). Observamos também que a Gravura e a Pintura estão próximas uma da outra, e que o Lítico lascado está isolado.

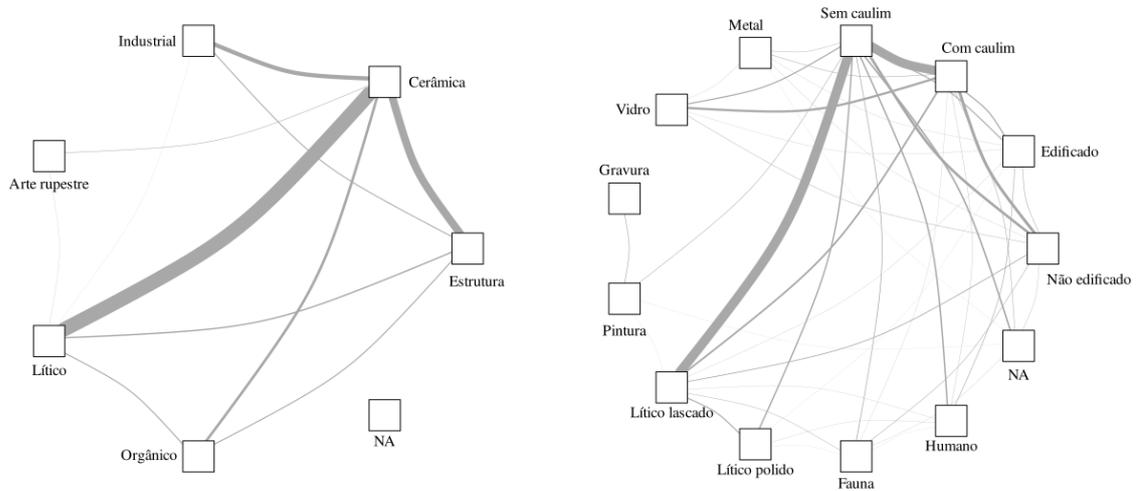
Figura 8. Rede de corespondências na ocorrência de vestígios das categorias de Nível 2.



Fonte: os autores.

Para investigar melhor o fenômeno, retomamos as entidades desagregadas. Construímos agora uma rede baseada nas ocorrências conjuntas das grandes categorias de vestígios, novamente utilizando os dois níveis estabelecidos (Figuras 8 e 9). Nesse caso, portanto, os sítios apresentando entidades isoladas não são contabilizados.

Figura 9. Redes representando as ocorrências conjuntas de vestígios nas categorias de nível 1 (esquerda) e de nível 2 (direita).



Fonte: os autores.

Nestes grafos, aparece novamente a associação entre os diversos tipos de cerâmicas, com e sem caulim, que envolve também as estruturas (edificadas e não edificadas), o vidro e o metal. Visualizamos, assim, aquilo que a análise de Join Count indicava. No entanto, há também uma associação muito forte entre líticos lascados e cerâmicas sem caulim que, no entanto, não envolve as outras categorias. Essa relação não apareceu no cálculo de Join Count, que indicava um *p-value* de 0.001 entre as duas categorias, porque processamos os dados de forma a evitar as ocorrências conjuntas. Parece, no entanto, se tratar de um fenômeno importante. Para avaliar este caso particular, voltamos a analisar a dimensão espacial destes dados em particular.

Já observamos que a primeira tendência está provavelmente associada ao período colonial, em particular na faixa litorânea de Alagoas. Para identificar a segunda, no entanto, precisamos isolar os sítios que apresentem os dois tipos de entidades – cerâmica sem caulim e lítico: 66 sítios estão localizados ao longo do rio São Francisco e, no litoral, ao redor da região metropolitana de Maceió.

Para investigar esses dois conjuntos sem recorrer à caracterização de um terceiro nível, procuramos refinar as informações e quantificar as peças líticas e cerâmicas sem caulim. Para obter esses dados, no entanto, é necessário extraí-los manualmente dos relatórios de pesquisa, quando estão disponibilizados no SEI do Iphan.

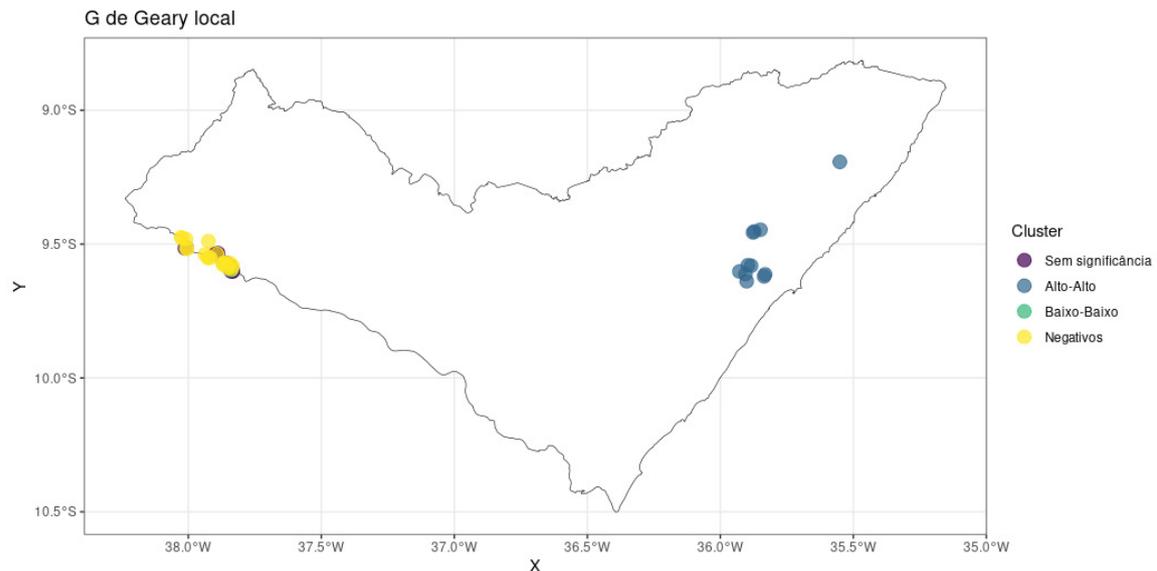
Dos 66 sítios identificados nos dados, encontramos apenas 11 com processos em acesso livre no SEI informando as quantidades de material. Um deles, apenas, está no rio São Francisco. Para contrabalançar essa falta de dados, recorreremos então ao Relatório do Projeto Arqueológico de Xingó (Diniz, 1998), que apresenta os dados de mais 41 sítios, a maioria localizada na margem direita do rio, no atual estado de Sergipe. Destes também, isolamos 33 sítios oferecendo informações quantitativas sobre a presença de líticos e de cerâmica. Obtivemos, assim, um total de 44 sítios distribuídos em duas áreas distintas, cujos dados foram coletados em projetos e por indivíduos diferentes.

Utilizamos os mesmos parâmetros do primeiro mapa, com o cálculo do peso baseado em distância ortodrômica, dessa vez com uma largura de banda em 43.23 quilômetros. Aplicada sobre os quantitativos de cerâmica e de peças líticas coletadas, a medida bivariada

do I de Moran local mostra um resultado geral levemente negativo, -0.017 com um grau altíssimo de significância para 37 deles ($p = 0.001$).

Para visualizar melhor esses resultados, recorremos a uma segunda medida, também disponível no programa GeoDa, o G de Geary local (Figura 10).

Figura 10. Cálculo de autocorrelação espacial com o G de Geary em dois conjuntos de sítios apresentando vestígios líticos e cerâmicos no estado de Alagoas.



Fonte: os autores.

Os 37 sítios apresentando significância indicam dois padrões distintos de distribuição espacial. Por um lado, os sítios localizados na Região Metropolitana de Maceió são caracterizados por números altos de peças, nas duas categorias. Trata-se de um caso de autocorrelação positiva. Retornando às fichas originais, observamos que são sítios tipificados com os termos Aratu, Tupi, Tupiguarani e Tupinambá. Por outro lado, o segundo agrupamento corresponde a uma área escavada na década de 1990, na qual houve, nos últimos anos, uma série de novas pesquisas envolvendo o cadastro de sítios de arte rupestre. A caracterização dos vestígios materiais não indica nomenclaturas específicas. Mostram também uma distribuição muito diferente, marcada por autocorrelação negativa.

As metodologias clássicas em arqueologia nos levam a trabalhar principalmente com autocorrelação positiva. Criamos nomenclaturas específicas para esses fenômenos. De certa maneira, portanto, ela corresponde ao fenômeno embasando o reducionismo tipológico, que se apresenta como uma solução epistemológica para a sua caracterização. Estamos também acostumados a trabalhar com a ausência de autocorrelação – quando os contextos são aleatórios. A autocorrelação negativa, no entanto, é um fenômeno mais confuso, menos estudado. Nesse sentido, apesar de este trabalho não ter o propósito de oferecer uma explicação arqueológica para esse fenômeno particular, consideramos importante tecer algumas observações.

Primeiro, embora as pesquisas realizadas nos dois agrupamentos tenham caracterizado de forma muito detalhada os sítios arqueológicos, a distinção identificada a partir da desagregação dos dados foi realizada sem inclusão de informações específicas que permitam distinguir um conjunto do outro. Ou seja, embora saibamos por outras

vias que as ocupações do rio São Francisco tenham entre 4 e 8 milênios de idade e que os contextos do litoral foram identificadas como Aratu e Tupi, esta análise permite também identificar dois fenômenos distintos, apenas com dados genéricos e informações complementares sobre algumas quantidades de peças. Não houve, em momento algum, inserção de dados precisos sobre as características específicas dos vestígios.

Segundo, a identificação, mesmo que hipotética, de um fenômeno de autocorrelação negativa nos registros arqueológicos do rio São Francisco questiona diretamente a aplicação generalizada do reducionismo tipológico – não apenas como opção teórica ou como forma de registro, mas como ferramenta de pesquisa sobre os contextos arqueológicos. Ao passar despercebida, a autocorrelação negativa é tratada como ausência de autocorrelação. Podemos, naturalmente, considerar que, por serem sítios mais antigos, os tipos são simplesmente mais complexos de serem caracterizados. Ou que a escala na qual as escavações foram realizadas, na urgência da construção de uma barragem, não deixaram tempo hábil para resolver toda a questão. Ou ainda que, no caso do Xingó, a associação cerâmica-lítico não é representativa como no litoral. Fato é que os dados disponíveis até hoje, trinta anos depois, são esses.

Terceiro, e na perspectiva inversa do anterior, devemos nos perguntar sobre o impacto, imperceptível, talvez, do reducionismo tipológico sobre a coleta de material. Observamos aqui que a nomenclatura associada aos sítios na Região Metropolitana de Maceió se refere a tipos exclusivamente cerâmicos, quando nossa análise foi realizada sobre duas categorias de material. Até que ponto a identificação de cerâmicas Tupi ou Aratu leva inconscientemente as pessoas envolvidas na pesquisa a desconsiderar a coleta de material lítico? Consideramos que este questionamento é válido para todos os reducionismos.

DISCUSSÃO

Iniciamos este trabalho com o objetivo de analisar a estrutura e a formação dos dados arqueológicos. Abordamos a questão do ponto de vista de um arqueólogo e programador e introduzimos a teoria das assemblagens proposta por Manuel DeLanda (2019) a partir da leitura de Deleuze e Guattari (1995).

Descrevemos os diversos sistemas públicos brasileiros e seus parâmetros, elaborados para a gestão do patrimônio arqueológico, no Iphan, desde a década de 1990 até os dias de hoje. Identificamos uma classe configurada como “objeto deus” na literatura especializada sobre bancos de dados e a necessidade de sua refatoração. Resolvemos, então, proceder à refatoração das informações contidas nos registros.

Com um estudo aplicado ao estado de Alagoas, mostramos que a extração de classe, ou desagregação, é um processo viável. A sua aplicação permite recuperar e reorganizar informações que constam em campos inadequados. Aplicamos todas as análises a um total de 528 sítios georreferenciados, desagregados em 734 entidades.

Um dos elementos mais importantes, sobre o qual todas as análises subsequentes foram embasadas, é o fato de que a máquina não faz a menor ideia do que é um lítico lascado, uma estrutura de engenho ou um fragmento de vidro. Não faz a menor ideia de onde está o rio São Francisco ou o que representa a Serra da Barriga. Os eventuais resultados de interesse arqueológico que a máquina pode fornecer dependem, por um lado, dos dados que são fornecidos e, por outro lado, da leitura e da interpretação humana dos resultados.

Os resultados obtidos neste trabalho podem parecer redundantes, quando comparados com a literatura existente: até certo ponto, de fato, não trazem nenhuma novidade. O contexto alagoano é arqueologicamente bem desenvolvido, e os principais

fenômenos já foram descritos. Observamos aqui como a desagregação permite reproduzi-los, sem conhecimento prévio além das características inseridas no registro dos sítios.

Cabe, então, com base nesses resultados, considerar a possibilidade de replicar os mesmos procedimentos com outros dados e, eventualmente, realizar as mesmas análises em áreas de menor conhecimento arqueológico. O mesmo procedimento deve também permitir analisar e avaliar a materialidade de determinadas conclusões: a identificação da autocorrelação espacial negativa, por exemplo, levanta a questão da aplicabilidade universal do reducionismo para a interpretação arqueológica. Se ela corresponde a um fenômeno meramente periférico, e se uma pesquisa mais apurada permite identificar os conjuntos típicos aparentemente mesclados que a compõem, é uma pergunta que se torna agora possível.

No seu nível mais elementar, a desagregação desvincula o objeto sítio arqueológico de uma tipificação homogeneizante e o torna uma assemblagem de entidades heterogêneas. Torna, assim, o sistema uma assemblagem de assemblagens e oferece a possibilidade de definir recortes diferentes, de acordo com os objetivos de uma pesquisa. Aqui, mostramos essa possibilidade ao aplicar uma série de análises pelas quais foi necessário pré-processar os dados: consideramos entidades isoladas, múltiplas ou cruzadas, apenas parte delas, ou certos conjuntos específicos. Procuramos demonstrar ainda que, por meio da desagregação, o sistema se torna útil para as pesquisas, seja nas universidades, seja no Iphan, seja em empresas.

Num nível mais elevado, ela se inscreve também num movimento de saída do modelo normativista, em que uma ocupação ou uma cultura são concebidas como pacotes fechados de regras e procedimentos comportamentais que devem ser encontrados entre (e, portanto, originalmente produzidos por) todos os membros de um mesmo grupo. É um modelo que não inclui a dimensão interativa e adaptativa das comunidades humanas, seja por gosto, comércio, dádiva e contra-dádiva, acordos políticos ou outras modalidades.

DeLanda(2019), na sequência de Deleuze e Guattari, caracteriza este tipo de fenômeno como uma assemblagem territorializada e codificada. Nas análises desenvolvidas sobre 528 sítios localizados em Alagoas, observamos diversos casos de autocorrelação positiva: quando uma série de variáveis ocorrem simultaneamente em determinada região. Entretanto, por meio dos mesmos procedimentos, identificamos também contextos diferentes, caracterizados por autocorrelação negativa, e que apontam para a necessidade de um olhar novo. Assemblagens menos territorializadas, menos rigidamente codificadas, podem transmitir outros arranjos culturais, que não correspondem à marginalidade característica dos modelos antigos.

Extração de classe, desagregação e assemblagens não prometem dar respostas melhores para a compreensão do passado. Um sistema baseado neste tipo de estrutura tem, no entanto, a vantagem de deixar aberta essa possibilidade. Se a territorialização e a codificação são escolhas humanas, parametrizáveis dentro de cada cultura, construir um registro baseado em configurações específicas significa limitar o alcance das pesquisas.

DECLARAÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida com apoio financeiro da Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa, através de um convênio com o Grupo Equatorial (78/1772 – Impacto Arqueológico em Obras Elétricas).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBLER, Scott W.; SADALAGE, Pramod J. *Refactoring databases: evolutionary database design*. Boston (US): Addison-Wesley, 2006.

- ANSELIN, Luc. Local Indicators of spatial association – LISA. *Geographical Analysis*, v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995.
- ANSELIN, Luc. *Spatial econometrics: methods and models*. Dordrecht (NL): Kluwer Academic Publishers, 1998.
- BARANIUK, Richard G. More is less: signal processing and the data deluge. *Science*, v. 331, n. 6018, p. 717-719, 2011.
- BAXTER, Mike. J. *Exploratory multivariate analysis in Archaeology*. New York (US): Percheron Press, 2015.
- BUCHANAN, Ian. *Assemblage theory and method*. London (UK): Bloomsbury Publishing, 2020.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Portaria n. 07, de 1º de dezembro de 1988. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1998. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Portaria nº 57, de 12 de março de 1997. Aprova a ficha para registro de sítio arqueológico. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1997. Seção 1, p. 34.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Portaria nº 241, de 19 de novembro de 1998. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 228, 27 nov. 1998. Seção 1, p. 47-48.
- BRASIL. Decreto n. 6.666, de 27 de novembro de 2008. Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infra-Estrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2008. Seção 1, p. 57.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Instrução Normativa n.º 001, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.
- BRASIL. Decreto n. 8.777, de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2016. Seção 1.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 set. 2018. Seção 1.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Portaria nº 316, de 4 de novembro de 2019. Estabelece os procedimentos para a identificação e o reconhecimento de sítios arqueológicos pelo IPHAN. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, edição de 5 nov. 2019.
- CARRER, Francesco. Interpreting Intra-site Spatial Patterns in Seasonal Contexts: an Ethnoarchaeological Case Study from the Western Alps. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 24, n. 2, p. 303-327, 2017.
- CARRER, Francesco *et al.* The application of Local Indicators for Categorical Data (LICD) to explore spatial dependence in archaeological spaces. *Journal of Archaeological Science*, v. 126, p. 105306, 2021.

- CLIFF, Andrew. D.; ORD, John. K. *Spatial Autocorrelation*. London (US): Pion, 1973.
- COOLE, Diana; FROST, Samantha. *New materialisms. Ontology, agency and politics*. Durham (UK): Duke University Press, 2010.
- D'AMBROS, Marco (2004) *Software Archaeology – Reconstructing the Evolution of Software Systems*. Tese (Doutorado em Eletrônica) – Departamento di Elettronica e Informazione, Politecnico di Milano. Milano: Politecnico di Milano, 2004. Disponível em <https://marcodambros.gitlab.io/publications/master-thesis.pdf> (Acesso em 6 out. 2024).
- DELANDA, Manuel. *Assemblage theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016.
- DELANDA, Manuel. *A New philosophy of society. Assemblage theory and social complexity*. London (UK): Bloomsbury Academic, 2019.
- DELANDA, Manuel; HARMAN, Graham. *The Rise of Realism*. Cambridge (UK): Polity Press, 2017.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Dialogues*. Paris (FR): Flammarion, 1997.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille Plateaux*. Paris (FR): Minuit, 1980.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DIAS, Adriana S. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 2, n. 1, p. 59-76, 2007.
- DIAS, Adriana S.; HOELTZ, Sirlei E. Indústrias líticas em contexto: o problema Humaitá na Arqueologia Sul Brasileira. *Revista de Arqueologia*, v. 23, n. 2, p. 40-67, 2010.
- DINIZ, José A. *Programa arqueológico de Xingó*. Xingó: Universidade Federal de Sergipe, 1998.
- FOWLER, Martin. *Refatoração*. 2ª edição. São Paulo: Novatec Editora Ltda, 2020.
- GRIFFITH, Daniel A. Negative spatial autocorrelation: one of the most neglected concepts in spatial statistics. *Stats*, v. 2, n. 3, p. 388-415, 2019.
- GRIFFITH, Daniek A.; ARBIA, Giuseppe. Detecting negative spatial autocorrelation in georeferenced random variables. *International Journal of Geographical Information Science*, v. 24, n. 3, p. 417-437, 2010.
- GUPTA, Deepak; RANI, Rinkle. A study of big data evolution and research challenges. *Journal of Information Science*, v. 45, n. 3, p. 322-340, 2019.
- HAMILAKIS, Yannis; JONES, Andrew M. Archaeology and Assemblage. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 27, n. 1, p. 77-84, 2017.
- HANSCAM, Emily; WITCHER, Robert. Women in Antiquity: An Analysis of Gender and Publishing in a Global Archaeology Journal. *Journal of Field Archaeology*, v. 48, n. 2, p. 87-101, 2023.
- HODDER, Ian; ORTON, Clive *Spatial Analysis in Archaeology*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1976.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). *Manual do usuário*. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG. Brasília, DF: [s. l., s. d. a]. Disponível em: <https://plan-eval.com/repositorio/arquivo/projeto/Manual%20SICG.pdf>. Acesso em: 6 out. 2024).

- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). *Manual do usuário. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG*. Disponível em <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/manual/manual.html> (Acesso em 06/10/2024).
- JOHNSON, Matthew. *Archaeological Theory. An introduction*. Hoboken (US): Wiley, 2020.
- KANSA, Eric C.; KANSA, Sarah W. Promoting Data Quality and Reuse in Archaeology through Collaborative Identifier Practices. *Proceedings of the National Academy of Science*, v. 119, n. 43, e2109313118, 2022.
- KVAMME, Kenneth L. Spatial Autocorrelation and the Classic Maya Collapse Revisited: Refined Techniques and New Conclusions. *Journal of Archaeological Science*, v. 17, n. 2, p. 197-207, 1990.
- LAKE, Mark W. Trends in Archaeological Simulation. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 21, n. 2, p. 258-287, 2014.
- LAPLANTE, Phillip A.; NEILL, Colin. J. *Antipatterns: Identification, Refactoring, and Management*. New York (US): Auerbach Publications, 2005.
- LI, Yuanxia; CURRIM, Faiz; RAM, Sudha. Data Completeness and Complex Semantics in Conceptual Modeling: The Need for a Disaggregation Construct. *Journal of Data and Information Quality*, v. 14, 4, p. 1-21, 2022.
- MARWICK, Ben; BIRCH, Suzanne. E. Pilaar. A Standard for the Scholarly Citation of Archaeological Data as an Incentive to Data Sharing. *Advances in Archaeological Practice*, v. 6, n. 2, p. 125-143, 2018.
- MITCHELL, Melanie. *Complexity. A Guided Tour*. New York (US): Oxford University Press, 2019.
- MORAGA, Paula. *Spatial Statistics for Data Science: theory and practice*. London (UK): Routledge, 2023.
- PARDI, Maria L. F. *Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação*. 2002. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.
- PHILLIPS, Philip; WILLEY, Gordon R. Method and Theory in American Archaeology: An Operational Basis for Culture-Historical Integration. *American Anthropologist*, v. 55, n. 5, p. 615-633, 1953.
- PREMO, Luke S. Local Spatial Autocorrelation Statistics Quantify Multi-Scale Patterns in Distributional Data: An Example from the Maya Lowlands. *Journal of Archaeological Science*, 31, 7, p. 855-866, 2004.
- RIEL, Arthur J. *Object-Oriented Design Heuristics*. Boston (US): Addison-Wesley, 1996.
- SIBERTIN-BLANC, Guillaume. État et généalogie de la guerre: l'hypothèse de la “machine de guerre” de Gilles Deleuze et Félix Guattari. *Astérion*, v. 3, 2005.
- SILVA, Carolina Di Lello J. *Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN: Instrumentalização do Discurso na Política Nacional de Preservação*. Dissertação. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.
- SHINTAKU, Milton *et al.* Análise do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Anais do VII Workshop De Informação, Dados E Tecnologia – WIDaT 2024*, 7, e205, 2024.
- SOUZA, Camila D.; DIAS, Carolina Kesser B. Arqueologia e Antropologia da agência: fundamentos da agência nos estudos da cultura material. *Revista de Arqueologia*, v. 35, n. 2, p. 208-226, 2022.

- TOBLER, Waldo R. A Computer Movie Simulating Urban Growth in the Detroit Region. *Economic Geography*, v. 46, p. 234-240, 1970.
- VAZ, Eric. Archaeological Sites in Small Towns – A Sustainability Assessment of Northumberland County. *Sustainability*, v. 12, n. 5, 2020.
- VAN HAVRE, Grégoire; MONTEIRO, Kleython A.; BARBOSA, Rute. An engine for Impact Assessment in Archaeology: modeling in the State of Alagoas, Brazil. *Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology*, 2024.
- VON BERTALANFFY, Ludwig. *Teoria Geral dos Sistemas: Fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- WHITLEY, David S.; CLARK, William A. V. Spatial Autocorrelation Tests and the Classic Maya Collapse: Methods and Inferences. *Journal of Archaeological Science*, v. 12, n. 5, p. 377-395, 1985.
- WHITTACKER, John C.; CAULKINS, Douglas; KAMP, Kathryn A. Evaluating Consistency in Typology and Classification. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 5, n. 2, p. 129-164, 1998.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 3 Setembro - Dezembro 2025

ARTIGO

GEOFÍSICA ARQUEOLÓGICA NO CENTRO DE BELO HORIZONTE (MG): PROSPECÇÃO GPR DA CAPELA DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DO CURRAL DEL-REY

Fernando Walter da Silva Costa*, Jorge Luís Porsani**, Scott Joseph Allen***, Mauro Luiz da Silva****, Leticia Moura Simões de Souza*****, Marcelo César Stangari*****, Frederico Simões da Silva Costa*****

RESUMO

Na região do antigo Arraial do Curral Del Rey, onde foi implantada a cidade de Belo Horizonte, existiu, entre 1819 e 1897, a Capela de Nossa Senhora do Rosário e um cemitério adjacente, destruídos durante a execução do projeto da nova cidade. Após a inauguração da nova capital, esses marcos históricos foram apagados da memória e da história de Belo Horizonte. Apesar das intervenções ocorridas no local nos últimos 130 anos, é possível que existam evidências arqueológicas da capela e do cemitério. Para responder a essa questão, foi realizada uma investigação geofísica por Ground Penetrating Radar (GPR) no Largo do Rosário, provável local das ruínas soterradas, uma iniciativa ainda rara na Arqueologia Histórica em Minas Gerais. O estudo identificou anomalias que podem estar relacionadas à Capela do Rosário.

Palavras-chave: Geofísica arqueológica; Arqueologia urbana; Curral del-Rey – Minas Gerais; Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

* Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (MUQUIFU), Belo Horizonte, MG.

E-mail: flarqueologia@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8566-831X>

** Departamento de Geofísica, Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo (IAG/USP). E-mail: jorge.porsani@iag.usp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3230-1812>

*** Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: scott.allen@ufpe.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1382-2746>

**** Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (MUQUIFU), Belo Horizonte, MG.

E-mail: mauroluizds@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0205-7206>

***** Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (MUQUIFU), Belo Horizonte, MG.

E-mail: leticiamssouza@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5712-9499>

***** Departamento de Geofísica, Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Universidade de São Paulo (IAG/USP). E-mail: cesar.stangari@iag.usp.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6020-6048>

***** Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (MUQUIFU), Belo Horizonte, MG.

E-mail: fredscosta@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5337-716X>

ARCHAEOLOGICAL GEOPHYSICS IN THE CENTER OF BELO HORIZONTE (MG): GPR SURVEY OF THE *NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS* SISTERHOOD CHAPEL OF CURRAL DEL-REY

ABSTRACT

In the region of the old Arraial do Curral Del Rey, where the city of Belo Horizonte was later established, the *Nossa Senhora do Rosário* chapel and an adjacent cemetery existed from 1819 to 1897. Both were destroyed during the construction of the new city. After the inauguration of the capital, these historical landmarks were erased from the memory and history of Belo Horizonte. Despite the interventions conducted at the site over the past 130 years, there may still be archaeological evidence of the chapel and cemetery. To investigate this question, a geophysical investigation based on ground-penetrating radar (Ground Penetrating Radar – GPR), an initiative still rare in Historical Archaeology in Minas Gerais, was carried out at *Largo do Rosário*, the probable site of the buried ruins. The study identified anomalies that may be related to the Chapel of the Rosary.

Keywords: Archaeological geophysics; Urban archaeology; Curral del-Rey – Minas Gerais; *Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos*.

GEOFÍSICA ARQUEOLÓGICA EN EL CENTRO DE BELO HORIZONTE (MG): PROSPECCIÓN GPR DE LA CAPELLA DE LA DA CAPILLA DE LA HERMANDAD DE *NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS* DE CURRAL DEL-REY

RESUMEN

En la región del antiguo Arraial de Curral del-Rey, donde se instauró la ciudad de Belo Horizonte (Brasil), existió entre 1819 y 1897 la Capilla de Nuestra Señora del Rosario y un cementerio adyacente, que habían sido destruidos durante la ejecución del proyecto de la nueva ciudad. Tras la inauguración de la nueva capital, estos hitos históricos quedaron borrados de la memoria y de la historia de Belo Horizonte. A pesar de las intervenciones que se han llevado a cabo en el lugar durante los últimos 130 años, es posible que existan restos arqueológicos de la capilla y en el cementerio. Para responder a esta pregunta, se llevó a cabo una investigación geofísica mediante Ground Penetrating Radar (GPR) en *Largo do Rosário*, probable ubicación de las ruinas enterradas, una iniciativa aún poco común en la Arqueología histórica en Minas Gerais. Este estudio identificó anomalías que podrían estar relacionadas con la Capilla del Rosario.

Palabras clave: Geofísica arqueológica; Arqueología urbana; Curral del-Rey/Minas Gerais; *Nuestra Señora del Rosario de los Negros*.

INTRODUÇÃO

A história do Curral del Rey é desconhecida da esmagadora maioria da população de Belo Horizonte, efetivamente relegando os séculos que antecedem à cidade de Belo Horizonte a um período nebuloso. Consequentemente, os variados e complexos passados dos diversos grupos que construíram o Curral, que lá viviam e trabalhavam, são igualmente apagados, suas memórias e feições são cobertas pela implantação e subsequente crescimento da nova metrópole. Como bem pontua Pereira (2015, p. 2) e de importância particular para este estudo,

a memória histórica que se construiu para a cidade, não guarda referência significativa à presença da população negra – afinal, poder-se-ia argumentar, Belo Horizonte, ao contrário das principais sedes administrativas do país, nascia sem a indelével marca da escravidão, que é, em geral, a via por meio da qual se faz referência à população negra.

No antigo Arraial do Curral Del Rey, entre 1819 e 1897, existiu a Capela de Nossa Senhora do Rosário, situada no Largo de mesmo nome, onde havia um cemitério e um adro de pedras (Figura 1). Quando Belo Horizonte foi projetada para ser construída justamente na região do Arraial, a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) considerou a Capela e o Cemitério do Rosário como obstáculos para a execução do projeto da cidade, que deveriam ser imediatamente suprimidos da paisagem. A destruição da Capela e do Cemitério contou com a autorização do Bispo de Mariana, a partir de ordem emitida em 8 de agosto de 1894 (Barreto, 1941/1996; Silva, 2021).

Figura 1. Largo e da Capela do Rosário, 1895.



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto, Acervo CCNC.

A partir das pesquisas de Silva (2021), o tema foi trazido à tona. Com a análise de fontes primárias, o autor acompanhou toda a trajetória da Capela do Rosário, desde o início de sua edificação, até a sua destruição definitiva, concluindo que a construção da nova capital impôs não apenas a destruição física do Largo, mas também a extinção da memória e da localização exata desta importante referência cultural de Belo Horizonte.

Até 2024 não havia nenhum estudo arqueológico referente ao Largo do Rosário e, principalmente, ao Arraial do Curral Del-Rey. O registro era nulo, tanto na pesquisa acadêmica quanto no licenciamento arqueológico. Buscando patrimonializar os remanescentes tangíveis da Capela de Nossa Senhora do Rosário, assim incorporando-os à memória das sem história documentada, foi iniciado um projeto arqueológico, cuja primeira etapa buscou, a partir de levantamentos geofísicos no subsolo, identificar anomalias que possam estar relacionadas a feições arqueológicas do Cemitério, da Capela e do Largo do Rosário que, eventualmente, não tenham sido destruídas.

Nas páginas a seguir, contextualizamos o Largo do Rosário a partir das fontes históricas disponíveis, reunindo documentos, imagens, desenhos e cadernetas topográficas da CCNC. Entre as linhas, percebe-se um apagamento brutal da história tanto do Curral Del-Rey quanto das pessoas que ali viviam antes da implantação de Belo Horizonte. Em seguida, será apresentado o estudo geofísico e discutido os resultados e implicações para uma pesquisa arqueológica futura. Em crescimento no cenário arqueológico nacional, particularmente na Arqueologia Histórica, o método de Ground Penetrating Radar (GPR, ou georadar) fornece resultados de grande valor para a execução de escavações, bem como medidas de preservação. Por fim, discutimos a importância e relevância da pesquisa para a história e memória contemporânea de Belo Horizonte.

O LARGO DO ROSÁRIO E A CAPELA ATRAVÉS DO TEMPO

A Capela do Rosário era a segunda maior edificação do Arraial do Curral Del-Rey, superada apenas pela Matriz da Boa Viagem. Quando a Capela foi inaugurada, em 1819, o Arraial do Curral Del-Rey já era uma ocupação antiga, que se iniciou nas últimas décadas do século XVII. A partir de 1710, o território começou a ser repartido por meio da distribuição de sesmarias. A economia, durante o século XVIII, baseava-se nas atividades agropastoris para abastecimento das minas, na ligação com o gado do sertão e na ausência da mineração aurífera (Botelho, 2019).

A imagem da Figura 1 fornece uma ideia das dimensões da Capela e das técnicas e os materiais empregados em sua edificação, e é possível visualizar o adro de pedra. A estrutura foi edificada com técnicas construtivas típicas dos séculos XVIII e início do XIX. Muitas dessas edificações tinham apenas a fundação ou um barrado de pedra, como parece ser o caso em questão. É possível que muitas partes da capela tenham sido construídas em pedra, tendo em vista a grande disponibilidade de rochas na região do Curral Del-Rey.

A única descrição existente da Capela foi feita pelo Padre Francisco Martins Dias, pároco da matriz da Boa Viagem. Afirma ele que a Capela não tinha “nada de notável e artístico [...], media 8,77 m de frente, sobre 30,50 m de fundo e 10,13 m de alto, sem torres e cercada por um paredão de pedra de 0,35 m de espessura, e 1,35 m de altura” (DIAS, 1997, p. 49-50).

De acordo com as medidas disponibilizadas pelo sacerdote, a Capela tinha 267,485 m², com paredes com mais de 30 cm de espessura, adro e o cemitério. São dimensões consideráveis, que deixam a expectativa de que tenham restados vestígios destas estruturas, apesar dos impactos ocorridos com a implantação do arruamento planejado.

Quanto ao cemitério, pouco se sabe. Não sabemos quantas pessoas foram sepultadas até 1897 ou se os corpos foram transferidos para outro local após essa data. Sabemos apenas que ocupava o espaço externo da capela e era limitado por um adro de pedras (Barreto, 1941/1996; Dias, 1997; Silva, 2021).

É importante lembrar que a Capela, o Cemitério e o Largo do Rosário foram importantes referências religiosas do Curral Del-Rey, e que eram utilizados com

frequência por uma parcela significativa da população do arraial, que ali se reunia em múltiplas ocasiões (Barreto, 1941/1996; Dias, 1997; Silva, 2021). Mesmo assim, não há dados referentes à população nesse período, mas a partir do século seguinte, os dados são fartos. Em 1826, por exemplo, a população do arraial era de 1.339 habitantes, enquanto a freguesia, que incluía as capelas de Neves, Santa Quitéria, Sete Lagoas, Contagem, Betim, Mateus Leme, Itaitaiçu, Brumado, Santa Luzia do Rio Manso, Jesus, Maria e José do Rio Grande e Piedade do Paraopeba, chegava a 16.286 pessoas. Os dados disponíveis indicam que houve crescimento demográfico constante e que, em 1872, a população atingiu um total de 5.524 (Botelho, 2019).

Trata-se de um território que foi ocupado por um longo período com uma densidade populacional considerável para os padrões da época. Vale ressaltar que nesse período Minas Gerais contava com uma população de 329.031, de acordo com os mapas de população de 1862-1863 (Martins; Lima; Silva, 2002).

A LOCALIZAÇÃO DA CAPELA DO ROSÁRIO

O desafio principal para a primeira etapa da pesquisa arqueológica foi por onde começar, pois nem mesmo a localização precisa do Largo do Rosário era segura. A única fonte disponível, inicialmente, era um mapa produzido 44 anos após sua destruição e carente de coordenadas geográficas (Barreto, 1941/1996). O mapa é uma sobreposição do traçado planejado da nova capital e da planta do antigo arraial (Figura 2). Produzido pela Comissão Construtora, a posição do Largo do Rosário seria no cruzamento das ruas da Bahia e dos Timbiras (BARRETO, 1941/1996).

Figura 2. Mapa esquemático do traçado atual das ruas de Belo Horizonte, com a sobreposição do mapa do Curral Del-Rey com o Largo e a Capela do Rosário no cruzamento da Rua Timbiras com a Rua da Bahia.

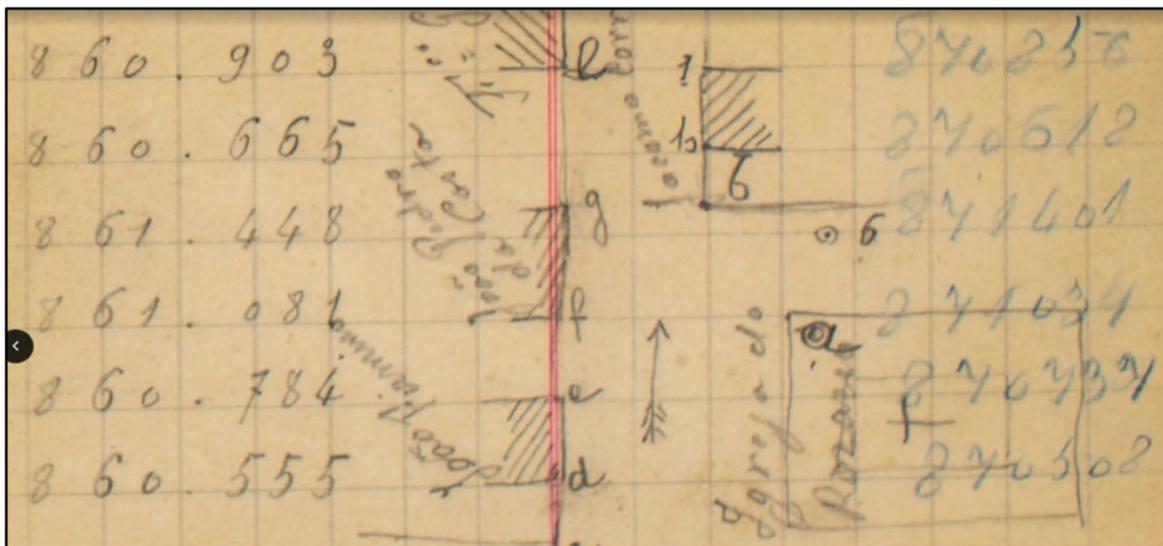


Fonte: Adaptado de Barreto (1941/1996).

Além do mapa de Barreto, que apresenta sérios problemas quanto à precisão da localização do Largo, o único acervo de registros da implantação da nova capital que poderia fornecer os dados referentes à localização do Largo do Rosário é o conjunto de 789 cadernetas de campo produzidas pela Comissão Construtora da Nova Capital, entre 1894 e 1898. As cadernetas contêm anotações dos dados topográficos e os aspectos físicos dos ambientes naturais e construídos da região onde foi implantada Belo Horizonte. O acervo de cadernetas está sob a custódia do Museu Histórico Abílio Barreto (Barreto, 1941/1996; Fialho, 2016, 2021).

Graças à minuciosa investigação empreendida por Fialho, que coordenou a digitalização e disponibilização em fac-símile para consulta online de todas as cadernetas, foi possível refinar os dados referentes à localização do Largo (Alfenas, 2022; Fialho, 2016). A análise de Fialho indicou que a caderneta de código CCDT02011 apresenta o levantamento cadastral dos domicílios, estabelecimentos comerciais e industriais então existentes no arraial de Belo Horizonte. A Figura 3 mostra a página 13 da supracitada caderneta, na qual se observa o registro da igreja do Rosário (retângulo interno acompanhado pelo símbolo da cruz) envolvida pelo muro que contorna seu adro (retângulo externo) (Alfenas, 2022; Fialho, 2016).

Figura 3. Excerto de Caderneta CCDT02011, com a posição da Capela do Rosário no canto inferior direito.



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto, Acervo CCNC.

As anotações da caderneta posicionam a área da Capela na altura do número 1.340 da Rua da Bahia. Como se vê, há uma grande discrepância (>40 m) em relação ao provável posicionamento da Capela e a indicação presente no mapa publicado por Abílio Barreto (Alfenas, 2022; Fialho, 2016). O registro iconográfico também é pobre e há apenas uma foto do Largo do Rosário em que aparece a Capela (Figura 1).

A REGIÃO DO LARGO DO ROSÁRIO APÓS 1897

O Largo, a Capela e o Cemitério foram destruídos ou aterrados, e, a partir de 1897, ocorreram incontáveis intervenções urbanas, públicas e privadas, no local e adjacências, especialmente as obras relacionadas ao traçado planejado das ruas da Bahia e dos Timbiras. Em 1904, na esquina das ruas da Bahia e dos Timbiras, foi construído um casarão, que ainda existe, onde funcionou inicialmente um empório e posteriormente,

ainda na década de 1910, a Escola de Odontologia. Há indicações de que, pelo menos até 1912, partes da região do antigo Largo do Rosário ainda pertenciam à prefeitura e não estavam ocupadas ou urbanizadas. O local era pavimentado com macadame, tipo de calçamento feito com pedras irregulares e areia compactada.

Nessa época, os estudantes do *Gymnasium Anglo-Mineiro*, entusiastas do futebol, ali se reuniam para praticar o recém-chegado e elitista esporte. Não era um campo de futebol, mas um terreno aberto, os gols eram improvisados com montes de pedras locais. Em 1912, naquele local, foi fundada a equipe do América Futebol Clube.

Nos 100 anos seguintes, o local experimentou uma série de modificações, típicas dos cenários urbanos brasileiros do século passado, que podem ter comprometido definitivamente qualquer chance de ainda estarem preservadas evidências da capela, do cemitério ou de alguma outra edificação da época. Atualmente, a área, outrora ocupada pelo Largo do Rosário, se encontra ocupada por diferentes edificações, e o único local livre é o terreno do estacionamento (Auto Park), na Rua da Bahia nº 1.340. Há dois registros fotográficos que indicam que esse local já estava ocupado no início da década de 1920 por uma casa e, entre as décadas de 1950 e 1980, uma segunda casa mais ampla foi construída no mesmo local, sendo demolida por volta de 1985 (Costa, 2024a). Desde então, o local está livre de edificações, sendo utilizado apenas como estacionamento.

O PROJETO ARQUEOLÓGICO

A região onde outrora existia o Largo do Rosário, a capela e o cemitério, se encontra atualmente debaixo do asfalto e do concreto, densamente ocupada e repleta de edificações bem como feições soterradas de obras públicas e privadas antigas e recentes. Apesar dessa realidade, é plausível especular que em certos pontos da área, onde as intervenções posteriores à sua destruição foram menos devastadoras do que se imagina, ainda seja possível identificar vestígios arqueológicos, especialmente da Capela e do Cemitério do Rosário, que existiu por quase um século e era uma edificação de dimensões consideráveis para os padrões do Arraial.

Com o objetivo de buscar evidências materiais da Capela do Rosário e do cemitério, foi estruturado o Projeto Arqueológico Identificação e Mapeamento Geofísico do Cemitério e da Capela do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del-Rey (Costa, 2024a)

Considerando as características atuais da área foco e das inúmeras intervenções (edificações, pavimentações, instalações hidráulicas e elétricas, entre outras) ocorridas na região no último século e as dificuldades para encontrar áreas livres, qualquer tipo de escavação arqueológica nesta primeira fase não foi sequer considerada, já que demandaria um longo tempo para a obtenção das autorizações dos proprietários e por ser uma das áreas mais movimentadas da região central de Belo Horizonte. Outro complicador é o fato de que todos os locais são pavimentados (asfalto ou concreto) e, portanto, qualquer escavação só seria possível com o emprego de equipamentos mecanizados pesados. Diante dessas típicas dificuldades nesses contextos, que são um dos cenários mais desafiadores para a arqueologia urbana, o melhor caminho para realizar uma investigação eficaz no Largo do Rosário começou por um dos diversos métodos de investigações geofísicas disponíveis atualmente.

Há diferentes métodos geofísicos não invasivos e capazes de apontar os locais com maior e menor potencial arqueológico, tais como, GPR (em inglês Ground Penetrating Radar) ou radar de penetração no solo ou simplesmente georadar, magnetometria (método magnético), indução eletromagnética (em), resistividade elétrica, entre outros.

O uso de métodos geofísicos na prospecção arqueológica se iniciou no Reino Unido e nos Estados Unidos. No Brasil, a utilização de métodos geofísicos começou ainda na década de 1970, Alves (1979) utilizou a magnetometria e a resistividade elétrica em suas pesquisas no sítio Ilha dos Bichos (Teso dos Bichos), Ilha do Marajó/PA. Posteriormente, na década de 1980, Roosevelt (1991) empregou georadar, resistividade elétrica, magnetometria e condutividade elétrica em prospecções no mesmo sítio. Rodrigues *et al.* (2009) realizaram prospecções geofísicas com georadar e eletromagnético indutivo em três sambaquis do litoral catarinense. Porsani *et al.* (2010) realizaram investigações geofísicas com GPR na Lapa do Santo, região de Lagoa Santa (MG), e em um cemitério indígena em Aripuanã, região amazônica (PORSANI *et al.*, 2017b).

No campo da arqueologia histórica, destacam-se os trabalhos de Melo (2007) com magnetômetro na senzala do Engenho Murutucu, para avaliar os resultados com o georadar, bem como González e Zanettini (2002) como componente metodológico integral do Projeto Fronteira Ocidental. A iniciativa de Gomes e Luiz (2013) com GPR na região do bairro Salé, em Santarém/PAPA. Os estudos geofísicos realizados por Marques (2010) na área do Pelourinho, em Salvador/BABA. Resistividade elétrica está sendo empregado em um sítio histórico de baixa visibilidade no litoral de Alagoas para entender a espacialidade de uma comunidade de pescadores no período colonial (Allen, 2022). Os trabalhos realizados no Largo da Igreja Nosso Senhor do Bonfim, Marechal Deodoro/AL, com a utilização de GPR, foram de grande importância para direcionar alguns aspectos do projeto que foi encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (Allen *et al.*, 2017).

Em contextos urbanos, repletos de intervenções no subsolo (dutos, cabos, concreto etc.) que podem gerar interferências diversas, o método adequado é o GPR, pois é capaz de indicar com eficácia comprovada em contextos arqueológicos similares ao do Largo do Rosário, indicando com precisão os locais potenciais para futuras intervenções arqueológicas de subsuperfície. Desse modo, optou-se por este método para a realização da investigação arqueológica na área da Capela e do Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del-Rey.

MÉTODO GPR

O GPR (Radar de Penetração no Solo ou em inglês Ground Penetrating Radar) é um método eletromagnético não destrutivo e não invasivo que emprega ondas de rádio em frequências muito altas (normalmente entre 10 MHz – 2,6 GHz) para localizar estruturas e feições geológicas rasas da subsuperfície ou localizar objetos antrópicos enterrados (Porsani, 1999). A técnica de aquisição de dados GPR é baseada no princípio da transmissão e reflexão de ondas eletromagnéticas (Annan, 2003; Daniels, 1996; Daniels, 2004; Porsani, 1999). Nesta pesquisa, o emprego do GPR tem como principal objetivo a localização dos restos da Capela do Rosário demolida entre 1897/1898.

A tecnologia do GPR é bastante versátil e se consolidou a partir da década de 80. Atualmente, os geocientistas têm utilizado o método GPR em vários campos de aplicações, tais como, estudos geológicos, estudos de rios e lagos, estudo de sítios arqueológicos terrestres e sub-aquáticos, mapeamento de redes de utilitários no subsolo, na exploração mineral, estudo de contaminação ambiental, estudos hidrogeológicos, estudos sedimentológicos (Allen *et al.*, 2017; Porsani *et al.*, 2004a, 2004b, 2006, 2010, 2012, 2017a, 2017b, 2023; Porsani; Assine; Moutinho, 2005; Porsani; Elis; Hiodo, 2005;

Porsani; Sauck, 2007; Porsani; Poluha; Santos, 2018; Porsani; Sauck, 2007; Rodrigues, 2004; Rodrigues *et al.*, 2009).

AQUISIÇÃO E PROCESSAMENTO DOS DADOS

Foram adquiridos 178 perfis GPR com espaçamento regular de 0,25 m e distribuídos em blocos 3D na área pavimentada do estacionamento (Auto Park) da Rua da Bahia nº 1.340, se estendendo pelas calçadas, entre o limite do terreno do estacionamento até o número 1.650 da rua dos Timbiras, sentido oeste. Também foram adquiridos perfis na calçada oposta entre o número 1.345 da Rua da Bahia até a esquina com a Rua dos Timbiras e seguindo no sentido leste por mais 20 m. A área de pesquisa definida possui aproximadamente 1400 m² (Figura 4).

Figura 4. Locais escolhidos para realização da investigação geofísica.



Fonte: Elaborado por Frederico Simões da Silva Costa (2024b).

Para a aquisição dos dados, foi utilizado o equipamento GPR modelo SIR-4000 da empresa norte-americana GSSI. A Figura 5 mostra os trabalhos de aquisição dos perfis GPR com uma antena blindada de 270 MHz. O processamento dos dados foi feito utilizando o software Radan 7.0 (GSSI). As principais etapas usadas no processamento dos dados GPR foram: edição da orientação dos perfis, correção do tempo zero, filtragem temporal passa banda, filtragem espacial de três traços, ganho linear variando em tempo, remoção do background e conversão dos perfis de tempo para profundidade, utilizando-se a constante dielétrica de 25 (solo argiloso úmido), o que corresponde à velocidade de propagação da onda eletromagnética de 0,06 m/ns. Nas seções a seguir, serão apresentados os resultados mais importantes relacionados com a área do estacionamento de veículos.

Figura 5. Aquisição dos perfis GPR com a antena de 270 MHz mostrando a visão geral da área do estacionamento de veículos no Largo do Rosário, região central de Belo Horizonte (MG).



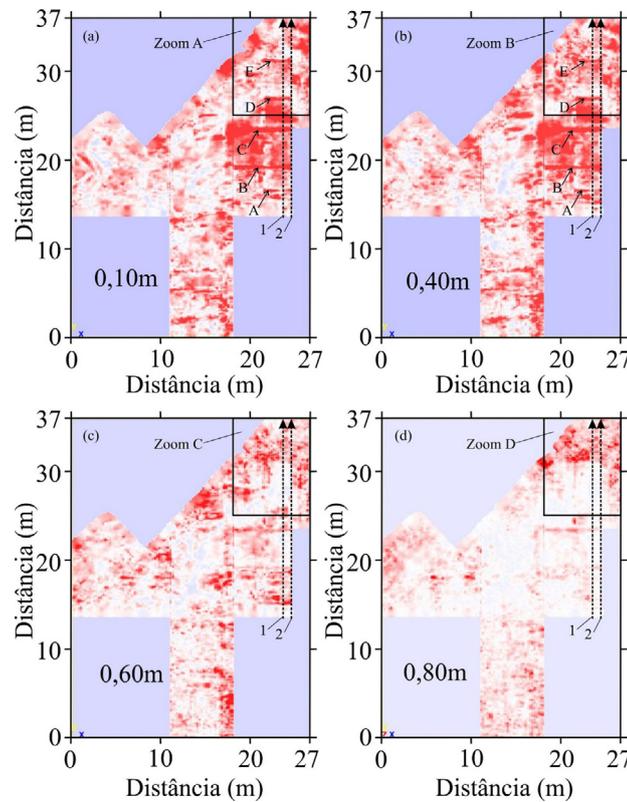
Fonte: Acervo Imagético, MUQUIFU.

INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A Figura 6 mostra os resultados GPR 3D de 270 MHz na forma de *depth slices* para a área do estacionamento de veículos localizado no Largo do Rosário (Figura 5). Os *depth slices* correspondem a um mapa de amplitude das reflexões GPR e permite um mapeamento da geometria das estruturas em subsuperfície. As Figuras 6 (a, b, c, d) mostram os *depth slices* em 0,10; 0,40; 0,60 e 0,80 m, respectivamente. Note-se nas figuras o mapeamento com destaque para cinco reflexões anômalas lineares e contínuas, de alta amplitude, identificadas por setas nas figuras como alvos A, B, C, D, E. Os alvos A, B, C são nítidos até cerca de 0,60 m de profundidade, sendo que os alvos B, C têm 6,5 m de comprimento. Os alvos D, E têm 3,5 m de comprimento e podem ser observados com clareza até cerca de 0,40 m de profundidade. Pelas características dessas reflexões lineares e com tamanhos limitados, estas reflexões podem estar relacionadas com fundações de alvenaria ou tubulações. Observe-se também duas linhas pontilhadas destacadas nas figuras(1, 2), que indicam a localização de dois perfis GPR sobre as posições de 24 e 24,5 metros no eixo-x.

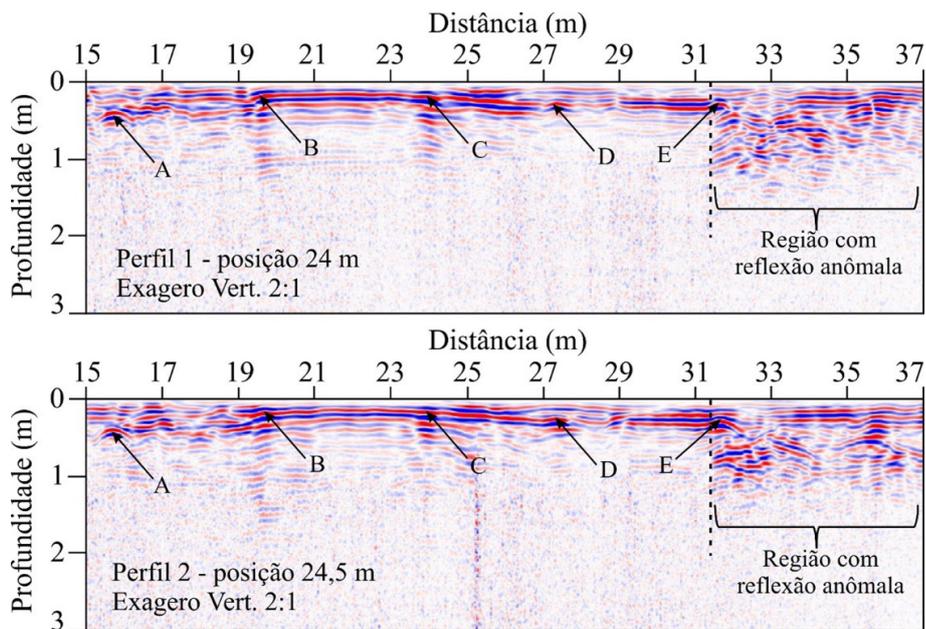
A Figura 7 mostra os perfis GPR sobre as posições 1 e 2 observados na Figura 6. Ambos os perfis mostram cinco nítidas difrações hiperbólicas que cruzam alvos pontuais, em que as setas indicam o topo dos alvos A, B, C, D, E identificados na Figura 6. Observe-se a região com reflexões anômalas entre as posições de aproximadamente 31,5 m (marcada por uma linha tracejada) e 37 m correspondendo ao final dos perfis GPR 1 e 2. Note-se a mudança brusca no padrão de reflexão do sinal GPR a partir da posição de 31,5 m, em que tem-se o contato entre o sinal de baixa amplitude e com elevada atenuação, com o sinal de alta amplitude caracterizado por um padrão caótico de reflexão. É provável que este padrão de reflexão esteja relacionado com a presença de entulhos provenientes de restos de materiais de alvenaria dispostos de forma aleatória que possam provocar reflexões, ou esta região anômala poderia estar relacionada com uma mudança lateral nas propriedades físicas dos materiais litológicos em subsuperfície.

Figura 6. Resultados GPR 3D de 270 MHz na forma de *depth slices* para a área do estacionamento de veículos localizado no Largo do Rosário. (a) *depth slice* em 0,10 m. (b) *depth slice* em 0,40 m. (c) *depth slice* em 0,60 m. (d) *depth slice* em 0,80 m.



Fonte: Costa (2024b).

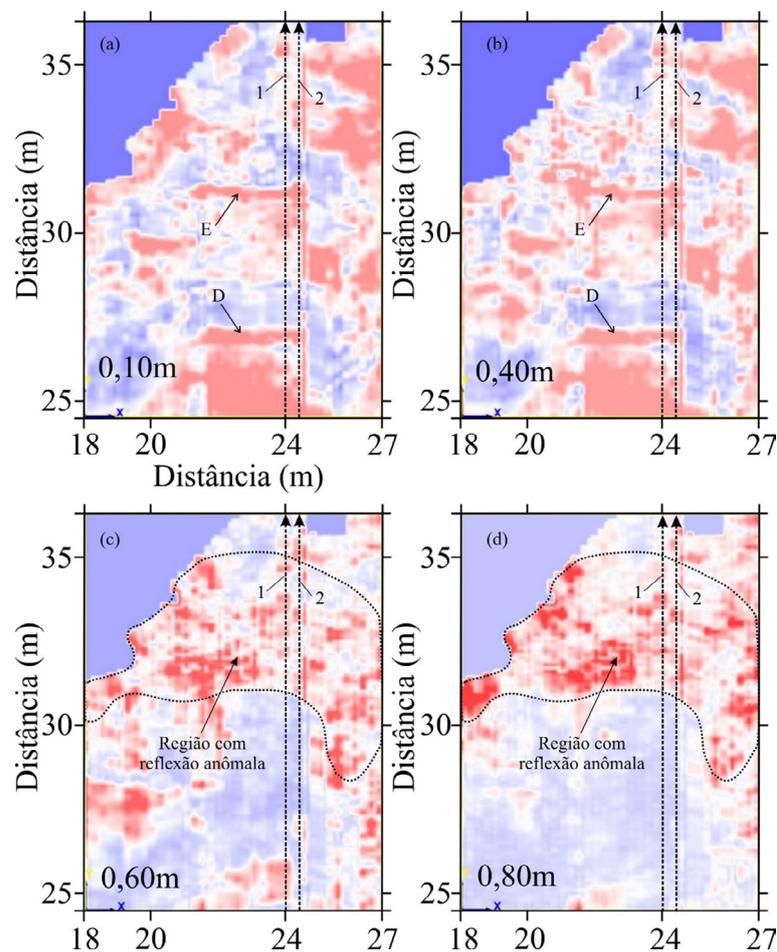
Figura 7. Perfis GPR de 270 MHz na área do estacionamento de veículos localizado no Largo do Rosário. (a) Perfil 1 na posição de 24 m na direção-x. (b) Perfil 2 na posição de 24,5 m na direção-x. Ambos os perfis apresentam Exagero Vertical 2:1.



Fonte: Costa (2024a).

A Figura 8 mostra quatro zooms (A, B, C, D) delimitados por retângulos pretos no canto superior direito da Figura 6. Os zooms tiveram como objetivo realçar partes das reflexões anômalas lineares observadas nos resultados GPR 3D de 270 MHz para a área do estacionamento de veículos. No zoom A (Figura 8a) e no zoom B (Figura 8b) nota-se com clareza duas reflexões anômalas lineares e contínuas, de alta amplitude e com 3,5 m de comprimento até 0,40 m de profundidade correspondendo aos alvos D e E observados na Figura 6, e que também podem estar relacionados com fundações de alvenaria ou tubulações, conforme discutido anteriormente. Mais interessante ainda é a região de alta amplitude delimitada por um contorno irregular tracejado de cor preta, conforme observada desde 0,60 m (Figura 8c) até 0,80 m (Figura 8d) de profundidade. Note-se que essa região coincide com a região anômala caracterizada por um padrão caótico de reflexão observada na Figura 7.

Figura 8. Zooms dos resultados GPR 3D de 270 MHz na forma de *depth slices* para a área do estacionamento de veículos localizado no Largo do Rosário. (a) Zoom A, *depth slice* em 0,10 m. (b) Zoom B, *depth slice* em 0,40 m. (c) Zoom C, *depth slice* em 0,60 m. (d) Zoom D, *depth slice* em 0,80 m.



Fonte: Costa (2024b).

DISCUSSÃO

Os resultados GPR com as antenas blindadas de 270 MHz na área investigada no Largo do Rosário permitiram obter um diagnóstico do subsolo até cerca de 3 m de profundidade. Dois interessantes padrões de reflexão foram identificados: (1º) as reflexões anômalas

lineares e contínuas de altas amplitudes (cor vermelha) com 6,5 m de comprimento até cerca de 0,40 m de profundidade, e com 3,5 m de comprimento até cerca de 0,40 m de profundidade podem estar relacionadas com a fundação de alvenaria da Capela do Rosário ou com tubulações no subsolo, e (2º) a região anômala caracterizada por um padrão caótico de reflexão observada nos perfis 1 e 2, e que corresponde aos resultados apresentados em *depth slices* à região de alta amplitude de reflexão (cor vermelha), delimitada por um contorno irregular tracejado (cor preta), variando de 0,60 m até 0,80 m de profundidade, pode estar relacionada com a presença de restos de materiais de alvenaria da Capela do Rosário demolida entre 1897/1898 ou com as variações litológicas em subsuperfície.

Apesar dos resultados intrigantes, ressaltamos que a geofísica arqueológica geralmente não comprova a existência de determinadas feições antrópicas. Mais importante é que o GPR, neste e na maioria dos casos, será decisivo na eventual escolha dos locais que deverão ser escavados futuramente. Os resultados obtidos são promissores, mas não significam que foram encontradas evidências da capela, do adro ou do cemitério. Nada garante que as anomalias lineares verificadas tenham alguma relação com a fundação de alvenaria da Capela do Rosário. As anomalias devem ser olhadas com cuidado, pois podem ser apenas de variações litológicas, tubulações, ou restos das construções posteriores no Largo do Rosário. Lembrando que a ambiguidade é inerente ao processo de interpretação de dados geofísicos, ou seja, existem mais de uma interpretação para uma mesma resposta geofísica. Todas as questões levantadas só serão respondidas após as escavações arqueológicas que poderão “comprovar ou não” as interpretações geofísicas, confirmando se de fato tais anomalias estariam relacionadas à Capela e ao Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del-Rey.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Arqueológico de Identificação e Mapeamento Geofísico do Cemitério e da Capela do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del-Rey abriu um novo capítulo na Arqueologia Histórica de Belo Horizonte. Até aqui, não havia muito interesse em investigar o passado do arraial que antecedeu a capital, que existiu por dois séculos e contava com uma população considerável para os padrões da época. Mesmo que durante as escavações arqueológicas não sejam identificadas evidências da Capela, do cemitério e do adro, a importância do local como referência para a população negra de Belo Horizonte fica evidente, sendo o local de comemorações recentes amplamente divulgada pela imprensa.¹ Vale ressaltar que a iniciativa de buscar remanescentes de esta importante referência histórica de Belo Horizonte foi um primeiro e decisivo passo para informar, valorizar e reposicionar o papel de protagonismo da população negra do Curral Del-Rey.

¹ Exemplos de divulgação em mídias eletrônicas acessíveis (acessos em 20 ago. 2025) incluem: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/10/08/interna_gerais,1573362/largo-do-rosario-o-patrimonio-que-bh-quase-apagou-da-historia.shtml
<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/11/20/consciencia-conheca-a-historia-do-largo-do-rosario-parte-da-memoria-da-populacao-negra-de-belo-horizonte.ghtml>
<https://amarello.com.br/2023/01/cultura/apagamento-e-resgate-historico-o-largo-do-rosario/>
<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-inaugura-neste-sabado-placa-indicativa-do-largo-do-rosario-patrimonio-de-bh>
<https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/pesquisa-arqueologica-busca-resgate-do-largo-do-rosario-em-belo-horizonte-mg>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFENAS, Thiago. A. *Em memória das águas*. Belo Horizonte: Cosmopolíticas, 2022.
- ALLEN, Scott J. Prospecção Geofísica por Resistividade Elétrica no Sítio Guaibituguçu, Alagoas, Brasil: Resultados Preliminares. *Revista Noctua - Arqueologia e Patrimônio*, v. 2, n. 7, p. 3-14, 2022.
- ALLEN, Scott J.; PORSANI Jorge L.; POLUHA, Bruno. Geofísica Arqueológica no Ambiente da Arqueologia Urbana: Proposta Metodológica para Projetos Públicos. *Revista de Arqueologia*, v. 30 n. 1, 2017.
- ALVES, José Jerônimo A. *Métodos Geofísicos Aplicados à Arqueologia no Estado do Pará*. 1979. Tese (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1979.
- ANNAN, Alexander. P. *Ground Penetrating Radar: Principles, procedures & applications*. Mississauga (ON): Sensors & Software, Inc., 2003
- BARRETO, Albílio *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva - História Antiga e História Media*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1941/1996.
- BOTELHO, T. R. *Terra e Família: Transmissão da propriedade rural nas famílias de Curral Del-Rei, Minas Gerais, no século XIX*. XXX Simpósio Nacional de História, ANPUH, Recife, 2019.
- COSTA, F. W. S. Projeto Arqueológico Identificação e Mapeamento Geofísico do Cemitério e da Capela do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del-Rey. Processo Iphan nº 01514.000116/2024-05, 2024a.
- COSTA, F. W. S. Projeto Arqueológico do Largo do Rosário, Belo Horizonte/MG. Primeira Etapa. Identificação e Mapeamento Geofísico (Não-Interventivo) do Cemitério e da Capela do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del-Rei. Relatório Final da Primeira Etapa, IPHAN-MG, Belo Horizonte, 20p, 4 anexos, 2024b.
- DANIELS, David J. (ed.). *Ground penetrating radar*. 2. ed. Londres: IEE, 2004.
- DANIELS, David J. *Surface penetrating radar*. Londres: The Institution of Electrical Engineers, 1996.
- DIAS, F. M. Traços Históricos e Descritivos de Belo Horizonte; Typ. do Belo Horizonte, 1897. Edição Fac-Similar produzida da Publicadora Digital Xerox Docutech 135. Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Estado da Cultura. 1997.
- FIALHO, Thiago. A. Reconstituição de dados das cadernetas de campo da comissão construtora de Belo Horizonte. XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, São Carlos (SP), 2016.
- GOMES, Denise Maria C.; LUIZ, Jose G. Contextos domésticos no sítio arqueológico do Porto, Santarém, Brasil, identificados com o auxílio da geofísica por meio do método GPR. *Boletim Museu Paraense. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 8, n. 3, p. 639-656, 2013.
- GONZÁLEZ, Érika; ZANETTINI, Paulo. *Projeto Fronteira Ocidental: Escavações Virtuais no Complexo de Santo Antônio dos Militares, Quartel e Primeira Matriz com o Auxílio de GPR (Ground Penetrating Radar)*. Projeto Fronteira Ocidental Relatório Final, Fase 1. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2002.
- MARQUES, Rinaldo. O método geofísico (GPR) e a arqueologia. In: NAJJAR, Rosana. (org.) *Arqueologia no Pelourinho*. Brasília, DF: IPHAN, 2010. p. 118-128.
- MARTINS, Maria. C. S.; LIMA, Maurício. A. C.; SILVA, Helenice. C. C. População de Minas Gerais na Segunda Metade do Séc. XIX: Novas Evidências. X Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 2002.

- MELO, Mariana S. Geofísica Aplicada à Arqueologia: Investigação no Sítio Histórico Engenho Murucutu, em Belém, Pará. 2007. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- PEREIRA, Josemeire. A. Histórias familiares, trajetórias e experiências de liberdade de afrodescendentes em Belo Horizonte, MG. XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015.
- PORSANI, Jorge L. Ground penetrating radar (GPR): proposta metodológica de emprego em estudos geológico-geotécnicos nas regiões de Rio Claro e Descalvado, SP. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP), Rio Claro, 1999.
- PORSANI, Jorge L.; POLUHA, Bruno; SANTOS, Vinicius Rafael N. GPR profiles over plastic drums buried at the IAG/ USP geophysical test site-I, São Paulo, Brazil: a controlled experiment applied to environmental studies. *First Break*, v. 36, p. 65-70, 2018.
- PORSANI, Jorge L. *et al.* GPR Tomographic Imaging of Concrete Tubes and Steel/Plastic Tanks Buried in IAG/USP Geophysical Test Site, Brazil. *International Journal of Geosciences* (ON LINE), v. 8, p. 647- 658, 2017a.
- PORSANI, Jorge L. *et al.* GPR Tomography as Support for an Archaeological Excavation in Aripuanã Indigenous Cemetery, Amazon Region, Brazil. *International Journal of Geosciences*, v. 8, p. 1264-1277, 2017b.
- PORSANI, Jorge L. GPR applied to mapping utilities along the route of the Line 4 (yellow) subway tunnel construction in São Paulo City, Brazil. *Journal of Applied Geophysics*, v. 80, p. 25-31, 2012.
- PORSANI, Jorge L. *et al.* Comparing detection and location performance of perpendicular and parallel broadside GPR antenna orientations. *Journal of Applied Geophysics*, v. 70, p. 1-8, 2010.
- PORSANI, Jorge L.; SAUCK, William A. Ground-penetrating radar profiles over multiple steel tanks: Artifact removal through effective data processing. *Geophysics*, v. 72, n. 6, p. J77-J83, 2007.
- PORSANI, Jorge L. *et al.* O Sítio Controlado de Geofísica Rasa do IAG/USP: Instalação e Resultados GPR 2D-3D. *Revista Brasileira de Geofísica* (IMPRESSO), v. 24, p. 49-61, 2006.
- PORSANI, Jorge L.; ASSINE, Mário L.; MOUTINHO, Leandro. Application of GPR in the Study of Modern Alluvial Megafan: the Case of the Taquari River in Pantanal Wetland, West-Central Brazil. *Subsurface Sensing Technology and Applications*, v. 6, p. 219-233, 2005.
- PORSANI, Jorge L.; ELIS, Vagner R.; HODO, Francisco Y. Geophysical Investigations for the Characterization of Fractured Rock Aquifers in Itu, SE Brazil. *Journal of Applied Geophysics*, v. 57, p. 119-128, 2005.
- PORSANI, Jorge L. *et al.* The Use of GPR and VES in Delineating a Contamination Plume in a Landfill site: a Case Study in SE Brazil. *Journal of Applied Geophysics*, v. 55, p. 199-209, 2004a.
- PORSANI, Jorge L. *et al.* Investigações GPR nos distritos mineiros de Santa Bárbara e Bom Futuro: província estanífera de Rondônia. *Revista Brasileira de Geofísica*, v. 22, n.1, p. 57-68, 2004b.
- PORSANI, Jorge L. *et al.* GPR survey on underwater archaeological site: A case study at Jenipapo stilt village in the eastern Amazon region, Brazil. *Journal of Archaeological Science: Reports*, v. 51, p. 104-114, 2023.
- RODRIGUES, Selma I. *Caracterização GPR de tambores metálicos e plásticos: estudo sobre o sítio controlado do IAG/USP*. 2004. Tese (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2004.

- RODRIGUES, Selma I. *et al.* GPR and Inductive Electromagnetic Surveys Applied in Three Coastal Sambaqui (Shell Mounds) Archaeological Sites in Santa Catarina State, South Brazil. *Journal of Archaeological Science*, v. 36, p. 2081-2088, 2009.
- ROOSEVELT, Anna C. *Moundbuilders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajo Island, Brazil*. San Diego: Academic Press, 1991.
- SILVA, Mauro L. *O Patrimônio Sacro da Arquidiocese de Belo Horizonte e o Afro-Patrimônio de Belo Horizonte: da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del Rey (1819) à Igreja das Santas Pretas da Vila Estrela (2018)*. 2021. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas, Belo Horizonte, 2021.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 3 Setembro - Dezembro 2025

ARTIGO

LIBERDADES INTRAMUROS: AS MATERIALIDADES TÁTICAS NO HOSPITAL COLÔNIA DE BARBACENA*

Juliana Brandão**

RESUMO

Inaugurado no início do século XX, na cidade de Barbacena, o Hospital Colônia foi a primeira instituição psiquiátrica de Minas Gerais. Como característico de uma típica instituição total, o Colônia fez uso de um conjunto material para o controle e homogeneização de suas/seus pacientes, o qual analiso neste artigo a partir de uma abordagem hermenêutica. Não obstante o poder disciplinar imposto, as/os internas/os manipularam os objetos que compunham sua rotina hospitalar para elaborar suas subjetividades, demarcar individualidades, expressar suas dores e construir liberdades intramuros. Inspirada em Certeau, compreendo e leio os resultados desses atos de resistência como materialidades táticas, uma vez que subvertem a lógica institucional imposta.

Palavras-chave: Materialidade tática; Poder disciplinar; Hospital Colônia.

* Este artigo recebeu Menção Honrosa no 12º Prêmio Luiz de Castro Faria.

** Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Pará, e Doutora e Mestre em Antropologia, com área de concentração em Arqueologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: jumbrandao@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2732-4906>.

FREEDOMS WITHIN THE WALLS: TACTICAL MATERIALITIES AT THE HOSPITAL COLÔNIA DE BARBACENA

ABSTRACT

Founded at the beginning of the 20th century in the city of Barbacena, Hospital Colônia was the first psychiatric institution in Minas Gerais. As is characteristic of a typical total institution, Colônia employed material elements to control and homogenize of its patients, which I analyze in this article from a hermeneutic perspective. Despite the disciplinary power imposed, the inmates manipulated the objects comprising their hospital routine to construct their subjectivities, mark their individualities, express their pain, and create freedoms within the walls. Inspired by Certeau, I understand and read the results of these acts of resistance as tactical materialities, as they subvert the imposed institutional logic.

Keywords: Tactical materiality; Disciplinary power; Hospital Colônia.

LIBERTADES INTRAMUROS: LAS MATERIALIDADES TÁCTICAS EN EL HOSPITAL COLONIA DE BARBACENA

RESUMEN

Inaugurado a principios del siglo XX en la ciudad de Barbacena, el Hospital Colonia fue la primera institución psiquiátrica de Minas Gerais. Como característica de una típica institución total, el Colonia hizo uso de un conjunto material para el control y la homogeneización de sus pacientes, que se analiza en este artículo a partir de un enfoque hermenéutico. No obstante, el poder disciplinar impuesto a los internos manipularon los objetos que componían su rutina hospitalaria para elaborar sus subjetividades, demarcar las individualidades, expresar sus dolores y construir libertades intramuros. Con base en Certeau, se comprende e interpreta los resultados de esos actos de resistencia como materialidades tácticas, ya que subvierten la lógica institucional impuesta.

Palabras clave: Materialidad táctica; Poder disciplinar; Hospital Colonia.

INTRODUÇÃO: A *VIA CRUCIS*

Guanhães, Minas Gerais, setembro de 1911. Ali a vida de Maria José começaria a sofrer interferências do Estado ao ser considerada louca¹. Mulher parda, de aproximadamente 35 anos, viúva, sem estudos e que outrora trabalhara como cozinheira, tornou-se, certo dia, por alguma razão desconhecida, moradora de rua. Passados alguns anos, Maria José começou a se mostrar agressiva aos transeuntes da cidade, chamando a atenção da polícia. Atestado médico e ofícios do juiz e subdelegado de Guanhães foram encaminhados ao diretor do Hospital Colônia de Barbacena para que ela fosse ali internada como indigente – ou seja, isenta das mensalidades institucionais.

Uma vez disponibilizada uma vaga no hospital, Maria foi levada por uma viatura de polícia até a estação de trem de Sabará, percorrendo uma distância de aproximadamente 248 km. Uma vez em Sabará, ela embarcaria, em direção a Barbacena, no chamado trem de doido: um vagão que percorria Minas Gerais pela Estrada de Ferro Central do Brasil recolhendo as pessoas que seriam internadas no Hospital Colônia. Esse embarque dava início a uma *via crucis* através da qual todos os territórios do eu (corpo, ações, bens, pensamento etc.) são violados. Por ela passaram não só doentes mentais, como também diversas pessoas consideradas incômodos sociais: alcóolatrás, moças grávidas ou que perderam a virgindade fora do casamento, homossexuais, mulheres que se rebelavam contra a sociedade machista e sexista, entre outros.

O desembarque ocorria na Estação Ferroviária de Barbacena, cerca de 2 km de distância do Hospital Colônia. Da estação, aquelas pessoas seguiam a pé, escoltadas, até a instituição, gerando incômodos à população, que descrevia a cena como lamentável e entristecedora – com “os pobres doentes [seguindo] a pé, sob o frio intenso e o vento cortante, com poucas vestes, amarrados e em gritos”². Por vezes, esse percurso era marcado por abusos praticados pelas pessoas que deveriam garantir a integridade das/os e pacientes, que recebiam coronhadas e tapas dos praças responsáveis pela escolta³.

O Hospital Colônia de Barbacena, destino daquela longa caminhada, foi a primeira instituição psiquiátrica pública de Minas Gerais, tendo sido inaugurada em 1903. Com a crescente demanda e um quadro recorrente de superlotação, o hospital sofreu diversas ampliações ao longo dos anos, sendo a mais significativa a construção de uma colônia anexa, em 1922, destinada a pacientes crônicos e em condições de trabalhar. Posteriormente, o grande complexo hospitalar que se tornou o Colônia foi dividido em Departamento A – setor destinado às mulheres – e Departamento B – onde se situava a colônia, destinada aos homens. Juntos, os departamentos somavam uma área total de 8 milhões de metros quadrados, a qual, com o passar do tempo, diminuiu em decorrência de invasões e cessões (Duarte, 1996).

Adentrar os portões do Hospital Colônia não marcava o fim da longa *via crucis* percorrida por Maria José, assim como tantas outras Marias e José. Uma vez envolta

¹ A história que irei narrar sobre essa mulher foi inspirada na documentação situada no Arquivo Público Mineiro: SI¹⁰ Cx 14 Pc 41. Algumas informações realmente constam na referida documentação, e outras resultam de histórias diversas presentes em bibliografia sobre o Hospital Colônia de Barbacena.

² TRISTE E DECEPCIONANTE. Jornal Cidade de Barbacena, 18 set. 1941, p. 1. Fundo Altair José Savassi. Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi.

³ Um relato sobre este tipo de abuso está presente no ofício: Directoria da Assistencia a Alienados, 1 de agosto de 1904. SI-1652. Fundo da Secretaria do Interior. Série 10: Saúde e Assistência Pública. Arquivo Público Mineiro.

dos muros institucionais, a pessoa era imersa em um processo que a transformava em interna do Hospital Colônia. Esse processo, que resultava na transformação do sujeito, contou com suportes materiais que serão explanados neste artigo. Serão analisadas, ainda, as ações de resistência e as materialidades delas resultantes, compreendendo-as como tática, conforme conceituado por Certeau (1998, p. 100):

A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia von Büllow.

Assim, pretendo evidenciar que as internas e internos do Colônia não apenas se encontravam subjugados ao controle institucional, mas também teceram meios de elaborar suas subjetividades, demarcar individualidades, expressar suas dores e construir liberdades, ainda que intramuros.

A INTERNAÇÃO

O ritual de internamento da pessoa recém-chegada ao Hospital Colônia era marcado pelo que Goffman (1974) define como mortificação do eu. Trata-se de uma série de práticas que acarretam rebaixamento, degradação, humilhação e profanação da subjetividade do indivíduo, o que ocorre por meio da perda dos objetos pessoais e quando a/o interna/o se vê obrigada/o a executar uma rotina que lhe é estranha. A mortificação acontece, ainda, quando a pessoa é colocada/o numa realidade de grande exposição, na qual todos os territórios do eu são violados; ou mesmo por meio de sua exposição e vulnerabilização às contaminações mais variadas, seja pela insalubridade das instalações, dos alimentos ou dos procedimentos médicos e cirúrgicos. Por tais motivos, Goffman (1974) afirma que o processo de internação talvez possa ser denominado “arrumação” ou “programação”, pois, uma vez que a/o interna/o esteja dentro da instituição, será (re)modelada/o por meio das citadas operações de rotina.

Ao atravessar os portões do Colônia, Maria José, bem como as demais pessoas conduzidas até ali, imediatamente experimentou a perda de sua identidade: seus bens foram retidos no almoxarifado, seu cabelo foi cortado, foram-lhe entregues um uniforme institucional e um número de registro, e impuseram-lhe uma rotina padronizada. Por esta razão, o Hospital Colônia caracteriza-se como uma instituição total; isto é, um “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 1974, p. 11).

No Museu da Loucura⁴ é possível observar alguns desses objetos que foram retidos e nunca mais encontraram seus donos. Habitando uma cabine, hoje são vestígios de histórias interrompidas. Representam um violento ataque ao sujeito, cujo papel social anteriormente performado – como o de pessoa casada, amada e pertencente a uma família, tal como nos sugerem as alianças abaixo – lhe é negado

⁴ O Museu da Loucura foi inaugurado em 1996 por meio da parceria entre Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais e a Fundação Municipal de Cultura de Barbacena, com o objetivo de resgatar a memória do Hospital Colônia. Ele encontra-se instalado em um dos pavilhões do antigo Colônia.

(Figura 1). E juntamente com o papel social, perde-se também o rótulo de pessoa saudável, normal e detentora de razão.

Figura 1. Dinheiro e alianças recolhidas durante internação no Hospital Colônia.



Fonte: Museu da Loucura. Juliana Brandão (2018).

É importante ressaltar que os objetos têm o papel social de influenciar a forma como as pessoas interagem entre si, como se conhecem e se apresentam ao mundo. Considerados interferências materiais no campo social, os objetos podem ser uma ferramenta de criação tanto de individualidades como de coletividades (Wobst, 2000). A perda dos suportes materiais que ajudam a compor o indivíduo enquanto um ser particular desarticula sua subjetividade, sua forma de se entender e se apresentar no mundo, e abre espaço para a modelagem de um novo sujeito a partir da interferência de novas materialidades e de um novo contexto de sociabilidade (Cunzo, 1995; Davies, 2013; Myers, 2011). Além disso, também dificulta a forma como os outros leem esse indivíduo. Segundo Goffman (1995), quando um indivíduo se apresenta, as pessoas que o cercam se interessam em saber sua situação socioeconômica, o que pensa sobre si e sobre elas, se é digno de confiança etc. O ato de se apresentar é marcado pelas expressividades transmitida e emitida pelo indivíduo:

A primeira abrange os símbolos verbais, ou seus substitutos, que ele usa propositalmente e tão só para veicular a informação que ele e os outros sabem estar ligada a esses símbolos. Esta é a comunicação no sentido tradicional e escrito. A segunda inclui uma ampla gama de ações, que os outros podem considerar sintomáticas do ator, deduzindo – se que a ação foi levada a efeito por outras razões diferentes da informação assim transmitida (Goffman, 1995, p. 12).

A partir do que é expressado – seja verbalmente, em ações ou, ainda, materialmente –, os outros realizam inferências acerca do indivíduo, criando suas próprias leituras sobre quem ele é. Na ausência dos objetos particulares que compõem o indivíduo, entendo que essa leitura fica prejudicada, tornando-se incompleta. Afinal de contas, adquirimos e usamos as coisas como uma forma de afirmar nossa identidade, nos fazer pertencentes a um grupo e nos diferenciarmos de outros. Extirpar alguém desse processo de construção e apresentação de si configura um ato de violência contra sua subjetividade.

As consequências da mortificação do eu em instituições totais, como um hospital psiquiátrico, são variadas. Ela pode acarretar perturbação ou profanação da autonomia que o indivíduo tem no seu mundo, a qual é enfraquecida por meio de obrigações

específicas e quando seu comportamento é constantemente utilizado como prova do seu desequilíbrio mental. Disso decorre, ainda, a perda de decisão, uma vez que o indivíduo tem de se adequar aos ditames institucionais, renunciando a própria vontade. Pequenas e corriqueiras decisões como a hora de dormir, a hora de comer e o que comer, por onde caminhar, já não pertencem ao interno, uma vez que, no âmbito institucional, elas são atividades controladas por normas e horários fixados.

Durante o ritual de ingresso no Hospital Colônia, o uniforme institucional, popularmente chamado de “azulão”, cumpriu um papel excepcional na desconstrução das individualidades e conseqüente homogeneização das/os internas/os, bem como na sinalização das pessoas pertencentes à instituição – o que fez desse objeto um potente gerador de estigma. Confeccionado em brim azul – tecido de algodão resistente e barato –, diz-se que ele era incapaz de afastar o típico frio que atinge Barbacena por quase todo o ano. Padronizado, os homens recebiam calça e blusa, e as mulheres, vestidos. Além do uniforme, outra peça de roupa disponibilizada às/aos internas/os eram as vestimentas íntimas que, no caso das mulheres, resumiam-se a um sutiã de pano muito simples e um “calçolão”, que, por vezes, de tão largo, exigia um nó especial para não escorregar cintura abaixo⁵ (Figura 2).

Figura 2. “Azulão”: uniformes feminino e masculino do Hospital Colônia.



Fonte: Museu da Loucura. Foto de Juliana Brandão (2018).

Objetos pessoais, como roupas e adornos, são potentes criadores de autoimagem e identidade social. São materialidades que comunicam sobre status, idade, sexo, classe social, ocupação profissional, religião etc. (Cunzo, 1995; Davies, 2013). Nas instituições de internação que surgiram no mundo moderno a partir do século XVIII, como asilos, *almshouses*, *workhouses*, prisões e manicômios, os uniformes foram adotados para distinguir suas/seus internas/os da comunidade externa à instituição, e como forma de controlar e moldar esses indivíduos conforme os objetivos institucionais, haja vista que “o controle comportamental e a reforma moral eram frequentemente codificados na adoção de

⁵ Informação obtida a partir de entrevista com uma ex-interna, realizada em março de 2018.

uniformes institucionais” (Davies, 2013, p. 1, tradução própria). Portanto, nesse contexto, a roupa representa uma quebra simbólica entre a vida passada do indivíduo e sua vida institucionalizada, proclamando, assim, seu status de pessoa confinada.

Além de fazer parte do processo de mortificação das individualidades, o azulão contribuiu para a identificação das/os internas/os. Na colônia anexa ao hospital, era aplicada a laborterapia, isto é, a terapia por meio de atividades ligadas à confecção de trabalhos manuais, oficinas, olaria e atividades agropecuárias (Duarte, 1996). Contudo, nem sempre essa terapêutica se restringia aos muros institucionais, sendo utilizada também como meio de exploração de mão de obra. Alguns pacientes em condição de trabalhar eram encaminhados para realizar diversos tipos de serviços por Barbacena: capinavam as ruas do município, abriam estradas, limpavam pastos, consertavam vias públicas, além de realizar serviços domésticos nas casas de funcionários e demais moradores da cidade. Nesses contextos, o uniforme azul de brim caracterizava os pacientes do Colônia, deixando visivelmente claro à população barbacenense de quem se tratava. Ou seja, o uniforme trazia e consolidava o estigma da loucura. Desse modo, longe dos muros institucionais, enquanto executavam quaisquer atividades pela cidade, o azulão permitia identificá-los como os loucos pertencentes ao Colônia; conseqüentemente, permitia controlar seus passos mesmo fora do terreno do hospital.

O uniforme também favorecia a homogeneização de uma comunidade totalmente heterogênea. As/os internas/os do Colônia formavam um grupo plural composto por pessoas de diferentes idades, cores, estados civis, diagnósticos, lugares de origem e que carregavam consigo histórias diversas que as conduziram até ali. Porém, uma vez atravessado o ritual de internação e recebido o azulão, todas essas pessoas eram despidas de suas individualidades e passavam a compor uma massa que carregava o mesmo estigma social: de pessoas desprovidas de razão, que comprometiam a ordem social e que deveriam ser segregadas para receber tratamento psiquiátrico. Tal como observou Lima Barreto (2017, p. 39) durante a sua segunda internação no Hospício Nacional (de dezembro de 1919 a fevereiro de 1920): naquele ambiente institucional “não há espécies, não há raças de loucos; há loucos só”.

Pode-se afirmar, então, que o uniforme constituía o louco, ao mesmo tempo que reforçava um sistema de segregação que se faz presente até hoje nas lembranças de muitos barbacenenses. Com isso quero dizer que, ao vestir o azulão, Maria José, aquela mulher parda de Guanhões, viúva, que havia percorrido 35 anos de uma vida provavelmente muito difícil, deixava de existir perante a instituição e a sociedade, que passavam a enxergá-la apenas como mais uma louca do Colônia. Sem pretender estabelecer uma comparação direta, cabe lembrar as lições que a Alemanha nazista nos deixou durante seu processo de perseguição e segregação dos judeus: o ato de marcar o outro – seja pela roupa, por um símbolo ou um acessório – é uma forma de estigmatizar, humilhar e retirá-lo da sociedade, bem como seus direitos associados. No Hospital Colônia, o azulão cumpriu um papel semelhante, tal como os uniformes empregados em diversas instituições totais.

Apartir dessas leituras analíticas a respeito do uniforme do Colônia, podemos observar que, além de suprimir as individualidades das e dos pacientes, ele desempenhou o papel de manutenção da ordem e da disciplina. Conforme sugere Davies (2013, p. 2, tradução própria), o uniforme anuncia “uma identidade na qual determinado tipo de comportamento é exigido do usuário e esperado pelo observador [...] [tornando – se] um elemento na maquinaria do poder que mantém a desigualdade entre a instituição e os internos”.

A mesma leitura pode ser estendida aos demais objetos institucionais, como pratos, talheres, canecas e camas, haja vista que também eles seguiam um padrão, anulando a possibilidade de criação de individualidades entre as/os internas/os, e marcando a diferenciação entre eles e as/os funcionárias/os do hospital (Figura 3).

Figura 3. Canecas utilizadas no Hospital Colônia.

Fonte: Museu da Loucura. Foto de Juliana Brandão (2018).

Nas listas de compras do Colônia, é possível ver claramente os objetos destinados às/aos pacientes e aqueles destinados às/aos funcionárias/os. Ao longo dos anos, compunham o universo material das/os internas/os canecas, colheres e pratos de ferro, banheiras de ferro esmaltado e camas de ferro reforçadas – além, é claro, do uniforme. No entanto, para o grupo de pessoas que trabalhavam na instituição, foram adquiridos facas e garfos americanos, copos meio cristal e colherinhas de metal brancas. Especificamente para o quarto de pernoite do médico, providenciou-se “1 cama, 1 criado – mudo, 1 tapete, 1 cabide”⁶. Observa-se, então, que a qualidade dos objetos marcava a diferenciação entre pacientes e funcionários. Além disso, a criação de um espaço privado, com itens que demonstram certo conforto e aconchego, como o tapete e a mesinha de cabeceira, demarcava um outro nível de hierarquia: entre os médicos e as demais trabalhadoras/es do hospital.

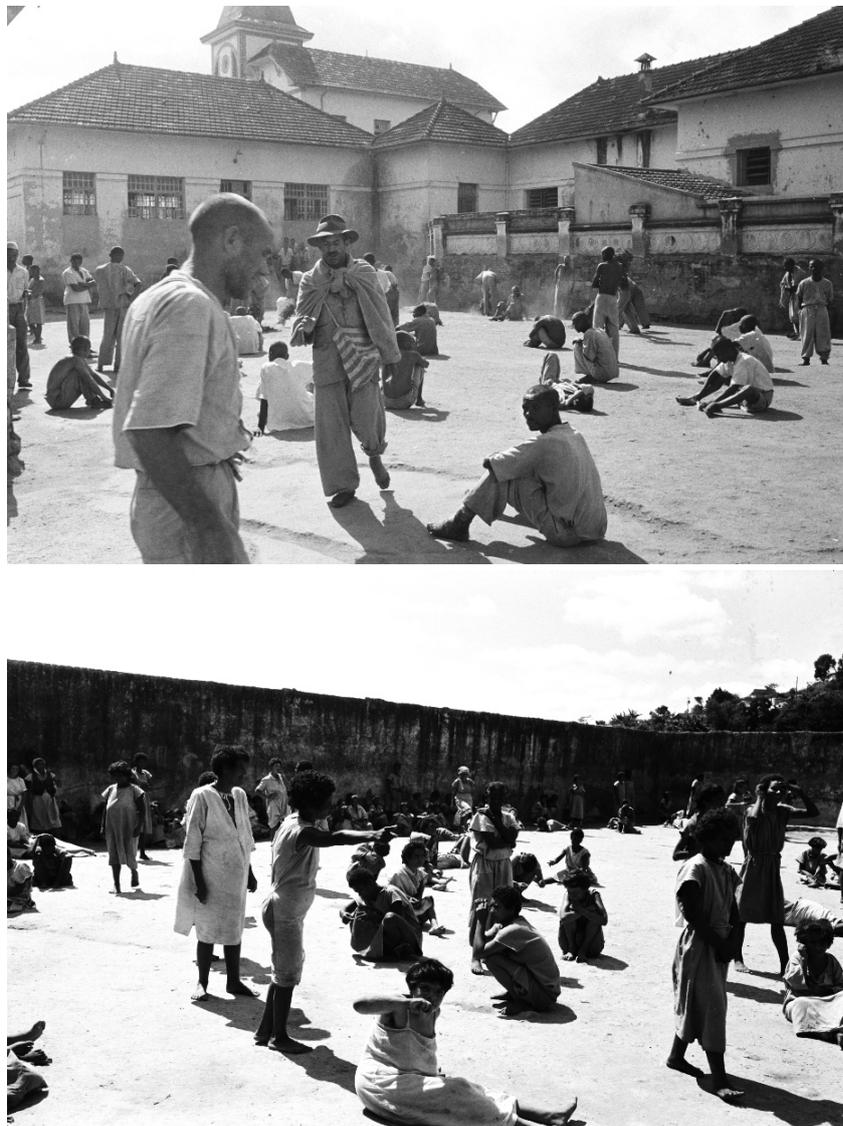
Nos relatos das/os ex-internas/os do Colônia, roupas, adornos e objetos que carregavam consigo são imagens demasiado turvas em suas memórias. Muitos relataram ter chegado portando apenas a roupa do corpo, a qual já não recordam como era. Porém, é interessante observar a importância que dão às coisas que possuem atualmente. E, mais do que isso, a importância do poder de escolha. Passados anos de privações, vivendo em um contexto no qual tudo o que lhes cercava e vestia tinha a assinatura institucional ou

⁶ Lista de mobiliário necessário, sem data. SI-2001. Fundo da Secretaria do Interior. Série 10: Saúde e Assistência Pública. Arquivo Público Mineiro.

vinha de doações, a ênfase que dão ao poder de escolha e compra de algo que lhes agrada e compõe seu desejo é um dos pontos cruciais que marca a nova vida, desvincilhada das amarras institucionais. Não foram raras as vezes em que, me recebendo em suas casas, essas pessoas faziam questão de mostrar seus quadros, aparelhos de som, roupas, acessórios, isto é, objetos que compõem o conjunto material representativo da vida fora do hospital.

Outro meio de mortificação das subjetividades se deu pela ausência de espaços privados sob a justificativa da necessidade de controlar e vigiar as/os pacientes a fim de incutir-lhes condutas adequadas. Essa falta de privacidade destrutura o espaço do eu e a manutenção da identidade pessoal. O Hospital Colônia era composto por vários espaços coletivos: refeitórios, dormitórios, banheiros e pátios internos dos pavilhões. Em tese, os pátios eram locais destinados ao lazer, permitindo às/aos internas/os ficarem fora dos pavilhões, mas ainda presas/os a restritos metros quadrados. Através das fotos de Luiz Alfredo (Figura 4), produzidas em 1961, observamos que os pátios não ofereciam qualquer conforto ou mecanismos que tornassem o passar do tempo mais agradável, de modo que as/os pacientes passavam a maior parte dos dias entregues ao ócio, ao calor ou ao frio.

Figura 4. Pátios de pavilhões do Hospital Colônia de Barbacena.



Fonte: Acervo de Luiz Alfredo (1961).

Wickert (1998) ressalta que tal coletividade imposta, somada à rotina e às normas características das instituições manicomiais, é cruel e mantenedora da doença mental, uma vez que impossibilita “qualquer tentativa saudável de individualização, da vivência do desejo”. Para a autora, a ausência do direito a alteridade é também a negação ao direito do exercício da cidadania. No ambiente manicomial, toda conduta, desejo ou subjetividade são encarados como coisa de louco, reduzindo, desse modo, o indivíduo a um objeto de análise e intervenção médicas. O poder-saber médico, portanto, validava que agentes de saúde atuantes no Colônia pudessem invadir e interferir na conduta e na subjetividade das/os pacientes, estes sempre expostos em ambientes coletivos a fim de que pudessem retornar à sociedade com um comportamento socialmente aceito.

MATERIALIDADES TÁTICAS E LIBERDADES INTRAMUROS

As materialidades do Hospital Colônia nos apontam para uma instituição assentada em um poder disciplinar, o qual culmina na criação de corpos dóceis e no silenciamento das/os pacientes ou, como afirma Porter (1990, p. 44), sua transformação em seres “inaudíveis para a maioria das pessoas e ininteligíveis para outras, pouco inclinadas a escutar”. Ao segregas as pessoas, impondo-lhes disciplina e um espaço delimitado, não são apenas seus corpos que são trancados. Tranca-se a pessoa em sua totalidade, inclusive no que diz respeito ao expressar-se.

Porém, mesmo nesse ambiente, as/os internas/os construíram maneiras de vencer o tédio, de exprimir suas subjetividades e criar espaços de individualidade; afinal, conforme nos lembra Goffman (1974, p. 246), “sempre que se impõem mundos, se criam submundos”. Em meio às materialidades da internação, existe uma tensão a elas subjacente: por um lado temos o mecanismo disciplinar expresso nos objetos institucionais que tentam implantar certa uniformidade entre as/os internas/os. Ao mesmo tempo, porém, essas mesmas materialidades contêm evidências de construção de identidade pessoal e/ou comunitária a partir da forma como as pessoas vivenciaram a internação. Diante disso, “a pesquisa arqueológica sobre o confinamento nos permite não apenas recuperar evidências físicas de cada uma dessas dimensões, mas também lançar luz à natureza dessa tensão dinâmica do material” (Casella, 2011, p. 289).

Conforme vimos, a chegada ao hospital era marcada pela remoção de todos os objetos pessoais e conseqüente mortificação das subjetividades. Isto, porém, não impediu que as/os internas/os vasculhassem o conjunto material do hospital em busca de aquisições e (re)criação de coisas para si. Diante da ausência de armários particulares, ou mesmo de lugares seguros em que pudessem guardar seus novos itens pessoais, muitas/os pacientes adotaram o uso de bornais: sacolas de pano, em geral feitas a partir de pedaços de tecido de seus próprios uniformes, que carregavam a todo o momento a tiracolo ou penduradas no pescoço (Figura 5).

Escova de dente, batom que ganhou de presente de alguma funcionária, pedaços de papel e de fumo, cachimbo, um pedaço de pão que sobrou no café da manhã e que poderia ser comido mais tarde... pequenos tesouros guardados em simples sacolas de pano surrado. A importância que esses itens ganhavam naquele contexto de confinamento era tamanha que, em dias de limpeza, um grande estresse tomava conta dos pavilhões. Josué⁷,

⁷ Nome fictício adotado para preservar a identidade da pessoa entrevistada. Entrevista realizada em novembro de 2017.

ex-funcionário do Colônia, relatou que havia dias em que era necessário esvaziar e limpar os bornais, os quais, segundo ele, acumulavam lixo que as/os pacientes iam coletando ao longo dos dias. Evidentemente, as/os donas/os dos bordais não concordavam com mais essa apreensão de seus bens pessoais, opondo-se fortemente às normas que funcionários como Josué precisavam executar.

Figura 5. Interno do Hospital Colônia com um bernal no pescoço.



Fonte: Acervo pessoal de Luiz Alfredo (1961).

Não é possível precisar quando exatamente este item começou a ser confeccionado pelas/os pacientes. Sua existência, porém, se fez presente nas lembranças tanto das/os ex-funcionárias/os como das/os ex-internas/os, apontando para uma ampla adoção do bernal naquela comunidade. Mais que um objeto particular, compreendo os bornais como marcador de uma identidade comunitária entre as/os pacientes do Colônia, haja vista ser uma materialidade cuja elaboração e uso partiu de uma demanda deles próprios.

Um item presente na rotina hospitalar desde seus primeiros anos de funcionamento foi o fumo – elemento demasiado comum nas instituições psiquiátricas em geral. Ele, inclusive, estava presente nas listas de compras do hospital, que adquiria grandes quantidades de fumo em corda. Em 1909, por exemplo, estava previsto, no orçamento da instituição, o gasto de 400 mil réis em artigos classificados como “Auxílio aos indigentes (loucos)”, entre os quais constava o fumo⁸. E de acordo com os recibos⁹ referentes às compras executadas durante 1924, foram adquiridos, ao longo do ano, 915 kg daquele item. No contexto manicomial, o fumo era utilizado para diferentes fins: em negociações entre funcionárias/os e pacientes, em que o artigo era oferecido como premiação por

⁸ Orçamento da receita e despesa da Assistência a Alienados do Estado de Minas Geraes, para o anno de 1909, 15 de dezembro de 1908. SI-1711. Fundo da Secretaria do Interior. Série 10: Saúde e Assistência Pública. Arquivo Público Mineiro.

⁹ Recibos emitidos pela Fábrica de Fumos e Torrefação de Café M. Q. Dias Cardoso, 1924. SI-2001. Fundo da Secretaria do Interior. Série 10: Saúde e Assistência Pública. Arquivo Público Mineiro.

bom comportamento ou por serviços prestados (como ajudar na limpeza do pavilhão, ou auxiliar em reparos e obras nas casas de funcionárias/os); como artifício para manter tranquilas algumas internas/os; ou, ainda, como meio de tornar suportável o passar do tempo entre paredes, preenchendo a ociosidade ali presente.

Segundo Josué, dentro da rotina hospitalar havia horários fixados para a distribuição dos cigarros. O fumo em corda era picado pelos funcionários e enrolado na palha – hábito típico e ainda muito presente em Minas Gerais. Por vezes, na ausência de palha, utilizavam-se papéis ou jornais. Às vezes, alguns pacientes auxiliavam na montagem e distribuição dos cigarros, porém o ato de acendê-los cabia apenas aos funcionários. Havia, no entanto, quem conseguisse obter às escondidas um palito de fósforo, que logo compunha seu conjunto de itens pessoais e essenciais carregados no bernal. Outros conseguiam, ainda, pedaços inteiros do fumo de corda. Tais sortudos, segundo Josué, mantinham sempre uma das unhas da mão suficientemente grande para raspá-lo e, assim, montar seus próprios cigarros ao longo do dia.

Atrelado ao hábito de fumar, algumas internas/os desenvolveram a habilidade de construir cachimbos para si. Eles eram feitos com pedaços de tijolo, lata ou mesmo caneca – que constituíam o forninho – e um pedaço de bambu, para fazer a haste (Figura 6).

Figura 6. Cachimbos confeccionados por internos do Hospital Colônia.



Fonte: Acervo pessoal. Foto de Juliana Brandão, Museu da Loucura (2018).

O ato de fumar cachimbo perpassou a vida institucional de muitas pessoas e as acompanhou na nova vida fora dos muros. A atual postura da medicina em frear o tabagismo faz com que o fumo nas Residências Terapêuticas¹⁰ seja minimamente controlado, a fim de evitar que as/os residentes fumem em demasia. O hábito nunca foi absolutamente cortado porque o corpo técnico que atua nas residências entende que o fumo está enraizado e estrutura os momentos de lazer, distração e introspecção daquelas pessoas. Diante disso, muitas/os ex-internas/os, após saírem do hospital, fizeram questão de comprar um cachimbo de madeira e o consideram um item pessoal importante (Figura 7).

¹⁰ Após a implantação da Lei Federal nº 10.216 de 2001, conhecida como Lei Antimanicomial, muitos pacientes do antigo Colônia, bem como de outras instituições psiquiátricas do estado de Minas Gerais, foram encaminhados para residências terapêuticas, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde Mental, onde experimentam a reinserção no convívio social.

Figura 7. Cachimbo de uma ex-interna entrevistada.

Fonte: Acervo pessoal. Foto de Juliana Brandão (2018).

Houve, ainda, casos de pacientes que obtiveram objetos por meio de doações, como agasalhos, cobertores, batons, calçados ou, ainda, bonecas. Sueli Resende¹¹ foi uma dessas pessoas que recebeu doações ao longo de sua experiência de internação, e uma boneca foi um dos presentes mais significativos. A boneca de Sueli, que se encontra exposta no Museu da Loucura (Figura 8), carrega a expressão máxima do amor e da dor: ela representa a filha que nasceu no hospital e que lhe foi tirada sem seu consentimento. Sem poder cuidar da filha, cuidava da boneca, cujo zelo está expresso em seus acessórios, unhas pintadas e cabelos bem penteados. A cada ano, a boneca recebeu as felicitações que Sueli gostaria de ter dado pessoalmente à filha. Negado o direito de ter perto a sua menina, Sueli reelaborou a dor e redirecionou seu afeto a uma boneca que representa muito mais que um brinquedo: ela representa o indizível.

Outra história muito sensível é a de Durval Moreira¹², paciente crônico e conhecido por seu temperamento sempre calmo e obediente. Internado em 1972, Durval experimentou uma possibilidade de liberdade incomum naquele ambiente manicomial. Ele trabalhava na olaria do Colônia puxando o burro que rodava a manjarra¹³ e foi autorizado a residir nas proximidades do seu local de trabalho, longe dos pavilhões do

¹¹ Conheci a história de Sueli por meio de uma funcionária do Museu da Loucura.

¹² Conheci a história de Durval através do pesquisador Edson Brandão, responsável pelo projeto visual, roteiro e textos da exposição permanente do Museu da Loucura quando de sua fundação, em 1996.

¹³ Instrumento usado em engenho de cana-de-açúcar ou olaria e que movimenta o moinho.

hospital. Ali, em um espaço que era todo seu, resolveu cultivar uma horta. A fim de protegê-la, ergueu uma muralha composta por pedras e vários outros materiais encontrados no terreno da instituição (Figura 9).

Figura 8. Bonecos de pacientes do Hospital Colônia, com destaque para a boneca que pertenceu a Sueli Resende.



Fonte: Acervo pessoal. Foto de Juliana Brandão, Museu da Loucura (2018).

Quando a olaria foi desativada, Durval viu-se novamente cercado pelas paredes do pavilhão do hospital. Porém, num ato de resistência, ele transferiu a muralha, pedra por pedra, dia após dia, para perto de sua nova morada – que se situava a uma distância de 1,5 km do hospital. Durval faleceu em fevereiro de 1999, com um saco de pedras nas costas, enquanto ainda tentava reconstruir por completo sua muralha. Sua *causa mortis* foi registrada como desconhecida. Atualmente, a muralha está completamente encoberta por mato, próximo à portaria do Hospital Regional – antigo Departamento B do Colônia.

Muito se pode especular acerca da finalidade do esforço de Durval em transferir sua criação para as proximidades do pavilhão em que fora obrigado a viver. Prefiro ficar com a provocação de Dantas (2009, p. 115), que, ao tratar da arte de Bispo do Rosário, afirmou: “O incompreensível não está na emissão da mensagem artística, mas na sua recepção, na nossa resistência, na nossa rejeição em aceitar aquilo que se desvia das normas”. Logo, não é a loucura que torna compreensível o ato de Durval e sua criação, mas, ao contrário, é sua criação “que exigiu a loucura de uma vida para que ela própria, enquanto obra, pudesse vir a ser” (Dantas, 2009, p. 9). É irônico pensar em uma muralha como símbolo de liberdade, mas acredito que era exatamente isso que Durval estava

construindo ao empilhar aquelas pedras e sucatas em torno de sua horta. E sendo a liberdade algo tão valioso, sobretudo naquele contexto de confinamento, todo esforço era necessário para carregá-la para perto de si e não a perder de vista.

Figura 9. Muralha construída por Durval Moreira.



Fotos: Jairo Toledo e Valéria Ribeiro (2015).

Ressaltar essas formas de expressão materializadas na confecção de um cachimbo, no zelo com uma boneca ou na construção de uma muralha, é importante porque retira as/os pacientes da posição de passividade, de simples vítimas que absorvem e naturalizam o sistema, ficando sem voz, ação ou reação. Conforme nos mostra Porter

(1990), alguns internos de manicômios entre os séculos XVIII e XIX escreveram diários, chegando, inclusive, a publicá-los. Entre os gêneros autobiográficos analisados por Porter (1990), estão aqueles de cunho espiritual e os que expõem agressiva e criticamente os motivos de seus atos, bem como as falhas e abusos no tratamento da loucura. Isso chama atenção para o fato de que a/o interna/o cuja sanidade era tida como ausente podia, sim, ser protagonista de sua história, bem como fazê-la ser conhecida.

Minha leitura é a de que os objetos criados e ressignificados no interior do Colônia pelas/os pacientes constituíram-se em materialidades táticas; ou seja, possibilidades de fuga e expressão dentro do ambiente manicomial. Ainda que não pudessem sair fisicamente do hospital, a artesanaria de coisas para si e a relação criada com elas teceram espaços de individualidade e movimentos de liberdade que quebravam a lógica disciplinar institucional, desestabilizando, assim, a uniformidade esperada. Diante da monotonia e do controle que constantemente perpassavam a vida de internação, as/os pacientes vasculharam o mundo material do hospital em busca de recursos que lhes permitissem passar o tempo e fugir mentalmente da vida trancafiada. Foi dessa maneira que comunicaram sua resistência e registraram materialmente suas experiências de confinamento, algo que Casella (2011, p. 291) denomina como “assinaturas materiais de diversificação”, as quais podem indicar tanto uma resistência ativa ao sistema disciplinar como uma adaptação estratégica da uniformidade que lhe é característica.

Por fim, embora haja uma experiência compartilhada no contexto de confinamento, e indícios de resistência a este, cabe pontuar que a comunidade de pacientes do Hospital Colônia não representa uma espécie de contra-hegemonia coesa. Longe disso, essa comunidade e todas as suas particularidades emergem como um conjunto heterogêneo de desejos, aspirações, inimizades e competições, muitos dos quais expressos nos objetos criados e recriados por seus membros.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Apesar de as materialidades do Hospital Colônia apontarem para uma experiência de apagamento dos desejos, da autonomia e das subjetividades, reforçada pela rotina disciplinar imposta, os regulamentos institucionais sugeriam uma outra realidade, esta marcada pela atenção, pelo cuidado prestado e pelos tratamentos destinados às/aos doentes mentais que ali chegavam. Fica evidente, portanto, um hiato entre as documentações oficiais do hospital, responsáveis por regulamentar seu bom funcionamento, e aquilo que foi concretizado e praticado.

A grande cidade de loucos que se tornou o Colônia, composta por 60 edificações, entre as quais pavilhões (residenciais, administrativos, farmacêutico e laborais), capela, cozinha, rouparia, necrotério e casas de funcionários, além da olaria, resultou na segregação socioespacial de um grande contingente de incômodos sociais. Contudo, cabe reconhecer que, até o início da década de 1950, havia um esforço em proporcionar às/aos pacientes algo além da clausura: os pátios, ainda que monótonos, eram espaços pelos quais elas/es podiam circular, criar laços, construir seus cachimbos e apreciar o fumo. Além disso, em alguns pavilhões houve o projeto inicial de implantar áreas recreativas – embora tal intenção não tenha sido concretizada.

Mesmo no interior desse contexto de controle, foi possível o desenvolvimento de efeitos imprevistos, os quais estão prescritos naquilo que Certeau (1998, p. 93) denominou “tática”: “Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura pluralidade e criatividade”. As oficinas, o trabalho agropecuário e o trabalho na padaria e na olaria, mesmo que tivessem como um de seus propósitos incutir outras formas de controle sob os corpos e tornar a instituição autossustentável, acabavam por permitir

uma fuga do ambiente fechado dos pavilhões, bem como movimentos de liberdade, com a possibilidade de criar espaços de individualidade afastados daquelas edificações.

Pudemos observar, também, que o Hospital Colônia não apenas apresentava barreiras físicas que delimitavam a relação social de suas/seus internas/os com o mundo externo, como também impunham barreiras simbólicas. O uniforme é o grande exemplar de como os limites e controle institucionais estendiam-se para além de seus pavilhões, sendo um sinalizador da loucura e fazendo com que as/os pacientes fossem lidos, pela população externa, primeiramente e principalmente como loucas/os. Desse modo, o hospital apresentava-se como um enclave entre os mundos da razão e da desrazão e como um mantenedor da doença mental.

Toda a estrutura de confinamento, somada aos objetos institucionais com grande potencial de padronização, dificultava sobremaneira, às vezes até impedia por completo, a subjetivação e vivência do desejo – tão fundamentais para a constituição do indivíduo. Se considerarmos o conceito de saúde proposto por Dejours (1986, p. 5), de que ela é definida pelo direito de “traçar um caminho pessoal e original, em direção ao bem-estar físico, psíquico e social”, o Colônia mostra-se como uma máquina adoecedora, visto que dificultava às/aos seus pacientes o exercício de elaboração da própria subjetividade.

Nesse contexto, os atos de resistência por parte das/os internas/os foram fundamentais para subverter a lógica institucional imposta e, assim, (re)criar suas individualidades e liberdades. Portanto, cada objeto criado ou negociado dentro do ambiente manicomial pode ser lido como materialidade tática; isto é, um golpe ou prestidigitação executada dentro dos muros institucionais com o intuito de livrar-se deles. O livrar-se não necessariamente se traduzia em fuga efetiva, deslocando-se daquele espaço físico para outro envolto de liberdade. A fuga podia se dar entre muros, no ato de fumar um cachimbo que foi confeccionado ali mesmo, com restos de outros objetos, ou ainda erguendo outros muros, menos estáticos e transponíveis, mas capazes de manter um tesouro seguro – como aquele criado por Durval Moreira. A liberdade, portanto, estava impressa na possibilidade de construir: coisas ou afetos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), cuja bolsa de doutorado garantiu a execução desta pesquisa, e ao Profº Drº Andres Zarankin, pela atenta orientação ao longo da pós-graduação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Lima. *Diário do Hospício: o cemitério dos vivos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CASELLA, Eleanor. C. Lockdown: On the Materiality of Confinement. In: MOSHENSKA, Gabriel; MYERS, Adrian (org.). *Archaeologies of Internment*. New York (US): Springer, 2011. p. 285-295.
- DANTAS, Marta. *Arthur Bispo do Rosário: a poética do delírio*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- DAVIES, Peter. Clothing and textiles at the Hyde Park Barracks Destitute Asylum, Sydney, Australia. *Post – Medieval Archaeology*, v. 47, n. 1, p. 1-16, 2013.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CUNZO, Lu A. de. Reform, Respite, Ritual: Na Archaeology of Institutions; The Magdalen Society of Philadelphia, 1800-1850. *Historical Archaeology*, v. 29, n. 3, p. 1-168, 1995.
- DEJOURS, Christophe. Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 14, n. 54, 1986.

DUARTE, Maristela N. *Ares e luzes para mentes obscuras*. O Hospital Colônia de Barbacena: 1922-1946. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MYERS, Adrian. The Things of Auschwitz. In: MOSHENSKA, Gabriel; MYERS, Adrian (orgs.). *Archaeologies of Internment*. New York (US): Springer, 2011. p. 75-88.

PORTER, Roy. *Uma história social da loucura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

WICKERT, Luciana F. Loucura e direito a alteridade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 18, n. 1, 1998.

WOBST, H. Martin. Agency in (spite of) material culture. In: DOBRES, Marcia-Anne; ROBB, John E. (org.). *Agency in Archaeology*. New York (US): Routledge, 2000. p. 40-50.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *SI10 Cx 14 Pc 41*. Fundo da Secretaria do Interior. Série 10: Saúde e Assistência Pública.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *SI – 1652*. Fundo da Secretaria do Interior. Série 10: Saúde e Assistência Pública.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *SI – 1711*. Fundo da Secretaria do Interior. Série 10: Saúde e Assistência Pública.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *SI – 2001*. Fundo da Secretaria do Interior. Série 10: Saúde e Assistência Pública.

JORNAL CIDADE DE BARBACENA. *Triste e decepcionante*, Barbacena, 18 set. 1941, p. 1. Fundo Altair José Savassi. Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 3 Setembro - Dezembro 2025

ARTIGO

A COLEÇÃO DE PONTAS LÍTICAS LASCADAS DO LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA, ETNOLOGIA E ETNO-HISTÓRIA: MORFOMETRIA E ESPACIALIZAÇÃO*

Julia Mahamut Garcia**, Marcio Augusto Uliana Macella***

RESUMO

A Tradição Umbu se tornou uma classificação controversa ao longo do tempo por ser definida com base na presença de pontas líticas lascadas, o que abarcou a região Sul inteira e parte da Sudeste. Consequentemente, os sítios arqueológicos que possuíam esses artefatos eram associados à Tradição Umbu, gerando grande extensão geográfica. O objetivo desta pesquisa foi estudar as pontas líticas lascadas da coleção do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE/UEM). Para tal, foram empregados os métodos da morfometria geométrica, que estuda as comparações entre formas. Nesta pesquisa, foram estudados 53 bens arqueológicos identificados como ponta lítica íntegra. Os resultados apontaram para uma variedade de pontas líticas lascadas que anteriormente eram associadas à Tradição Umbu.

Palavras-chave: Arqueologia do Paraná; Morfometria geométrica; Ponta lítica.

* Pesquisa realizada com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001, entre março de 2023 e julho de 2024.

** Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (PPH/UEM). Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE/UEM).

E-mail: juliamahamut@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7746-2471>.

*** Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (PPH/UEM). Pesquisador vinculado ao Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE/UEM).

E-mail: marcioaugustomacella01@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8855-2421>.

THE COLLECTION OF CHIPPED LITHIC POINTS FROM THE LABORATORY OF ARCHAEOLOGY, ETHNOLOGY, AND ETHNOHISTORY: MORPHOMETRY AND SPATIALIZATION

ABSTRACT

The Umbu Tradition has become a controversial classification over time because it was defined based on the presence of chipped lithic points, which encompassed the entire South and part of the Southeast. Consequently, archaeological sites containing these artifacts were associated with the Umbu Tradition, resulting in an extensive geographical range. The aim of this research was to study the chipped lithic points in the collection of the Laboratory of Archaeology, Ethnology, and Ethnohistory (LAEE/UEM). For this purpose, we employed geometric morphometry methods, which compare shapes. This study analyzed 53 archaeological objects identified as intact lithic points. The results revealed a variety of chipped lithic points that were previously associated with the Umbu Tradition.

Keywords: Archaeology of Paraná; Geometric morphometrics; Lithic point.

LA COLECCIÓN DE PUNTAS LÍTICAS ASTILLADAS DEL LABORATORIO DE ARQUEOLOGÍA, ETNOLOGÍA Y ETNOHISTORIA: MORFOMETRÍA Y ESPACIALIZACIÓN

RESUMEN

La tradición Umbu se convirtió en una clasificación controvertida porque se definía en función de la presencia de puntas líticas astilladas y abarcó todo el Sur y parte del Sureste de Brasil. Como resultado, los sitios arqueológicos que contenían estos artefactos se asociaron con la tradición Umbu, creando una gran área geográfica. El objetivo de esta investigación fue estudiar las puntas líticas astilladas de la colección del Laboratorio de Arqueología, Etnología y Etnohistoria (LAEE/UEM). Para ello, se utilizaron los métodos de la morfometría geométrica, que estudia la comparación entre formas. En esta investigación se evaluaron 53 objetos arqueológicos identificados como puntas líticas intactas. Los resultados apuntaron a una variedad de puntas líticas astilladas que anteriormente se asociaban a la tradición Umbu.

Palabras clave: Arqueología de Paraná; Morfometría geométrica; Punta lítica.

INTRODUÇÃO

Apresentamos aqui a análise dos artefatos líticos lascados, popularmente conhecidos como ponta de projétil, pertencentes à coleção do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá (LAEE/UEM). Por se tratar de uma reserva técnica com entrada contínua de bens arqueológicos móveis, fez-se necessário delimitar a análise às pontas incorporadas ao acervo desde o início de recebimento das peças, no ano de 1987, até o começo desta pesquisa, no ano de 2022, que tinham por origem o estado do Paraná.

As pontas líticas são artefatos lascados, em rochas ou minerais, com um ápice afiado que tem por objetivo penetrar alvos e presas. São genericamente conhecidas como *ponta de flecha* ou *ponta de projétil* (Okumura; Araujo, 2013).

Além disso, podem compor diferentes instrumentos, como a flecha, a lança, o dardo, a zarabatana, entre outros. Seu modo de uso varia conforme o instrumento: pressão pela força muscular do indivíduo transmitida através de uma haste, como no caso de uma lança, e pressão induzida por meio de um dispositivo, como o arco ou o propulsor de dardos (Okumura; Araujo, 2013). Por esse motivo, os termos “*ponta de flecha*” e “*ponta de projétil*” seriam inadequados, visto que pressupõem um uso desses bens que não podemos confirmar. Desse modo, Okumura e Araujo (2013) utilizam o termo “*ponta bifacial*” em suas análises, no entanto, tendo em mente que existem pontas que têm o método de trabalho em somente uma das faces, tornando-se pontas unifaciais (Correa, 2022; Laming-Emperaire, 1967; Moreno de Sousa, 2019). Neste trabalho, concorda-se com Moreno de Sousa (2019, p. 115) em utilizar a denominação “*ponta lítica*”, classificando a partir da “sua função enquanto instrumento de perfuração”.

A análise desta pesquisa se baseou nos aspectos morfológicos dos artefatos, observando as semelhanças e diferenças em relação aos artefatos do laboratório, com enfoque nas partes da ponta: o pedúnculo, as aletas e o corpo da lâmina. Para a análise comparativa, utilizamos o protocolo desenvolvido por Okumura e Araujo (2013, 2016, 2017) para a morfometria geométrica, que seria um método quantitativo para o estabelecimento de comparações a partir das formas.

A análise morfológica é baseada na diversidade de tamanhos e formas das pontas líticas. Essa variabilidade pode auxiliar em pressuposições sobre mudanças e/ou permanências na morfologia e morfometria, as quais podem ser atribuídas a fatores como função, produção/tecnologia e etnia/cultura – transmissão cultural (Bettinger; Eerkens, 1997), porém, os autores destacam que mesmo pela dificuldade em analisar qual seria o responsável pela variação encontrada em uma determinada coleção, isso não impede que a morfologia seja usada para determinar quais variações existem.

Assim, a proposta desta pesquisa partiu da necessidade de complementar o estudo das pontas líticas lascadas, reunindo a bibliografia especializada e analisando as pontas presentes no acervo arqueológico do LAEE/UEM, visto que a maioria desses artefatos ainda não tinha sido estudada e comparada com aqueles já apresentados, principalmente, na literatura arqueológica.

OS ESTUDOS ENVOLVENDO AS PONTAS LÍTICAS LASCADAS NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Entre os anos de 1960 e 1970, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) teve um grande papel no desenvolvimento da arqueologia brasileira,

estabelecendo tradições¹ e fases definidas a partir das características morfométricas dos artefatos formais de modo que se pudesse entender o histórico da ocupação humana no Brasil a partir de tipologias usadas como demarcadores cronológicos (Correa, 2022; Moreno de Sousa, 2014, 2019; Moreno de Sousa; Okumura, 2018).

Uma tradição pode ser entendida como um “grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal” (Chmyz, 1976, p. 145). Ou seja, o termo “tradição” seria uma forma de nomear o conhecimento compartilhado de determinado grupo cultural que persiste ao tempo. A partir disso, foram identificadas três grandes tradições líticas de caçadores-coletores no território brasileiro, definidas a partir da presença de artefatos formais ou “fósseis-guia” de tal tradição². No Brasil Central, a Tradição Itaparica foi associada à presença de raspadores do tipo plano-convexo, também conhecido como “lesma” (Calderón de la Vara, 1973; Correa, 2022)³. No sul confluindo, em vias gerais, dados resultantes de pesquisas do Pronapa e de arqueólogos individuais, Meggers e Evans (1977) apontam que seria possível reconhecer duas tradições líticas: a Tradição Umbu, com a presença de pontas de projétil, e a Tradição Humaitá, com a presença de artefatos bifaciais grandes⁴.

Entre essas tradições, a que tem mais relevância para esta pesquisa é a Tradição Umbu, visto que ela é predominantemente caracterizada pela presença de pontas líticas, independentemente de sua morfologia, sendo simplesmente o “fóssil-guia” dessa tradição. As pesquisas do Pronapa definiram 22 fases relacionadas a essa tradição no sul do Brasil abrangendo os anos 300 a 11.500 A.P. (Dias, 1994; Carmo Jr., 2015).

A Tradição Umbu foi definida com base nas pesquisas realizadas pelo Pronapa, com a coordenação do arqueólogo Eurico T. Miller, a partir das pesquisas efetuadas no Vale do Rio Sinos, na serra Umbu, no Rio Grande do Sul, entre os anos 1969-1970 (Miller Jr., 1969, 1974). Isso resultou na elaboração de duas fases pertencentes a uma

¹ Segundo Parellada (2010, p. 163), o uso do termo tradição “não é adotado por todos os arqueólogos brasileiros [atualmente], mas ainda pode ser considerado o mais utilizado na discussão dos diferentes dados regionais”.

² Por estarmos falando do período do Pronapa, utilizamos a terminologia determinada por eles, mesmo que nesta pesquisa tratemos de culturas arqueológicas em vez de tradições arqueológicas.

³ A Tradição Itaparica foi definida a partir das pesquisas realizadas por Valentin Calderón de La Vara, que retomou os trabalhos no sítio Caverna do Padre ou Gruta do Padre em Pernambuco, a partir do final da década de 1960, dentro das perspectivas do Pronapa (Calderón de la Vara, 1973; Moreno de Sousa, 2014; Moreno de Sousa *et al.*, 2023; Rodet; Duarte-Talim; Barri, 2011). No sítio foi relatada a presença de instrumentos unifaciais plano-convexos apelidados de “lesma”, artefato que se tornou o fóssil-guia desta tradição, ou seja, apenas pela definição da morfologia destes instrumentos é que os sítios com sua presença eram associados à Tradição Itaparica (Moreno de Sousa, 2014). Após a década de 2000, a tradição Itaparica passou a ser questionada pela abrangência de sítios associados a variabilidades relevantes dentro de sua indústria (Moreno de Sousa, 2019). Para saber mais sobre a tradição Itaparica ver: Guimarães (2013), Moreno de Sousa, *et al.* (2023), Nascimento (2010) e Troncoso, Corrêa e Zanettini (2016).

⁴ Já os caçadores coletores da tradição Humaitá são caracterizados por acampamentos com habitações temporárias, geralmente próximas à água em que preparavam os alimentos. A maioria dos seus vestígios são instrumentos de rocha, como talhadores, raspadores e furadores, que serviam para raspar, rasgar, cortar etc. (Mota; 2007; Parellada, 2010). Tem-se uma discussão sobre a validade dessa tradição, pois os sítios associados a ela poderiam corresponder a áreas de atividades de caça de grupos ceramistas, para saber mais, ver: Dias e Hoeltz (2010), porém, não entraremos nesse aspecto nesta pesquisa, pois pretendemos apenas apresentar uma síntese do que foi definido por pesquisas anteriores na região Sul do Brasil.

mesma tradição: “[...] a fase Itapuí pertence à mesma tradição cultural da fase Umbu, constituindo-se na seqüência posterior desta última” (Miller, 1974, p. 14).

Mais especificamente, a origem da denominação “Tradição Umbu” provém de fase homônima definida por Miller Jr. (1969;1974) na escavação do sítio Cerrito Dalpiaz (RS-LN-1), de tipo abrigo sob rocha localizado na serra Umbu⁵. Mesmo não sendo a primeira fase definida, essa escavação foi a responsável pelos primeiros registros de sítios líticos com pontas líticas no sul do Brasil (Dias, 1994). As pontas líticas encontradas nesse sítio foram submetidas aos métodos de seriação do Pronapa com a camada estratigráfica proveniente datada em 5.950 ± 190 A. P. (SI 234) e 4.280 ± 180 A. P. (SI 233) (Miller, 1974).

Miller (1974, p. 14-15) afirma que os artefatos característicos da chamada “fase Umbu” seriam as “pontas-de-projétil estreitas, pequenas a medianas e raramente grandes, predominando as bifaciais e pedunculadas nas amostras mais recentes da seqüência seriada e pontas lanceoladas nas amostras mais antigas [...]”, além de furadores (líticos e ósseos), facas bifaciais, polidores e raspadores pequenos. Enquanto a “fase Itapuí” seria subsequente, mais recente, que tem por característica principal a “presença de pontas-de-projétil com pedúnculo bifurcado [...] algumas pequenas com lados mediana à profundamente serrilhados [...]” (Miller, 1974, p. 15), além de pequenos raspadores, furadores e contas de colar de conchas. Portanto, as pontas líticas foram utilizadas como marcadores para os respectivos sítios.

No entendimento de Moreno de Sousa (2014, p. 54-55), mesmo que em outros locais a classificação de culturas arqueológicas por meio da presença de pontas líticas esteja baseada nas características tecnológicas e estilísticas das peças, como as pontas Fell na Argentina ou as pontas Clóvis nos Estados Unidos, “no Brasil a esta classificação de Tradição Umbu contemplou toda a variedade de pontas com lascamento bifacial dentro do mesmo pacote cultural. [...]”. E, para o autor, tem-se de levar em consideração que semelhanças em somente um traço da cultura material, seja tecnológico ou morfológico, por exemplo, “podem não ser suficientes para associar uma coleção de vestígios arqueológicos a uma única cultura arqueológica [...]” (Moreno de Sousa, 2019, p. 361). Ademais, tratando-se de um contexto pré-colonial e pré-cerâmico:

[...] as indústrias líticas tem sido a principal base para identificação e associação de culturas arqueológicas, uma vez que muito pouco das outras evidências culturais desses grupos ainda estejam preservadas se comparadas aos vestígios líticos, como registro rupestres, indústria óssea, sepultamentos humanos, restos alimentares, etc. Mas o pouco que existe, também deve ser considerado antes de usar as indústrias líticas como marcadores absolutos de culturas arqueológicas paleoíndias. (Moreno de Sousa, 2019, p. 361).

Os métodos do Pronapa se basearam no estabelecimento de seriações que foram aplicadas para classificação tipológica dos vestígios cerâmicos, no entanto, os mesmos métodos não seriam adequados para os vestígios líticos, visto que os mesmos apresentam

⁵ Sua aplicação como conceito amplo de uma tradição arqueológica lítica baseada em um conjunto de características culturais compartilhadas por um grupo de pessoas em um determinado período e local passa a ser feita por Meggers e Evans (1977).

especificidades que dificultam a escolha de critérios tipológicos que pudessem ser submetidos à seriação.

Por sua vez, a seriação de tipos morfológicos encontrados em um único sítio tornava-se inviável frente à diversidade de formas apresentadas pelos artefatos líticos em função de seus aspectos funcionais. Por outro lado, a tendência à estabilidade temporal destas formas dificultava o estabelecimento de cronologias relativas. A única categoria de artefatos líticos, identificada pelo Pronapa, que se adequava às exigências do método Ford, eram as pontas de projétil, cuja morfologia poderia indicar algum tipo de comportamento temporal quando submetida a uma seriação. Contudo, raras fases da tradição Umbu advêm de uma seriação de pontas de projétil, sendo a única exceção feita por Miller (1969c). A partir destes problemas de análise, a tendência geral para a definição de uma fase pré-cerâmica baseou-se frequentemente na comparação morfológica de diferentes categorias de artefatos líticos, sem nenhum tipo de apoio quantitativo ou padrão analítico unificado. (Dias, 1994, p. 53).

É necessário “pontuar que a ideia de vincular os sítios de caçadores-coletores do sul e do sudeste do Brasil à Tradição Umbu não foi unânime entre os pesquisadores da segunda metade do século XX” (Garcia; Gaspar, 2024, p. 19). Segundo os autores, Tom Miller Jr., no final da década de 1960⁶, propõe uma nova tradição, denominada Rio Claro, para abarcar sítios do estado de São Paulo que tinham pontas líticas características diferentes daquelas identificadas no Rio Grande do Sul, no entanto, não foi considerada em trabalhos futuros.

Arno Kern, na década de 1980 (1981/1982, p. 99), também aponta para os reveses das classificações definidas às Tradições Umbu e Humaitá:

[...] restam ainda muitos problemas não resolvidos, pois as variáveis necessárias para o estabelecimento de uma tradição nunca foram estabelecidas e a própria definição do que seja uma tradição é ainda muito vaga e imprecisa: ‘grupo de elementos ou de técnicas, com persistência temporal’ (Terminologia, 1976: 145). No caso específico das tradições Humaitá e Umbu, estas variáveis não são todas analisadas ou não são suficientemente exploradas. Uma série de problemas ainda não resolvidos não são convenientemente apontados para serem retomados em futuros trabalhos de pesquisa arqueológica. Os próprios conceitos de Fase, Complexo, Subtradição e Tradição deveriam ser reexaminados em função de variáveis precisas e definidos objetivamente, tendo em vista a sua importância no vocabulário arqueológico brasileiro.

Kern (1981/1982) ainda argumenta que para a definição das tradições Umbu e Humaitá serem mais precisas era necessário que complementassem os dados existentes com novas séries de pesquisas que abordassem, entre outras coisas, estudos estatísticos e tecno-tipológicos que auxiliassem na caracterização das tradições e suas variações; ou até mesmo mais escavações em “áreas ainda em branco nos mapas arqueológicos”

⁶ Para saber mais sobre a proposta tradição Rio Claro, ver os textos de Tom Miller Jr. (1972).

(Kern, 1981/1982, p. 107); bem como estudos correlacionando as fases das indústrias com o período climático, com os registros rupestres, entre outros.

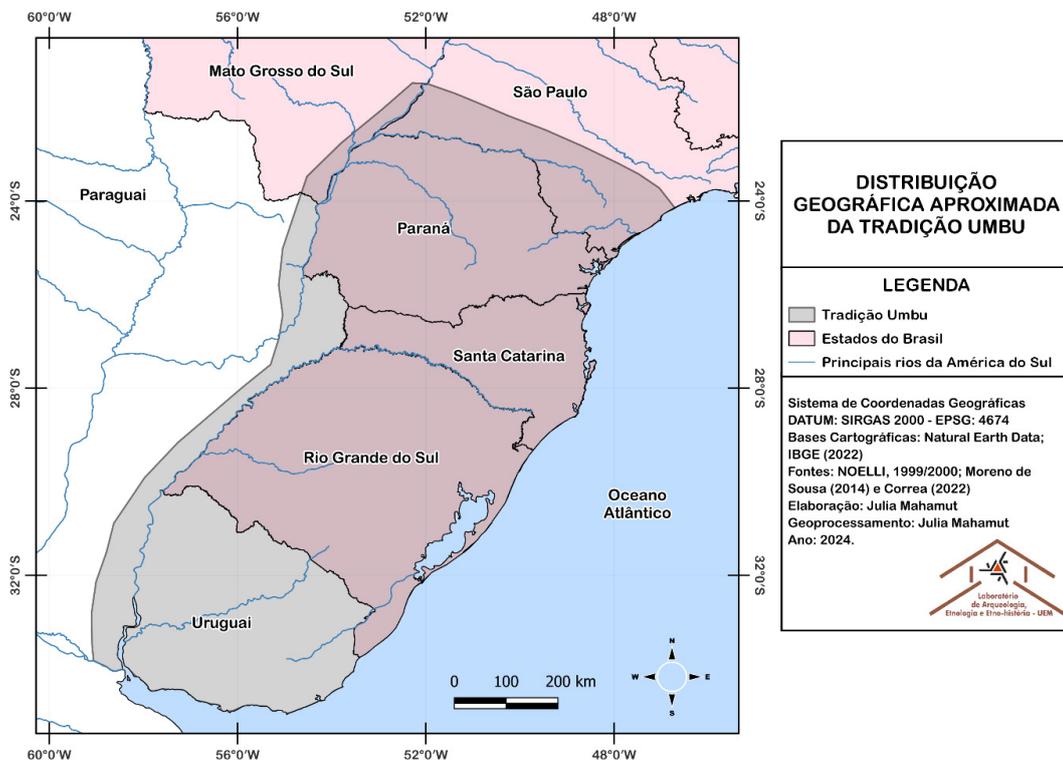
Décadas depois, Prous (2019, p. 206) destaca que, em sua concepção, a classificação dos vestígios líticos entre as tradições Umbu e Humaitá talvez tenha trazido mais problemas do que bons resultados, ressaltando três motivos:

[...] Primeiro, porque várias manifestações pré-cerâmicas não se integram em nenhuma das suas definições. Segundo, porque mesmo sítios que apresentem apenas material lítico podem não ser “pré-cerâmicos”. E, por fim, porque certas ocorrências poderiam traduzir atividades especializadas realizadas em determinado local de trabalho e serem muito diferentes daquelas deixadas em outros locais pelas mesmas populações. [...].

Ou seja, conforme o crescimento das pesquisas arqueológicas no Brasil, esses conceitos não representavam adequadamente os diferentes grupos culturais, pois a “ausência de critérios definidores, a longo prazo, transformou-se em um contratempo na comparação entre as coleções, inclusive aquelas pertencentes a uma mesma Tradição, sendo responsável por delinear um conhecimento espacial generalizado” (Correa, 2022, p. 89).

Em retrospecto, ao longo das décadas, foram feitas diversas críticas com relação à utilização das classificações em “tradições”, mas elas podem ser resumidas em três aspectos principais: baseada em pouco critérios tipológicos; a utilização do “fóssil-guia” como forma de associar o sítio; e os precários atributos de classificação (Okumura; Araujo, 2017), resultando em diversos sítios com a presença de pontas líticas (fóssil-guia) a serem classificados como pertencentes à Tradição Umbu.

Mapa 1. Distribuição geográfica aproximada da Tradição Umbu.



Fonte: Autores (2024), com base em Noelli, (1999/2000), Moreno de Sousa,(2014) e Correa (2022).

A partir da década de 2010, os questionamentos sobre a associação à Tradição Umbu começaram a ser discutidos com mais frequência, com base em indagações simples: sua extensa distribuição geográfica e cronológica⁷ (Mapa 1). Okumura e Araujo (2013) indagam se realmente uma “tradição” permaneceria do fim do Pleistoceno até próximo ao período histórico, por isso o uso do termo como forma de classificação ou organização é revisado, já que para pertencer a esta tradição precisaria apenas da presença de pontas líticas, o que levou a essa caracterização do estado Rio Grande do Sul ao estado de São Paulo. “Independentemente da adequação dessa Tradição, é provável que tal associação direta esteja obliterando importantes variações regionais e locais, seja em termos cronológicos, seja espaciais” (Okumura; Araujo, 2013, p. 112).

Contemplada para sítios que apareciam na porção sul do Brasil (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná) a Tradição Umbu, ao longo do tempo, foi associada ao Estado de São Paulo por DeBlasis (1988, 1996), Prous (1991) e Morais (1999/2000). Miller Jr. (1969) definiu a Tradição Rio Claro para as pontas encontradas no centro do interior paulista, mas Prous (1991) a incorporou na Tradição Umbu. Miller Jr. (2011:347) demonstra ser muito contrariado à ideia pois já enfatizava que as pontas dessa porção paulista, pouco se assemelhavam com as do Sul. Kern (1982:289) foi outro pesquisador que igualmente sugeriu que a Tradição Umbu não deveria ser associada aos artefatos paulistas ou mineiros visto que as pontas de Rio Claro e de Lagoa Santa pareciam mostrar pedúnculos diferentes. Schmitz (1987) também conclui que essas pontas não seriam Umbu, podendo ser mais similares entre si do que com aquelas encontradas no sul do país. (Correa, 2022, p. 90).

Em suma, aquilo que Moreno de Sousa (2019) denominou de Modelo Umbu colocou por muitos anos todas as indústrias que continham pontas líticas pedunculadas na mesma unidade cultural baseada em dois aspectos: presença de pontas líticas pedunculadas e se localizar na região Sul brasileira. Portanto, para o autor, as pesquisas realizadas pelo Pronapa e seus adeptos levaram em consideração apenas juntar em uma mesma classificação os bens formais (pontas líticas) sem análises tecnológicas de produção ou de uso, bem como se havia algum tipo de padrão tipológico ou tecnológico nos outros vestígios encontrados no mesmo contexto (Moreno de Sousa, 2014).

⁷ Atualmente, ainda existem trabalhos que propõem datações mais recentes à Tradição Umbu. A exemplo de Penin *et al.* (2024), que analisaram o sítio arqueológico Chimarrão 1, no Rio Grande do Sul, em que sugerem uma ocupação tardia da Tradição Umbu; um dos argumentos para tal seria a datação obtida, no entanto, “[...] todo o carvão dessas estruturas parece ter sido lixiviado e foi possível coletar apenas mais outra amostra, ainda mais rasa. A pouca profundidade das amostras e o contexto erosivo do local, além dos vestígios de bioturbação, fizeram com que as amostras parecessem pouco confiáveis desde a coleta. O resultado obtido foi de 170 ± 30 BP (Beta 658570 $\delta^{13}C$: -26.5 o/oo). Calibrada, essa datação tem 62% de probabilidade de ter até 153 anos e cerca de 33% de se situar entre 1672-1780 cal AD. Assim, é bem possível que a datação de fato não seja confiável, e talvez o sítio seja mais antigo que isso” (Perin *et al.*, 2024, p. 119). Ou seja, a confiabilidade dessas datações é questionável devido a fatores como profundidade das amostras e erosão do local, mas, mesmo com as incertezas, os autores sustentam a hipótese de que o sítio estudado seria associado à Tradição Umbu tardia, em período colonial.

A partir da década de 2010, os trabalhos de Mercedes Okumura e Astolfo de Araujo (2013, 2015, 2017, 2019) se voltaram à questão da Tradição Umbu com uma nova abordagem: a análise morfológica a partir da morfometria geométrica. A justificativa dos autores para tal é que as pontas do Sul e do Sudeste são diferentes e, portanto, não se sustentariam em uma mesma classificação (Okumura; Araujo, 2013, 2015). Isso porque, para eles, a problemática cronológica e geográfica dessa identificação já contrapõe a percepção de que a Tradição Umbu “tenha qualquer significado cultural real, sendo talvez apenas um agregado de sítios que têm em comum uma classe específica de artefato: a ponta bifacial” (Araujo; Okumura, 2017, p. 40).

A partir do estudo da morfometria geométrica realizado por Okumura e Araujo (2017), os resultados apontaram consideráveis diferenças nas pontas líticas com relação às suas morfologias entre aquelas do estado de São Paulo e as da região Sul que eram classificadas como Umbu. De acordo com o autores, as pontas de regiões vizinhas eram mais parecidas entre si do que aquelas mais distantes.

Okumura e Araujo (2017) ainda destacam que a referida tradição apresenta uma grande variabilidade morfológica, não existindo uma “forma clássica”, e isso conduziu à limitação classificatória da abordagem com a utilização de marcadores temporais e espaciais impostas pela presença ou ausência de pontas.

Os trabalhos iniciados por Moreno de Sousa (2019) e suas sucessivas parcerias (Cheliz *et al.*, 2020; Moreno de Sousa; Okumura, 2020; Moreno de Sousa; Garcia, 2022; Moreno *et al.*, 2025) são acrescentados à discussão das pontas líticas com base na discussão de cultura arqueológica versus tradição arqueológica para análise da cultura material dos grupos humanos.

Considerando o termo tradição mencionado anteriormente, Moreno de Sousa (2014, p. 45) evidencia que, objetivamente, o termo seria “o processo de transmissão do conhecimento social (cultura) de uma sociedade de geração a geração”, e que, assim, a transmissão seria de forma temporal, cronológica e vertical, limitando a transmissão geográfica e horizontal; dessa forma, “os conhecimentos plurais não são transmitidos apenas por tradição, mas também por difusão. Ou seja, a cultura também é transmitida entre diferentes grupos humanos contemporâneos” (Moreno de Sousa, 2014, p. 45). Assim, entende-se a cultura arqueológica como a compreensão da cultura, que é transmitida, mas que pode ser modificada conforme o tempo e o espaço, de uma sociedade que é dependente de artefatos.

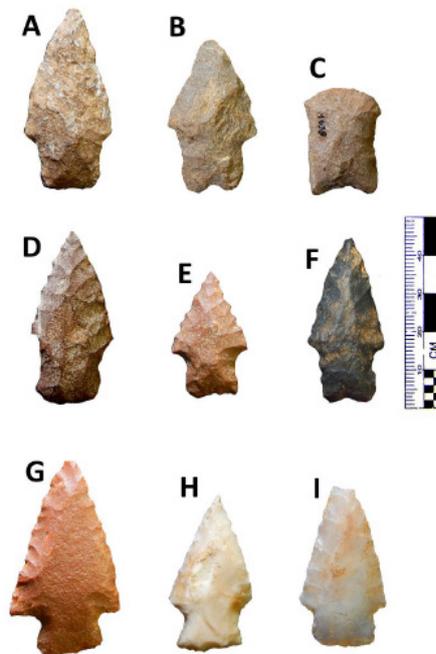
Portanto, segundo Moreno de Sousa (2014, p. 47), estudar uma cultura arqueológica é analisar a “cultura material dos mais diversos grupos humanos que já habitaram o planeta, numa tentativa de compreender os fatores que resultaram no contexto identificado pelo arqueólogo nos sítios arqueológicos”. Isso porque a cultura seria a totalidade de conhecimento compartilhada que pode ser transformada conforme o tempo passa ou contatos com outros grupos são feitos, enquanto a tradição seria uma parte desse conhecimento que continua no tempo, mas que não se limita ao espaço ou a uma cultura (Moreno de Sousa, 2019).

Assim, Moreno de Sousa (2014, 2019) sugere algumas culturas arqueológicas relacionadas a grupos de caçadores-coletores que seriam distintas da então Tradição Umbu no sul e no sudeste brasileiro: indústria lítica Garivaldinense, Rioclarense e Tunas.

A indústria Garivaldinense⁸ é classificada a partir da presença de um tipo de ponta pedunculada e uma ferramenta unifacial multifuncional conhecida como “lesma” geralmente com no máximo oito centímetros (Cheliz, *et al.*, 2020; Moreno de Sousa, 2019; Moreno de Sousa; Garcia, 2022; Moreno de Sousa; Okumura, 2020; Moreno *et al.*, 2025). Quatro tipos podem ser encontrados: Garivaldinense (Figura 1), Montenegro (Figura 2 A-C), Brochier (Figura 2 D-F)⁹ e Pororó (Figura 3)¹⁰.

As pontas Garivaldinense são caracterizadas morfologicamente como tendo um corpo triangular com gume reto ou irregular e pedúnculo reto ou bifurcado; enquanto as pontas Montenegro são designadas morfologicamente como de corpo triangular-laminar estreito com gumes serrilhados e pedúnculo bifurcado; as pontas Brochier apresentam morfologia foliácea apendiculada (Moreno de Sousa, 2019; Moreno de Sousa; Garcia, 2022; Moreno *et al.*, 2025); as pontas Pororó apresentam morfologia de corpo triangular com bordas irregulares, aletas retas e pedúnculo reto ou côncavo (Moreno de Sousa; Garcia, 2022; Moreno *et al.*, 2025)¹¹.

Figura 1. Exemplo de Pontas Garivaldinense.



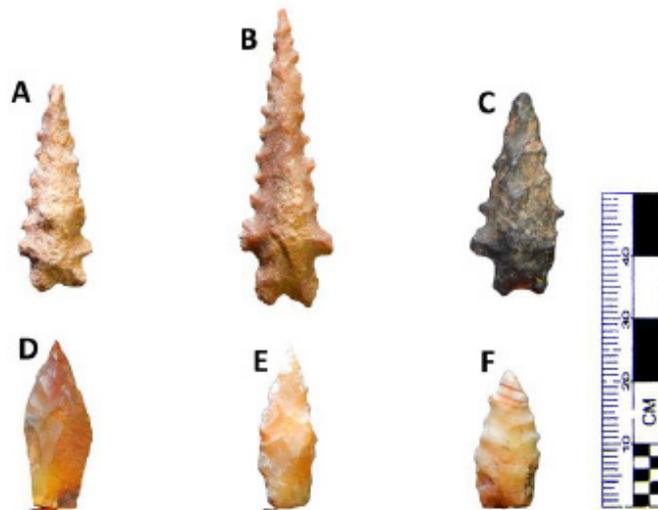
Fonte: Cheliz *et al.* (2020, p. 2570).

⁸ Neste trabalho, não consideramos a análise do sítio arqueológico Pedro Fridolino Schmitz (ou PFS), que apresenta os tipos de pontas: Garivaldinense, Montenegro e Brochier, bem como uma ponta fragmentada de tipo Bituruna, e dois novos tipos definidos: o tipo Schmitz e Caí. Isso porque Moreno *et al.* (2025) apresentam uma amostra pequena (cinco Schmitz e três Caí), e, como apontado pelos autores, uma amostra maior seria ideal para verificar os padrões em termos de morfologia.

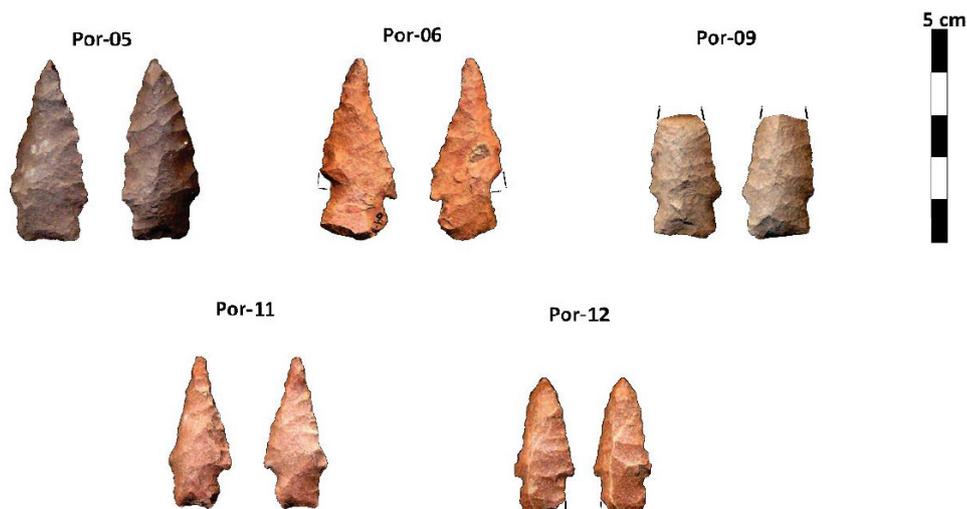
⁹ Encontradas e definidas primeiramente no sítio Garivaldino (RS-TQ-58), localizado no município de Brochier/RS.

¹⁰ Encontrada e definida a partir do sítio Pororó, localizado no município de Pinhal Grande/RS.

¹¹ Moreno de Sousa e Garcia (2022) ressaltam que as pontas Pororó apresentam características morfométricas semelhantes às pontas Garivaldinense, mas as características tecnológicas são diferentes. Para os autores, esse novo tipo de ponta pode ser uma inovação dentro da Indústria Garivaldinense ou uma variação posterior às pontas Garivaldinense.

Figura 2. Exemplos de Ponta Montenegro e Brochier.

Fonte: Cheliz *et al.* (2020, p. 2570).

Figura 3. Exemplo de Ponta Pororó.

Fonte: Moreno de Sousa e Garcia (2022, p. 8).

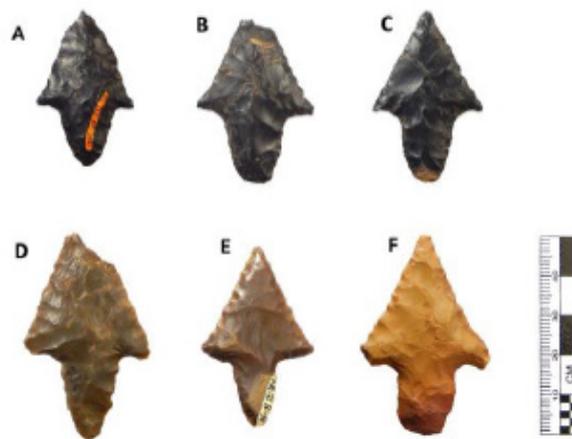
A indústria Rioclarense foi denominada dessa forma por ter sido identificada na região central do estado de São Paulo e pela denominação que primeiramente Miller Jr. (1972) sugeriu para a tradição arqueológica da região dos sítios. Segundo Moreno de Sousa (2019, p. 338), essa indústria pode ser definida de modo geral pela presença de artefatos plano-convexos (lesma) e pontas caracterizadas pelo tipo Rioclarense (Figura 4), as pontas desse tipo apresentam corpo triangular e pedúnculos ovalados¹².

¹² Para entender um pouco mais sobre uma proposta de diferenciação interna da indústria Rioclarense, no estado de São Paulo, ver um estudo de caso do município de Piracicaba/SP: “A arqueologia de grupos caçadores-coletores na região de Piracicaba: estado da arte e proposta de diferenciação interna da Indústria Rioclarense”, de Correa *et al.* (2024).

[...] A coleção do sítio Caetetuba nos permite confirmar que a indústria Rioclarense surge no centro paulista há cerca de 11 mil anos, enquanto a coleção do sítio Alice Boer nos permite afirmar que a longevidade desta indústria perdura até, pelo menos, o Holoceno Médio [...].

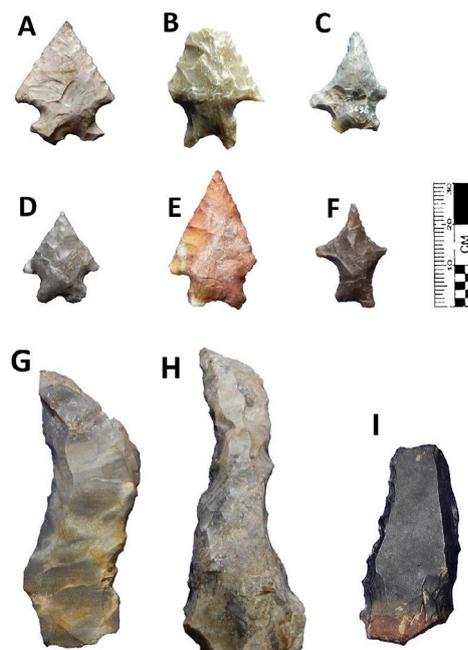
A indústria lítica Tunas é classificada pela presença de raspadores unifaciais e pontas pedunculadas apelidadas como Pontas Estrela “devido a sua simpática aparência em forma de estrela pentagonal” (Moreno de Sousa, 2019, p. 228). São descritas com corpo triangular de gume reto/côncavo e pedúnculo bifurcado, normalmente lembram o formato de uma estrela de cinco pontas, normalmente não ultrapassando de 35 mm de comprimento (Figura 5) (Moreno de Sousa, 2019).

Figura 4. Exemplo de Pontas Rioclarense.



Fonte: Cheliz *et al.* (2020, p. 2558).

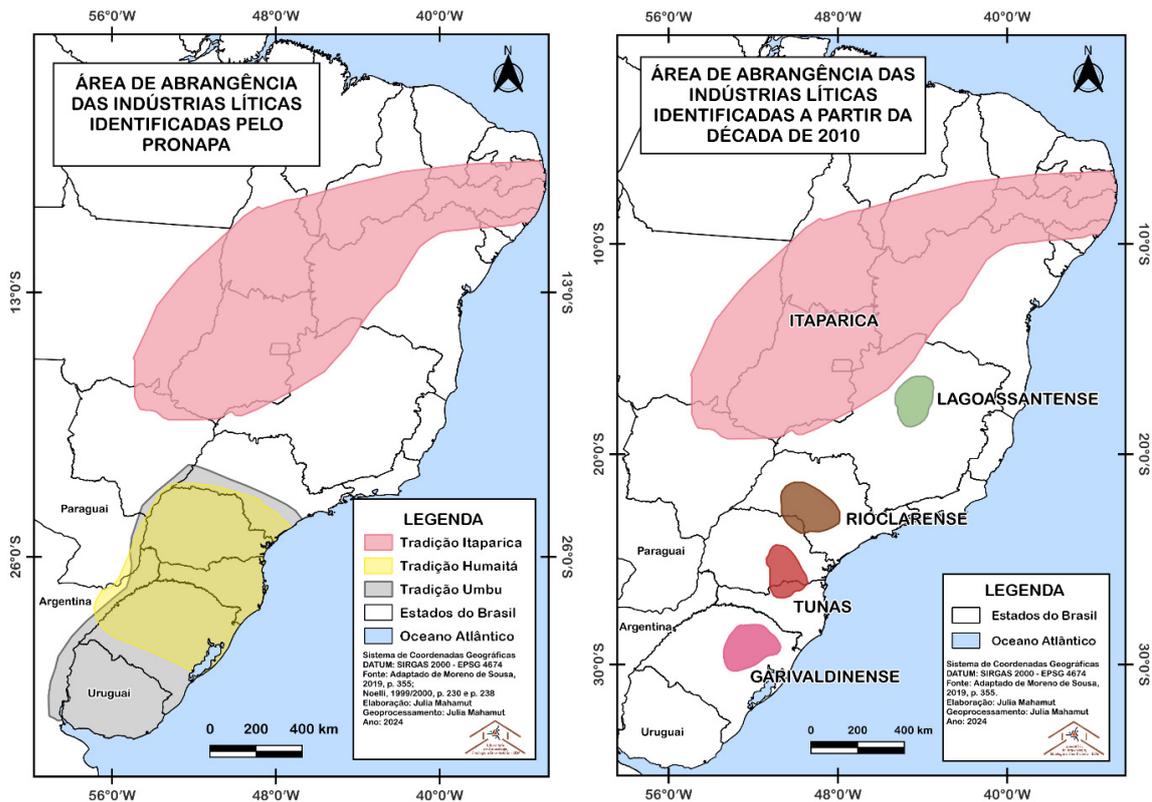
Figura 5. Exemplo de Pontas Estrela.



Fonte: Adaptado de Cheliz *et al.* (2020, p. 2566).

Para Moreno de Sousa e Okumura (2020), essas tipologias auxiliaram na definição de padrões de cultura dentro da indústria lítica e vão de encontro ao que foi feito até então sobre a Tradição Umbu nos grupos caçadores-coletores que ocuparam o sul brasileiro. Para os autores, os resultados apontam para a percepção de que há uma grande diversidade de pontas líticas no sul do Brasil, tanto morfologicamente quanto tecnologicamente. O que corrobora os estudos de morfometria geométrica realizados por Okumura e Araujo (2013, 2014, 2015, 2016, 2017) em pontas pedunculadas e as definições de tipologia apontadas por Moreno de Sousa (2019), comprovando que há divergências entre os sítios que anteriormente eram classificados como Umbu (Mapa 2).

Mapa 2. Aperfeiçoamento das pesquisas de culturas arqueológicas no leste sul-americano.



Fonte: Autores (2024), com base em Moreno de Sousa (2019, p. 355) e Noelli (1999/2000, p. 230, 238).

Diante disso, como apontado por Moreno de Sousa (2019), a explicação sobre o porquê de tantos sítios serem associados à Tradição Umbu desde seu surgimento com o Pronapa não ultrapassa da argumentação baseada apenas na presença de “pontas de projétil” ou não apresenta nenhuma explicação. Desse modo, o autor propõe que o conceito de Tradição Umbu seja abandonado para explicar as indústrias de pontas líticas encontradas no Brasil e que as coleções que anteriormente foram relacionadas à Umbu sejam analisadas a partir de análises tecnológicas que verifiquem os padrões culturais, a cronologia e a distribuição geográficas deles.

MORFOMETRIA GEOMÉTRICA

A análise da forma é uma abordagem usada para compreender as diversas causas de variações e transformações na morfologia dos espécimes. Frequentemente, as diferenças de formas são resumidas pela comparação das formas com objetos familiares, como formas

geométricas, letras de alfabeto ou objetos comuns. Essas comparações podem ser valiosas por nos auxiliarem a identificar aspectos desconhecidos e até mesmo destacar um componente significativo, no entanto, também pode ser vaga, imprecisa e até mesmo enganosa, principalmente se forem complexas e não se assemelharem a símbolos familiares (Zelditch *et al.*, 2004).

Sob esse aspecto de análise da forma se encontra a morfometria, definida “como qualquer medida quantitativa relacionada à análise de uma dada característica morfológica” (Araujo; Okumura, 2017, p. 48) e dividida em dois métodos: tradicional e geométrica.

A morfometria tradicional “se refere a um conjunto de medidas lineares, tomadas em segmentos específicos do artefato, a fim de permitir comparações entre os mesmos” (Araujo; Okumura, 2017, p. 49), normalmente feitas manualmente com auxílio de paquímetros e fitas métricas. Já a morfometria geométrica “abrange uma série de técnicas que visam descrever e representar a geometria das formas estudadas” (Moraes, 2003, p. 1), na qual se utiliza *pontos de referência* ou *landmarks*, que são pontos correspondentes para toda a amostra que cobrem a maioria das partes relevantes de uma estrutura e fornecem uma caracterização concisa e razoavelmente completa das principais características de uma forma, resultando em um conjunto de coordenadas que transmitem as diferenças na forma (Klingenberg, 2015).

Para Okumura e Araujo (2016), apesar de a morfometria linear ser muito usada para tratar da morfometria de artefatos formais, sabe-se que informações importantes acabam por ser perdidas, com destaque especial à forma, e é por isso que alguns autores utilizam a morfometria geométrica, na qual a “forma” é vista conforme a descrição de David Kendall (1977), na qual a informação geométrica permanece quando os aspectos de localização, escala e rotação são separados de um objeto. Desse modo, a principal limitação da morfometria tradicional é que as medidas não transmitirão informações sobre sua estrutura geométrica (Zelditch *et al.*, 2004).

Sob esse aspecto, utilizamos a morfometria geométrica para o estudo das pontas líticas íntegras da coleção do LAEE/UEM, seguindo o protocolo já elaborado pelos professores Dra. Mercedes Okumura e Dr. Astolfo de Araujo (2013), aplicados em diversos de seus trabalhos dos (Okumura; Araujo, 2014, 2015, 2017, 2019).

MATERIAIS

O acervo do LAEE é constituído de três formas de aquisição de bens arqueológicos: **doação** da comunidade ao Laboratório; **pesquisas** realizadas pelo laboratório; e pela emissão dos **endossos institucionais** para pesquisas arqueológicas de licenciamento ambiental em empreendimentos localizados no Paraná. Desde 1987, o LAEE recebe pontas líticas íntegras e fragmentadas para incorporar em sua coleção, começando com as doações de particulares ao LAEE diretamente ou aos arqueólogos em campo (6), seguido das pesquisas acadêmicas a partir de 1999 (4) e, posteriormente, em 2013, com os endossos institucionais (81). Ao longo desse tempo, foram acervadas 91 pontas líticas, íntegras e fragmentadas, divididas entre diversos municípios do estado do Paraná, no entanto, neste estudo, foram analisadas apenas aquelas identificadas como íntegras (53).

MÉTODOS

Coleta dos dados

Como dito anteriormente, o LAEE tem três formas de entrada de bens arqueológicos, os quais, conseqüentemente, necessitam de métodos diferentes de coleta de dados.

Pelos bens recebidos por meio de doações e pesquisa do Laboratório foi consultado o Banco de Dados do Acervo, gerando um documento com as informações básicas das peças.

Para a entrada a partir das pesquisas arqueológicas de licenciamento ambiental, foram consultadas a lista disponibilizada pelo LAEE dos endossos cedidos entre 2013 e 2022, que resultou em 1.116 empreendimentos verificados. Para verificar se as pesquisas haviam encontrado pontas líticas ou não, foram consultados especificamente os relatórios de projetos de pesquisa (campo, laboratório e final com seus anexos) que tinham as informações necessárias sobre os bens arqueológicos resgatados e seus contextos. Após esse método ser concluído, ainda havia alguns empreendimentos que não tinham a documentação necessária nas pastas do LAEE, por isso, aqueles que se encontravam inconclusivos foram verificados na plataforma do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) por meio do número do protocolo do mesmo para averiguar se tinham ou não pontas.

Além disso, foram levantados os dados geográficos, tanto dos sítios arqueológicos quanto das peças para georreferenciamento, foram consultadas as documentações referentes às coordenadas centrais dos sítios arqueológicos¹³ bem como as coordenadas individuais das peças, no software Google Earth Pro, que permite demarcar as coordenadas geográficas e sua exportação em arquivos compatíveis com outros softwares de livre acesso. Nesta pesquisa utilizamos o Qgis, no qual foram inseridos os dados e estilizados na forma de mapas para melhor entendimento e visualização.

Posterior a esse processo de coleta de dados, as pontas recebidas pelo laboratório foram identificadas, e iniciou-se a busca por elas dentro da reserva técnica. Com o auxílio das ferramentas elaboradas pelo LAEE, especialmente o Banco de Dados do Acervo, no qual são armazenadas as informações de localização dos artefatos dentro da reserva, foram selecionadas as caixas referentes aos sítios arqueológicos a que pertenciam e reunidas para análise.

Ficha de análise

A morfologia das pontas é o estudo de sua forma e aparência, sendo definida por atributos e suas variáveis. A maioria destas últimas, por sua vez, é descrita por nomenclaturas geométricas (Figura 6). Dessa forma, o artefato foi compreendido com base em quatro partes: corpo, aleta, pescoço e pedúnculo (Figura 7). Essa divisão é extremamente importante para o estudo da morfologia e morfometria, visto que ambas se baseiam na observação das formas para se tirar uma conclusão.

A partir da análise dos atributos morfológicos do artefato e da morfometria, é possível que realizemos uma categorização de tipologia baseada no que já foi estabelecido na literatura arqueológica. Levaremos em consideração as tipologias encontradas nas regiões Sul Sudeste, definidas a partir de aspectos morfológicos e tecnológicos que são esquematizadas na Figura 8 para melhor compreensão.

Em suma, procuramos definir a morfologia das pontas baseada em Binford (1963), Correa (2022), Mentz Ribeiro e Hentschke (2018) e Moreno de Sousa (2019). Para a morfometria geométrica, nos baseamos em Okumura e Araujo (2013) que trabalharam nas pontas encontradas no sul e sudeste brasileiro, aos quais nos auxiliam na classificação

¹³ Para tal, também foram consultadas as respectivas coordenadas centrais no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SICG/Iphan).

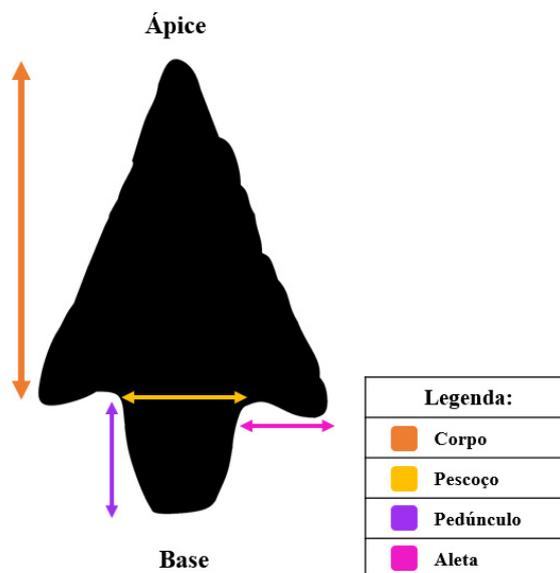
das tipologias de pontas, com o objetivo de compreender se as coleções do LAEE reforçam os resultados desses trabalhos sobre as pontas da região do estado do Paraná.

Figura 6. Atributos e variáveis das pontas líticas utilizadas nesta pesquisa.

ATRIBUTO	VARIÁVEIS DO ATRIBUTO E REPRESENTAÇÕES	REFERÊNCIAS
Contorno do Corpo		Moreno de Sousa (2019, p. 120)
Delineamento do Gume Ativo		Moreno de Sousa (2019, p. 120)
Contorno da Aleta		Moreno de Sousa (2019, p. 121)
Delineamento do Pesçoço		Moreno de Sousa (2019, p. 121)
Contorno do Pedúnculo		Moreno de Sousa (2019, p. 121)

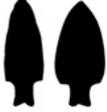
Fonte: Autores (2024).

Figura 7. Partes de uma ponta.



Fonte: Autores (2024).

Figura 8. Tipologias de pontas estabelecidas no sul e sudeste brasileiro.

TIPO	DESCRIÇÃO	REPRESENTAÇÃO	REFERÊNCIAS
Ponta Brochier	Forma foliácea apedunculada		Moreno de Sousa (2019)
Ponta Estrela	Corpo triangular com gume reto/côncavo e pedúnculo bifurcado		Moreno de Sousa (2019)
Ponta Fell	Corpo triangular convexo, com aletas arredondadas e pedúnculo côncavo bifurcado		Loponte; Okumura; Carbonera (2015, p. 64).
Ponta Garivaldinense	Corpo triangular com gume reto ou irregular e pedúnculo reto ou bifurcado		Moreno de Sousa (2019)
Ponta Montenegro	Corpo triangular-laminar estreito com gumes serrilhados e pedúnculo bifurcado		Moreno de Sousa (2019)
Ponta Rioclarense	Corpo triangular com pedúnculo ovalado		Moreno de Sousa (2019)

Fonte: Autores (2024).

Morfometria

A amostra de pontas líticas do LAEE/UEM tem 91 pontas, tanto íntegras quanto fragmentadas. Como a morfometria geométrica só é plausível com os bens íntegros, foram analisadas apenas 53 peças que continham todos os oito pontos de referência.

Optamos por realizar essa parte com base em métodos 2D por meio de câmera digital Canon EOS Rebel T6 e uma caixa de luz de LED produzida pelos autores. Os passos para a produção da morfometria foram estabelecidos conforme sintetizado por Buchanan e Collard (2010): aquisição, processamento e extração das variáveis morfométricas. Para isso, foram estabelecidas algumas etapas: obtenção de imagens; escolha e digitalização dos pontos de referência; análise generalizada de procusto; elaboração da forma consenso; o tamanho do centroide; e, por fim, análise de componentes principais e variação canônica.

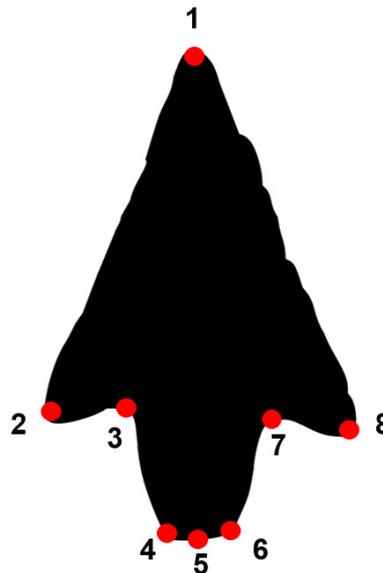
A morfometria geométrica se fundamenta em pontos de referência, e os principais cuidados que se deve ter ao escolher os pontos de referência – que são destacados por autores como Bookstein (1992), Roth (1993) e Zelditch *et al.* (2004) – são a repetibilidade dos pontos, que devem ser feitos de modo que possa ser realocado, sem ambiguidade, no mesmo lugar no mesmo espécime por outro pesquisador e possa encontrado em outro espécime. O segundo aspecto é a boa cobertura do objeto, em que a nuvem de pontos esteja distribuída sobre ele, basicamente associada à anatomia ou morfologia do objeto.

O terceiro, destacado por Zelditch *et al.* (2004), é de apresentar coplanaridade, isto é, o conjunto de pontos deve permanecer no mesmo plano¹⁴. E, por fim, que a definição dos pontos seja significativa e relevante para as comparações feitas e que resultem em dados que capturem, esclareçam ou caracterizem de forma útil as semelhanças ou diferenças que são relevantes sobre o objeto (Roth, 1993).

Com isso, esta pesquisa tomou como base o protocolo elaborado pela prof.^a Okumura e o prof. Araujo (2013, 2014, 2017), no qual optou-se por oito desses pontos, como pode ser observado na Figura 9. A partir disso, todos os espécimes da amostra que obtivessem os pontos equivalentes foram separados para a análise.

Os pontos de referência foram inseridos manualmente por meio do software TPSDig2, em que o número 1 seria localizado no ápice do corpo; o 2 e o 8 seriam identificados na extremidade entre o corpo com o pescoço no lado esquerdo e direito, ou seja, as aletas; o 3 e o 7 seriam identificados entre o corpo e o pedúnculo, ou seja, o pescoço, no lado direito e esquerdo; o 4 e o 6 corresponderiam à extremidade da base do pedúnculo; e o 5 dividiria a base do pedúnculo no meio (Figura 9).

Figura 9. Pontos de referência aplicados nesta pesquisa.



Fonte: Autores (2024).

O primeiro passo para o processo de digitalização dos pontos de referência iniciou com o software TPSUtil, o qual seleciona as fotos nas pastas e cria um arquivo que pode ser lido por outros softwares da série TPS. O segundo passo foi a inserção dos pontos de referência em todos os espécimes por meio das fotos padronizadas no software TPSDig2.

Para verificar se a transposição dos dados da forma (espaço de Kendall) para a forma Euclidiana (tangente) é forte, foi utilizado o TPSSmall. O software faz a regressão das distâncias euclidianas para Procrustes, e se resultar em uma correlação próxima ou igual

¹⁴ Segundo Okumura e Araujo (2014), os pontos são coplanares se todos estiverem no mesmo plano geométrico.

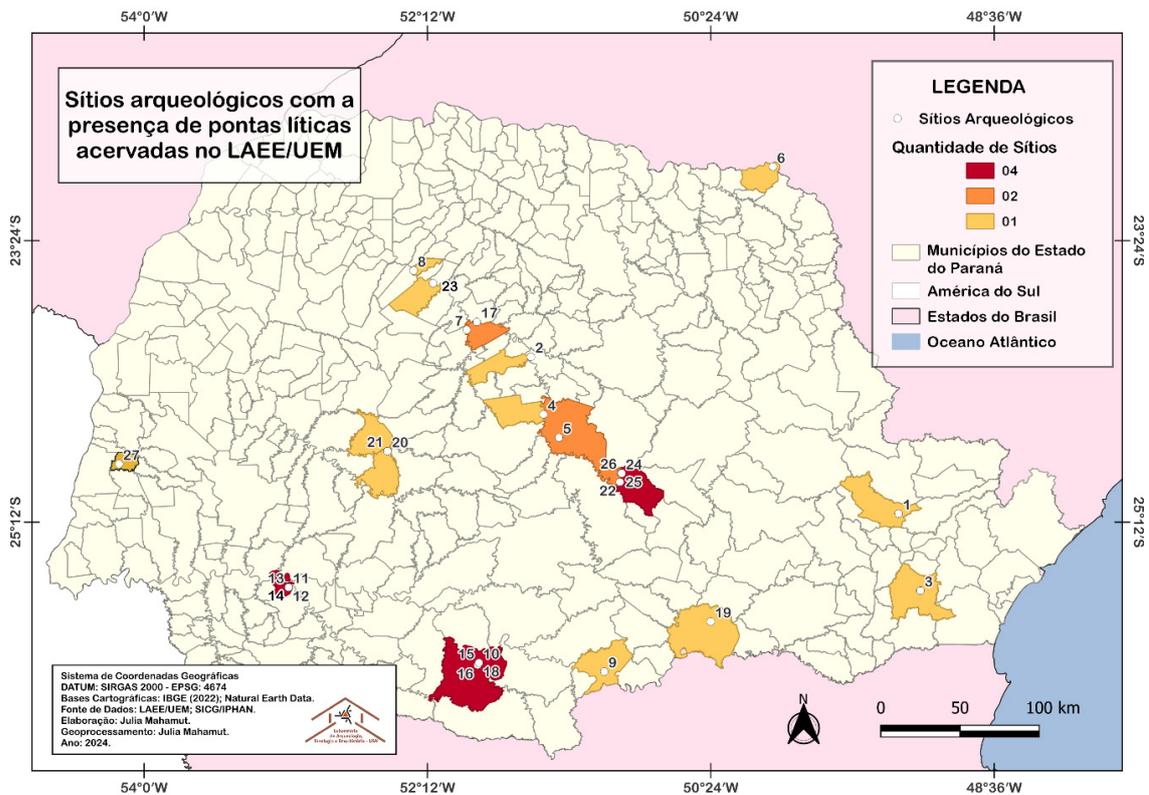
a 1, então a aproximação é boa (Buchanan; Collard, 2010; Okumura; Araujo, 2014). O resultado obtido pelos dados desta pesquisa foi de aproximadamente 0,91, ou seja, resultou em um bom ajuste para continuar com o processo.

Para a análise generalizada de procusto, foi utilizado o software MorphoJ, em que o arquivo TPS gerado pelo TPSDig2 foi inserido. O primeiro passo foi a extração do tamanho do centroide. Em seguida, realizamos a análise de procusto e geramos a matriz de covariância, para que pudéssemos fazer a análise de componentes principais em que as peças são distribuídas segundo a sua forma, mas sem os dados do tamanho (Okumura; Araujo, 2017).

A COLEÇÃO DE PONTAS LÍTICAS DO LAEE/UEM

A coleção de pontas líticas lascadas do LAEE/UEM está contabilizada em 91 bens arqueológicos, os quais foram caracterizados como cinco doações ao LAEE ou à empresa arqueológica, duas ocorrências e 27 sítios arqueológicos (Mapa 3). Essa diferenciação permite que entendamos quais peças têm um contexto arqueológico mais adequado para investigação de possíveis culturas arqueológicas, visto que aquelas doadas estão descontextualizadas e as de ocorrência não apresentam outros vestígios passíveis de associação. A maioria dos sítios continha uma peça caracterizada como ponta lítica, com exceção do sítio Rio dos Índios, que evidenciou mais de 30% da coleção do LAEE, com 29 pontas, e do sítio Beira Rio, com oito pontas.

Mapa 3. Municípios do Paraná com sítios arqueológicos em que foram encontradas pontas líticas (acervadas no LAEE/UEM).



Fonte: Autores (2024), com base em dados disponibilizados pelo LAEE/UEM e SICG/IPHAN.

Nota. Os números aqui apresentados são referentes aos apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Sítios arqueológicos com a presença de pontas líticas acervadas pelo LAEE/UEM utilizadas no mapa.

Nº Mapa	Sítio	Nº Pontas	Município	Coordenada Central (Graus Decimais ou UTM)	Referências das Coordenadas
1	Arroio Santa Clara I	4	Rio Branco do Sul	22J 680805 / 7217738 (SIRGAS 2000)	Origem Arqueologia (2019, p. 01)
2	Barra Balsa Preta	1	Jardim Alegre	22J 444912 / 7329831 (SIRGAS 2000)	Habitus Assessoria (2023, p. 292)
3	Barro Preto	2	São José dos Pinhais	-25,638072 / -49,067811	SICG/IPHAN: PR-4125506-BA-ST-00010
4	Beira Rio	8	Manoel Ribas	-24,511102 / -51,462440	SICG/IPHAN: PR-4114500-BA-ST-00007
5	Bigode Cantor	2	Cândido de Abreu	-24,659740 / -51,364001	SICG/IPHAN: PR-4104402-BA-ST-00017
6	Cambará 1	1	Cambará	-22,928417 / -50,004674	SICG/IPHAN: PR-4103602-BA-ST-00030
7	Corumbataí II	2	São João do Ivaí	-23,970636 / -51,949919	SICG/IPHAN: PR-4125001-BA-ST-00012
8	Curva do Ivaí	3	Doutor Camargo	-23,591857 / -52,287978	SICG/IPHAN: PR-4107306-BA-ST-00003
9	Dissenha	1	União da Vitória	-26,155601 / -51,075681	SICG/IPHAN: PR-4128203-BA-ST-00001
10	Dona Querida 01	5	Coronel Domingos Soares	-26,099623 / -51,871975	SICG/IPHAN: PR-4106456-BA-ST-00024
11	Generoso I	3	Cruzeiro do Iguaçu	22J 291047 / 7165095 (WGS84)	CNSA PR01936 - Artefatos, 2016
12	Generoso II	1	Cruzeiro do Iguaçu	-25,616975 / -53,081953	SICG/IPHAN: PR-4106571-BA-ST-00002
13	Generoso IV	1	Cruzeiro do Iguaçu	22J 290860 / 7165226 (WGS84)	CNSA PR01933 - Artefatos Pesquisas Arqueológicas, 2016
14	Generoso V	1	Cruzeiro do Iguaçu	22J 290956 / 7165062 (WGS84)	CNSA PR01934 - Artefatos, 2016
15	Iratim 29	2	Coronel Domingos Soares	-26,098302 / -51,874599	SICG/IPHAN: PR-4106456-BA-ST-00050
16	Iratim 32	1	Coronel Domingos Soares	-26,113134 / -51,880980	SICG/IPHAN: PR-4106456-BA-ST-00053
17	Ivaí VI	1	São Pedro do Ivaí	22K 409872 / 7354347 (SIRGAS 2000)	Fundação Aroeira, 2016, p. 01
18	João Maria Donner 1	1	Coronel Domingos Soares	-26,098996 / -51,873384	SICG/IPHAN: PR-4106456-BA-ST-00031
19	Lagoa Bonita	4	São Mateus do Sul	-25,836160 / -50,400053	SICG/IPHAN: PR-4125605-BA-ST-00014
20	Rio Branco I	1	Laranjal	-24,746939 / -52,452842	SICG/IPHAN: PR-4113254-BA-ST-00002

continua...

Tabela 1. Continuação

Nº Mapa	Sítio	Nº Pontas	Município	Coordenada Central (Graus Decimais ou UTM)	Referências das Coordenadas
21	Rio Cantu III	1	Nova Cantú	-24,745874 / -52,453719	SICG/IPHAN: PR-4116802-BA-ST-00007
22	Rio dos Índios	29	Ivaí	-24,943682 / -50,976514	SICG/IPHAN: PR-4111407-BA-ST-00003
23	Salto das Bananeiras 1	2	Engenheiro Beltrão	-23,710999 / -52,150129	SICG/IPHAN: PR-4107504-BA-ST-00001
24	São Roque	1	Ivaí	-24,888129 / -50,965435	SICG/IPHAN: PR-4111407-BA-ST-00009
25	São Roque II	3	Ivaí	-24,887298 / -50,967535	SICG/IPHAN: PR-4111407-BA-ST-00004
26	São Roque III	1	Ivaí	-24,885764 / -50,970505	SICG/IPHAN: PR-4111407-BA-ST-00005
27	SJP3	1	São José das Palmeiras	-24,828900 / -54,1584	SICG/IPHAN: PR-4125456-BA-ST-00003

Fonte: Autores (2024).

Conforme o Mapa 3, podemos entender que a presença desse tipo de artefato é espalhada entre a área do estado, certamente sendo ainda maior se levarmos em consideração que essa dispersão é apenas das pontas líticas presentes no LAEE, e que o estado do Paraná conta com outras Instituições de Guarda e Pesquisa (IGPs) que podem salvaguardar esse tipo de bem arqueológico, e ainda há aqueles habitantes que coletam em suas propriedades ao longo dos anos e formam grandes coleções, como o exposto pela Zanettini Arqueologia (2022a; 2022b) em sua atividade no município de Manoel Ribas, onde o Sr. Edivan e seu irmão coletaram cerca de 200 pontas que estão em sua coleção particular.

As matérias-primas encontradas são variadas, com porcentagens próximas entre sílexito, arenito silicificado e sílex (Tabela 2). Desse modo, os resultados obtidos não apontam para uma preferência de matéria-prima em relação à forma da ponta, ou seja, não haveria uma aparente ligação entre a morfologia das pontas e sua matéria-prima¹⁵. Para Araujo e Okumura (2017), a relação entre a matéria lascada e a forma seria repetidamente utilizada para descredibilizar a análise relacionada à forma, mas para os autores não existe fundamentação empírica para tal associação.

Como apontado por Mello Araujo e Pugliese (2009), o uso das matérias-primas tem uma ligação com os aspectos geológicos locais, ou seja, é comum encontrarmos indústrias líticas pertinentes ao ambiente geológico em que foram encontradas. No caso do estado do Paraná, por estar majoritariamente localizado na Bacia Sedimentar do Paraná, é comum que as matérias-primas mais usadas nas indústrias líticas em sítios arqueológicos sejam de “arenitos (puros ou não, friáveis ou compactos), arenitos e siltitos silicificados, calcários, arcósios, sílex ou sílexito e chertes (estes incomuns) [...]” (Penha, 2017, p. 196), enquanto os “minerais mais frequentes de utilização lítica nas bacias sedimentares tem-se ágata, calcedônia, quartzo ‘comum’ e quartzo ametista e raras obsidianas [...]” (Penha, 2017, p. 196).

¹⁵ Uma análise tecnológica sobre a coleção é necessária para constatar se há uma relação entre produção, matéria-prima e morfologia.

Tabela 2. Matérias-primas das pontas líticas do LAEE¹⁶.

MATÉRIA-PRIMA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM (%)
Ágata	1	1
Arenito Silicificado	14	15
Arenito/Arenito Silicificado	1	1
Basalto	2	2
Calcedônia	5	5
Quartzito	4	4
Quartzo Leitoso	2	2
Sílex	9	10
Silexito	16	20
S.I.	37	40
TOTAL:	91	100

Fonte: Autores (2024).

Aspectos morfológicos e morfométricos

Nesta primeira parte, apresentaremos os dados obtidos de todo o conjunto, incluindo aquelas peças que se encontram fragmentadas; por esse motivo, alguns atributos apresentam peças classificadas como “Sem Identificação” e demarcadas como “S.I.”.

Assim como as pontas podem ser encontradas em diversas partes do Paraná, suas morfologias se mostraram bastante variadas, com exceção do contorno do corpo, em que 69 (75%) pontas têm corpo triangular, enquanto não foi possível determinar as outras 22 (25%) devido à fragmentação. O delineamento do gume ativo tem uma frequência próxima entre pontas retilíneas e irregulares, com 27% e 22%, respectivamente. O contorno da aleta também resultou em frequências próximas, especificamente entre aletas Expandidas e Retilíneas, com 26% e 27%, respectivamente.

Já o atributo de delineamento do pescoço se apresentou um pouco mais homogêneo, se levarmos em consideração que resultou em mais da metade da amostra de pontas. E por fim, o atributo de contorno do pedúnculo se mostrou relevante por auxiliar na provável associação desses bens arqueológicos com as indústrias de pontas líticas do Sul. Isso porque, em torno de 35% das peças apresentam pedúnculo bifurcado e o destaque de uma que apresenta pedúnculo ovalado (Tabela 3).

¹⁶ Evidenciamos que a grande quantidade de matérias-primas, praticamente 40% desta coleção, foi categorizada como sem informação (S.I.) por dois motivos: o primeiro é que as peças provenientes de endosso institucional não tiveram sua identificação na análise laboratorial da empresa arqueológica responsável. A maioria, ao preencher as informações de Registro de Inventário, diferenciou a matéria-prima como “lítico” e “cerâmica”, e a Ficha de Bem Arqueológico Móvel, geralmente, é preenchida com outras peças em um único conjunto, e essa informação é perdida. O segundo é que o LAEE/UEM ainda não conta com um geólogo capaz de realizar tal identificação corretamente.

Tabela 3. Atributos morfológicos da coleção de pontas líticas do LAEE/UEM.

ATRIBUTOS	VARIÁVEIS	QUANTIDADE	PORCENTAGEM (%)
Delineamento do Gume Ativo	Côncavo	9	10
	Convexo	8	9
	Irregular	20	22
	Retilíneo	25	27
	Serrilhado	7	8
	S.I.	22	24
Contorno da Aleta	Incurvada	13	14
	Excurvada	1	1
	Expandida	26	29
	Retilínea	27	30
	S.I.	24	26
Delineamento do Pescoço	Agudo	9	10
	Obtuso	10	11
	Reto	53	58
	S.I.	19	21
Contorno do Pedúnculo	Bifurcado	32	35
	Côncavo	13	14
	Convexo	12	13
	Ovalado	1	1
	Reto	12	13
	S.I.	21	24

Fonte: Autores (2025).

Portanto, os resultados das descrições morfológicas apontam para uma diversidade de variáveis, mas mesmo assim com algumas mais frequentes que outras, como no caso do pedúnculo, em que foram encontradas cinco variáveis, mas que o tipo bifurcado (32) se apresenta mais vezes com aproximação dos tipos reto (12), côncavo (13) e convexo (12).

Baseado nos atributos morfológicos definidos, foi possível observar que algumas pontas aqui estudadas são compatíveis morfológicamente com certos tipos já estabelecidos na literatura arqueológica do Sul, mais especificamente as da Indústria Lítica Tunas e a Indústria Lítica Rioclarense (Tabela 4). Assim como apontado por Zanettini Arqueologia (2022a), a ponta típica estabelecida para a Indústria Tunas, tipo Estrela, pode ter uma variação mais alongada que seria encontrada no sítio Rio dos Índios, e, a partir desta pesquisa, mostrou-se que em outros sítios essa variação também pode ser encontrada. A partir disso as pontas da coleção do LAEE foram classificadas em:

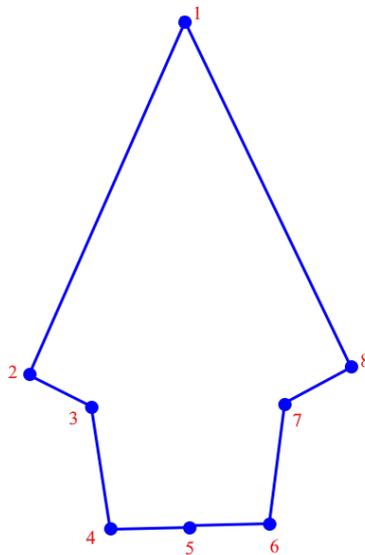
Tabela 4. Classificação tipológica morfológica das pontas do LAEE/UEM.

VARIÁVEIS	QUANTIDADE	PORCENTAGEM (%)
Rioclarense	1	2
Estrela	32	35
Indeterminada	25	27
Outra	33	36
Total:	91	100

Fonte: Autores (2024).

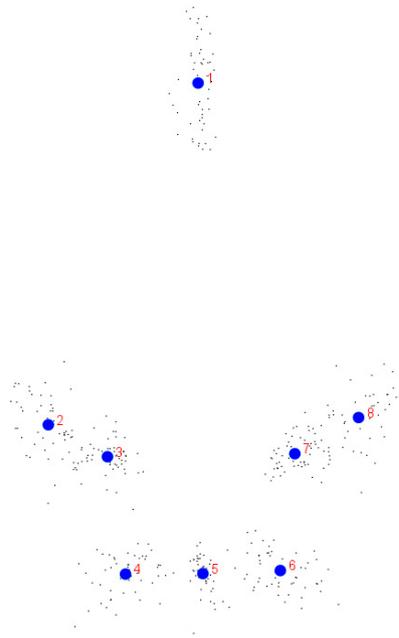
As pontas indeterminadas são aquelas que estão fragmentadas, de modo que não é possível caracterizá-las em uma tipologia. Ao passo que as pontas classificadas como “outra”¹⁷ são as que não tiveram suas variáveis morfológicas semelhantes àquelas estabelecidas para as tipologias do Sul que não estivessem vinculadas à Tradição Umbu.

Ao buscar as diferenças e similaridades entre as formas das pontas líticas por meio da morfometria geométrica, os métodos de estatística multivariada, os dados resultantes e as representações gráficas foram produzidos com o auxílio do software MorphoJ (Klingenberg, 2011). O primeiro passo para isso foi a sobreposição de procusto, em que foi possível obter uma forma média ou de consenso entre os bens arqueológicos selecionados a partir do software MorphoJ (Figura 10) e a média das pontas do LAEE em comparação com a forma média (Figura 11).

Figura 10. Representação da forma consenso da coleção de pontas do LAEE/UEM.

Fonte: Autores (2025).

¹⁷ Para as pontas caracterizadas como “Outra”, procederemos apenas com suas descrições, não buscaremos definir suas tipologias, pois, conforme Prous (1986/1990), uma tipologia é estabelecida com base em três critérios fundamentais: a morfologia, a tecnologia e a função. Assim, Prous (1986/1990) sustenta que uma tipologia precisa abranger diferentes perspectivas de análise que se complementem, e como a análise aqui proposta se limita aos aspectos morfológicos, as possíveis tipologias não apresentariam uma boa fundamentação para ser estabelecida. Somente com estudos posteriores que abarquem diferentes aspectos é que serão alcançadas as tipologias adequadas.

Figura 11. Representação da forma média e a comparação com a coleção do LAEE.

Fonte: Autores (2025).

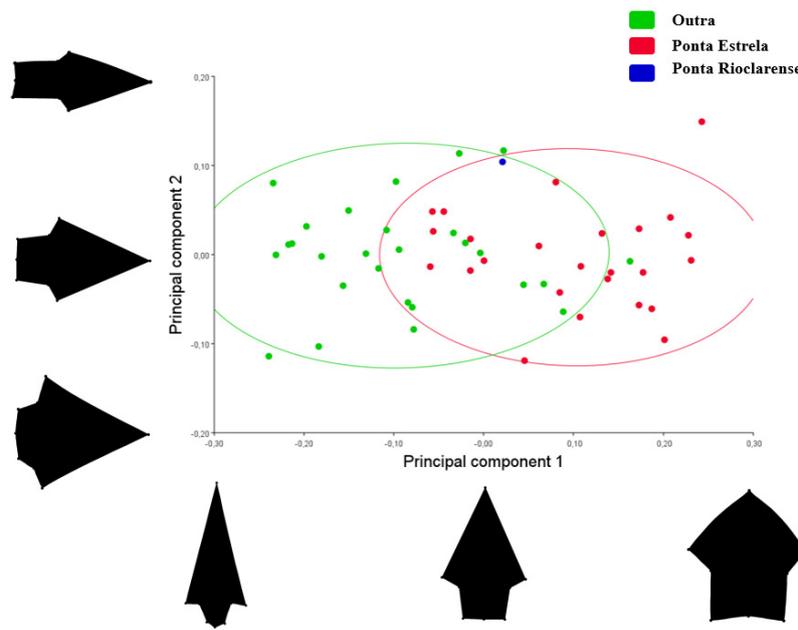
A partir disso, desenvolvemos uma análise exploratória dos dados obtidos por meio da análise de componentes principais (PCA), dos bens que se encontravam íntegros. Para compreendermos melhor as comparações morfológicas, classificamos as pontas conforme sua tipologia: Estrela, Rioclarense e as pontas marcadas como “Outra” para aquelas morfologias ainda não estabelecidas.

A Figura 12 apresenta a PCA aplicada às coordenadas da forma, no centro do gráfico estaria a forma consenso da amostra (Okumura; Araujo, 2016, 2017). O primeiro componente representa 63% da variação da forma. Como pode ser observado, quanto mais para a direita no eixo X, maior é a largura do corpo e do pedúnculo que coincide com a morfologia descrita para as pontas Estrela. Já o segundo componente demonstra 11% da variação, em que as pontas na parte inferior tem pedúnculo menor em relação ao corpo da ponta.

É possível verificar que há pontas que o corpo é curto e largo e o pedúnculo também é curto, porém sendo mais acentuada a forma convexa, quase bifurcada, evidentemente se assemelhando às pontas identificadas como Estrela, bem como no extremo oposto há pontas em que o corpo é longo e o pedúnculo curto e levemente convexo. Também é possível sugerir que a intersecção entre as elipses se dê pela proporção de tamanhos. Tanto as pontas “Outra” possuem peças menores, quanto as Estrela possuem espécimes com corpo mais alongado.

Para entender melhor a separação dos grupos, foi realizada uma análise de variáveis canônicas (CVA), que viabiliza uma ordenação com separação maximizada da média dos grupos entre si e verifica se teria uma alta porcentagem de classificação correta indicando uma distinção entre os grupos (Okumura; Araujo, 2014). Em outras palavras, a CVA busca criar grupos distintos, garantindo que a distância entre eles seja a maior possível, o que é feito ao levar em conta as diferentes variâncias entre os grupos. Ao mesmo tempo, a variância entre os indivíduos dentro de um mesmo grupo é diminuída, para que suas semelhanças sejam mais evidentes.

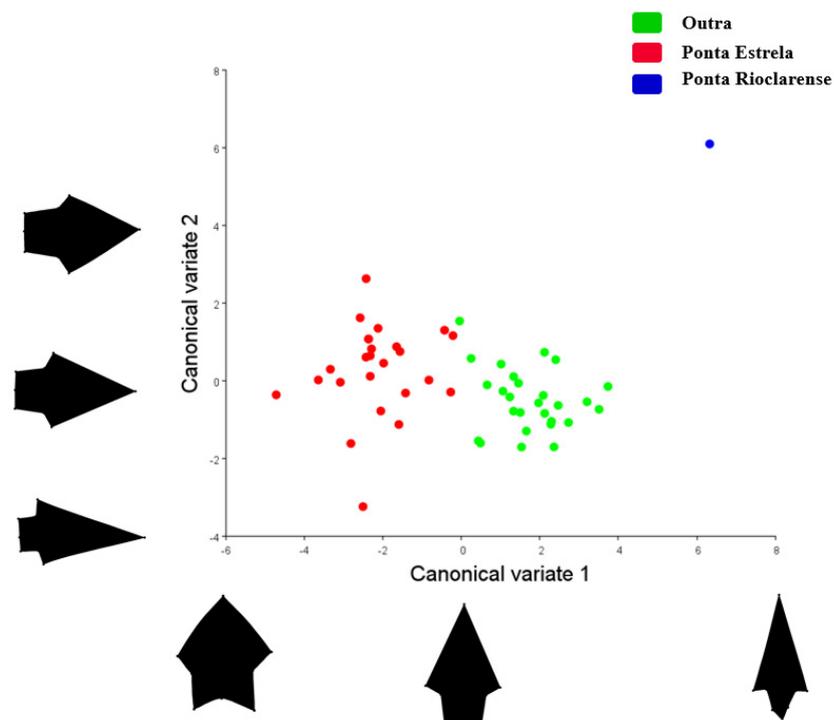
Figura 12. Análise dos componentes principais (PCA).



Fonte: Autores (2025).

Isso possibilitou reafirmar que os grupos têm características homogêneas entre si, mas que mesmo assim apresentam aspectos que os aproximam do grupo geral, destacando que a ponta classificada como do tipo Rioclarense – típica da região de São Paulo – tem morfologia de ponta externa à do estado do Paraná. A Variação 1 representa 83% da variação, enquanto a Variação 2 representa 16%.

Figura 13. Análise das variáveis canônicas (CVA).



Fonte: Autores (2025).

Tornam-se evidentes as diferenças morfológicas apresentadas na coleção do LAEE, pois, por ora, apresentamos apenas uma ponta caracterizada morfológicamente como da Indústria Lítica Rioclarense, 32 têm características das pontas tipo Estrela da Indústria Lítica de Tunas e outras 33 ainda não tiveram suas tipologias determinadas.

Os resultados aqui apresentados reafirmam o que pesquisas anteriores apontavam (Okumura; Araujo, 2013, 2014, 2016, 2017; Moreno de Sousa, 2019; Moreno de Sousa; Okumura, 2020) de que no Sul havia variabilidades dos bens arqueológicos conhecidos como pontas líticas, as quais eram perdidas ao colocá-las em um “palco de uma única tradição arqueológica [Umbu]” (Moreno de Sousa, 2019, p. 352-353).

Como no caso da ponta LAEE-ARQ-0070 (Figura 14), encontrada no sítio Salto das Bananeiras 1, a qual apresenta características das pontas da Indústria Lítica Rioclarense, como sua produção em sílex, seu gume e pescoço reto, aletas expandidas e pedúnculo ovalado. O que em conjunto com novas pesquisas e dados, possivelmente aumenta a área de abrangência dessa Indústria para o norte paranaense (Mapa 4), no entanto, ressaltamos que esta ponta é considerada atípica, e, portanto, são necessários mais estudos voltados a esse aspecto.

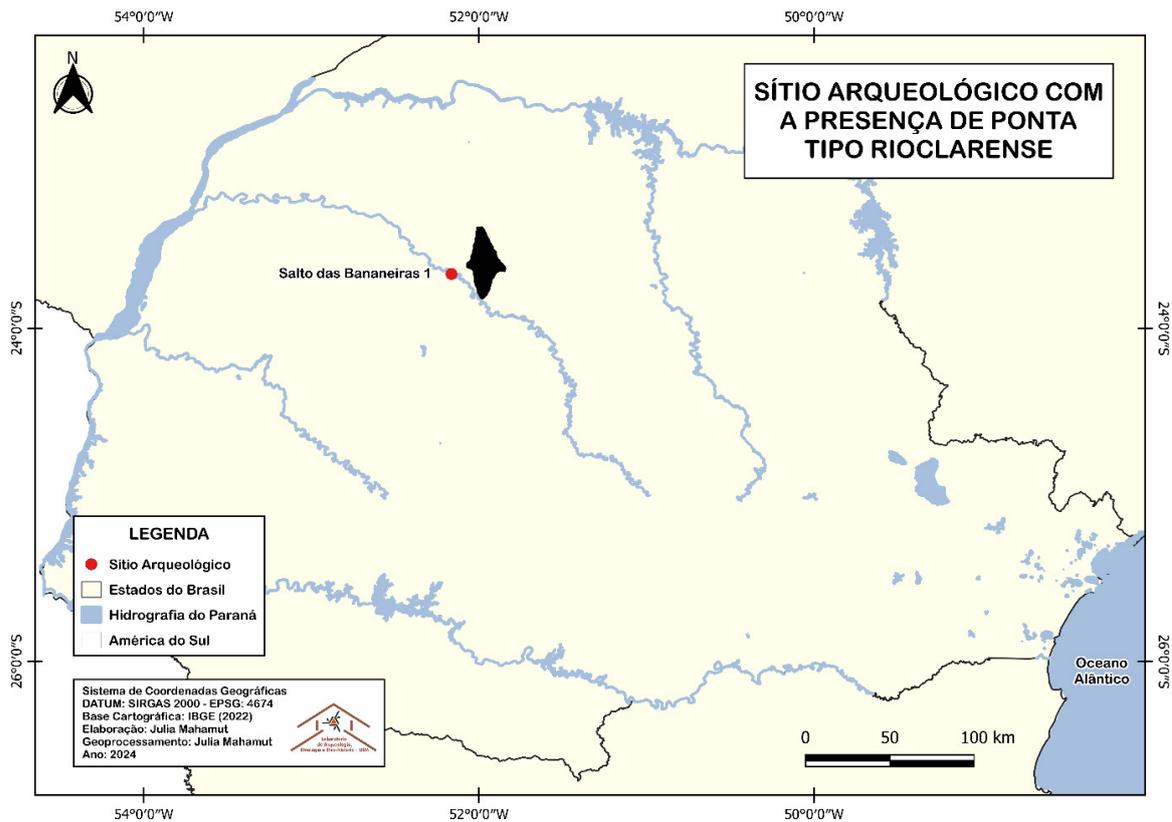
Pontas aqui identificadas como características da Indústria Lítica Tunas eram primeiramente identificadas como pertencentes à Tradição Umbu pelas empresas que as encontravam. Ao total, foram identificadas cerca de 32 pontas com variação do tipo Estrela concentradas no leste do território paranaense, com alguns sítios nas proximidades do sítio Tunas, o que já tinha sido previsto por Moreno de Sousa (2019) que foi o primeiro a estudar o sítio Tunas e, por isso, batizou a indústria lítica em sua homenagem. Isso pode ser observado no Mapa 5, em que foram plotados os sítios que continham pontas tipo Estrela¹⁸. Alguns sítios do leste paranaense foram destacados por Moreno de Sousa (2019) como semelhantes aos apresentados no sítio Tunas, como o Córrego Aterrado, o Kavales, Cambiju, entre outros no oeste paranaense.

Figura 14. Ponta LAEE-ARQ-0070.



Fonte: Autores (2025).

¹⁸ Além disso, optamos por manter as duas pontas de doação com região aproximada e a ocorrência, para podermos visualizar as possíveis variações que esta tipologia pode ter, as quais foram encontradas na coleção do LAEE.

Mapa 4. Sítio arqueológico com a presença de ponta característica da Indústria Rioclarense.

Fonte: Autores (2024).

Desse modo, há a possibilidade de a Indústria Lítica Tunas ser mais abrangente no estado do Paraná do que apontam as pesquisas até o momento.

Um caso especial da Indústria Lítica Tunas está nos sítios Beira Rio e Rio dos Índios. O primeiro porque, por mais que a maioria esteja fragmentada, podemos observar que as duas pontas íntegras são semelhantes, com corpo triangular, aletas expandidas, pescoço reto e pedúnculo bifurcado, apenas o gume seria diferente, com o delineamento retilíneo e côncavo, características de ponta tipo Estrela. Se considerarmos que outras duas peças apresentam pedúnculo bifurcado e, a partir de fotos da coleção particular de pontas líticas do proprietário do terreno onde o Sítio Beira Rio foi encontrado, podemos sugerir que morfologicamente o sítio Beira Rio seria similar ao sítio Tunas.

Já o sítio Rio dos Índios é um caso atípico em todos os sentidos. Com cerca de 29 pontas, já é um sítio importante e ainda carrega uma diversidade de bens arqueológicos encontrados além das pontas. Mas o que é significativo aqui é sua datação, pois além de ser o sítio mais antigo tratado nesta pesquisa, com duas datações: 5570 ± 380 (Dat. 5402) e 6635 ± 450 (Dat. 5403), a primeira delas é a única nesta pesquisa que está diretamente associada a uma ponta. Isso porque o artefato RI-951 (Figura 15) foi encontrado no mesmo nível em que foi coletada a amostra de sedimento para datação (UE4), além de outras pontas encontradas na mesma unidade de escavação em níveis um pouco acima, entre 10-20 cm e 20-30 cm, nas quais são morfologicamente típicas da Indústria Tunas (Figura 16), firmando uma nova datação para esse tipo de ponta no Paraná.

Algo particular desta pesquisa são os artefatos não identificados morfologicamente como típicos das indústrias líticas especificadas por Moreno de Sousa (2019) e Moreno de Sousa e Okumura (2020) para a região Sul. O que é compreensível, visto que as pesquisas

anteriores, incluindo as parcerias entre Okumura e Araujo (2013, 2014, 2016), buscavam compreender as variabilidades da pontas a partir de uma perspectiva mais abrangente entre os estados do Sul e do Sudeste, e investigar se a chamada Tradição Umbu estava sendo associada adequadamente em todos os estados. Mesmo com sua amostragem limitada, os resultados apresentados pelos autores apontam para uma variabilidade morfológica e tecnológica entre as indústrias de pontas líticas lascadas do sul e do sudeste brasileiro que não cabiam serem correlacionadas a uma mesma tradição.

Figura 15. Ponta RI-951.

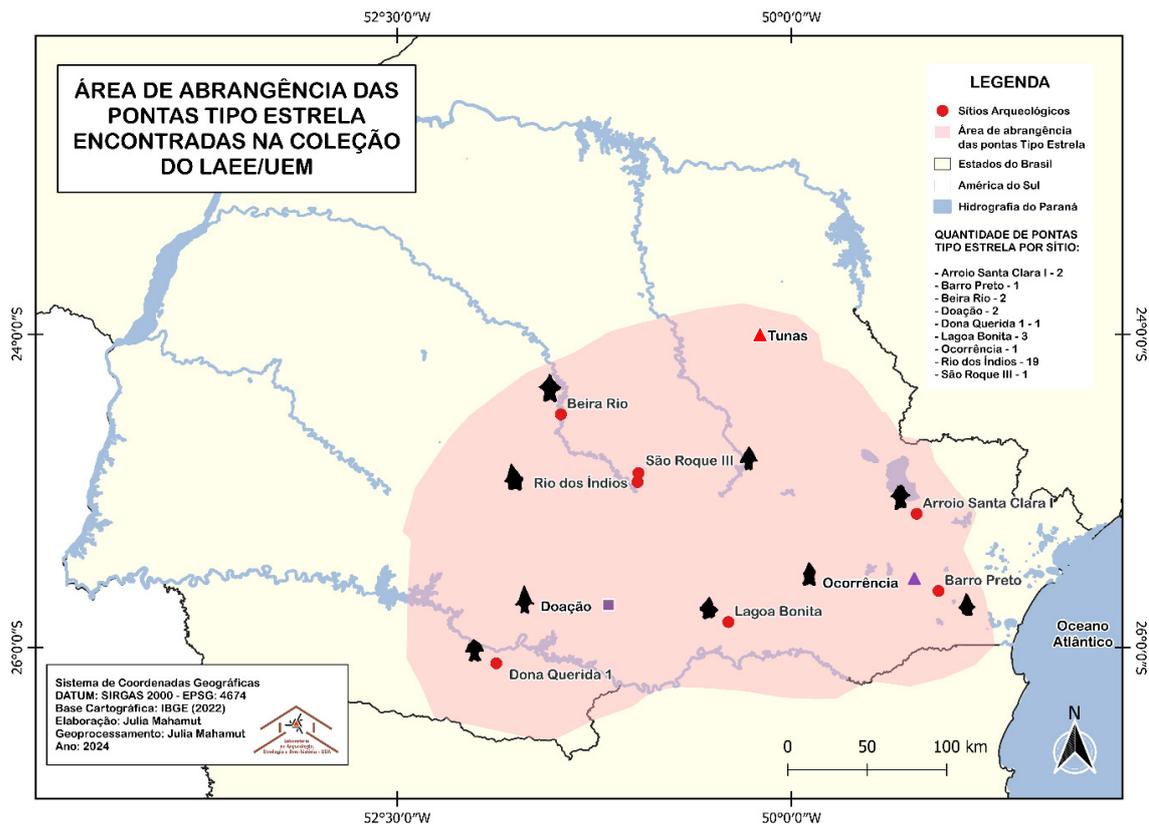


Fonte: Autores (2025).

Figura 16. Pontas RI-853; RI-852; RI-851 e RI-820.



Fonte: Autores (2025).

Mapa 5. Sítios arqueológicos com a presença de pontas características da Indústria Lítica Tunas.

Por isso, esta pesquisa amplia e reforça o que tem sido trabalhado anteriormente de uma melhor distinção entre as indústrias líticas do estado do Paraná com o agrupamento de diferentes morfologias com tipologias ainda não definidas apropriadamente. O interessante de se observar é que essas pontas também foram encontradas em sítios com pontas Estrela¹⁹, porém, com uma área de abrangência maior pelo Paraná, ocupando mais a parte central e sul do estado, como pode ser observado no Mapa 6.

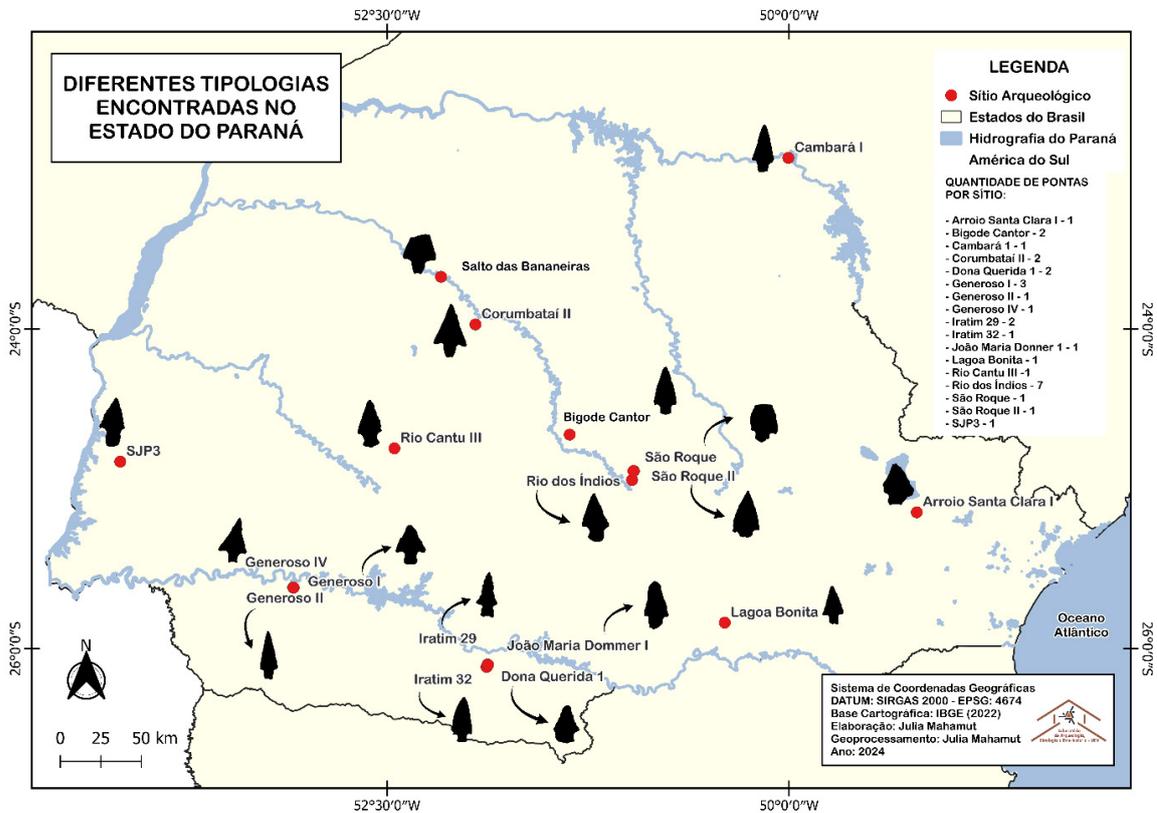
O Mapa 6 apresenta algumas das morfologias encontradas nos sítios arqueológicos paranaenses. Por motivos estéticos, optamos por representar apenas uma ponta morfologicamente diferente, porém, já é possível observar algumas semelhanças e diferenças. Raras são as peças que apresentam todas as partes descritas da mesma forma; em geral, uma ou duas variáveis serão diferentes, mas ainda assim apresentam certa insinuação de similaridade.

Um exemplo disso são as pontas COII-502 e LAEE-ARQ-0068 (Figura 17): ambas apresentam um pedúnculo reto e alongado, com paralelos que vão afunilando até a base, com duas diferenças encontradas, a primeira tem aletas incurvadas e base do pedúnculo reta, enquanto a segunda tem aletas retilíneas com base de pedúnculo côncava. Portanto, com base em sua morfologia similar e sua localidade aproximada,

¹⁹ Consideramos que a concentração de pontas Estrela em sítios com a presença de outros tipos requer novas pesquisas, mais aprofundadas, que enfoquem esse aspecto da presença de mais de um tipo de ponta lítica nos sítios arqueológicos do Paraná.

é possível que ambas sejam de uma mesma indústria, porém, análises específicas são necessárias para confirmar tal suposição.

Mapa 6. Sítios arqueológicos com a presença de pontas sem tipologia estabelecida.



Fonte: Autores (2024).

Figura 17. Ponta COII-502 e LAEE-ARQ-0068.



Fonte: Foto por Julia Mahamut (2024).

Ao final, todas as pontas apresentadas foram identificadas como pertencentes a grupos de caçadores-coletores, o que é comum para as pontas da América do Sul (Moreno *et al.*, 2023). Isso porque, por exemplo, seriam raros os instrumentos de pedra em populações ceramistas e agricultoras Guarani, sendo mais usada a madeira (Brochado, 1977) e o mesmo permanece para os dados obtidos nesta pesquisa; mesmo em sítios lito-cerâmicos, os artefatos líticos foram classificados como pertencentes a grupos caçadores-coletores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleção do LAEE dispõe de 91 bens arqueológicos agrupados como ponta lítica, encontrados em diversos municípios do Paraná. Os resultados alcançados, tanto da morfologia quanto da morfometria geométrica, apontaram para uma variedade de pontas líticas no aspecto da forma. Com grande quantidade de pontas do tipo Estrela pertencentes à Indústria Lítica Tunas, a coleção do laboratório conduz a uma ampliação da área de ocorrência da mesma, bem como reforça, até o momento, esta tipologia como característica do estado do Paraná. Há ainda o destaque para o artefato morfologicamente relacionado à Indústria Lítica Rioclarense, típica do estado de São Paulo. Mesmo sendo necessários mais estudos, principalmente tecnológicos, para assegurar a associação, podemos supor que a abrangência dessa indústria possa ultrapassar os limites estaduais atuais.

Os resultados da análise de componentes principais nos mostraram que a morfologia da Indústria Lítica Rioclarense evidentemente apresenta divergências com relação às pontas Estrela com as novas morfologias encontradas. O que reforça as afirmações de que havia mais culturas regionais de indústria lítica no Sul do Brasil, e não apenas uma, sob o manto de Tradição Umbu (Moreno de Sousa; Okumura, 2020), que estaria relacionada aos grupos de caçadores-coletores que produziam pontas líticas.

Enfim, buscamos desenvolver uma análise exploratória da coleção de pontas líticas do LAEE/UEM por meio da morfologia e morfometria destas, mas reforçamos que a análise morfológica apresenta restrições e deve ser complementada com outros tipos de análises aplicadas aos bens arqueológicos. Visto que uma abordagem não pode ser empregada sozinha para a compreensão total de um artefato, muito menos de um sítio arqueológico, são essenciais os esforços conjuntos de diversas análises além da utilizada nesta pesquisa, como a tecnológica, traceológica, ambiental e experimental, para que se tenha as melhores conclusões sobre as culturas líticas da região. Portanto, esperamos que este trabalho seja o ponto inicial para novos estudos e novas abordagens sobre as pontas líticas do estado do Paraná, especialmente com a coleção do LAEE/UEM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, Astolfo; OKUMURA, Mercedes. Fronteiras e identidades na pré-história: uma análise Morfométrica de pontas líticas bifaciais do Sudeste e Sul do Brasil. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, v. 17, n. 30, p. 39-62, 2017.
- BETTINGER, Robert L.; EERKENS, Jeltner. Evolutionary Implications of Metrical Variation in Great Basin Projectile Points. *Archaeological Papers of the American Anthropological Association*, v. 7, n. 1, p. 177-191, 1997.
- BINFORD, Lewis R. A proposed attribute list for the description and classification of projectile points. In: *Miscellaneous Studies in Typology and Classification – Anthropological Papers*. Ann Arbor (US): Museum of Anthropology, University of Michigan, 1963. p. 193-221.
- BOOKSTEIN, Fred. L. *Morphometric Tools for Landmark Data: Geometry and Biology*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1992.

- BROCHADO, José P. *Alimentação na floresta tropical*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1977.
- BUCHANAN, Briggs; COLLARD, Mark. A geometric morphometrics-based assessment of blade shape differences among Paleoindian projectile point types from western North America. *Journal of Archaeological Science*, v. 37, p. 350-359, 2010.
- CALDERÓN DE LA VARA, Valentín. A pesquisa arqueológica nos Estados da Bahia e Rio Grande do Norte. *Dédalo*, v. 9, n. 17/18, p. 25-32, 1973.
- CARMO JR., Sady P. *O Projeto Ponta de Projétil: gestão tecnológica dos caçadores-coletores do Alto-Iguaçu, Paraná*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- CHELIZ, Pedro M. *et al.* A ocupação humana antiga (11-7 mil anos atrás) do Planalto Meridional Brasileiro: caracterização geomorfológica, geológica, paleoambiental e tecnológica de sítios arqueológicos a três distintas indústrias líticas. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 13, n. 6, p. 2553-2585, 2020.
- CHMYZ, Igor. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica (revista e ampliada). *Cadernos de Arqueologia*, v. 1, p. 119-148, 1976.
- CORREA, Letícia C. *A variabilidade das indústrias líticas no interior paulista: uma síntese regional*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- CORREA, Letícia C. *et al.* A arqueologia de grupos caçadores-coletores na região de Piracicaba: estado da arte e proposta de diferenciação interna da Indústria Rioclarense. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 42, p. 164-185, 2024.
- DIAS, Adriana S. *Repensando a tradição Umbu a partir de um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- DIAS, Adriana S.; HOELTZ, Sirlei. E. Indústrias líticas em contexto: O problema Humaitá na Arqueologia Sul Brasileira. *Revista de Arqueologia*, v. 23, n. 2, p. 40-67, 2010.
- GARCIA, Anderson M.; GASPAS, Maria D. Evidências de caçadores antigos no estado do Rio de Janeiro. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 21, n. 41, p. 07-24, 2024.
- GUIMARÃES, Santiago W. F. Ocupação caçadora e coletora no planalto central brasileiro. *Tecnologia e Ambiente*, v. 17, 2013.
- KENDALL, D. G. The diffusion of shape. *Advances in Applied Probability*, v. 9, n. 3, p. 428-430, Sept. 1977.
- KERN, Arno. Variáveis para a definição e a caracterização das tradições pré-cerâmicas Humaitá e Umbu. Belo Horizonte, *Arquivos do Museu de História Natural*, v. VI-VII, p. 99-108, 1981/1982.
- KLINGENBERG, Christian P. Analyzing Fluctuating Asymmetry with Geometric Morphometrics: Concepts, Methods, and Applications. *Symmetry*, v. 7, p. 843-934, 2015.
- KLINGENBERG, Christian P. MorphoJ: an integrated software package for geometric morphometrics. *Molecular Ecology Resources*, v. 11, n. 2, p. 353-357, 2011.
- LAMING-EMPERAIRE, Annette. *Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul*. Manuais de arqueologia n.º 2. Curitiba, v. 12. 1967. 155 p.

- LOPONTE, Daniel; OKUMURA, Mercedes; CARBONERA, Mirian. New records of fishtail projectile points from Brazil and its implications for its peopling. *Journal of Lithic Studies*, v. 3, n. 1, p. 63-85, 2015.
- MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. Las Tierras Bajas de Suramérica y Las Antillas. *Revista de la Universidad Católica*, Año V, n. 17, p. 11-69, 1977.
- MELLO ARAUJO, Astolfo G. de. PUGLIESE, Francisco. The use of non-flint raw materials by Paleoindians in Eastern South America: A Brazilian perspective. In: STERNKE, Farina; EIGENLAND, Lotte; COSTA, Laurent-Jacques. (ed.). *Non-Flint Raw Material Use in Prehistory – Old prejudices and new directions*. Oxford: Oxbow Books, 2009. p. 169-175
- MENTZ RIBEIRO, Pedro A. M.; HENTSCHKE, Oscar. Método para classificação de pontas-de-projétil e algumas aplicações práticas. *Revista do CEPA*, v. 3, n. 3, p. 7-71, jul. 2018.
- MILLER JR., Tom O. Arqueologia da região central do Estado de São Paulo. *Dédalo*, v. 16, p. 13-18, 1972.
- MILLER JR., Tom O. *Sítios arqueológicos da região de Rio Claro, Estado de São Paulo*. Rio Claro: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1969.
- MILLER, Eurico T. Pesquisas arqueológicas em abrigos-sob-rocha no nordeste do Rio Grande do Sul. In: SIMÕES, M. F. (ed.). *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – volume 5. Resultados Preliminares do Quinto Ano (1969-1970)*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1974. p. 11-24.
- MILLER, Eurico T. Resultados preliminares das escavações no sítio pré-cerâmico RS-LN-1: Cerrito Dalpiaz (abrigo-sob-rocha). *Iheringia (Série Antropologia)*, n. 1, p. 43-112, 1969.
- MORAES, D. A. de. A morfometria geométrica e a “Revolução na Morfometria” localizando e visualizando mudanças na forma dos organismos. *Boletim*, ano III, n. 3, p. 1-5, 2003.
- MORENO DE SOUSA, João Carlos. *Cognição e cultura no mundo material: os Itaparicas, os Umbus e os “Lagoassantenses” volume 1*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MORENO DE SOUSA, João Carlos. *Tecnologia de ponta a ponta: em busca de mudanças culturais durante o Holoceno em indústrias líticas do Sudeste e Sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
- MORENO DE SOUSA, João Carlos; GARCIA, Anderson M. Late Holocene lithic points from a Southern Brazilian mound: The Pororó site. *Papers from the Institute of Archaeology*, v. 32, n. 1, p. 1-18, 2022.
- MORENO DE SOUSA, João Carlos; OKUMURA, Mercedes. A new proposal for the technological analysis of lithic points: Application for understanding the cultural diversity of hunter gatherers in Eastern South America. *Quaternary International*, v. 562, p. 1-12, 2020.
- MORENO DE SOUSA, João Carlos; OKUMURA, Mercedes. The association of palaeoindian sites from southern Brazil and Uruguay with the Umbu. *Quaternary Internacional*, n. 467, p. 292-296, 2018.
- MORENO, João Carlos *et al.* Combining Technology and Geometric Morphometrics: Expanding the Definition of the Garivaldinense in Southern Brazil. *Latin American Antiquity*, p. 1-21, 2025.
- MORENO, João Carlos *et al.* Pontas bifaciais e lesmas miniaturizadas: estudo tecnológico de uma indústria lítica de caçadores-coletores no leste de Goiás. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. XX, n. 40, p. 334-367, 2023.

- MOTA, Lúcio T. As populações indígenas Kaiowá, Kaingang e as populações brasileiras dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX: conquista e relações interculturais. *Fronteiras: Revista de História*, v. 9, n. 16, p. 47-72, 2007.
- NASCIMENTO, Marcélia M. do. *Pedra que te quero palavra: discursividade e semiose no (con)texto arqueológico da tradição Itaparica*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- NOELLI, Francisco S. A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000, *Revista USP*, n. 44, p. 218-269, 1999/2000.
- OKUMURA, Mercedes; ARAUJO, Astolfo G. M. Archaeology, biology, and borrowing: A critical examination of Geometric Morphometrics in Archaeology. *Journal of Archaeological Science*, v. 101, p. 149-158, 2019.
- OKUMURA, Mercedes; ARAUJO, Astolfo. Desconstruindo o que Nunca foi Construído: Pontas Bifaciais ‘Umbu’ do Sul e Sudeste do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 20, p. 77-82, 2015.
- OKUMURA, Mercedes; ARAUJO, Astolfo G. M. Fronteiras sul e sudeste: Uma análise morfométrica de pontas bifaciais de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (Brasil). *Journal of Lithic Studies*, v. 4, n. 3, p. 163-188, 2017.
- OKUMURA, Mercedes; ARAUJO, Astolfo G. M. Long-term cultural stability in hunter-gatherers: a case study using traditional and geometric morphometric analysis of lithic stemmed bifacial points from Southern Brazil. *Journal of Archaeological Science*, v. 45, p. 59-71, 2014.
- OKUMURA, Mercedes; ARAUJO, Astolfo. Pontas bifaciais no Brasil Meridional: caracterização estatística das formas e suas implicações culturais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 23, p. 111-127, 2013.
- OKUMURA, Mercedes; ARAUJO, Astolfo. The Southern Divide: Testing morphological differences among bifacial points from southern and southeastern Brazil using geometric morphometrics. *Journal of Lithic Studies*, v. 3, n. 1, p. 107-131, 2016.
- PARELLADA, Cláudia I. Arqueologia dos campos gerais. In: MELO, Mário Sérgio de.; MORO, Rosemeri Segecin; GUIMARÃES, Gilson Burigo. (org.). *Patrimônio natural do Campos Gerais do Paraná*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. p. 163-170.
- PENHA, Ulisses C. Brazilian lithic raw materials occurrences: A geological approach [Jazidas de matérias-primas líticas brasileiras: Uma visão geológica]. *Journal of Lithic Studies*, v. 4, n. 3, p. 189-216, 2017.
- PERIN, Edénir B. et al. O Sítio Arqueológico Chimarrão 1: A presença Umbu tardia na encosta do planalto meridional. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 3, p. 104-126, 2024.
- PROUS, André. O período pré-cerâmico nas terras interioranas do Brasil Meridional. In: PROUS, A. *Arqueologia Brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores*. Cuiabá: Archaeo, Carlini & Caniato Editorial, 2019. p. 202-234.
- PROUS, André. Os artefatos líticos: Elementos descritivos classificatórios. *Arquivos do Museu de História Natural*, v. 11, p. 1-88, 1986/1990.
- RODET, Maria J.; DUARTE-TALIM, Déborah; BARRI, Luis F. Reflexões sobre as primeiras populações do Brasil Central: “Tradição Itaparica”. *Revista Habitus*, v. 9, n. 1, p. 81-100, 2011.

- ROTH, V. Louis. On three-dimensional morphometrics, and on the identification of landmark points. In: MARCUS, L. F.; BELLO, E.; GARCÍA-VALDECASAS, A. (ed.). *Contributions to Morphometrics*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales, 1993. p. 41-61.
- TRONCOSO, Lucas de P. S.; CORRÊA, Ângelo A.; ZANETTINI, Paulo E. Paleoíndios em São Paulo: Nota a respeito do sítio Caetetuba, município de São Manuel, SP. *Paleoindian Archaeology*, v. 1, n. 1, 2016.
- WEBSTER, Mark; SHEETS, H. David. A Practical Introduction to Landmark-Based Geometric Morphometrics. *Quantitative Methods in Paleobiology*, v. 16, p. 163-188, 2010.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico. Subgrupo I: Linha de Transmissão 525kV Ivaiporã - Ponta Grossa (C1) e Linha de Transmissão 525kV Ivaiporã - Ponta Grossa (C2). Municípios de Ariranha do Ivaí, Cândido de Abreu, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Manoel Ribas, Pitanga, Ponta Grossa, Prudentópolis, Reserva e Turvo, Estado do Paraná. *Salvamento Arqueológico - Relatório Final 9*. Processo Iphan: 01508.000226/2018-08. São Paulo, jan. 2022a.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico. Subgrupo I: Linha de Transmissão 525kV Ivaiporã - Ponta Grossa (C1) e Linha de Transmissão 525kV Ivaiporã - Ponta Grossa (C2). Municípios de Ariranha do Ivaí, Cândido de Abreu, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Manoel Ribas, Pitanga, Ponta Grossa, Prudentópolis, Reserva e Turvo, Estado do Paraná. *Salvamento Arqueológico - Volume Final*. Processo Iphan: 01508.000226/2018-08. São Paulo, maio 2022b.
- ZELDITCH, Miriam L.; SWIDERSKI, Donald L.; SHEETS, H. David; FINK, William L. *Geometric Morphometrics for Biologists: a primer*. Elsevier Academic Press, 2004.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 3 Setembro - Dezembro 2025

ARTIGO

ARQUEOLOGIA INDÍGENA NA AMAZÔNIA, BRASIL: CONCEPÇÕES E PANORAMAS

Hudson Romário Melo de Jesus Tupinambá*, Diana dos Anjos Gama Kumaruara**

RESUMO

Este trabalho abarca uma revisão sobre a arqueologia indígena e suas práticas baseadas no conhecimento tradicional e na cosmovisão que não seguem exclusivamente os paradigmas da arqueologia ocidental. A arqueologia indígena trata da coleta e análise de artefatos, preservação e conservação ambiental, recuperação e valorização de saberes. Desenvolve-se uma discussão abrangente a partir das pesquisas citadas e sua relevância para arqueologia amazônica. As abordagens científicas e o conhecimento indígena são a questão central, considerando que por vezes as metodologias e interpretações arqueológicas não contemplam as perspectivas indígenas. Os povos indígenas desafiam conceitos sobre patrimônio arqueológico, questionam a separação passado/presente e provocam novas maneiras de avaliar vestígios materiais, contribuindo para reinterpretar de sítios em uma arqueologia participativa.

Palavras-chave: Arqueologia indígena; Povos tradicionais; Arqueologia amazônica.

* Arqueólogo. Doutorando em Antropologia na Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Membro do Laboratório de Relações Interétnicas (Lageri/UnB). E-mail: HUDSONMELODEJESUS@GMAIL.COM. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7786-905X>.

** Estudante de Arqueologia na Universidade Federal do Oeste do Pará. Integrante do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú (Ufopa). E-mail: DIANAALTERGAMA@GMAIL.COM. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9553-0188>.

INDIGENOUS ARCHAEOLOGY IN THE BRAZILIAN AMAZON

ABSTRACT

This review examines Indigenous archaeology and its practices, which are based on traditional knowledge and worldviews that do not exclusively follow the paradigms of Western archaeology. Indigenous archaeology involves the collection and analysis of artifacts, environmental preservation and conservation, and the recovery and valorization of knowledge. A comprehensive discussion is developed based on the research cited and its relevance to Amazonian archaeology. Scientific approaches and Indigenous knowledge are central issues, considering that archaeological methodologies and interpretations sometimes fail to incorporate Indigenous perspectives. Indigenous peoples have challenged concepts of archaeological heritage, questioned the separation between past and present, and introduced new ways of evaluating material remains, contributing to the reinterpretation of sites via participatory archaeology.

Keywords: Indigenous archaeology; Traditional communities; Amazonian archeology.

ARQUEOLOGÍA INDÍGENA EN LA AMAZONÍA, BRASIL: CONCEPCIONES Y PANORAMAS

RESUMEN

Este trabajo realiza una revisión sobre la arqueología indígena y sus prácticas basadas en el conocimiento tradicional y la cosmovisión que no siguen exclusivamente los paradigmas de la arqueología occidental. La arqueología indígena se ocupa de la recopilación y el análisis de artefactos, la preservación y conservación del medio ambiente, la recuperación y la apreciación del conocimiento. Se desarrolla una discusión exhaustiva a partir de las investigaciones citadas y su relevancia para la arqueología amazónica. Los enfoques científicos y el conocimiento indígena son un tema central, pues en ocasiones las metodologías e interpretaciones arqueológicas no consideran las perspectivas indígenas. Los pueblos indígenas desafían los conceptos sobre el patrimonio arqueológico, cuestionan la separación pasado/presente y provocan nuevas formas de evaluar los restos materiales, lo cual contribuye a la reinterpretación de los sitios en la arqueología participativa.

Palabras clave: Arqueología indígena; Pueblos tradicionales; Arqueología amazónica.

INTRODUÇÃO

Somos Hudson de Jesus, indígena do povo Tupinambá, aldeia São Francisco, e Diana Gama, indígena do povo Kumaruara, aldeia Muruary, ambas aldeias situadas no baixo Tapajós, no município de Santarém, estado do Pará. Neste artigo, tratamos da arqueologia indígena e, a partir de uma revisão da produção na arqueologia amazônica, indicamos a construção de um panorama científico relevante para a arqueologia brasileira. As pesquisas evidenciam sistemas de conhecimento complexos, com sofisticação técnica e simbólica da diversidade de artefatos elaborados pelos povos indígenas, destacando a continuidade das ocupações de longa duração e descolonização das práticas arqueológicas nas Américas (Atalay, 2012; Jesus, 2022a; Jofré, 2013).

As arqueologias indígenas promovem deslocamentos epistêmicos que implicam a incorporação de filosofias desenvolvidas em conjunto com comunidades que questionam o legado do colonialismo. Grande parte da literatura sobre arqueologias indígenas fundamenta-se em pressupostos pós-coloniais, sobretudo no que diz respeito ao combate ao colonialismo e à descolonização do conhecimento arqueológico. Cronologias, técnicas de escavação e epistemologias concedem influência das cosmografias indígenas. Repensar um futuro descolonizado para os povos indígenas requer reimaginar o futuro das arqueologias dessa população (Bruchac, 2010; Million, 2002; Tuhiwai Smith, 2018). Arqueologias indígenas constituem uma nova escola crítica que valoriza as ontologias, territorialidades e os modos de vida indígenas, com o propósito de produzir ciência arqueológica (Steeves, 2021). Para fundamentar suas proposições teóricas e metodológicas, essas arqueologias trabalham com práticas científicas colaborativas, que trazem profundas mudanças de paradigmas na disciplina (Smith; Wobst, 2005). Os povos indígenas divergem quanto às questões de pesquisa, interpretações dos dados, informações e maneiras como são representados nas produções acadêmicas e na teoria arqueológica (Nicholas; Watkins; 2014; Watkins, 2001).

Em se tratando de arqueologia nacional, destacam-se trabalhos relevantes com índices bibliométricos, como os de Prous (1992), que analisam a produção da arqueologia brasileira, e o de Caromano, Trindade e Cascon (2014), que discute os perfis, percursos e currículo de egressos do ensino de pós-graduação. O primeiro trabalho de arqueologia colaborativa com comunidades indígenas amazônicas foi elaborado por Silva, Bepalez e Stuchi (2011) e tratava da importância da territorialidade e da história dos Asurini do Xingu na Terra Indígena Koatinemo. Antes disso, Silva (2002) publicou um artigo sobre a ocupação Asurini do rio Xingu e a incorporação da cultura material no cotidiano da comunidade, com base na mitologia dos seres sobrenaturais que povoam o cosmos na Terra Indígena Koatinemo.

ETNOARQUEOLOGIA, CERÂMICA E HISTÓRIA INDÍGENA

Nesta seção, faremos um panorama das contribuições acadêmicas e etnográficas sobre os povos indígenas e as dimensões simbólicas, culturais e sociais atribuídas às cerâmicas arqueológicas. Ao dialogar com as histórias indígenas, os pesquisadores resgatam saberes tradicionais e cosmovisões que conferem às cerâmicas significados relacionados à identidade, espiritualidade e memória. Os saberes locais e as narrativas contribuem para uma compreensão sensível dos processos de produção, uso, mobilidade e centralidade da cerâmica nas práticas culturais.

Elaine Parintins (Wanderley, 2013), da etnia Parintintin, pesquisa a relação que os Apurinã estabelecem com sítios e artefatos cerâmicos como fundamento da identidade coletiva e etnicidade na Terra Indígena Caititu, Lábrea/AM (Wanderley, 2016a, 2016b).

A região é habitada por inúmeros grupos indígenas que vivenciaram conflitos promovidos pelo sistema extrativista, com disputas territoriais, deslocamentos e reconfiguração de suas formas de organização social. A diversidade étnica no rio Purus destaca a dimensão das ocupações Apurinã, relacionando elementos culturais com reflexões sobre cultura material e o ponto de vista do povo Apurinã. A história inalcançada das cerâmicas arqueológicas, por meio do contraste entre fontes históricas, etnográficas e arqueológicas, demonstra a importância desses patrimônios como elementos dos modos de vida.

Na Amazônia central, Carlos Silva (2016), descendente Apurinã e Munduruku, estudou contextos cerâmicos na região da cidade de Manaus/AM e sua descaracterização progressiva diante do avanço desordenado da urbanização (Silva, 2011). Manaus tem uma riqueza arqueológica com muitos sítios cerâmicos, que contrastam com as transformações coloniais, urbanas e industriais distintas das paisagens pré-coloniais. Esses contextos enfatizam a importância das cerâmicas para rituais funerários e para o cotidiano doméstico, nos espaços rituais com árvores e plantas simbólicas ligadas às nossas histórias e aos ambientes naturais, como rios, florestas, planaltos, igapós e cachoeiras. Dessa forma, focalizam o papel das cerâmicas enquanto artefatos culturais vivos.

Na Terra Indígena Trombetas-Mapuera, Jaime Wai Wai (2017), povo Wai Wai, realizou uma pesquisa sobre as histórias dos povos Wai Wai após o encontro com grupos *kariwas* (*karaywa*) e as trajetórias de ocupação Konduri (Jácome, 2011, 2017; Jácome; Wai Wai, 2020). As conexões entre ancestralidade, cosmologia, paisagens, territorialidade, cotidiano tradicional, uso de materiais rituais e as perspectivas indígenas podem ser observadas nas histórias das aldeias, que compõem a interpretação do universo de representações animais nas cerâmicas Konduri, em sítios arqueológicos próximos aos rios Mapuera e Trombetas. A pajelança de vasos especiais realiza-se com a utilização de sementes de guaraná (*weyaci*) depositadas. Sobre os significados das representações animais, os ancestrais Wai Wai tinham esses vasos como símbolos dos poderes que recebiam dos animais. São reflexões que estabelecem diálogo entre conhecimento indígena e a arqueologia, enfatizando vasos Konduri como instrumentos dos pajés para comunicação espiritual, produzidos pelos ancestrais dos povos Wai Wai. A paisagem das aldeias Mapuera e Inajá é lugar dos espíritos da floresta e dos animais, auxiliares dos xamãs (*yaskomo*), e das roças de mandioca para fazer farinha. A cerâmica xamânica Konduri (*Nokwa*) é formada por apêndices com figuras antropomorfas e zoomorfas, constituídas de modelagens, roletes de argila, aplicação de incisões, ponteados e vestígios de tinta, apliques utilizados na pajelança espiritual (Jácome, 2012, 2017).

Jesus (2018) produziu uma pesquisa arqueológica no Sítio Porto, em Santarém/PA, que entrelaçou estilo, tecnologia e manufatura de cerâmica ritual Tapajó a partir da cultura material proveniente de contextos às margens do rio Tapajós. Na Amazônia, existem muitos sítios de habitações pré-coloniais com terras pretas (Rebellato, 2011), como nos contextos espaciais e estratigráficos do período Tapajó do Sítio Porto, que apresentam vasta riqueza de tamanho nos assentamentos, densidade de cerâmica ritual, expressiva indústria lítica, profundas transformações na paisagem, agricultura e consumo de vegetais (Alves, 2016; Jesus, 2019; Schaan, 2015). O Sítio Porto é um assentamento pré-colonial constituído por uma ampla faixa litorânea de terras pretas, caracterizada por dezenas de hectares e com profundidades estratigráficas próximas a dois metros (Gomes, 2011; Jesus; Rebellato, 2019; Schaan; Alves, 2015). A revisão histórica das pesquisas foi alcançada por meio de avaliação crítica de trabalhos da arqueologia amazônica, especialmente sobre os bolsões arqueológicos e desenvolvimento das arqueologias indígenas (Jácome, 2020; Jesus, 2018; Jácome *et al.*, 2020). Em diferentes áreas do Sítio Porto, foram identificadas urnas funerárias, vasos de gargalo, cariátides, estatuetas e vasos globulares, muiraquitãs,

milhares de fragmentos de cerâmica, matérias-primas, diversas ferramentas, polidores, milhares de lascas e detritos líticos, vegetação domesticada, palmeiras e campos (Jesus, 2020; Rapp Py-Daniel *et al.*, 2017). Representações de animais silvestres são elementos recorrentes na iconografia da cultura material dos povos indígenas amazônicos, sobretudo nas tradições arqueológicas da região do rio Tapajós, como nas decorações da Tradição Inciso e Ponteadado (Borges; Prestes-Carneiro, 2020; Jesus, 2021; Rocha, 2020).

Na região do rio Arapiuns, Santarém/PA, Ana Arapyun (Silva, 2018), povo Arapyun, destaca a importância da revitalização cultural a partir do estudo de material arqueológico na comunidade de Vila Brasil, antiga aldeia indígena de nome Uxicará. Em contexto de ação identitária, num processo contínuo de reafirmação cultural e territorial, a pesquisa apresenta como contribuição um mapa socioarqueológico que evidencia mudanças nas paisagens, nos afloramentos de material cerâmico, nas terras pretas indígenas e em lugares significativos. Estudos etnoarqueológicos acerca da funcionalidade de vasos de gargalo para defumação corpórea, relacionados às técnicas de rituais de purificação e cura (Pereira, 2023) foram realizados na aldeia Arymum e na comunidade de Vila Franca, com base na arqueologia histórica que trata da reelaboração das dinâmicas dos grupos indígenas no período colonial; ambos foram desenvolvidos na Terra Indígena Cobra Grande (Sousa, 2024).

Eldissandra Parintintin (2019), povo Parintintin, trata da manufatura pré-colonial de vasilhas coletadas no Sítio Donza, comunidade de Aliança/RO, um dique aluvial com planície de inundação próxima à área de erosão-deposição da margem esquerda do rio Madeira. Parintintin (2024) traz a experiência entre os indígenas Kaxaxari, nos quais avaliou arqueologia, geografia e etnografia, com questões que envolvem lideranças e contextos sociais, evidenciando as dinâmicas territoriais e os saberes locais na construção de políticas comunitárias.

Jair Munduruku (2019), povo Munduruku, realizou uma pesquisa sobre a cultura material *Wuy juyūyū* (Munduruku) e sua ancestralidade, que são expressas nas *oca'õ* (vozes Munduruku) na TI Munduruku/PA. No rio Tapajós, os recursos das terras indígenas são expropriados, e é proibido remexer nos sítios, já que, por serem locais sagrados, não podem ser escavados sem autorização de espíritos ancestrais, principalmente os sítios com histórias cosmológicas (Honorato de Oliveira, 2015; Honorato; Rocha, 2024; Munduruku, 2021; Rocha, 2012, 2017; Rocha; Honorato, 2020; Rocha; Torres; Moreira, 2021; Rocha *et al.*, 2013, 2014, 2021, 2022). Entre os Munduruku, a farinha é produzida com raladores de rochas líticas e assada, embrulhada na palha da bananeira, método que envolve a produção de diferentes beijos como de massa de batata. Nas cerâmicas (*itiḡ'a*), os Munduruku preparavam alimentos, pratos e mingaus de frutas e raízes. A produção das cerâmicas inicia-se no preparo da pasta e dos roletes de argila (*wuyda*), que é misturada com cinzas da casca de uma árvore conhecida como caraipé. Em uma das rochas pode ser encontrada a marca da pegada do Deus do povo Munduruku: antes de subir ao céu, *Karosakaybu* gravou sua pegada na rocha. A pesquisa dialoga com estudos realizados na Terra Indígena Munduruku sobre as interações entre povo Munduruku, sítios arqueológicos, meio ambiente, demandas sociais e políticas indígenas (Rocha, 2012, 2017).

Em 2022, Jesus (2022a) defendeu mestrado na Universidade Federal de Sergipe, a partir de um trabalho de campo voltado ao levantamento, prospecção e mapeamento do patrimônio arqueológico na aldeia São Francisco, Terra Indígena Tupinambá, Santarém/PA. Os materiais arqueológicos presentes nas terras indígenas podem ser estudados em pesquisas de salvaguarda ativa comprometidas com as comunidades tradicionais locais. Em 2023, a pesquisa arqueológica conduzida por Jesus (2022a)

na TI Tupinambá do baixo Tapajós recebeu do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) o Prêmio Luiz de Castro Faria de melhor pesquisa em arqueologia e patrimônio cultural. Jesus (2022a) desenvolveu uma perspectiva arqueológica fundamentada nas práticas colaborativas e nos conceitos de temporalidade, paisagem e memória, sob a ótica da etnografia arqueológica, arqueologia indígena e ressignificação da cultura material e paisagens (Garcia, 2017; Jácome, 2017; Jesus, 2022a; Machado, 2012; Rocha, 2017). Os produtores de cerâmicas pré-coloniais têm suas histórias contadas nos fluxos e vivências nas aldeias, em práticas sociais, cotidianas e simbólicas nas terras indígenas (Garcia, 2012; Jácome, 2011; Jesus, 2022a; Rocha 2012). Por isso, busca-se a valorização e o reconhecimento da aldeia São Francisco e de seu patrimônio arqueológico como implemento fortalecedor da nossa história e de nossas práticas culturais. Nesse sentido, a consolidação da arqueologia Tupinambá promove o fortalecimento identitário, como no caso da aldeia Patiburi, na Terra Indígena Tupinambá de Belmonte/BA, e das aldeias São Francisco, Jaca e Paraná-Pixuna, na Terra Indígena Tupinambá do baixo Tapajós/PA, reforçando a relação entre aldeias, moradores, cultura material e solos antrópicos, revigorado a cultura, identidade e política étnica dos grupos indígenas (Garcia, 2020; Jesus, 2022a, 2022b, 2023, 2024; Jesus Tupinambá, 2023, 2024; Rodrigues, 2024; Santos, 2024).

Cooni Wai Wai (2019), povo Wai Wai, estudou as mudanças no modo de fazer cerâmico atual (*tahrem*) pelas anciãs na aldeia Mapuera Trombetas, Terra Indígena Trombetas-Mapuera. A pesquisa indicou o enfraquecimento da transmissão dos conhecimentos sobre a transformação das argilas em panelas de barro, devido à diminuição da produção e ao uso de alumínio. No estudo da técnica ancestral de fabricação de cerâmica entre as etnias Wai Wai, Katwena, Xerew e Hixkaryana, foram observadas diferenças e semelhanças na produção das cerâmicas antigas (décadas de 1950 e 1960) em relação às atuais (Jácome; Wai Wai, 2021). A materialidade em contextos etnográficos que remente a perspectivas sensoriais, de memórias afetivas e historicidade dos povos Wai Wai (Jácome, 2017, 2020; Jácome; Wai Wai, 2020; Jácome; Rodrigues; Wai Wai, 2023).

Jaime Wai Wai (2022) apresenta a tradição do povo Wai Wai, Terra Indígena Trombetas-Mapuera, por meio da sabedoria dos mais velhos, sem deixar de tratar assuntos como aprendizado acadêmico, conhecimentos tradicionais e saber científico. O deslocamento das antigas aldeias *Yowtho*, *Wawkumiti* e *Ahrumiti* para a aldeia-missão *Kanaxen* provocou mudanças nas festas *Yamo*, *Merpa* e *Xorwiko*. A cultura Wai Wai reforça a percepção de uma arqueologia própria, baseada no xamanismo, na cosmopolítica, na história indígena, nos estojos e nos cestos complexos e nas cerâmicas com representação de animais, usadas pelos pajés e xamãs do povo Wai Wai (Leitão-Barboza; Tukano; Wai Wai, 2019; Jácome, 2017, 2020; Jácome; Wai Wai, 2020; Jácome; Glória, 2020; Jácome; Rodrigues; Wai Wai, 2023; Rodrigues *et al.*, 2024). Nas aldeias antigas *Kentawno*, *Kuyuwí*, *Ahrumiti*, *Wawkumiti* e *Yowtho*, foram localizadas histórias de lugares e seres encantados no rio Kikwo (*Baracuxi*) (Wai Wai, 2024a, 2024b; Wai Wai; Caixeta de Queiroz, 2024; Rodrigues, 2022; Rodrigues; Kater; Wai Wai, 2020; Rodrigues; Wai Wai, 2024).

Carolina Wai Wai (2023), povo Wai Wai, realizou uma pesquisa sobre os colares, adereços e adornos corporais produzidos com sementes de morototó (*karakruyepu*) pelas mulheres das etnias Katwena, Mawayana, Xerew e Wai Wai, na aldeia Mapuera. Os padrões de desenho feitos no artesanato com sementes de morototó são classificados em duas categorias: os desenhos naturalistas, que representam animais como arara (*kworo*), papagaio (*waaro*), escorpião (*cikiri*), cachorro (xapari), indígena (*incu*), sapo (*xirpapa*), e os desenhos geométricos, que representam animais ou áreas específicas

de seus corpos, como o desenho da pata da cutia (*paski yemeknu*). Há uma variedade de artesanatos e adereços feitos com a semente de morototó, incluindo cintos de algodão ou fibra vegetal, brincos, braçadeiras, pulseiras (*emekna*), colares (*kwari*), braceletes (*apomi*), chocalhos (*wahxu*), cintos (*katami*), tangas (*keweyu*) e tiaras (*pemci*).

ZOOARQUEOLOGIA, MATERIAL LÍTICO E ARTE RUPESTRE

Neste tópico, traçamos um quadro das pesquisas arqueológicas que contribuem para a compreensão das práticas territoriais, cotidianas e simbólicas de grupos humanos. A zooarqueologia pesquisa aspectos relacionados à dieta, economia e às relações com o ambiente, enquanto os estudos sobre material lítico elucidam técnicas de fabricação, uso e circulação de instrumentos, e a arte rupestre oferece debates sobre cosmologias, rituais e formas de comunicação visual. Em conjunto, essas abordagens propõem uma interdisciplinaridade que permite maior diálogo entre saberes acadêmicos e tradicionais.

Ana Caroline Arapiun Silva (2022) pesquisa antiguidade e diversidade de sambaquis na longa duração do ambiente amazônico, região em que esses sítios, juntamente com os de terras pretas, apresentam um vasto consumo de peixes (Prestes-Carneiro, 2013, 2017). A primeira questão arqueológica sobre essas construções humanas complexas foi entre os pesquisadores que as consideravam formações naturais, os que propunham que eram artificiais e aqueles que afirmavam que haviam sido formadas por processos naturais e culturais. Os sambaquis amazônicos são fundamentais na compreensão das dinâmicas de povoamento e história indígena nas Américas, sendo pesquisados desde o século XIX, como no caso do Sambaqui de Taperinha, no planalto de Santarém, por Charles Hartt. Em Monte Castelo, os registros arqueológicos indicam exploração da pesca em florestas inundadas com consumo de peixes, além de mamíferos, moluscos e recursos botânicos (Prestes-Carneiro, 2017; Prestes-Carneiro *et al.* 2020a). Esses contextos demonstram a centralidade da pesca pré-colonial nas comunidades tradicionais, com uso de flechas, redes, arpões e lanças (Prestes-Carneiro *et al.* 2016, 2019, 2020b, 2021).

Elinalda Kumaruara (Silva, E. 2022), povo Kumaruara, realiza uma pesquisa etnográfica sobre os saberes tradicionais, as tecnologias e as práticas de rituais de caça e pesca que envolvem plantas e outros elementos botânicos na aldeia Maruary, Santarém/PA. Na Amazônia, o registro arqueobotânico evidencia a presença de plantas cultivadas, sementes de frutos, trançados com palhas de palmeiras e cinzas vegetais. Esses vestígios, pertencentes a diversas categorias tafonômicas de preservação, são coletados na flotação de sedimentos, para extração de vestígios botânicos, fragmentos de madeira, frutos, sementes, entre outros elementos de plantas (Prestes-Carneiro *et al.* 2020a; Silva; Shock; Prestes-Carneiro, 2020; Silva *et al.*, 2021). O estudo destaca como determinadas espécies vegetais são utilizadas para atrair, capturar ou manejar animais, além de sua importância em rituais que expressam respeito aos seres da floresta e das águas. Essas práticas refletem um conhecimento ecológico tradicional, contribuindo no entendimento das relações entre técnica, cosmologia e sustentabilidade nas práticas cotidianas do povo Kumaruara. As plantas e os animais aparecem como elementos centrais do cotidiano, com usos que vão desde práticas medicinais até aplicação em rituais e habitações. A caça de aves, por exemplo, além da alimentação, envolve a utilização da plumária para diferentes adornos corporais, mas, na contemporaneidade, as aves silvestres são pouco caçadas nas aldeias.

Odanilde Baré (Escobar O., 2022), do povo Baré, realizou um levantamento de coleções líticas em *Mussum Kuara* (“lugar da Cobra”), localizado na orla fluvial da cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM, município com expressiva população indígena. Em sua pesquisa de mestrado, Odanilde Baré (Escobar, O. 2025) apresenta uma

perspectiva indígena sobre os significados de polidores e afiadores líticos na orla fluvial de São Gabriel da Cachoeira, com objetivo de apresentar uma interpretação sobre como os indígenas se relacionam com estes e outros artefatos líticos, como lâminas de machado e pontas de projétil, que compõem coleções domésticas. A metodologia incluiu georreferenciamento, registro fotográfico e produção de croquis. Foram identificadas dezenas de marcas relacionadas à extração de matéria-prima rochosa para a fabricação de ferramentas líticas, como cicatrizes de polimento e polidores em estilo oval, prato e circulares rasos, afiadores lineares, em estilo “canoa” e “canoa duplo”, e conjuntos de amoladores circulares, semicirculares e estilo cuia. A análise parte de uma interpretação subjetiva de artefatos, sonhos e narrativas ancestrais das marcas nas pedras e os cuidados dos especialistas.

Otekmi Wai Wai (2021), do povo Wai Wai, pesquisa a fabricação dos *xkamari* (raladores) entre as mulheres anciãs Wai Wai na aldeia Mapuera, Terra Indígena Nhamundá-Mapuera, em Oriximiná/PA. Os raladores são utilizados para ralar diversos alimentos, principalmente mandioca, para produção de farinha para, e são compostos por madeira e pequenas ferramentas líticas (Honorato de Oliveira, 2015). O interesse por esses objetos, como ferramentas para repensar classificações, reside em seu papel como articuladores de amplas esferas de identificação cultural e redes de relação. São objetos de valor simbólico de fácil transporte entre aldeias, com boa durabilidade, que pode variar entre quatro e dez anos e reconhecidos pela dificuldade de sua confecção. A matéria-prima lítica dos raladores Wai Wai é encontrada distante das aldeias e pode ser acessada em blocos de pedras arredondados situadas nos leitos dos rios, como no rio Mapuera (na *Marawica Kahxin*, “Cachoeira do Pacu”) e no rio *Kapuwini* (na *Yaimo Kahxin* “Cachoeira do Gavião”). Seu alto valor simbólico é observado pelas longas distâncias percorridas. Utilizados por vários grupos indígenas, os *xkamari* são um item de valor singular em extensas redes de troca no Norte amazônico e Guianas (Honorato de Oliveira; Wai Wai, 2021).

Aciuly Baniwa (Mariano, 2022), povo Baniwa, estuda petróglifos, paisagens do entorno da comunidade Cabarí e a ocupação pré-colonial Baniwa, em São Gabriel da Cachoeira/AM, rio Negro, um sistema regional de longa duração, com aproximadamente 8 mil anos. A interpretação dos significados dos petróglifos e sua função social no cotidiano da aldeia foram compreendidos como calendários agrícolas a partir das vivências, atividades cotidianas e práticas culturais nas roças e nos cultivos regionais, histórias acessadas por meio de relatos orais, como o conjunto de rochas denominadas “peixe-elétrico” (poraquê).

No rio Negro e em seus afluentes, há sítios de arte rupestre sagrada com petróglifos de origem ritual associados ao complexo mito-ritual do Jurupari (*Utã Wori*), parcialmente submersos nos afloramentos rochosos (Tuyuka; Valle, 2019; Valle, 2012a, 2012b; Valle; Tenório, 2019; Valle *et al.*, 2018). Por todo o rio Negro, encontramos petróglifos identificados em lugares sagrados especiais indígenas que são Casas de Transformação Cobra-canoa (Tenório; Cabalzar, 2012; Tenório; Scolfaro, 2017), cujos conhecimentos tradicionais evocam os percursos da Canoa de Transformação (Almeida, 2019; Barbosa, 2019; Ferreira, 2019; Garcia, 2019; Pedrosa, 2019). Destaca-se, portanto, a importância do acesso e da preservação das diferentes paisagens rupestres indígenas sagradas da Amazônia (Cavallini *et al.*, 2022; Pereira *et al.*, 2016; Tuyuka *et al.*, 2022). No rio Tapajós, por exemplo, a temporalidade sagrada da arte rupestre entrelaça narrativas de heróis míticos, como *Muraycoko*, o “pai da escrita”, que, como forma de conhecimento secreto, teria convertido seus pensamentos nas imagens pintadas e nos símbolos rupestres (Munduruku; Munduruku; Valle, 2021).

Pesquisas arqueológicas realizadas em São Gabriel da Cachoeira/AM identificaram diversos tipos de sítios, como afloramentos expostos durante a vazante do rio Negro, terras pretas, vestígios líticos e fragmentos de cerâmica. Nessa região, os contextos cerâmicos são interpretados na perspectiva das artes indígenas, reconhecimento de jazidas sagradas e monumentos rochosos, nas dimensões simbólicas dos ambientes que contemplam a cultura material (Costa, A. 2022; Silva, Ana K. 2022; Monteiro, 2022). Além disso, entre os diferentes tópicos trabalhados em São Gabriel da Cachoeira, destacam-se estudos sobre cosmologia (Gama, 2022; Vaz, 2022), educação patrimonial (Henrique, 2022; Macedo Jr., 2022; Miranda, 2022), arqueobotânica (Anes, 2022), práticas agrícolas (Silva, J. 2022, 2025), produção artesanal (Costa, P., 2022), etnoarqueologia (Barros, 2022; Castro, 2022; Escobar, M. 2022, 2025; Melo, 2022), arqueoturismo (Rezende, 2022), terras pretas (Cruz, 2022) e impactos da urbanização sobre sítios arqueológicos (Alexandre, 2022; Matos, 2022; Souza, 2022).

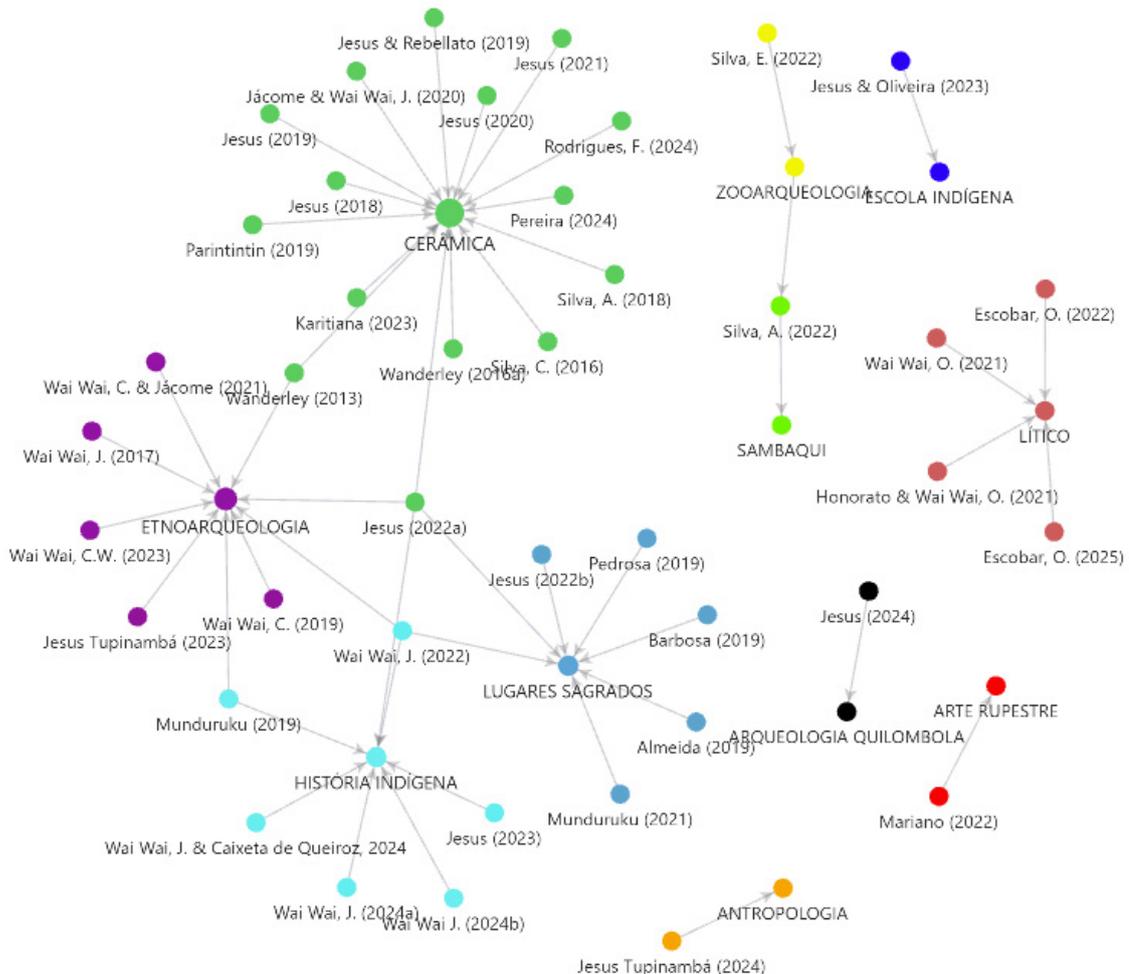
DISCUSSÃO: CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA INDÍGENA PARA A ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA

A arqueologia indígena é uma abordagem crítica recente que se tornou essencial na arqueologia amazônica ao evidenciar a importância dos povos indígenas para a produção do conhecimento arqueológico. Trazemos teorias e métodos participativos que incluem conhecimentos e saberes da floresta como território manejado, cultivado e simbólico, com nossas paisagens constituídas de florestas domesticadas, castanhais, caminhos invisíveis e lugares de encantamento, onde o tempo se dobra em camadas de presença ancestral. A arqueologia indígena se constitui em diálogo com a arqueologia amazônica e com novas perspectivas que trazem os indígenas como autores e pesquisadores de campo (Jesus, 2022a; Escobar, O. 2025; Munduruku, 2019; Parintintin, 2019; Silva, A., 2022; Silva, E., 2022; Wai Wai, 2022; Wai Wai, 2019; Wai Wai, 2023; Wai Wai, 2021; Wanderley, 2013).

As arqueologias colaborativas com referenciais teóricos decoloniais revalorizam a ancestralidade e cosmologia dos povos tradicionais com grande relevância para o futuro da Amazônia. Com assenso da arqueologia colaborativa que trata da cosmologia, cultura material, paisagens e interpretação dos grupos indígenas sobre sítios arqueológicos (Leitão-Barboza, 2019; Cabral, 2014; Garcia, 2012, 2017; Jácome, 2011, 2017; Jesus, 2022a; Machado, 2012, 2013; Rocha, 2012, 2017; Silva, F., 2000, 2012), com base nos estudos de reflexividade das arqueologias afrodiáspóricas, afroindígenas, quilombolas e negras, enraizadas na história da diáspora e nos modos próprios de relação com o tempo, incorporam debates contemporâneos e princípios decoloniais sobre territorialidade, identidade e epistemologias plurais insurgentes (Carmo; Vieira, 2021; Carvalho, 2012, 2018; Carvalho; Bastos, 2024; Ferreira, 2024; Jesus, 2022a, 2024; Mello, 2024; Menezes, 2024; Moraes, 2012, 2021; Moraes; Costa; Jesus, 2022; Passos, 2019; Passos; Carvalho, 2024; Passos; Carvalho; Soares, 2024; Simoni, 2024) e aportes das arqueologias comunitárias que, ao articular saberes e práticas tradicionais de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, contribuem ativamente nas pesquisas que tratam das paisagens, das aldeias, dos territórios, das temporalidades, das cosmotécnicas e do meio ambiente (Araújo *et al.*, 2023; Balée *et al.*, 2020; Campos *et al.*, 2023; Garcia, 2020; Gomes, 2019; Honorato; Rocha, 2024; Jácome, 2020; Jesus; Rebellato, 2019; Jesus, 2020, 2022b, Jesus Tupinambá, 2023; Machado, 2016, 2017; Neves, 1999; Priprá, 2024; Rocha *et al.* 2013, 2014, 2021; Silva, F. 2009; Tuyuka *et al.*, 2022; Valle *et al.*, 2018; Wai Wai; Caixeta de Queiroz, 2024).

No contexto dos estudos indígenas, os saberes tradicionais são fundamentais na prática arqueológica centrada na participação ativa dos povos indígenas como autores, pesquisadores e detentores de saberes ancestrais. As arqueologias indígenas irrompem paradigmas ao tratar da agência indígena na formação e transformação de territórios tradicionais e ecossistemas vivos, por meio das cosmopercepções, epistemologias originárias e pluralidade das concepções indígenas no campo da arqueologia (Figura 1).

Figura 1. Gráfico das pesquisas de arqueologia indígena na Amazônia.



Fonte: Obsidian (2024).

Com isso, realizamos um diálogo entre arqueologia e pluralidade de conhecimentos indígenas para compreender como, a partir destas pesquisas e práticas, podem ser constituídos muitos dos conhecimentos ancestrais e modos indígenas de habitar o mundo. Ao reunir contribuições, buscamos refletir sobre as formas que diferentes culturas constroem, transmitem e legitimam saberes. Exploramos como essas questões podem convergir na valorização das epistemologias indígenas para pensar as arqueologias indígenas como expressões de conhecimentos vivos mais plurais e decoloniais.

Jesus (Jesus; Oliveira, 2023) na qualidade de professor na Escola Suraraitá Tupinambá (Figuras 2 e 3) e no curso de Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) (Figura 4), compreende a importância da formação de arqueólogos amazônicos e os avanços políticos, sociais e epistêmicos dos achados arqueológicos científicos conquistados pelos povos indígenas, com a reativação de vínculos afetivos com lugares

sagrados. São práticas colaborativas que promovem diálogo com epistemologias locais e encontro de saberes entre arqueólogos e grupos étnicos, que transforma arqueologia em uma ferramenta de resistência participativa. Nesse contexto, as práticas arqueológicas colaborativas convergem com diálogos fundamentados na valorização, não apenas desestabilizam paradigmas coloniais na ciência, também contribuem para a reconstituição de territórios de identidade, etnicidade e resistência, fortalecendo processos de autonomia intelectual, cultural e territorial dos povos indígenas.

Figura 2. Ritual Ara Kitiwaraitá Makuitá Sui. Semana da Consciência Indígena, com a participação de lideranças, professores, alunos e convidados. Escola Indígena Suraraitá Tupinambá, aldeia São Francisco, TI Tupinambá.



Fonte: Arquivos de pesquisa (2022).

A arqueologia indígena trabalha com epistemologias comunitárias que possibilitam uma arqueologia plural focalizada nas políticas de identidade, cosmologias e histórias dos povos indígenas que enriquecem o entendimento da dinamicidade de paisagens, florestas, rios, praias, igarapés, nossos lugares na natureza (Garcia, 2020; Honorato; Rocha, 2024; Jácome, 2020; Jesus; Rebellato, 2019; Jesus, 2018, 2019, 2022a, 2023; Jesus Tupinambá, 2023, 2024; Escobar, O. 2022, 2025; Munduruku, 2019; Silva, A., 2018, 2022; Wai Wai, 2017, 2022; Wai Wai; Caixeta de Queiroz, 2024), e que apresentam diálogo com arqueologias indígenas realizadas em outras regiões brasileiras, promovendo redes de intercâmbios de saberes, metodologias e experiências entre povos originários (Bueno; Machado, 2013; Campos; Marques, 2023; Campos; Lino, 2023; Ferreira, 2021; Reis; Guimarães, 2022; Ferreira Borum-Kren, 2024; Fonseca, 2015; Jácome, 2006, 2015;

Karitiana, 2023; Machado, 2013, 2017, 2021; Machado; Tschucambang; Fonseca, 2020; Priprá, 2015, 2021; Tschucambang, 2015).

Figura 3. Ritual Ara Kitiwaraitã Makuitã Sui. Recebimento da Coordenação de Educação Escolar Indígena (CEEI) e Secretária Municipal de Educação (SEMED). Escola Indígena Suraraitã Tupinambá, aldeia São Francisco, Terra Indígena Tupinambá.



Fonte: Arquivos de pesquisa (2022).

Na arqueologia indígena, pesquisamos sobre cosmologias, formação das aldeias e interpretação dos especialistas sobre o material arqueológico. A presença de pesquisadores indígenas na arqueologia leva à valorização dos conhecimentos tradicionais, das relações espirituais, cosmopolíticas e históricas com a paisagem. A arqueologia indígena reinscreve vínculos profundos com territórios, heranças culturais enraizadas e contínuas que constituem dimensões fundamentais na construção de olhares renovados sobre as trajetórias históricas singulares de cada povo indígena.

Conjuntamente, a arqueologia amazônica focaliza contextos de sítios cerâmicos, recentemente incorporando os estudos sobre as modificações dos povos indígenas nas paisagens ambientais como marcadores culturais. Nesse sentido, a arqueologia amazônica passa a ser caracterizada pela inclusão das autorias indígenas na produção arqueológica sobre populações pré-coloniais, históricas e contemporâneas. Em contraste com a perspectiva colonial, o conhecimento indígena torna-se integrante do processo científico.

As perspectivas indígenas sustentam uma reinterpretação aprofundada dos dados arqueológicos e se articulam com saberes complementares das ciências sociais, ecologia, história, artes e outras áreas que enriquecem a pesquisa arqueológica. São trabalhos interdisciplinares que conectam campos como a etnoarqueologia, zooarqueologia, análise

de cerâmica, arte rupestre e estudos de material lítico, em domínios ainda pouco explorados pelos pesquisadores indígenas. Nossa prática arqueológica contribui na construção de uma ciência diversa, enraizada e sintonizada com as epistemologias originárias.

Figura 4. Aula na disciplina História e Teoria da Arqueologia, que contou com ritual de agradecimento na árvore Samaúma e produção, pintura e ensino de grafismo.



Foto: Hudson de Jesus (2024).

A história da Amazônia, a partir da análise das cerâmicas arqueológicas, permite pensar trajetórias de longa permanência e profundidade temporal dos povos indígenas. A tecnologia de fabricação de cerâmica, os modos de ocupação territorial e a historicidade indígena revelam dinâmicas contínuas de habitação, relações sociais e práticas ancestrais de domesticação da paisagem (Garcia, 2012, 2017; Jesus, 2022a; Machado, 2012). A articulação entre práticas sociocsmológicas e diferentes temporalidades possibilita pensar a paisagem como lugar de ancestralidade, mitos e práticas xamânicas. Estudos sobre decoração cerâmica mostram como padrões estilísticos expressam conexões interétnicas e redes regionais entre distintos grupos linguísticos, indicando continuidades técnicas mesmo diante das transformações pós-coloniais nos modos de produção cerâmica (Jácome, 2011, 2017; Jesus, 2022a; Rocha, 2012, 2017). A diversidade dos povos indígenas nas aldeias pré-coloniais configura um cenário de transformações relacionadas à construção e formação própria de florestas e territórios. Estas sociedades responderam de forma ativa aos desafios ecológicos, moldando seus territórios para garantir sustentabilidade e qualidade de vida, como demonstram estratégias agrícolas e de gestão de recursos hídricos, faunísticos e pesqueiros (Prestes-Carneiro, 2013, 2017).

O conceito de arqueologia viva de Jesus (2022a) amplia o alcance epistemológico da disciplina ao incorporar narrativas, cosmologias, práticas territoriais e modos próprios de percepção do tempo e da paisagem. Uma reflexão desta revisão é que atividades como escavação, análise de artefatos, estudo da estratigrafia, datação e outros procedimentos técnicos podem ser adaptados às especificidades e à cosmovisão indígena. A junção entre metodologias arqueológicas e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas pode viabilizar formas de pesquisa colaborativas que priorizem as realidades culturais, o diálogo e a participação ativa das comunidades indígenas na produção do conhecimento arqueológico. É essencial reconhecer e respeitar os vínculos espirituais, simbólicos e afetivos que mantemos com nossos sítios arqueológicos, florestas e rios, entendidos como territórios vivos.

CONCLUSÃO

A arqueologia indígena lida com práticas-rituais, modos de vida, agricultura tradicional, festas e costumes, com o objetivo de refletir sobre as relações entre o material arqueológico, as aldeias e os territórios. Nós, arqueólogos indígenas, pesquisamos cultura material, os hábitos, os saberes, os simbolismos e as tradições dos nossos antepassados, vivenciados em cada comunidade, fortalecemos a importância da ancestralidade e da transmissão de aprendizado entre as gerações. Os povos indígenas demonstram interesse nos artefatos encontrados nas aldeias e no meio ambiente, sua importância para reprodução cultural e explicação do fabrico dos materiais. Nossas histórias articulam cosmologia, xamanismo, rituais, ancestralidade e patrimônio cultural, entrelaçando um sistema de saberes que, nas tradições míticas, se vinculam a elementos da paisagem, como rios, florestas, canais, igarapés, planaltos e montanhas. Tais referências expressam concepções cosmológicas e relações ontológicas com o mundo natural, evidenciando a dimensão espiritual e simbólica desses ambientes. As arqueologias indígenas tematizam identidade e política indígena, afirmação étnica, práticas de cura, relações com a floresta, sistemas econômicos tradicionais, coleta de plantas, frutos, sementes e flores, além das alianças e do parentesco entre comunidades.

A formação das aldeias dos povos amazônicos é herança da ocupação pleistocênica e holocênica das comunidades indígenas, refletindo formas ancestrais de habitar enraizadas no território. Esses modos de vida envolvem relações cosmológicas e práticas territoriais contínuas, com nossas aldeias sendo expressões vivas de paisagens culturais moldadas por saberes ancestrais, epistemologias próprias e formas indígenas de historicidade. Aldeias, habitações e territórios constituem paisagens sagradas, nas quais se inscrevem os percursos dos ancestrais, os elementos dos encantados e os fundamentos da existência coletiva dos povos originários. A arqueologia indígena representa, portanto, uma nova escola crítica para reavaliar a história das populações pré-coloniais e históricas, que desponta rica e complexa. Suas contribuições são fundamentais para repensar a arqueologia amazônica, transformando-a de uma prática externa às realidades locais para uma disciplina crítica e comprometida com os povos da floresta. Essa valorização do patrimônio cultural e dos modos sustentáveis de uso da terra permite um melhor enfoque sobre formação territorial e políticas públicas voltadas à criação de unidades de conservação e à demarcação das terras indígenas. Com a participação das perspectivas indígenas na produção do conhecimento arqueológico, é possível construir um campo científico respeitoso, interdisciplinar e comprometido com o futuro da Amazônia e de seus habitantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Edmundo. *Levantamento dos sítios arqueológicos em São Gabriel da Cachoeira-AM*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.

- ALMEIDA, Uremini. Lugares sagrados e sítios arqueológicos no entorno da comunidade Matapi do baixo Uapés. *ARU*, n. 3, p. 24-41, 2019.
- ALVES, Daiana. Plant food consumption and the origin of amazonian dark earth in the lower Tapajós region. In: STENBORG, Per. (org.). *Beyond waters: archaeology and environmental history of the amazonian inland*. Gothenburg (SE): University of Gothenburg Press, 2016. p. 61-70.
- ANES, Joelma. *Arqueobotânica na América do Sul: uma revisão sistemática*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- ARAÚJO, Ordália C. G. *et al.* Protagonismo indígena: natureza, cultura e território. *Habitus*, v. 21, n. 1, p. 4-8, 2023.
- ATALAY, Sonya. *Community-based archaeology: research with, by, and for indigenous and local communities*. Berkeley (US): University California Press, 2012.
- BALÉE, Willian *et al.* Ancient transformation, current conservation: traditional forest management on the Iriri river, Brazilian Amazonia. *Human Ecology*, v. 48, p. 1-15, 2020.
- BARBOSA, Marcos R. Por que os lugares sagrados são importantes para o povo Tuyuka em São Pedro, alto Tiquié? *ARU*, n. 3, p. 58-67, 2019.
- BARROS, Jorge. *Morro da Fortaleza, sua riqueza, sua história*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- BORGES, Caroline; PRESTES-CARNEIRO, Gabriela P. Morcegos, humanos e pandemias: perspectivas de longa duração para o entendimento das relações entre sociedades e ambientes. *Tessituras*, v. 8, n. 1, p. 128-156, 2020.
- BRUCHAC, Margaret M. Imagining the future of indigenous archaeologies. In: BRUCHAC, Margaret M.; HART, Siobhan M.; WOBST, H. Martin (ed.). *Indigenous archaeologies: a reader on decolonization*. New York (US): Routledge, 2010. p. 363-368.
- BUENO, Lucas; MACHADO, Juliana S. Arqueologia, memória e história indígena: uma introdução. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 10-14, 2013.
- CABRAL, Mariana. *No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- CAMPOS, Luana *et al.* Por uma arqueologia não colonialista: entrevista com Paulette Steeves. *Habitus*, v. 21, n. 1, p. 263-280, 2023.
- CAMPOS, Luana; LINO, Jaisson T. A revalorização do patrimônio indígena brasileiro frente às alterações climáticas. *Fronteiras*, v. 1, p. 88-109, 2023.
- CAMPOS, Luana C. S.; MARQUES, Elber S. O papel social da cosmologia Macuxi para a comunidade Camararém – Raposa Serra do Sol. *Habitus*, v. 21, p. 169-184, 2023.
- CARMO, Sura C.; VIEIRA, Flávia C. C. Ancestralidades reveladas: uma análise da arqueologia da diáspora africana no Brasil. *Kwanissa*, v. 4, n. 11, 2021.
- CAROMANO, Caroline F.; TRINDADE, Thiago B.; CASCON, Leandro M. O ensino da arqueologia visto dos bancos da Pós-Graduação. *Habitus*, v. 12, n. 2, p. 205-220, 2014.

- CARVALHO, Patrícia. *A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescentes de quilombo em Vila Bela/MT*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CARVALHO, Patrícia. *Visibilidade do negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão, Vila Bela/MT*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CARVALHO, Patricia M.; BASTOS, Rossano L. Sítio arqueológico do Quilombo Saracura: a insurgência do movimento negro pelo direito à memória na cidade de São Paulo. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 2, p. 81-101, 2024.
- CASTRO, Junildo. *Levantamento etnoarqueológico e etnohistórico na comunidade de Pari-Cachoeira em SGC – AM*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- CAVALLINI, Marta *et al.* The Arara Vermelha Rock Shelter, Roraima, Brazil: perspectives concerning amazonian sheltered petroglyphs. In: CARRERO-PAZOS, Miguel *et al.* (ed.). *Archaeology of Prehistoric art, rock art research in the digital era*. Case studies from the 20th International Rock Art Congress IFRAO, 2018, Valcamonica (Italy). Oxford (UK): BAR Publishing, 2022. p. 7-24.
- COSTA, Ana. *Cerâmica Tukano no alto rio Negro: a dinâmica da arte decorativa*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- COSTA, Patrícia. *Sementes utilizadas no artesanato na Comunidade Ilha das Flores em SGC – AM*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- CRUZ, Vanderley. *Zoneamento da terra preta de índio na comunidade de Warua em SGC – AM*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- ESCOBAR, Maria. *Etnoconhecimento dos povos indígenas do alto rio Negro: beiju, alimento para a vida*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- ESCOBAR, Maria. *Ilha de Duraka: tradições familiares que brotam da roça*. Dissertação (Mestrado em Diversidade Sociocultural/Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade do Federal do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2025.
- ESCOBAR, Odanilde. *Heranças ancestrais: polidores, afiadores em São Gabriel da Cachoeira – AM*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, Tefé, 2022.
- ESCOBAR, Odanilde. *Rio Negro ancestral: marcas e narrativas nas pedras em São Gabriel da Cachoeira – AM*. Dissertação (Mestrado em Diversidade Sociocultural) – Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2025.
- FERREIRA BORUM-KREN, Gabrielle. *Nimu Borum: Nan Brukuku Tchome. Nimu Borum: a criança avermelhada que veio da árvore*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.
- FERREIRA, Anderson. A história do povo Werekena do rio Xié. *ARU*, n. 3, p. 68-85, 2019.
- FERREIRA, Gabrielle R. Eu tinha um nome, um sorriso, uma ancestralidade e uma voz. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 1, p. 137-146, 2024.

- FERREIRA, Gabrielle. *O espetáculo da morte: bioarqueologia nos cerritos do Pontal da Barra e Lagoa do Fragata*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.
- FONSECA, Jidean R. *O conhecimento dos sábios sobre a cerâmica na terra indígena Xokleng/Laklãnõ*. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- GAMA, Anjo. Um sobrevoo pela cosmologia e o sagrado sob o olhar do clã Tukano *B’O OHSOÓ KAAP’ PERIPONÃ*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- GARCIA, Lorena G. Arqueologia e histórias de vida: uma experiência com os Tupinambá de Belmonte, BA. *Brasiliiana*, v. 9, n. 2, p. 52-71, 2020.
- GARCIA, Lorena. *Arqueologia na região dos interflúvios Xingu-Tocantins: a ocupação Tupi no Caeté*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- GARCIA, Lorena. *Paisagens do médio-baixo Xingu*. Arqueologia, temporalidade e historicidade. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- GARCIA, Sidney. A origem dos *yoopinai* e das doenças do mundo. *ARU*, n. 3, p. 86-101, 2019.
- GOMES, Denise. Cronologia e conexões culturais na Amazônia: as sociedades formativas na região de Santarém, PA. *Revista de Antropologia*, v. 54, p. 268-314, 2011.
- GOMES, Jaqueline. Uma perspectiva ontológica para uma análise etnoarqueológica das paisagens do Lago Amanã, baixo Japurá, Amazonas. *Vestígios*, v. 12, p. 60-81, 2019.
- HENRIQUE, Rosinéia. *Levantamento de coleções arqueológicas em poder dos moradores da área urbana de SGC – AM*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- HONORATO DE OLIVEIRA, Vinicius. *Shatters among sherds: a study of lithic assemblages of the Upper Tapajós river*. Dissertation (Master’s in Archeology) – Institute of Archaeology, University College London, London, 2015.
- HONORATO DE OLIVEIRA, Vinicius; WAI WAI, Otekmi. Entre o perecível e o indelével: o *xkmari* Wai Wai. *Revista de Arqueologia*, v. 34, n. 3, p. 233-254, 2021.
- HONORATO, Vinicius; ROCHA, Bruna. Arqueologia dos povos da floresta. *Estudos Avançados*, v. 38, n. 112, p. 31-54, 2024.
- JÁCOME, Camila. Aprender e ensinar, algumas reflexões sobre arqueologias indígenas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 35, p. 14-35, 2020.
- JÁCOME, Camila. *Ayquatiá da Yapepó*. Estudo dos materiais utilizados na cerâmica pintada Tupiguarani de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- JÁCOME, Camila. Cataguás, mitos de uma história indígena. In: CATÃO, Leandro *et al.* (org.). *Divinópolis história e memória: volume 1, história e religião*. Belo Horizonte: Crisálida, 2015. p. 1-25.
- JÁCOME, Camila. *Do Waiwai ao Pooco – fragmentos da história e arqueologia dos povos dos rios Mapuera (Mawtohri), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu)*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

- JÁCOME, Camila. *Pelo rio Mapuera: reflexões sobre arqueologia e etnologia indígena na Amazônia e Guiana*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- JÁCOME, Camila; GLÓRIA, Elber. Halfway between the Guianas and Lower Amazon: archaeology in the Trombetas basin. In: BARRETO, Cristiana *et al.* (ed.). *Koriabo*. From the Caribbean sea to the Amazon river. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2021. p. 145-162.
- JÁCOME, Camila *et al.* Pluralidade dos acervos epistêmicos na Amazônia: história, gestão e desafios do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú (UFOPA). *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, 306-329, 2020.
- JÁCOME, Camila; RODRIGUES, Igor; WAI WAI, Cooni. Corpos fragmentados feitos de olhares: perspectivas Wai Wai e Karaiwa. *Revista de Arqueologia*, v. 36, n. 3, p. 390-423, 2023.
- JÁCOME, Camila; WAI WAI, Jaime. A paisagem e as cerâmicas arqueológicas na bacia Trombetas: uma discussão da arqueologia Karaiwa e Wai Wai. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 15, n. 3, p. 1-25, 2020.
- JESUS TUPINAMBÁ, Hudson R. M. Arqueologia ancestral na aldeia São Francisco, baixo Tapajós, Amazônia. *Habitus*, v. 21, n. 1, p. 74-86, 2023.
- JESUS TUPINAMBÁ, Hudson R. M. Que mudanças os indígenas estão trazendo para a antropologia: olhares sobre a variedade de estilos de antropologia indígena no Brasil. *Nanduty*, v. 12, n. 19, p. 246-257, 2024.
- JESUS, Hudson R. M. Arqueologia por quilombolas no Brasil: uma narrativa Tupinambá do baixo Tapajós, Santarém. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 1, p. 126-136, 2024.
- JESUS, Hudson R. M. Entre vivências e cerimônias: estudo arqueológico de contexto cerâmico em Santarém, Pará. *Tarairiú*, v. 1, n. 18, p. 77-93, 2021.
- JESUS, Hudson R. M. Patrimônio Tapajowara no Sítio Porto: herança cultural e resistência étnica na região de Santarém, rio Tapajós. *Revista de Ciências Humanas CAETÉ*, v. 6, n. 2, p. 86-102, 2019.
- JESUS, Hudson R. M. *Traços dos Tapajó: análises de cerâmicas arqueológicas do Sítio Porto de Santarém (PA-ST-42)*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018.
- JESUS, Hudson R. M. Traços dos Tapajó: análises de cerâmicas arqueológicas do Sítio Porto de Santarém (PA-ST-42). In: MAGESTE, Leandro *et al.* (org.). *Arqueologia e patrimônio: vol. I – experiências, métodos e teorias*. São Raimundo Nonato: Univasf, 2020. cap. 7, p. 92-105.
- JESUS, Hudson R. M. *Yané R̄dáwa T̄dáwa São Francisco: arqueologia ancestral na Terra Indígena Tupinambá, rio Tapajós, Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2022a.
- JESUS, Hudson R. M. Yâdé Kiiribawa Yepé Wasú! Reflection on the Tupinambá battle for the protection your territory. *Revista Arqueologia Pública*, v. 17, p. 1-30, 2022b.
- JESUS, Hudson R. M. Yâdé Kiiribawa Yepé Wasú! Uma reflexão sobre a luta Tupinambá em defesa do seu território. *Caderno 4 Campos*, v. 7, n. 2, p. 39-64, 2023.
- JESUS, Hudson R. M.; OLIVEIRA, Luanna. Vivência como professor na Escola Indígena Suraraitá Tupinambá, rio Tapajós, Amazônia. *Amazônida*, v. 8, n. 1, p. 1-19, 2023.
- JESUS, Hudson R. M.; REBELLATO, Lilian. Avaliação arqueológica em artefatos cerâmicos encontrados em Santarém: áreas 4A e 4B do Sítio Porto. In: SILVESTRE, Luciana. (org.).

As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano, vol. 1. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. cap. 17, p. 180-192.

JOFRÉ, Ivana Carina. *Los pájaros nocturnos de la historia*. Una arqueología indígena de las sociedades capayanas del norte de la provincia de San Juan. Tesis (Doctorado en Ciencias Humanas) – Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Catamarca, Catamarca, 2013.

KARITIANA, Jessica. *As tecnologias ceramistas Tupi-Arikém: um estudo etnoarqueológico sobre a cadeia operatória de produção, uso e abandono*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2023.

LEITÃO-BARBOZA, Myrian S. *Tükuna cosmopolitical cartography: the gendered meaning and use of territories by Katukina indigenous people (Biá river, Brazilian Amazonia)*. Thesis (PhD in Anthropology) – Department of Anthropology, University of Florida, Gainesville (USA), 2019.

LEITÃO-BARBOZA, Myrian S.; TUKANO, Larissa D. Y.; WAIWAI, Jaime X. “Corpoterritorialização” Katukina: lampejos etnográficos sob as perspectivas femininas indígenas. *Amazônica*, v. 11, n. 2, 2019.

MACEDO JR., João B. P. *Prática da educação patrimonial na Escola Estadual Irmã Inês Penha em SGC – AM*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.

MACHADO, Juliana. Arqueologias indígenas, os Laklãno Xokleng e os objetos do pensar. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 89-119, 2017.

MACHADO, Juliana. Caminhos e paradas. Perspectivas sobre o território Laklãnõ (Xokleng). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 27, p. 179-196, 2016.

MACHADO, Juliana. História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 2, p. 72-85, 2013.

MACHADO, Juliana. Histórias roubadas: (des)encontros entre arqueólogos, sítios, coleções arqueológicas e os Laklãnõ-Xokleng no Alto Vale do Itajaí, SC. *Hawò*, v. 2, p. 1-49, 2021.

MACHADO, Juliana. *Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca no Delta amazônico*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO, Juliana; TSCHUCAMBANG, Copacãm; FONSECA, Jidean. Stones, clay and people among the Laklãnõ Xokleng indigenous people in Southern Brazil. *Archaeologies* v. 16, p. 460-491, 2020.

MARIANO, Aciuly. *Comunidade indígena do Cabari: sua história, sua gente, sua língua e suas representações culturais do alto rio Negro/Amazonas*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.

MATOS, Marinelva. *Impactos sobre os registros arqueológicos na área urbana de São Gabriel da Cachoeira – AM*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.

MELLO, Louise. À beira do rio e à margem da história: (re)ocupando espaços através da etnoeducação patrimonial e da reexistência de uma comunidade quilombola no Guaporé afroamazônico. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 20, n. 40, p. 107124, 2024.

MELO, Rosilvado. *Dinâmica de Estampas expostas no Sítio Aquidaban em SGC – AM*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.

- MENEZES, Pedro. Caracterizar o quilombo como instituição africana: princípios para arqueologia brasileira a partir de Beatriz Nascimento. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 1, p. 3048, 2024.
- MILLION, Tara. *Using circular paradigms within an archaeological framework: receiving gifts from White Buffalo calf woman*. Thesis (Master of Arts) – University of Alberta, Edmonton, 2002.
- MIRANDA, Joziane. *Educação patrimonial: Morro da Fortaleza e sua importância arqueológica para São Gabriel da Cachoeira – AM*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- MONTEIRO, Áureo. *A arte iconográfica do Povo Tukano na cerâmica contemporânea do alto rio Negro em SGC – AM*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- MORAES, Irislane. *Arqueologia ‘na flor da terra’ quilombola: ancestralidade e movimentos Sankofa no território dos povos do Aproaga – Amazônia paraense*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- MORAES, Irislane. *Do tempo dos pretos d’antes aos povos do Aproaga: patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim/PA*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- MORAES, Irislane; COSTA, Luciana; JESUS, Luciana. Arqueologia, lugar de fala e conexões afrodiaspóricas: experiências no território quilombola dos povos do Aproaga – Amazônia paraense. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 19, n. 37, p. 55-74, 2022.
- MUNDURUKU, Jair. *Caminhos para o passado: Oca’õ, Agõkabuk e cultura material Munduruku*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.
- MUNDURUKU, Jair. Paths to the past through *Oca’õ, Agõkabuk* and Munduruku material culture. In: SUNNUCKS, Laura; COOPER, Jago. (ed.). *Mapping a new museum*. Politics and practice of latin american research with the British Museum. Translated by María Miranda. London (UK): Routledge, 2021. p. 1-11.
- MUNDURUKU, Jairo; MUNDURUKU, Eliano; VALLE, Raoni. *Muraycoko Wuyta’a Be Surabudodot/Ibararakat: rock art and territorialization in contemporary Indigenous Amazonia – the case of the Munduruku people from the Tapajós River*. In: ROZWADOWSKI, Andrzej; HAMPSON, Jamie. (org.). *Visual Culture, Heritage and Identity*. Using rock art to reconnect past and present. Oxford (UK): Archaeopress, 2021. p. 107-119.
- NEVES, Eduardo. Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do alto do rio Negro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, p. 319-30, 1999. Suplemento 3.
- NICHOLAS, George; WATKINS, Joe. Indigenous archaeologies in archaeological theory. In: SMITH, Claire. (ed.). *Encyclopedia of global archaeology*. New York (US): Springer, 2014. p. 3777-3786.
- PARINTINTIN, Eldissandra. *Sobre cerâmica arqueológica: discussão da gestão do acervo cerâmico no sítio arqueológico Donza, RO*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.
- PARINTINTIN, Eldissandra. Território indígena Kaxarari: conflitos e resistência. *Geographia Opportuno Tempore*, v. 10, n. 1, p. 1-9, 2024.
- PASSOS, Lara. *Arqueopoesia: uma proposta feminista afrocentrada para o universo arqueológico*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

- PASSOS, Lara; CARVALHO, Patrícia. Reconhecendo vestígios de uma arqueologia negra coletivamente atuante no Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 1, p. 3-7, 2024.
- PASSOS, Lara; CARVALHO, Patrícia; SOARES, Alice. Apresentação: Rede de Arqueologia Negra – NegrArqueo 2018 – 2024: retalhos históricos de movimentações coletivas. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 2, p. 6-29, 2024.
- PEDROSA, João. Como revitalizar os conhecimentos sobre os lugares sagrados no baixo e médio rio Tiquié? *ARU*, n. 3, p. 42-57, 2019.
- PEREIRA, Edithe *et al.* Possíveis práticas rituais nas cavernas com arte rupestre de Rurópolis (Pará). *Habitus*, v. 14, n. 1, p. 5-26, 2016.
- PEREIRA, Josenaldo. *Vestígios arqueológicos encontrados na aldeia Arimum e seus significados para a aldeia*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2023.
- PRESTES-CARNEIRO, Gabriela *et al.* A case of subsistence fishery in an Amazonian pre-Columbian settlement: the Hatahara site (Amazonas-Brazil). *Journal of Archaeological Science: Reports*, v. 8, p. 454-462, 2016.
- PRESTES-CARNEIRO, Gabriela *et al.* Archaeological history of Middle Holocene environmental change from fish proxies at the Monte Castelo archaeological shell mound, Southwestern Amazonia. *The Holocene*, v. 30, n. 11, p. 1606-1621, 2020a.
- PRESTES-CARNEIRO, Gabriela *et al.* *Los peces del río Iténez* Conocimiento local de la comunidad Versalles. La Paz (BO): Plural editores, 2020b.
- PRESTES-CARNEIRO, Gabriela *et al.* Pre-Hispanic fishing practices in interfluvial Amazonia: zooarchaeological evidence from managed landscapes on the Llanos de Mojos savanna. *PloS One*, v. 14, n. 5, p. 1-29, 2019.
- PRESTES-CARNEIRO, Gabriela *et al.* Waterscapes domestication: an alternative approach for interactions among humans, animals, and aquatic environments in Amazonia across time. *Animal frontiers*, v. 11, n. 3, p. 92-103, 2021.
- PRESTES-CARNEIRO, Gabriela. *La pêche dans le Sud-Ouest de l'Amazonie au cours de l'Holocène: étude des sites de Loma Salvatierra (Bolivie) et Monte Castelo (Brésil)*. Thesis (Doctorat em Sciences de la nature et de l'homme) – Muséum National d'histoire Naturelle, Paris / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- PRESTES-CARNEIRO, Gabriela. *Um cas de subsistance par pêche en Amazonie: le site archéologique de Hatahara (Amazonas, Brésil)*. Dissertation (Master em Quaternaire et Préhistoire) – Museum National d'Histoire Naturelle, Paris, 2013.
- PRIPRÁ, Walderes. *Laklãnõ, the Daughter of the Sun and Her Journey*. In: NICHOLAS, George; WATKINS, Joe. (ed.). *Working as indigenous archaeologists*. Reckoning new paths between past and present lives. Abingdon (UK): Routledge, 2024. p. 413-419.
- PRIPRÁ, Walderes. *Lugares de acampamento e memória do povo Laklãnõ/Xokleng, Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- PRIPRÁ, Walderes. *O Mõg como instrumento pedagógico na educação escolar indígena: uma experiência Laklãnõ/Xokleng*. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1992.

- RAPP PY-DANIEL, Anne *et al.* *Uma Santarém mais antiga sob o olhar da arqueologia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2017.
- REBELLATO, Lilian. *Amazonian dark earths: a case study in the Central Amazon*. Thesis (PhD in Geography) – Department of Geography, University of Kansas, Kansas, 2011.
- REIS, Gabrielle; GUIMARÃES, Isabella A. Quatro mãos e muitas vozes: um diálogo sobre insistências e [re]existências na arqueologia e antropologia brasileira. *Revista de Arqueologia*, v. 35, n. 1, p. 84-93, 2022.
- REZENDE, Elaine. *O arqueoturismo no alto rio Negro: Sítio Buburi*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- ROCHA, Bruna *et al.* Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, 130-140, 2013.
- ROCHA, Bruna *et al.* Espoliação e resistência em territórios tradicionalmente ocupados nas bacias do Tapajós e Trombetas, Pará. *Ambiente & Sociedade*, v. 24, p. 1-21, 2021.
- ROCHA, Bruna *et al.* Na margem e à margem: arqueologia amazônica em territórios tradicionalmente ocupados. *Amazônica*, v. 6, n. 2, p. 360-384, 2014.
- ROCHA, Bruna *et al.* *Tapajós sob o Sol: mergulho nas características ecológicas, socioculturais e econômicas da bacia hidrográfica*. Brasília, DF: International Rivers, 2022.
- ROCHA, Bruna. *Ipi Ocemumuge: a regional archaeology of the Upper Tapajós river*. Thesis (PhD in Archaeology) – Institute of Archaeology, University College London, London, 2017.
- ROCHA, Bruna. The Incised Punctate Tradition: evidence of a 'Lingua Franca' in operation? A view from one of its peripheries. In: BARRETO, Cristiana *et al.* (ed.). *Koriabo*. From the Caribbean sea to the Amazon river. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2021. p. 267-286.
- ROCHA, Bruna. *What can ceramic decoration tell us about the Pre- and Post- Colonial past on the Upper Tapajós river?* Dissertation (Master in Archaeology) – Institute of Archaeology, University College London, London, 2012.
- ROCHA, Bruna; HONORATO, Vinicius. Historical Ecology as an instrument in defence of forest peoples: reflections from the Tapajós River, Brazil. In: ODONNE, Guillaume; MOLINO, Jean-François. (org.). *Methods in Historical Ecology*. Insights from Amazonia. London (UK): Routledge, 2020. p. 153-161.
- ROCHA, Bruna; TORRES, Mauricio; MOREIRA, Fernanda. Histórias entrelaçadas: indígenas, beiradeiros e colonos acima das cachoeiras do Tapajós. In: COLARES, Paula *et al.* (org.). *Políticas, concepções e práticas de ação afirmativa: reflexões a partir de uma universidade Amazônica*. Brasília, DF: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021. p. 41-63.
- RODRIGUES, Francicleide. *Jaca e Paraná-Pixuna: arqueologia, história, memória e mapeamento colaborativo, no território Tupinambá, baixo rio Tapajós/PA*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2024.
- RODRIGUES, Igor. *Tramas da tecnologia: etnoarqueologia da variabilidade dos trançados dos povos do Mapuera*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- RODRIGUES, Igor; KATER, Tiago; WAI WAI, Jaime. Arqueologia indígena dos povos do rio Mapuera: entrevista com Jaime Xamen Wai Wai. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 35, p. 114-121, 2020.

- RODRIGUES, Igor; WAI WAI, Jaime. Coleções históricas e arqueologia: narrativas Wai Wai do passado recente. In: HISSA, Sara et al. (org.). *Arqueologias históricas nos rios Tapajós, Trombetas e Amazonas*. Curitiba: Appris Editora, 2024.
- RODRIGUES, Igor; WAI WAI, Jaime; WAI WAI, Roque; HISSA, Sara. Abrindo camadas para o conhecimento: ensaio imagético de alguns *ñokwa* dos *yaskomo* Wai Wai. *Vestígios*, v. 18, n. 2, 41-56, 2024.
- SANTOS, Lucas. *Arqueologia do passado recente na T.I. Tupinambá de Belmonte, extremo sul da Bahia: memórias, lugares e objetos*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2024.
- SCHAAN, Denise. A indústria cerâmica dos Tapajó. In: SCHAAN, Denise; ALVES, Daiana. (org.). *Um porto, muitas histórias: arqueologia em Santarém*. Belém: Gráfica Supercores, 2015. Cap. 4, p. 101-114.
- SCHAAN, Denise; ALVES, Daiana. As escavações no Sítio Porto de Santarém. In: SCHAAN, Denise; ALVES, Daiana. (org.). *Um porto, muitas histórias: arqueologia em Santarém*. Belém: Gráfica Supercores, 2015. Cap. 2, p. 35-59.
- SILVA, Ana Keila Fontes da. *Monumentos rochosos da comunidade Ipanoré em São Gabriel da Cachoeira – AM: as evidências históricas do passado de um povo*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- SILVA, Ana Caroline Arapiun. “No meio do pitiú”: diversidade e antiguidade de sambaquis amazônicos. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2022.
- SILVA, Ana. *De mãe pra filhos: transmissão de conhecimento e (re)apropriação do passado arqueológico*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018.
- SILVA, Carlos. *Área de interface ceramista pretérita: a coleção arqueológica José Alberto Neves*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- SILVA, Carlos. *Em busca do tempo perdido: fragmento soterrado entre rios e florestas é o que resta da história ameríndia pretérita em Manaus*. Manaus: BK Editora, 2011.
- SILVA, Elinalda. *Uso das plantas na caça e pesca – a cultura material das antigas armadilhas indígenas e as tecnologias perecíveis no baixo Tapajós, povo Kumaruara*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2022.
- SILVA, Fabíola. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 4, p. 27-37, 2009.
- SILVA, Fabíola. *As tecnologias e os seus significados. Um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SILVA, Fabíola. Mito e arqueologia: a interpretação dos Asuriní do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no Parque Indígena Kuatinemu/PA. *Horizontes Antropológicos*, ano 8, n. 18, p. 175-187, 2002.
- SILVA, Fabíola. O plural e o singular das arqueologias indígenas. *Revista de Arqueologia*, v. 25, n. 2, p. 24-42, 2012.

- SILVA, Fabíola; BESPALÉZ, Eduardo; STUCHI, Francisco. Arqueologia colaborativa na Amazônia: terra indígena Kuatinemu, rio Xingu, Pará. *Amazônica*, v. 3, n. 1, p. 34-59, 2011.
- SILVA, Francini *et al.* Flautas, banhas e caxiris: os gestos e os materiais perecíveis do passado resgatados no presente. *Revista de Arqueologia*, v. 34, n. 3, p. 255-282, 2021.
- SILVA, Francini; SHOCK, Myrtle; PRESTES-CARNEIRO, Gabriela. Balaios de plantas e animais: conservação de macrovestígios orgânicos arqueológicos. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, p. 279-305, 2020.
- SILVA, Jurandir. *A relação entre a coivara e a terra preta de índio em SGC – AM*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- SILVA, Jurandir. *Coivara: uma prática milenar no manejo agrícola indígena na Associação Agrícola Teotônio Ferreira em São Gabriel da Cachoeira-AM*. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade do Federal do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2025.
- SIMONI, Rosinalda. Os quilombos na diáspora e o papel da Arqueologia: lutas históricas e desafios, uma escrita na primeira pessoa. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 2, p. 30-43, 2024.
- SMITH, Claire; WOBST, Hans Martin. (ed.). *Indigenous archaeologies: decolonizing theory and practice*. New York (US): Routledge, 2005.
- SOUSA, Gabriela. *Os Arapim e as evidências arqueológicas em Vila Franca: um olhar indígena sobre uma arqueologia histórica*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2024.
- SOUZA, Rosa. *Um lugar, dois significados: um estudo no Morro Boa Esperança na cidade de SGC – AM*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- STEEVES, Paulette. *The indigenous paleolithic of the Western hemisphere*. Lincoln (US): University of Nebraska Press, 2021.
- TENÓRIO, Poani; CABALZAR, Aloiso. No caminho da cobra de pedra. Narrativa de transformação e lugares importantes para os Tuyuka do alto Tiquié. In: ANDRELLLO, Geraldo. (org.). *Rotas de criação e transformação – narrativas de origem dos povos indígenas do rio Negro*. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN; São Paulo: ISA, 2012. p. 42-53.
- TENÓRIO, Poani; SCOLFARO, Aline. Casa fria de transformação. *ARU*, v. 1, p. 122-129, 2017.
- TSCHUCAMBANG, Copacãm. *Artefatos arqueológicos no território Laklãnô/Xokleng-SC*. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- TUHIWAI SMITH, Linda. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Tradução de Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.
- TUYUKA, Poani *et al.* *Tʰoñase Masise Tutuase – memory, knowledge and power between Tukanoan Kumuã and rock art Wametisé in the Middle Tiquié River, Northwest Amazonia*. In: ZUBIETA, Leslie. (ed.). *Rock art and memory in the transmission of cultural knowledge*. Cham (DE): Springer International Publishing, 2022. p. 47-76.
- TUYUKA, Poani; VALLE, Raoni. *ʘtã Wori – um diálogo entre conhecimento Tuyuka e arqueologia rupestre no baixo rio Negro, Amazonas, Brasil*. *Tellus*, n. 39, p. 17-37, 2019.

- VALLE, Raoni. Arqueologia rupestre no baixo rio Negro. Diálogo com as perspectivas indígenas do alto Negro – Amazônia Ocidental Brasileira. In: ANDRELLLO, Geraldo. (org.). *Rotas de criação e transformação* – narrativas de origem dos povos indígenas do rio Negro. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN; São Paulo: ISA, 2012a. p. 102-136.
- VALLE, Raoni, *Mentes graníticas e mentes areníticas: fronteira geo-cognitiva nas gravuras rupestres do baixo Rio Negro, Amazônia Setentrional*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012b.
- VALLE, Raoni; LOPES, Gori-Tumi.; TUYUKA, Poani; MUNDURUKU, Jairo. What is anthropogenic? On the cultural aetiology of geo-situated visual imagery. *Rock Art Research*, v. 35, n. 2, p. 123-144, 2018.
- VALLE, Raoni; TENORIO, Poani. *Utã Woritire* no baixo rio Negro. Uma nota sobre conversas rupestres entre um *kiti masigu tuyuka* e um arqueólogo arigó na Amazônia. *ARU*, n. 3, p. 103-117, 2019.
- VAZ, Atanásio. *A cosmologia indígena: um olhar a partir do povo Desana*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, 2022.
- WAI WAI, Carolina W. *O conhecimento das mulheres Wai Wai: estudo sobre o artesanato feito em semente de morototó*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2023.
- WAI WAI, Cooni. *A cerâmica Wai Wai: modos de fazer do passado e do presente*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.
- WAI WAI, Cooni; JÁCOME, Camila. A cerâmica Wai Wai: transformações e continuidades. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 37, p. 204-229, 2021.
- WAI WAI, Jaime. Developing a Wai Wai archaeology to strengthen ancestral knowledge. In: NICHOLAS, George; WATKINS, Joe. (ed.). *Working as indigenous archaeologists*. Reckoning new paths between past and present lives. London (UK): Routledge, 2024a. p. 575-581.
- WAI WAI, Jaime. *Etnografia e história das aldeias antigas do rio Kikwo, Pará, Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.
- WAI WAI, Jaime. *Levantamento etnoarqueológico sobre a cerâmica Konduri e ocupação dos Wai Wai na região da Terra Indígena Trombetas-Mapuera (Pará, Brasil)*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.
- WAI WAI, Jaime. Uma história de como os Waiwai da Amazônia vêm construindo e agora contando suas arqueologias. *Estudos Avançados*, v. 38, n. 112, p. 135-148, 2024b.
- WAI WAI, Jaime; CAIXETA DE QUEIROZ, Ruben. Arqueologia e história indígena na perspectiva dos Wai Wai: um povo Caribe das Guianas. *Tipiti*, v. 20, n. 1, p. 51-79, 2024.
- WAI WAI, Otekmi. *O xkamari Wai Wai: produção de raladores pelas anciãs na aldeia Mapuera*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2021.
- WANDERLEY, Elaine. Arqueologia no rio Purus: apontamentos iniciais. In: SANTOS, Gilton; APARICIO, Miguel (org.). *Redes Arawa: ensaios de etnologia do médio Purus*. Manaus: EDUA, 2016a. Cap. 12, p. 269-295.

WANDERLEY, Elaine. *É pote de parente antigo! A relação de indígenas Apurinã da Terra Indígena Caititu com os sítios e objetos arqueológicos*. Jundiá: PACO Editorial, 2016b.

WANDERLEY, Elaine. *É pote de parente antigo! A relação de indígenas Apurinã da Terra Indígena Caititu com os sítios e objetos arqueológicos*, Lábrea/AM. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

WATKINS, Joe. *Indigenous archaeology: american indian values and scientific practice*. Walnut Creek (US): AltaMira Press, 2001.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 3 Setembro - Dezembro 2025

ARTIGO

INSURGÊNCIAS NA DECOLONIALIDADE: COMBATENDO A APROPRIAÇÃO REDUCIONISTA NA ARQUEOLOGIA

Danielle Gomes Samia*

RESUMO

Este artigo discute as insurgências decoloniais como resposta à apropriação reducionista dos saberes ancestrais na academia, especialmente na arqueologia, historicamente marcada por um viés eurocêntrico. A descolonização do conhecimento emerge das lutas de povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais, exigindo o reconhecimento de suas epistemologias e narrativas. A apropriação indevida de saberes, sem considerar sua profundidade e singularidade, revela práticas coloniais ainda presentes. A abordagem decolonial busca romper com a imposição da epistemologia ocidental como normativa, promovendo a soberania epistêmica e valorizando modos plurais de produzir conhecimento, com respeito à diversidade e à autonomia dos grupos historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Decolonialidade; Arqueologia; Apropriação reducionista.

* Doutoranda em Arqueologia no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: samiadgs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8983-4356>

DECOLONIAL INSURGENCIES: COMBATING REDUCTIONIST APPROPRIATION IN ARCHAEOLOGY

ABSTRACT

This article discusses decolonial insurgencies as a response to the reductionist appropriation of ancestral knowledge in academia, particularly in archaeology, which has been historically shaped by Eurocentric bias. The decolonization of knowledge emerges from the struggles of Indigenous peoples, Afro-descendants, and traditional communities, calling for the recognition of their epistemologies and narratives. The improper appropriation of knowledge, without regard for its depth and uniqueness, reveals lingering colonial practices. The decolonial approach seeks to challenge the imposition of Western epistemology as normative, fostering epistemic sovereignty and valuing plural ways of producing knowledge, with respect for the diversity and autonomy of historically marginalized groups.

Keywords: Decoloniality; Archaeology; Reductionist appropriation.

INSURGENCIAS DECOLONIALES: LUCHA CONTRA LA APROPIACIÓN REDUCCIONISTA EN LA ARQUEOLOGÍA

RESUMEN

Este artículo analiza las insurgencias decoloniales como respuesta a la apropiación reduccionista de los conocimientos ancestrales en el ámbito académico, especialmente en la Arqueología históricamente marcada por un sesgo eurocéntrico. La descolonización del conocimiento surge de las luchas de los pueblos indígenas, de los afrodescendientes y de las comunidades tradicionales, que demandan por el reconocimiento de sus epistemologías y narrativas. La apropiación indebida del conocimiento, sin tener en cuenta su profundidad y singularidad, revela prácticas coloniales aún presentes. El enfoque decolonial busca romper con la imposición de la epistemología occidental como normativa al promover la soberanía epistémica y valorar modos plurales de producir conocimiento, con respeto a la diversidad y la autonomía de los grupos históricamente marginados.

Palabras clave: Decolonialidad; Arqueología; Apropiación reduccionista.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir as implicações da apropriação intelectual e reducionista na arqueologia, bem como explorar as possibilidades de insurgências na decolonialidade como forma de resistir e transformar essa prática. Partimos do pressuposto de que a arqueologia, como muitas outras disciplinas, foi influenciada por uma perspectiva eurocêntrica que tende a simplificar e marginalizar as culturas não ocidentais, ignorando sua complexidade e singularidade (Barreto, 1999; Campos; Rodrigues; Funari, 2017; Funari, 2013; Funari; Silva; Olivier, 2005; Funari, 1999; Funari; Noelli, 2002; Lima, 2006; Samia, 2021, 2022; Samia; Nascimento, 2023; Silva, 2021). Esta perspectiva se manifesta na apropriação indevida de ideias, conceitos e propriedades intelectuais de outros povos e culturas, sem o devido reconhecimento ou ao menos compreensão. Essa apropriação resulta na representação distorcida e muitas vezes estereotipada das culturas, bem como a opressão e exploração delas. Diante desse cenário, propomos uma abordagem decolonial que busca desafiar e dismantelar as estruturas de poder coloniais que escoram nessa apropriação e busca formas alternativas de conhecimento e existência que valorizem e respeitem a diversidade e a singularidade das diferentes culturas e dos povos (Silva, 2021). Para isso, exploramos as insurgências na decolonialidade como formas de resistência ativa e crítica às estruturas de poder coloniais, bem como formas de busca por conhecimentos e compreensões alternativas. Nesse sentido, a arqueologia enfrenta o desafio de não somente “reconhecer os conhecimentos tradicionais”, mas de reconhecer e valorizar as pessoas que detêm o conhecimento (Xakriabá, 2020). Essa mudança de perspectiva é fundamental para promover a soberania comunitária na produção do conhecimento sobre o próprio passado (Gonzalez; Kretzler; Edwards, 2018; Pereira de Moraes; Alves Costa; Lopes de Jesus, 2022; Sebastian Dring *et al.*, 2019), preservar o diálogo de saberes (Flores-Muñoz; Sallum; Balanzátegui, 2024) e construir uma arqueologia mais inclusiva e representativa, que reconheça e valorize as múltiplas vozes e perspectivas.

APROPRIAÇÃO E AUTORIA NA ARQUEOLOGIA

A arqueologia, como muitas disciplinas acadêmicas, foi moldada por uma perspectiva eurocêntrica. Este fenômeno, conhecido como apropriação reducionista, resulta em uma representação distorcida e muitas vezes estereotipada dessas culturas (Barreto, 1999; Funari, 2013; Smith, 2012). Além disso, a apropriação intelectual é uma prática predatória na academia, contribuindo para a perpetuação do colonialismo e das representações distorcidas.

A apropriação intelectual ocorre quando um indivíduo ou grupo se apossa indevidamente do trabalho/conhecimento de outros, muitas vezes sem o devido crédito ou reconhecimento (Mignolo, 2009), ou ainda quando utiliza informações de maneira parcial ou incompleta (Krahô, 2017). Na arqueologia, isso pode assumir diversas formas, desde a publicação de ideias e trabalhos de outros como se fossem de quem os publica até a apropriação de conceitos sem a devida atribuição de autoria ou de autoria compartilhada. Essas práticas frequentemente resultam em uma produção acadêmica unilateral, gerando conteúdos com compreensão distorcida ou incompleta das culturas e comunidades envolvidas.

A seguir, apresentam-se alguns exemplos:

A interpretação de artefatos arqueológicos frequentemente ocorre por meio de uma lente cultural específica, influenciada pela cosmovisão e pela ontologia ocidental predominante na disciplina. Como argumenta Monteiro (2019), a cosmovisão molda

a maneira como os indivíduos percebem e interpretam a realidade, influenciando diretamente a construção do conhecimento arqueológico. A escolha do corpo teórico para o estudo também reflete essa influência, pois os referenciais epistemológicos utilizados podem reforçar ou questionar paradigmas ocidentais. Nesse sentido, o conceito de lugar de fala torna-se relevante, pois evidencia a necessidade de considerar as perspectivas dos povos originários na interpretação de seus próprios patrimônios.

A ontologia ocidental, fortemente influenciada pelo pensamento europeu e pela dicotomia entre natureza e cultura, frequentemente marginaliza epistemologias alternativas, como a ontologia ameríndia, que propõe um entendimento relacional entre seres humanos e não humanos (de Castro, 1998). Essa diferença ontológica impacta diretamente a interpretação arqueológica, pois a visão ocidental tende a categorizar e hierarquizar elementos culturais, enquanto a ontologia ameríndia enfatiza a interconectividade e a multiplicidade de perspectivas.

A arqueologia pode, por exemplo, interpretar um objeto como um utensílio doméstico com base na semelhança com itens de sua própria cultura, sem avaliar possíveis funções ou significados que o artefato teria na cultura originária. No entanto, é fundamental diferenciar o viés interpretativo, inerente à arqueologia como disciplina científica, da reapropriação de discursos. A arqueologia, como ciência ocidental, foi historicamente concebida para estudar o “outro” e, por isso, carrega inevitavelmente um viés ocidental. Como ciência interpretativa, está sujeita a equívocos, seja pela falta de consideração dos dados de contexto, pela predominância de referenciais ocidentais na construção do conhecimento ou por ignorar a memória e a história de longa duração dos povos.

A reapropriação, no entanto, não é apenas uma questão de viés interpretativo, mas sim de **ética acadêmica e científica**. Ela ocorre quando um profissional de arqueologia utiliza dados ou narrativas de outras pessoas ou povos sem dar o devido crédito ou citar a fonte, seja em publicações acadêmicas, em palestras, ou até mesmo em uma simples conversa informal entre pares. A ética exige que toda ideia que não seja originalmente de quem a propaga seja devidamente referenciada, independentemente do contexto em que é utilizada. Essa distinção é essencial para evitar conflitos e assegurar que o debate não se limite à ideia de que apenas participantes e autores culturais podem estudar determinados fenômenos.

A correção de discursos invisibilizados de grupos sociais marginalizados ao longo da história é um imperativo. No entanto, a premissa de que toda a arqueologia seja reducionista e distorcida pode não contribuir para uma prática arqueológica mais inclusiva e colaborativa. O exemplo mencionado, interpretar uma pedreira em sílex como artefato pré-colonial, parece problemático, pois a questão central seria atribuir erroneamente sua origem a povos pré-coloniais, sem considerar os processos de ressignificação. Independentemente desse caso específico, é importante reconhecer que toda interpretação arqueológica se fundamenta em analogias com o conhecimento disponível. A filósofa da arqueologia Alison Wylie (1988) argumenta que as analogias são a base da interpretação arqueológica, mas podem ser fortalecidas por informações contextuais adicionais para produzir hipóteses mais consistentes e menos suscetíveis a vieses reducionistas. Nesse sentido, é essencial considerar as histórias locais e as articulações de práticas, materialidades e identidades ao longo do tempo.

O reducionismo, ao simplificar conceitos complexos e desconsiderar a multiplicidade de perspectivas, entra em dissonância com a perspectiva decolonial, que busca justamente estabelecer o diálogo entre epistemes e a desconstrução de hierarquias impostas pelo pensamento ocidental (Cusicanqui, 2017). O pensamento decolonial propõe uma abordagem crítica que reconhece a pluralidade de saberes e a

necessidade de uma prática intercultural genuína, rejeitando a imposição de um único modelo interpretativo. Conforme destaca Sonya Atalay (2019, p. 522), arqueóloga indígena norte-americana do povo Anishinaabe:

“Considero um futuro de pesquisa decolonial para a arqueologia e outras áreas de estudo - um futuro baseado em valores, princípios e ética centrados no coração e informados por práticas científicas indígenas que reconhecem e valorizam a interconectividade, a relacionalidade, o respeito, a bondade, a empatia, a compaixão, o cuidado e a paciência.”

A pesquisa arqueológica no Brasil e a preservação do patrimônio em contextos comunitários apresentam desafios significativos (Escallón, 2019). Contudo, o campo tem evoluído com o envolvimento ampliado de diferentes agentes, promovendo novas abordagens para a gestão colaborativa e sustentável do patrimônio arqueológico brasileiro. O reconhecimento e a valorização das culturas estudadas e o respeito aos saberes locais e seus conhecedores são fundamentais para garantir uma mudança efetiva na prática arqueológica. Como aponta Sérgio e Júnior (2023), a concepção de mundo e os aspectos ontológicos e epistemológicos da ciência desempenham um papel crucial na educação e na produção do conhecimento, reforçando a necessidade de uma abordagem arqueológica que reconheça e valorize múltiplas perspectivas.

A produção acadêmica frequentemente reflete a hegemonia de paradigmas eurocêntricos, nos quais conceitos e perspectivas de culturas não ocidentais são apropriados sem o devido reconhecimento de suas origens. Esse fenômeno, amplamente discutido por teóricos decoloniais, como Aníbal Quijano, evidencia a colonialidade do saber, um mecanismo pelo qual epistemologias ocidentais se sobrepõem a outras formas de conhecimento, marginalizando-as e reinterpretando-as sob uma ótica reducionista (Reis, 2022).

Quijano (2007) argumenta que a colonialidade não se restringe ao domínio político ou econômico, mas permeia a estrutura cognitiva das sociedades, impondo um modelo de conhecimento que desconsidera as contribuições epistêmicas do Sul Global (Albuquerque, 2023). Essa imposição resulta em um epistemicídio, ou seja, a sistemática desvalorização e apagamento de saberes indígenas, africanos e latino-americanos (Reis, 2022).

Diante desse cenário, pesquisadores decoloniais propõem uma reconfiguração epistemológica, na qual o conhecimento seja produzido a partir de múltiplas perspectivas, reconhecendo a pluralidade de saberes e suas respectivas origens (Reis, 2022). Essa abordagem busca não apenas contestar a hierarquização do conhecimento, mas também promover uma geopolítica do saber mais equitativa e inclusiva (Albuquerque, 2023).

Um exemplo da colonialidade do saber pode ser observado nos estudos sobre cosmovisões indígenas, nos quais conceitos como “territorialidade” e “ancestralidade” são frequentemente reinterpretados dentro de moldes ocidentais, perdendo, assim, suas dimensões originárias. Um estudo relevante sobre esse tema é o artigo “A Colonialidade do Saber: Perspectivas Decoloniais para Repensar a Universidade”, que discute como o modelo humanista eurocentrado reforça o racismo epistêmico e marginaliza saberes indígenas e afrodescendentes (Reis, 2022). Além disso, o artigo “Saberes Encruzilhados: (De)colonialidade, Racismo Epistêmico e Ensino de Filosofia” explora como a colonialidade do saber afeta a formação docente e os currículos acadêmicos, perpetuando a subalternização de conhecimentos não ocidentais (Reis, 2020).

Esses estudos demonstram como a territorialidade e a ancestralidade indígenas são frequentemente reinterpretadas dentro de moldes ocidentais, perdendo suas dimensões originárias e sendo enquadradas em categorias que não refletem plenamente suas cosmovisões.

No Brasil, essa questão é particularmente relevante no campo do direito e da filosofia política, e o professor José Geraldo de Sousa Júnior, da Universidade de Brasília (UnB), contribui significativamente para essa discussão. Ele enfatiza o papel da cognição na percepção da realidade e argumenta que nossa visão de mundo, ou cosmovisão, molda o que somos capazes de perceber. Segundo ele, apenas conseguimos interpretar aquilo para o qual temos referenciais cognitivos adequados, o que implica que limitações epistemológicas podem levar a incompreensões sobre culturas não ocidentais.

Reconhecer os lugares de fala de pessoas indígenas, negras, afro-indígenas, de comunidades ribeirinhas e de outros grupos, a partir de suas experiências e perspectivas sobre o colonialismo, é fundamental no debate sobre a descolonização, como destaca Djamilia Ribeiro (2019). A autora analisa como a estrutura acadêmica privilegia certos grupos e marginaliza outras epistemologias. A crítica a essa hegemonia epistêmica não visa excluir pesquisadores ocidentais do debate, mas sim evidenciar a urgência de reconhecer e valorizar saberes historicamente silenciados. Como argumenta Walter Mignolo (2017), o lócus de enunciação dessas perspectivas acadêmicas frequentemente se impõe às vozes subalternas, reforçando a colonialidade do saber.

Portanto, reverter as histórias de invisibilização exige abordagens mais inclusivas e abertas ao diálogo entre epistemologias, com o reconhecimento da soberania dos detentores do conhecimento. Nesse sentido, Yacunã Tuxá *et al.* (2024) demonstram como a ausência de parcerias entre a arqueologia/antropologia e a comunidade Tuxá de Rodelas gerou desconfiança e levou à rejeição da presença acadêmica no território. Para ela, a superação dessa situação passa pela construção de alianças baseadas no diálogo, que promovam a convergência entre saberes e decisões políticas. É o que Enrique Dussel (2009); Nelson Maldonado-Torres (2007), María Paula Meneses (2009), Ramón Grosfoguel (2007) e Walter Mignolo (2008) denominam de epistemologias situadas - um paradigma de “ecologia dos saberes” (Krenak, 2019), permitindo que conhecimentos distintos coexistam sem hierarquizações arbitrarias (Silva, 2022).

A ontologia ocidental, com sua ênfase na razão e na lógica, desempenha um papel central na formação do conhecimento acadêmico e científico, influenciando não apenas seus métodos, mas também os paradigmas que orientam a produção e interpretação do saber. Com raízes na filosofia grega e uma forte ênfase na lógica e na razão, essa perspectiva epistêmica moldou profundamente as formas de interpretar e sistematizar o conhecimento ao longo da história. No entanto, essa ontologia pode representar uma barreira para a compreensão de conceitos e ideias oriundos de outras culturas, cuja abordagem da realidade pode diferir substancialmente dos paradigmas ocidentais. Como argumenta María Lugones (2010), a ontologia ocidental impõe uma lógica dualista que frequentemente marginaliza epistemologias plurais, especialmente aquelas oriundas de povos indígenas, afrodescendentes, afro-indígenas, entre outros. A questão não se resume apenas a um convite à abertura intelectual, mas à compreensão de que o conhecimento é sempre geo e historicamente situado, influenciado pelos contextos políticos e sociais nos quais é produzido.

Outro aspecto a ser considerado é a marginalização das epistemologias latino-americanas, reflexo das dinâmicas geopolíticas do conhecimento acadêmico. Como expõe Walter Mignolo (2020) em “A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial”, o saber eurocentrado se consolidou como paradigma dominante, frequentemente desconsiderando ou subalternizando outras formas de conhecimento. Essa prática

é evidente na maneira como as epistemologias europeias são historicamente posicionadas como universais, enquanto os saberes latino-americanos e de outras regiões do Sul Global são vistos como locais, exóticos ou secundários, especialmente quando se trata dos saberes das mulheres (Jancz *et al.*, 2018). Ramón Grosfoguel (2006, 2007c, 2011b) aprofunda essa discussão ao analisar como a colonialidade do saber perpetua hierarquias epistêmicas que excluem ou minimizam a produção intelectual fora dos centros europeus e norte-americanos.

Sandra Harding (1991) também contribui para essa crítica ao argumentar que o conhecimento científico tradicional é construído a partir de uma perspectiva eurocêntrica e masculina, ignorando saberes situados e experiências de grupos marginalizados. Essa visão é reforçada por Patrícia Hill Collins (2000), que discute a importância de epistemologias negras feministas na produção do conhecimento, destacando a importância de reverter o apagamento acadêmico que frequentemente desqualifica saberes que não se encaixam nos moldes ocidentais de pensamento (Battle-Baptiste, 2017).

Dessa forma, é imprescindível que as vozes acadêmicas reconheçam essas dinâmicas de poder na construção do conhecimento e se esforcem para superá-las, não apenas por meio de uma maior abertura epistemológica, mas por meio de uma abordagem crítica e situada, que valorize saberes e promova o diálogo intercultural fora das lógicas de dominação. Os saberes orgânicos, como defendidos por Antônio Bispo dos Santos (2015), oferecem uma alternativa à lógica colonial, promovendo formas de conhecimento enraizadas na experiência comunitária e na ancestralidade. Em vez de hierarquizações arbitrárias, sua concepção valoriza a confluência, permitindo que diferentes sistemas de saber coexistam sem que um anule o outro, reconhecendo suas particularidades e interações no fluxo da vida. Essa perspectiva é complementada por autoras como Sueli Carneiro (2005), que enfatiza a necessidade de reconhecer epistemologias afro-brasileiras na construção do saber acadêmico.

Assim, a superação das limitações impostas pela ontologia ocidental não pode ser apenas uma questão de aceitação teórica, mas deve envolver um esforço concreto para desconstruir a colonialidade do saber e ampliar a inclusão de epistemologias diversas no debate acadêmico. Como argumenta Lugones (2010), essa transformação exige uma ruptura com a lógica colonial e a valorização de formas de conhecimento que historicamente foram invisibilizadas.

A descolonização do pensamento acadêmico não é um movimento que emerge exclusivamente da academia, mas sim uma resposta direta à pressão e resistência dos povos indígenas e outros grupos historicamente sub-representados. Como destaca Ailton Krenak (2019), a estrutura epistêmica ocidental frequentemente ignora a pluralidade dos saberes originários, reforçando paradigmas coloniais (Nogueira; Moreira; Pinto, 2022; Santos, 2015; Silva, 2018; Valim; Danner, 2023). A descolonização da academia só será possível quando produtores de conhecimento e seus interlocutores passarem a dialogar em pé de igualdade, a partir de múltiplos centros de pensamento (Cusicanqui; Pazzarelli, 2017), buscando equivalências e confluências – pois não há discurso ou teoria de descolonização sem uma prática efetiva de descolonização (Sallum, 2023; Santos, 2023). Nesse sentido, Gersem Baniwa (2022), afirma que as ciências indígenas têm o mesmo valor, relevância e significado que as ciências ocidentais, sendo igualmente essenciais para a compreensão do mundo e a construção do conhecimento. Além disso, Stropasolas (2021) ressalta a necessidade de reconhecer e valorizar as epistemologias indígenas, afirmando que “Os povos indígenas são a última reserva moral dentro desse sistema”. As insurgências na decolonialidade, portanto, não se limitam à crítica acadêmica, mas envolvem a resistência ativa dessas comunidades na reivindicação de

seus saberes e na construção de alternativas que rompam com a lógica eurocêntrica (Santos, 2015; Valim; Danner, 2023).

A apropriação reducionista na arqueologia manifesta-se na forma como bens culturais são reinterpretados sem considerar plenamente suas dimensões históricas e sociais. Esse fenômeno pode ser observado na construção de identidades arqueológicas que, em vez de refletirem a complexidade dos povos originários, são moldadas por interesses externos, muitas vezes reforçando narrativas eurocentradas (Coelho Silva, 2009). Além disso, a reutilização do passado em contextos contemporâneos pode distorcer significados culturais, como discutido nos estudos sobre o passado. Essas práticas não apenas simplificam tradições, mas também podem contribuir para a marginalização de comunidades que reivindicam esses patrimônios como parte de sua identidade (Silva; Funari; Garraffoni, 2020).

Como argumenta Camila Azevedo de Moraes Wichers ([s. d.]), a arqueologia tem sido historicamente marcada por narrativas nacionalistas, sexistas e racistas, contribuindo para a subordinação de grupos marginalizados. Para enfrentar esse problema, é necessário um compromisso com a inclusão de vozes e perspectivas marginalizadas no processo de pesquisa arqueológica.

Uma abordagem mais ética e colaborativa envolve a participação ativa de comunidades locais e o uso de métodos de pesquisa indígenas, respeitando as epistemologias e práticas dessas culturas. Além disso, a desconstrução crítica das narrativas arqueológicas existentes é essencial. Isso significa questionar as suposições subjacentes a essas interpretações, avaliando de forma rigorosa os paradigmas utilizados e explorando alternativas que possam oferecer uma representação mais precisa e matizada das culturas estudadas. Como aponta Lima (2021), a arqueologia inclusiva deve romper com tradições eurocêntricas e incorporar perspectivas feministas e decoloniais para desestabilizar visões hegemônicas sobre o passado.

A revisão desses processos permite não apenas ampliar a pluralidade de perspectivas na arqueologia, mas também fortalecer um modelo de pesquisa que não reproduza desigualdades epistemológicas, garantindo que o conhecimento produzido seja mais inclusivo e fiel às realidades culturais estudadas. A pesquisa de Ribeiro *et al.* (2017) destaca que a arqueologia brasileira ainda enfrenta desafios estruturais relacionados à assimetria de gênero e à resistência à crítica feminista, evidenciando a necessidade de maior reflexividade e transformação das premissas da disciplina.

A relação entre a apropriação reducionista e a decolonialidade pode ser vista na maneira como a decolonialidade desafia e critica as relações de poder estabelecidas pela colonialidade. A decolonialidade busca desafiar e superar as “armadilhas da colonialidade”, que reproduzem a desigualdade, especialmente étnico-racial, de gênero e de classe, e a apropriação e exploração/destruição da natureza (Silveira; Nascimento; Zalembessa, 2021).

A decolonialidade também busca questionar e desafiar as formas econômico-instrumentais de pensar e explorar o meio ambiente, que são um resultado da construção, no interior da modernidade, de formas de apropriação reducionista da natureza (Assis, 2014). Portanto, a apropriação reducionista pode ser vista como uma manifestação da colonialidade, e a decolonialidade é um esforço para resistir e desafiar essa apropriação e outras formas de opressão e exploração (Assis, 2014; Silveira; Nascimento; Zalembessa, 2021).

A luta contra a apropriação reducionista e intelectual na arqueologia constitui um pilar fundamental da decolonialidade. Ao desafiar as estruturas de poder coloniais e buscar formas alternativas de conhecimento e compreensão, é possível dismantelar as narrativas prejudiciais que historicamente moldaram a disciplina e avançar rumo a uma arqueologia mais inclusiva e representativa. Esse processo passa não apenas pela revisão crítica das

metodologias tradicionais, mas pela incorporação de epistemologias que valorizam saberes indígenas e afrodescendentes, promovendo um diálogo intercultural genuíno.

Exemplos concretos dessa transformação podem ser encontrados em iniciativas como os dossiês de arqueologias negras, que buscam evidenciar a contribuição afrodescendente na construção do conhecimento arqueológico, além de desconstruir leituras eurocêntricas sobre patrimônios africanos e afro-brasileiros. Autoras como Rita Segato e María Lugones (Vieira, 2024) discutem a colonialidade do gênero e do saber, evidenciando como epistemologias indígenas e afrodescendentes são frequentemente marginalizadas dentro da academia (Ferrara; Carrizo, 2021). Além disso, o trabalho de Camila Jácome e Xamen Wai Wai (2020) exemplifica essa abordagem, ao propor um modelo de arqueologia intercultural que respeita as epistemologias indígenas e as incorpora na prática arqueológica. Por meio do diálogo com lideranças e comunidades indígenas, esses autores promovem alternativas metodológicas que fogem da imposição ocidental e garantem a produção de conhecimento de maneira colaborativa e contextualizada.

A pesquisadora brasileira Ana Clara Ferreira Braz (2020) também contribui para essa discussão ao analisar a invisibilização das mulheres negras nos livros didáticos de história e arqueologia, demonstrando como a colonialidade do saber impacta a construção do conhecimento acadêmico. Além disso, Françoise Vergès (2019), em *Un féminisme décolonial*, discute como as disciplinas podem perpetuar estruturas coloniais ao ignorar as contribuições de mulheres racializadas.

Portanto, o combate à apropriação reducionista na arqueologia exige um compromisso ativo com a pluralização das epistemologias e com a valorização dos saberes historicamente marginalizados. Somente assim será possível construir uma disciplina que não apenas reconheça a diversidade cultural, mas que também seja capaz de produzir interpretações mais profundas e respeitosas dos patrimônios arqueológicos.

INSURGÊNCIAS NA DECOLONIALIDADE: DESAFIANDO AS ESTRUTURAS COLONIAIS DE PODER

A decolonialidade não se limita apenas a uma abordagem científica; é também uma maneira de viver e compreender o mundo. Essa perspectiva desafia as estruturas de poder, os padrões eurocêntricos e as narrativas dominantes que moldaram a história e o conhecimento. Esta desafia as estruturas de poder coloniais que ainda permeiam muitos aspectos da sociedade, incluindo a arqueologia. As insurgências na decolonialidade envolvem a resistência ativa a essas estruturas de poder e a busca por formas de conhecimento e compreensão alternativas (Mignolo, 2007, 2008; Silva, 2021).

A decolonialidade é uma resposta à colonialidade, um termo que se refere à persistência das estruturas de poder coloniais no mundo pós-colonial (Atalay, 2006; Howard-Bobiwash, 2005; Ngugi wa Thiong'o, 1994; Quijano, 2000, 2007). A colonialidade é manifestada em várias formas, incluindo a dominação econômica, a exploração de recursos naturais, a marginalização de culturas não ocidentais e a imposição de formas ocidentais de conhecimento e compreensão (Ani, 1994; Grosfoguel, 2006b, 2011a; Maldonado-Torres, 2007).

Segundo Aníbal Quijano (2000, 2007), sociólogo peruano e desenvolvedor do conceito de “colonialidade do poder”, a decolonialidade emerge como uma resposta à matriz colonial de poder que persiste mesmo após a descolonização formal das Américas, buscando, assim, descentralizar as formas de pensar e os modos de existir no mundo, questionando a suposta universalidade do conhecimento ocidental e a hegemonia da cultura ocidental.

Assim, podemos destacar quatro aspectos essenciais da decolonialidade: o descentramento epistêmico, a crítica à colonialidade do poder, seu caráter de movimento

emergente e o humanismo baseado no reconhecimento. Referente ao primeiro, a decolonialidade envolve uma mudança fundamental na forma como entendemos o conhecimento. Ela desafia a ideia de que as formas de pensar da Europa Ocidental são universais. Em vez disso, reconhece e valoriza a pluralidades epistêmicas presentes em culturas não ocidentais. Quanto à crítica à colonialidade do poder, esta reconhece que a matriz colonial de poder produziu e produz desigualdades e opressões baseadas em raça, etnia e nacionalidade (Gaztambide-Fernández, 2012; Loureiro, 2020; Ngugi wa Thiong'o, 1994). A decolonialidade busca desvincular-se dessas estruturas e construir alternativas mais justas e igualitárias. Já o movimento emergente abrange várias formas de teoria crítica, ganhando ascensão na América Latina. Esta se manifesta em análises de classes, estudos étnicos, gênero e áreas específicas ao incorporar conhecimentos indígenas e práticas que desafiam a lógica da civilização ocidental. E finalmente o humanismo de reconhecimento, que busca um humanismo que reconheça as alteridades em nível global, se opondo à hipocrisia moderna colonial e busca novas bases para o conhecimento, promovendo a diversidade e a inclusão (Grosfoguel, 2006, 2007, 2011; Mignolo, 2009, 2007, 2008; Quijano, 2000, 2007; Grosfoguel (2011); Samia, 2021, 2022; Samia; Nascimento, 2023).

Em suma, a decolonialidade é um projeto político e epistêmico que nos convida a repensar nossa relação com o conhecimento, a história e as estruturas de poder. Ela nos lembra que existem muitas maneiras de viver e compreender o mundo, além das narrativas dominantes que nos foram impostas. Sendo um projeto que transcende os limites da academia e se estende para a esfera política e epistêmica (Atalay, 2006; Grosfoguel, 2007b; Haber, 2016; Howard-Bobiwash, 2005; Ngugi wa Thiong'o, 1994). Na esfera política, ela busca transformar as relações de poder e desafia as estruturas coloniais e neocoloniais que perpetuam a opressão, a exploração e a marginalização de grupos historicamente subalternizados. Logo, também questiona a hegemonia do conhecimento ocidental; promovendo a pluralidade epistêmica, a decolonialidade busca emancipação. Ela visa criar condições para que diferentes culturas e povos possam se expressar, resistir e reivindicar seus direitos. Para tanto, a luta pela decolonialidade envolve movimentos sociais, ativismo e engajamento político. Ela busca justiça, reparação e mudança estrutural (Grosfoguel, 2007b, 2011a; Haber, 2016; Oliveira, 2020; Manguiera, 2019; Ngugi wa Thiong'o, 1994).

No que tange ao projeto epistêmico, a decolonialidade se concentra na produção e validação do conhecimento (Gaztambide-Fernández, 2012; Ngugi wa Thiong'o, 1994). Assim, questiona as bases epistemológicas sobre as quais o saber foi construído. Essa abordagem reconhece que o conhecimento não é neutro; ele é moldado por contextos históricos, culturais e políticos. Portanto, a decolonialidade busca descentrar o conhecimento eurocêntrico e valorizar outras formas de saber. Nos convidando a refletir sobre como o conhecimento é produzido, quem são os agentes do poder, e, assim, definir o que é válido e como podemos criar espaços para múltiplas vozes e perspectivas. Logo, a decolonialidade é um projeto que visa à mudança, à libertação e ao reconhecimento. Ela nos desafia a repensar tanto as estruturas de poder quanto as bases epistemológicas que sustentam nosso entendimento do mundo (Atalay, 2006; Grosfoguel, 2007b; Haber, 2016; Smith, 1999).

As insurgências na decolonialidade buscam desafiar essas estruturas de poder coloniais por meio de várias estratégias. Uma dessas estratégias é a resistência ativa, que pode assumir várias formas, desde protestos e manifestações até a criação de espaços alternativos de conhecimento e compreensão (Escobar, 2003; Grosfoguel, 2007a; Hartemann, 2022; Loiola *et al.*, 2015; Noelli; Sallum; Casimiro, 2022; Quijano, 2000).

A busca por formas alternativas de conhecimento e compreensão na arqueologia envolve a valorização de epistemologias não ocidentais, bem como a crítica às formas dominantes de produção do saber. Essa transformação não se limita à rejeição de teorias e conceitos ocidentais, mas demanda a construção de paradigmas que sejam mais relevantes para as experiências e realidades de povos historicamente marginalizados. Como aponta Eliane Miranda Costa (2020) em “Pode uma arqueologia das mulheres?”, a arqueologia tradicional frequentemente invisibiliza as contribuições de mulheres e grupos subalternizados, reforçando a necessidade de epistemologias mais inclusivas.

Esse processo passa por mudanças estruturais dentro da academia, incluindo a reformulação dos currículos dos cursos de arqueologia para incorporar bibliografias que contemplem autores indígenas, afrodescendentes e outros grupos subalternizados. A inclusão de perspectivas plurais na formação acadêmica é essencial para garantir que futuras gerações de arqueólogos tenham contato com diferentes tradições epistemológicas e metodológicas. Além disso, a diversificação das bancas de seleção de ingresso e dos concursos acadêmicos contribui para romper barreiras institucionais que historicamente restringiram a participação de pesquisadores não brancos e não europeus na construção do conhecimento arqueológico. Como discute Brena Barros (2016) em “Arqueologia de Gênero”, a arqueologia feminista tem sido fundamental para questionar as hierarquias de poder dentro da disciplina e propor abordagens mais equitativas.

Outro aspecto fundamental dessa mudança é a promoção de pesquisas colaborativas e transdisciplinares envolvendo comunidades indígenas e quilombolas na produção de conhecimento, reconhecendo-os como sujeitos epistêmicos e não apenas como objetos de estudo. Iniciativas como a arqueologia participativa e a etnoarqueologia demonstram a importância da valorização dos saberes locais na interpretação do patrimônio arqueológico. Exemplos concretos dessa abordagem podem ser encontrados em trabalhos como o de Camila Jácome e Xamen Wai Wai (2020), que explora formas de arqueologia intercultural ao estabelecer um diálogo entre os saberes indígenas e as práticas arqueológicas.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que a arqueologia ocidental foi historicamente marcada por uma projeção positivista do presente ao passado, que não apenas legitimava a sociedade atual, mas também reforçava a estrutura patriarcal vigente Hernando Gonzalo (2007). Essa crítica reforça a necessidade de desconstruir paradigmas que naturalizam estruturas de opressão e subalternização, permitindo leituras que reconheçam a diversidade epistemológica e social dos contextos arqueológicos.

Portanto, para que a arqueologia se torne mais inclusiva e representativa, não basta apenas criticar as epistemologias ocidentais, é necessário construir espaços institucionais que promovam o reconhecimento de epistemologias alternativas e garantam uma diversidade real na produção acadêmica. Isso requer ações concretas, desde a reforma curricular até a mudança nas estruturas de contratação e financiamento de pesquisas, assegurando que o conhecimento arqueológico seja produzido de maneira mais democrática e plural.

As insurgências na decolonialidade representam uma resposta crítica e necessária às estruturas de poder coloniais que ainda dominam muitos aspectos da nossa sociedade. Ao desafiar essas estruturas de poder e buscar formas alternativas de conhecimento e compreensão, podemos começar a imaginar e criar um mundo que seja mais justo, equitativo e inclusivo (Samia, 2021, 2022; Samia; Nascimento, 2023).

CONCLUSÃO

A busca por formas alternativas de conhecimento e compreensão na arqueologia envolve a valorização de epistemologias não ocidentais, bem como a crítica às formas

dominantes de produção do saber. Essa transformação não se limita à rejeição de teorias e conceitos ocidentais, mas demanda a construção de paradigmas que sejam mais relevantes para as experiências e realidades de povos historicamente marginalizados. Como aponta Eliane Miranda Costa (2020) em “Pode uma arqueologia das mulheres?”, a arqueologia tradicional frequentemente invisibiliza as contribuições de mulheres e grupos subalternizados, reforçando a necessidade de epistemologias mais inclusivas.

Esse processo passa por mudanças estruturais dentro da academia, incluindo a reformulação dos currículos dos cursos de arqueologia para incorporar bibliografias que contemplem autores indígenas, afrodescendentes e outros grupos subalternizados. A inclusão de perspectivas plurais na formação acadêmica é essencial para garantir que futuras gerações de arqueólogos tenham contato com diferentes tradições epistemológicas e metodológicas. Além disso, a diversificação das bancas de seleção de ingresso e dos concursos acadêmicos contribui para romper barreiras institucionais que historicamente restringiram a participação de pesquisadores não brancos e não europeus na construção do conhecimento arqueológico. Como discute Brena Barros (2016) em “Arqueologia de Gênero”, a arqueologia feminista tem sido fundamental para questionar as hierarquias de poder dentro da disciplina e propor abordagens mais equitativas.

Outro aspecto fundamental dessa mudança é a promoção de pesquisas colaborativas e transdisciplinares, envolvendo comunidades indígenas e quilombolas na produção de conhecimento, reconhecendo os participantes destas comunidades como sujeitos epistêmicos e não apenas como objetos de estudo. Iniciativas como a arqueologia participativa e a etnoarqueologia demonstram a importância da valorização dos saberes locais na interpretação do patrimônio arqueológico. Exemplos concretos dessa abordagem podem ser encontrados em trabalhos como os de Camila Jácome e Xamen Wai Wai (2020), que explora formas de arqueologia intercultural ao estabelecer um diálogo entre os saberes indígenas e as práticas arqueológicas.

Este artigo buscou explorar as insurgências na decolonialidade como uma maneira de combater a apropriação reducionista na arqueologia. A partir de uma revisão bibliográfica, analisou-se como a arqueologia, como muitas outras disciplinas, tem sido moldada por uma perspectiva eurocêntrica que muitas vezes simplifica e marginaliza as culturas não ocidentais. Também se discutiu como a apropriação intelectual, uma prática predatória na academia, contribui para a perpetuação dessas representações distorcidas. Em contraposição, apresentou-se a decolonialidade como um movimento que busca desafiar e dismantlar as estruturas de poder coloniais que ainda permeiam muitos aspectos da sociedade, incluindo a arqueologia. As insurgências na decolonialidade envolvem a resistência ativa a essas estruturas de poder e a busca por formas de conhecimento e compreensão alternativas. Para tanto, destacou-se a necessidade de uma abordagem mais consciente e inclusiva na arqueologia, que valorize e respeite as culturas que estão sendo estudadas.

Concluiu-se que a luta contra a apropriação reducionista na arqueologia é uma parte crucial da decolonialidade, pois visa criar uma arqueologia mais justa, equitativa e representativa. Isso requer ações concretas, desde a reforma curricular até a mudança nas estruturas de contratação e financiamento de pesquisas, assegurando que o conhecimento arqueológico seja produzido de maneira mais democrática e plural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Ana Cristina. Por uma reflexão sobre a organização e representação de conceitos decoloniais na América Latina: O pensamento de Aníbal Quijano à luz da Análise de Domínio. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 28, n. Dossiê Especial, p. 1-21, 2023.

- ANI, Marimba. *Yurungu: An African-centred critique of European cultural thought and behaviour*. Trenton (US): AfricanWorld Press Inc p636, 1994.
- ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014.
- ATALAY, Sonya. Can Archaeology Help Decolonize the Way Institutions Think? How Community-Based Research is Transforming the Archaeology Training Toolbox and Helping Transform Institutions. *Archaeologies*, v. 15, n. 3, p. 514-535, 2019.
- ATALAY, Sonya. Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. *The American Indian Quarterly*, v. 30, n. 3, p. 280-310, 2006.
- BANIWA, Gersem. As contribuições dos povos indígenas para o desenvolvimento da ciência no Brasil: os povos originários colaboram de diversas formas com a sociedade brasileira desde a chegada dos portugueses até os dias de hoje. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 74, n. 3, 2022.
- BARRETO, Cristiana. Arqueologia brasileira. Uma perspectiva histórica e comparada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etiologia*, supp. 3, p. 1-12, 1999.
- BARROS, Brena. Arqueologia de Gênero. *Arqueologia e Pré-História*, 27 maio 2016. Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.com/subareas-da-arqueologia/arqueologia-de-genero/>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- BATTLE-BAPTISTE, Whitney. *Black Feminist Archaeology*. New York (US): Routledge, 2017.
- BRAZ, Ana Clara Ferreira. *História e Decolonialidade: as mulheres negras nos livros didáticos do ensino fundamental*. 2020. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em História da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.
- CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito*. Criciúma: UNESCED, 2017.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. (Tese) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COELHO SILVA, Jacionira. Arqueologia, Memória e Patrimônio Cultural: interfaces na construção da identidade. *ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000.
- COSTA, Eliane Miranda. Pode uma arqueologia das mulheres? *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, Rio Grande, v. 12, n. 24, p. 344-370, 2020.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera; PAZZARELLI, Francisco. ¡Esas papitas me están mirando! Silvia Rivera Cusicanqui y la textura ch'ixi de los mundos. *Revista de Antropología da UFSCar*, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 219-230, 2017.
- DE CASTRO, Eduardo Viveiros. Cosmological Deixis and Amerindian Perspectivism. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 4, n. 3, p. 469, 1998.
- DUSSEL, Enrique. Meditações Anti-Cartesianas sobre a origem do Anti-Discurso Filosófico da Modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra (PT): Almedina, 2009. p. 518.

- ESCALLÓN, Maria Fernanda. Rights, Inequality, and Afro-Descendant Heritage in Brazil. *Cultural Anthropology*, v. 34, n. 3, 2019.
- ESCOBAR, A. "Worlds and Knowledges Otherwise": The Latin American Modernity/Coloniality Research Program. *Cuadernos de CEDLA*, v. 16, p. 31-67, 2003.
- FERRARA, Jessica Antunes; CARRIZO, Silvina Liliana. Caminhos para um feminismo decolonial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 62, 2021.
- FLORES-MUÑOZ, Julieta; SALLUM, Marianne; BALANZÁTEGUI, Daniela. The Materiality of Remembering and Affective Alliance: A Dialogue between Communities and Archaeology on the Coast of São Paulo, Brazil and Veracruz, Mexico. *International Journal of Historical Archaeology*, 2024.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 3, p. 213-220, 1999.
- FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 65, n. 2, p. 23-25, 2013.
- FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; SILVA, Glaydson J; OLIVIER, Laurent. *Identidades, discurso e poder: estudos da Arqueologia contemporânea*. São Paulo: Fapesp, 2005.
- GAZTAMBIDE-FERNÁNDEZ, Rubén A. Decolonization and the Pedagogy of Solidarity. *Decolonization: Indigeneity, Education and Society*, v. 1, n. 1, p. 41-67, 2012.
- GONZALEZ, Sara L.; KRETZLER, Ian; EDWARDS, Briece. Imagining Indigenous and Archaeological Futures: Building Capacity with the Confederated Tribes of Grand Ronde. *Archaeologies*, v. 14, n. 1, p. 85-114, 2018.
- GROSGOUEL, Ramón. Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality. *TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, Abingdon, v. 21, n. 2-3, 2011.
- GROSGOUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007a.
- GROSGOUEL, Ramón. The epistemic decolonial turn. *Cultural Studies*, Abingdon, v. 21, n. 2, p. 211-223, 2007.
- GROSGOUEL, Ramón. La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 4, p. 17-48, 2006a.
- HABER, Alejandro. Decolonizing Archaeological Thought in South America. *Annual Reviews*, v. 45, p. 469-485, 2016.
- HARDING, Sandra. *Whose Science? Whose knowledge? : Thinking from Women's Lives*. Ithaca (US): Cornell University Press, 1991.
- HARTEMANN, Gabby Omoni. Escavando a Violência Colonial: Arqueologia Griótica e Engajamento Comunitário na Guiana. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, Pelotas, v. 19, n. 37, p. 142-191, 2022.

- GONZALO, Almudena Hernando. Mujeres, Identidad y Modernidad. 2007. In: Congreso Chileno de Antropología, 6. Valdivia: Colegio de Antropólogos de Chile, 2007 [Anais...]. p. 34-43.
- HOWARD-BOBIWASH, Heather. Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples. *American Indian Quarterly*, v. 29, n. 1, p. 281-285, 2005.
- JÁCOME, Camila; WAI WAI, Jaime Xamen. A paisagem e as cerâmicas arqueológicas na bacia Trombetas: uma discussão da Arqueologia Karaiwa e Wai Wai. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 15, n. 3, 2020.
- JAN CZ, Carla et al. *Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira*. São Paulo: SOFed, 2018.
- OLIVEIRA, Kelvin. Genocídio epistêmico e novas possibilidades: por uma pedagogia decolonial. *Em Favor de Igualdade Racial*, Rio Branco, v. 3, n. 3, p. 106-121, 2020.
- KRAHÔ, Creuza Prumkwyj. Mulheres-cabaças. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, v. 11, p. 110-117, 2017.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LIMA, Dhara Rodrigues. Arqueologia de Gênero e Arqueologia Feminista: Termos de Diferença e Termos que aproximam. In: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de (org.). *De Ingá a Arqueologia inclusiva: novas linguagens*. João Pessoa: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba, 2021. p. 113.
- LIMA, Tania Andrade. Teoria arqueológica em descompasso no Brasil: o caso da Arqueologia Darwiniana. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 2006.
- LOIOLA, Sérgio Almeida et al. Da dominação colonial à colonialidade do saber: efeitos do determinismo ecológico dual no Brasil. *R. Ra'e Ga*, Curitiba, v. 35, p. 38-67, 2015.
- LOUREIRO, Camila Wolpato. *Paulo Freire, autor de práxis decolonial?* 2020. Tese (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2020.
- LUGONES, María. Toward a Decolonial Feminism. *Hypatia*, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.
- MANGUEIRA, Ana Beatriz C. A contribuição do pensamento decolonial para o ensino básico e o acadêmico brasileiro: desafios e perspectivas. In: Congresso Internacional do Fórum Mercosul, 17., 2019, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: FoMerco, 2019.
- MENESES, Maria Paula. Corpos de Violência, Linguagens de Resistência: as complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 518.
- MIGNOLO, Walter D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 48, p. 187-224, 2020.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *RBCS*, São Paulo, v. 32, p. 329402, 2017.
- MIGNOLO, Walter D. DELINKING: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality1. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, 2007.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Rio de Janeiro, 2008.

- MIGNOLO, W. Epistemic Disobedience, Independent Thought and De-Colonial Freedom. *Theory, Culture and Society*, v. 26, n. 7 & 8, p. 1-23, 2009.
- MONTEIRO, Ana Paula Rodrigues. *Cosmologia ameríndia: uma crítica ao antropocentrismo*. 2019. Monografia de Conclusão de curso (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.
- NGUGI WA THIONG’O. *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Zimbabwe: Zimbabwe Publishing House, 1994.
- NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne; CASIMIRO, Tânia Manuel. Conexões Atlânticas: Arqueologias do Colonialismo. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, Pelotas, v. 19, n. 37, p. 07–16, 2022.
- NOGUEIRA, Bernardo Gomes Barbosa; MOREIRA, Nelson Camatta; PINTO, Franco Dani Araújo e. Costuras para adiar o fim do mundo: reflexões com base na obra *A vida não é útil*, de Aílton Krenak. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, DF, n. 67, 2022.
- PEREIRA DE MORAES, Irislane; ALVES COSTA, Luciana; LOPES DE JESUS, Luciana. Arqueologia, lugar de fala e conexões afrodiaspóricas. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, Pelotas, v. 19, n. 37, p. 55-74, 2022.
- QUIJANO, A. Coloniality and Modernity/Rationality. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2 & 3, p. 168–178, 2007.
- QUIJANO, A. Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America. *Nepantla: Views from South*, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.
- GROSFUGUEL, Ramón. Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: *TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, v. 1, n. 1, 2011.
- REIS, Diego dos Santos. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, 2022.
- REIS, Diego dos Santos. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, 2020.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019.
- RIBEIRO, Loredana *et al.* A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1093–1110, 2017.
- SALLUM, Marianne. Rethinking Latin American Archaeology: “Affective Alliances” and Traditional Community-Engagement. *Papers from the Institute of Archaeology*, v. 34, n. 1, 2023.
- SAMIA, Danielle Gomes. Arqueologia pedagógica. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 179-195, 2021.
- SAMIA, Danielle Gomes. *Fluidez das Paisagens: Arqueologia na confluência dos rios Parnaíba e Poti*. 2022. 1–210 f. - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022.
- SAMIA, Danielle Gomes; NASCIMENTO, Ana Luisa Meneses Lage do. A fluidez das paisagens: arqueologia na confluência dos rios Parnaíba e Poti. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 262–266, 2023.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2023.

- SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos modos e significados*. Brasília, DF: INCT, 2015.
- SEBASTIAN DRING, Katherine *et al.* Authoring and Authority in Eastern Pequot Community Heritage and Archaeology. *Archaeologies*, v. 15, n. 3, p. 352-370, 2019.
- SÉRGIO, Carlos; JÚNIOR, Leonardo. Uma revisão bibliográfica sobre aspectos ontológicos e epistemológicos da ciência: A importância da concepção de mundo para a educação em ciências. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 25, p. e46673, 2023.
- SILVA, Jailson de Souza. Ailton Krenak-"A potência do sujeito coletivo" Parte I. *Revista Periferias*, 2018.
- SILVA, Ronaldo. Decolonialidade do saber: as ecologias dos saberes na produção do conhecimento. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 356-364, 2022.
- SILVA, Fabíola Andréa. *Etnografando a Arqueologia: Dado Etnográfico, Prática Etnográfica e Conhecimento Arqueológico*. 2021. (Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021).
- SILVA, Glaydson José da; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFFONI, Renata Senna. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 43-66, 2020.
- SILVEIRA, Jucimeri Isolda; NASCIMENTO, Sergio Luiz; ZALEMBESSA, Simões. Colonialidade e decolonialidade na crítica ao racismo e às violações: para refletir sobre os desafios educação em direitos humanos. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, p. e71306, 2021.
- SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. Londres: ZedBooks, 1999. v. 1
- SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. 2. ed. Londres: Zed Books, 2012.
- STROPASOLAS, Pedro. Daniel Munduruku: "Os povos indígenas são a última reserva moral dentro desse sistema". *Brasil de Fato*. São Paulo, 17 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/17/daniel-munduruku-os-povos-indigenas-sao-a-ultima-reserva-moral-dentro-desse-sistema/>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- TUXÁ, Yacunã *et al.* Arqueologias indígenas, territórios e direitos humanos: diálogos entre representantes dos povos Tupi Guarani, Tuxá e Pequot Oriental. *Ágora*, Lisboa, 2024.
- VALIM, Ricardo; DANNER, Leno Francisco. Literatura Indígena Brasileira Contemporânea como descentramento epistêmico decolonial. *Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente*, v. 4, n. 2, p. 1-5, 2023.
- VERGÈS, Françoise. *Un féminisme décolonial*. Paris (FR): La Fabrique Éditions, 2019.
- VIEIRA, Thais. María Lugones e Rita Segato: entre o sistema moderno/colonial de gênero e o patriarcado de alta intensidade. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 27, 2024.
- WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. Narrativas Arqueológicas e Gênero: entre Silenciamentos e Estereótipos. *Patrimônios Possíveis*, [s. d.]. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/patrimonios-possiveis/07_camila_whichers.html. Acesso em: 1 abr. 2025.
- WYLIE, Alison. 'Simple' analogy and the role of relevance assumptions: Implications of archaeological practice. *International Studies in the Philosophy of Science*, v. 2, n. 2, p. 134-150, 1988.
- XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, 2020.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 3 Setembro - Dezembro 2025

ARTIGO

OS PESCADORES CERRITEIROS DO PAMPA E LITORAL SUL DO BRASIL E URUGUAI: ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA INDÍGENA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Rafael Guedes Milheira*, André Carlo Colonese**

RESUMO

Este artigo aborda a diversidade cultural baseada na variabilidade arqueológica dos grupos construtores de cerritos, desde o Uruguai, até o complexo lagunar Patos-Mirim, no extremo sul do Brasil. Ao longo de 5 mil anos, esses grupos se reinventaram, criando territórios, fronteiras e monumentos. A transição da caça para a pesca nas atividades cotidianas é evidenciada, destacando-se a importância dos recursos aquáticos na dieta, revelada por análises zooarqueológicas, isotópicas e de lipídios. Patologias ósseas relacionadas ao trabalho pesqueiro indicam o uso repetitivo de artefatos de pesca. A mobilidade e a visibilidade na paisagem lagunar sugerem interconectividade entre regiões. Os dados compilados sugerem que os cerriteiros foram agentes e agenciados pelo mundo das águas, deixando marcas culturais e físicas ao longo de sua história de longa duração no Pampa, cujos legados contribuíram com a composição dos nichos, em termos de aumento de biodiversidade, fatores importantes para a conservação ambiental na contemporaneidade.

Palavras-chave: Arqueologia; Cerritos; Pescadores; Economia mista; Complexo Patos-mirim; Conservação ecológica.

* Professor do Bacharelado em Arqueologia e do Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. Coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (Lepaarq/UFPel). Pesquisador do CNPq. E-mail: milheirarafael@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6503-8806>.

** Department of Prehistory and Institute of Environmental Science and Technology, Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra, Spain (ICTA-UAB). E-mail: andrecarlo.colonese@uab.cat. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0279-6634>.

CERRITEIROS FISHERFOLK FROM THE PAMPAS AND SOUTHERN COAST OF BRAZIL AND URUGUAY: ARCHEOLOGY, INDIGENOUS HISTORY AND ENVIRONMENTAL CONSERVATION

ABSTRACT

This article explores the cultural diversity of earthen mound builder groups, known as Cerritos, spanning from Uruguay to the Patos-Mirim lagoon, southern Brazil. Over a period of 5,000 years, these groups underwent various transformations, establishing territories, borders, and monuments. The shift from hunting to fishing as a primary daily activity underscores the significance of aquatic resources in their diet as evidenced by isotopic and lipid analyses, and by bone pathologies associated with fishing-related activities pointing to the repetitive use of fishing tools. Data of mobility and visibility within the lagoon landscape suggest interconnectedness between different regions. The accumulated data indicates that Cerriteiros were active agents in shaping the aquatic environment, leaving enduring cultural and physical imprints of their deep history in the Pampas region, which legacies contributed to niche composition in terms of increasing biodiversity, important factors for environmental conservation in contemporary times.

Keywords: Archaeology; Cerritos; Fishermen; Mixed economy; Patos-mirim lagoon complex; Environmental conservation.

LOS PESCADORES CERRITEIROS DE LA PAMPA Y LA COSTA SUR DE BRASIL Y DE URUGUAY: ARQUEOLOGÍA, HISTORIA INDÍGENA Y CONSERVACIÓN MEDIOAMBIENTAL

RESUMEN

Este artículo aborda la diversidad cultural basada en la variabilidad arqueológica de los grupos constructores de cerritos desde Uruguay hasta el complejo lagunar Patos-Mirim, extremo sur de Brasil. A lo largo de 5.000 años, estos grupos se reinventaron al crear territorios, fronteras y monumentos. Se evidencia la transición de la caza a la pesca en las actividades cotidianas, con énfasis en la importancia de los recursos acuáticos en la dieta, revelada por análisis zooarqueológicos, isotópicos y de lípidos. Las patologías óseas relacionadas con el trabajo pesquero revelan el uso repetitivo de artefactos de pesca. La movilidad y la visibilidad en el paisaje lagunar indican la interconexión entre regiones. Los datos recopilados evidencian que esta población fue agente e influenciada por el mundo acuático, dejando huellas culturales y físicas a lo largo de su larga historia en la Pampa, cuyos legados contribuyeron a la composición de los nichos respecto al aumento de la biodiversidad, factores importantes para la conservación ambiental en la actualidad.

Palabras clave: Arqueología; Cerritos; Pescadores; Economía mixta; Complejo Patos-Mirim; Conservación ecológica.

INTRODUÇÃO

As ocupações dos grupos construtores de cerritos remontam a histórias milenares dos povos indígenas pampeanos conhecidos como Charruas, Guenoa-Minuanos, Yarós, Bohanes, Querandís, entre outras denominações. O bioma Pampa e o litoral atlântico registram mais de três mil montículos de terra denominados *cerritos de índios*, lugares que são cápsulas de histórias humanas e que denotam as relações das pessoas com o meio ambiente em diferentes tempos e escalas geográficas. São estruturas antrópicas datadas entre ca. 4700 e 200 anos antes do presente (AP), compostas por sedimentos, instrumentos líticos, ósseos e cerâmicos, ossos humanos e restos de alimentação animal e vegetal. Os cerritos são foco de estudos da arqueologia desde o século XIX e foram tecidos distintos modelos interpretativos sobre a sua funcionalidade e seus aspectos sociais, desde lugares ocupados para habitação, acampamento e moradia (Bracco *et al.*, 2005; Ferrés, 1927; Schmitz, 1976) até áreas de plantio (Gianotti *et al.*, 2013; Iriarte 2006), demarcadores territoriais, referências paisagísticas para circulação de pessoas e controle de recursos (Gianotti, 2015; Milheira *et al.*, 2019) e monumentos à morte (López Mazz, 2001; Milheira; Gianotti, 2018).

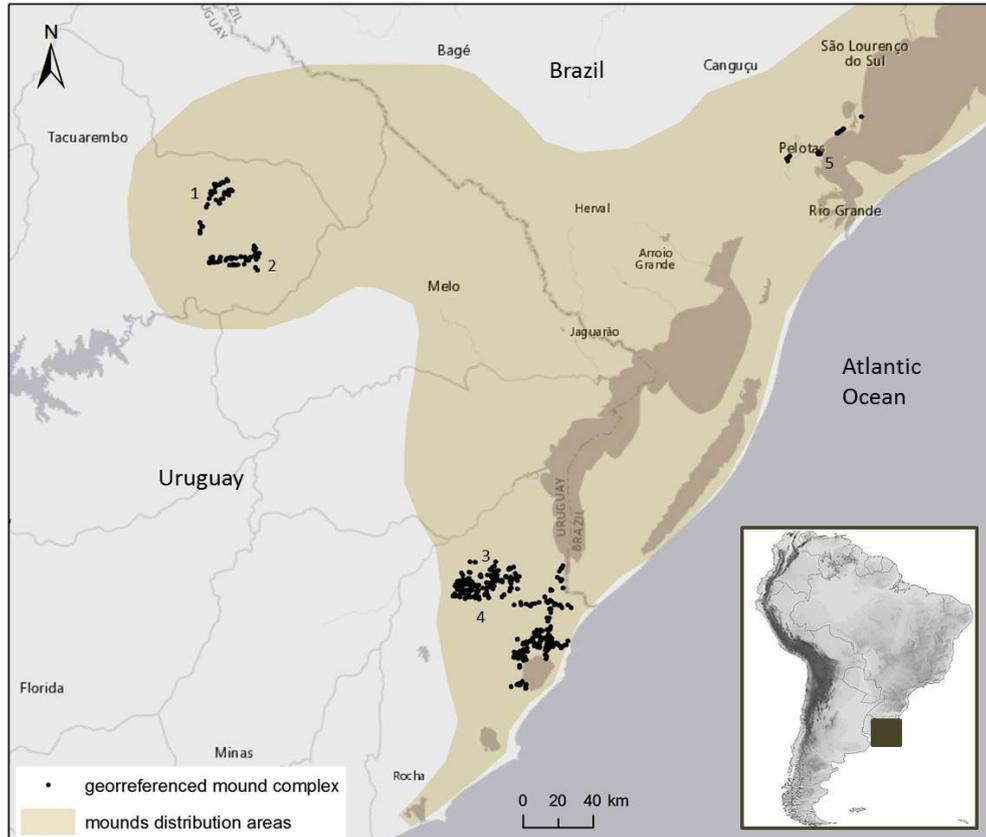
Além de distintas leituras sobre a função dos cerritos, também são cambiantes os modelos interpretativos sobre economia, dieta e o papel dos distintos ambientes de inserção dos construtores de cerritos. Nos anos 1970 predominou o olhar do determinismo ambiental, em que os indígenas do Pampa foram entendidos como povos marginais, detentores de economia simples, tecnologias rudimentares e dependentes dos recursos ambientais. Essa visão mudou nos anos 2000, quando novos dados arqueológicos permitiram uma revisão teórica orientada à complexidade cultural, cujos cerriteiros passaram a ser lidos como sociedades com significativa capacidade de transformações paisagísticas e manejo de recursos animais e vegetais. Entre a visão tradicional, de que os cerriteiros compunham sociedades marginais de caçadores-coletores e pescadores com tecnologia pouco sofisticada a grupos que, além da caça, coleta e pesca, incorporaram o manejo de plantas domesticadas, denotando uma economia mista com aporte de tecnologia complexa, há um espectro econômico com desdobramentos sociais que vem sendo delineado e compreendido pela arqueologia sob parâmetros generalistas e que precisam ser descritos e entendidos sob perspectivas regionais, a fim de abordar a diversidade cultural com base na variabilidade arqueológica.

Este artigo busca sintetizar as informações arqueológicas realizadas nas últimas décadas de pesquisas com ênfase no estuário da Laguna dos Patos, litoral sul do Brasil, em diálogo com os modelos da arqueologia uruguaia. São dados provenientes de análises zooarqueológicas, bioarqueológicas, arqueobotânicas, de isótopos estáveis, lipídios, datações absolutas, arqueografia de campo e estudos de coleções artefatuais, disponíveis na literatura especializada, que podem ser cotejados para a compreensão de novos modelos interpretativos. Busca-se entender elementos da vida cotidiana dos construtores de cerritos, abordando-se os aspectos econômicos, alimentares, territoriais, sociais e simbólicos orientados pelo papel central das atividades pesqueiras, o que nos permite caracterizar uma sociedade regionalmente orientada à pesca, epicentrada nos ambientes aquáticos do complexo lagunar costeiro, ambiente esse que foi palco de um grande fluxo de pessoas, ideias e coisas ao longo de milênios antes da colonização europeia e que persiste na paisagem e nos movimentos de resistência étnica na contemporaneidade. Ao fim, o texto busca refletir sobre as contribuições das populações indígenas em termos de aumento da biodiversidade na longa duração, cujos fatores deveriam ser considerados na modelagem de políticas públicas para conservação ambiental na atualidade.

ECONOMIA, DIETA E AMBIÊNCIA DAS SOCIEDADES CONSTRUTORAS DE CERRITOS: OS MODELOS INTERPRETATIVOS

Durante quase todo o século XX, os construtores de cerritos do Pampa e litoral atlântico sul, que abrange o extremo sul do Brasil e Uruguai (Figura 1), foram lidos sob o viés teórico da simplicidade cultural, a partir de uma abordagem claramente inspirada na ecologia cultural, sintetizada em obras como o *The Handbook of South American Indians* (Steward, 1945). Um repertório tecnológico aparentemente não sofisticado, a distribuição dos sítios em áreas alagadas, como banhados e charcos, e a interpretação sobre demografias reduzidas foram argumentos usados para a classificação dos povos indígenas pampeanos como culturas “marginais” e “primitivas”, uma clara categorização resultante dos preconceitos acadêmicos enraizados nas sociedades modernas (López Mazz, 2000). No entanto, nos últimos 30 anos, as pesquisas em cerritos têm demonstrado elementos de complexificação tecnológica que envolvem a gestão dos recursos vegetais e animais com uso de tecnologias especializadas, domesticação de plantas, engenharias de terra, expansão e controle territorial, monumentalização dos espaços e construção dos ambientes (Bonomo *et al.*, 2011; Bracco *et al.*, 2008; Del Puerto *et al.*, 2016; Gianotti *et al.*, 2013; Iriarte, 2006; López Mazz, 2001; Milheira; Gianotti, 2018). O registro da complexificação só foi possível com muito investimento em pesquisas de campo, aplicação de técnicas analíticas interdisciplinares, bem como um novo olhar teórico sobre as sociedades indígenas como sujeitos históricos com importantes legados ecológicos materializados em ambientes construídos em distintas escalas geográficas.

Figura 1. Área de ocorrência dos cerritos entre Brasil e Uruguai. Destaque para: (1) Vale do Yaguari, (2) Vale do Caraguatá, (3) Banhados de *India Muerta*, (4) Serra de *Los Ajos*, (5) Laguna dos Patos.



Fonte: Milheira e Gianotti (2018, p. 3484).

O olhar da simplicidade cultural teve seu expoente nos anos 1970, a partir do modelo interpretativo de Schoor (1975) e Schmitz (1976), segundo o qual os cerritos foram entendidos como resultados passivos das ocupações sazonais no ambiente das lagunas costeiras do litoral sul do Rio Grande do Sul, um argumento publicado por Ferrés (1927) ainda no início do século XX. Os recursos lagunares pescados, como bagres (Ariidae), corvinas (*Micropogonias furnieri*), miraguaias (*Pogonias courbina*) e siri-de-pata azul (*Callinectes* sp.), seriam alguns dos principais atrativos econômicos e alimentares para os grupos indígenas ocuparem as bordas lagunares, entre ca. 2400 e 200 anos AP. Os cerriteiros seriam grupos de caçadores-coletores com uma subsistência orientada à pesca realizada com tecnologias pouco eficientes e dependente dos recursos ambientais disponíveis. O centro da dinâmica territorial regional seria, portanto, o ambiente aquático da Laguna dos Patos, para onde as populações migrariam sazonalmente, especialmente nos períodos mais quentes do ano, quando as espécies estuarinas seriam mais abundantes.

Com a retomada de trabalhos massivos de campo e uma abordagem mais oxigenada do ponto de vista teórico, novos olhares interpretativos foram lançados. Pintos-Blanco (2000) propôs que os grupos construtores de cerritos teriam uma economia voltada, de um lado, à caça de mamíferos, como veado-do-campo (*Ozotoceros bezoarticus*) e cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), nos ambientes interioranos de serras como nos contextos dos sítios Potrerillo de Santa Teresa e CH2D01, no Uruguai. Por outro lado, teriam uma economia orientada à pesca sazonal de leões marinhos (*Arctocephalus australis* e *Otaria flavescens*) no ambiente costeiro atlântico, como registrado no contexto de *Laguna de Castillos* e *Punta La Coronilla*. Trata-se de um modelo de exploração faunística, chamado de “economia úmida”, em que os grupos construtores de cerritos teriam como foco os recursos presentes em ambientes alagadiços, com uma dieta diversificada em espécies locais e uma tendência crescente dessa diversificação entre ca. 2900 e 1000 anos AP.

Mais recentemente, Moreno (2007) também buscou entender a economia dos cerriteiros a partir do papel da caça, partindo de uma ampliação das coleções analisadas de sítios do leste do Uruguai (*Potrerillo de Santa Teresa, Los Ajos, Cráneo Marcado e Los Indios*), abordando uma faixa temporal mais ampla, entre ca. 4000 anos AP e o século XVI. Para a autora, as espécies de veados recorrentes no registro zooarqueológico seriam centrais na dieta, sugerindo práticas especializadas de manejo dos rebanhos em atividades de “rancherías” e “amansamento” de preá (*Cavia aperea*), identificando também possíveis tabus alimentares, dada a baixa abundância de espécies como capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*) e ema (*Rhea Americana*) no registro arqueológico, embora sejam bastante frequentes na atual ecologia pampeana. Tendo como epicentro os ambientes alagadiços de banhados e charcos, a autora entende que a prática econômica dos cerriteiros seria focada em recursos locais no entorno de 5 km a 10 km dos sítios e que haveria exploração geral de todos os ambientes do contexto regional, dada a representatividade ecológica de muitas espécies animais comestíveis. A presença da fauna pescada foi apenas mencionada nesses modelos centrados na caça de mamíferos; entretanto, nenhum trabalho analítico havia sido realizado para abordar a contribuição energética dos recursos aquáticos na dieta das populações cerriteiras do interior, tampouco para pensar a dimensão econômica e simbólica como elemento estruturador da vida cotidiana. Nesse sentido, a fim de compreender o aporte de pesca na dieta dos cerriteiros, Bica-Méndez (2020) realizou análises zooarqueológicas das coleções ictiológicas do sítio CH2D01, registrando grande abundância de espécies como bagre negro (*Rhamdia aff. quelen*), muçum (*Synbranchus marmoratus*) e traíra (*Hoplias* spp.), sugerindo que a contribuição dietética de pescado é tão importante quanto a de caça de mamíferos, o que chama a atenção para o papel da

pesca não apenas como aporte alimentar, mas também como atividade de trabalho diário e reforça a importância dos ambientes aquáticos no epicentro da vida cotidiana das populações indígenas.

Para além dos animais, deve ser mencionada a importância do manejo das plantas para o entendimento dos modelos de economia e dieta. A partir do trabalho de Iriarte (2006), o papel dos vegetais passou a ser um tema de grande importância na arqueologia dos cerritos, não apenas pela contribuição energética na dieta, mas também pela antiguidade sugerida para o manejo de plantas domesticadas e pelas questões socioculturais que envolvem a relação das pessoas e as plantas. No trabalho desenvolvido no sítio *Los Ajos*, cujas datas de vestígios de milho (*Zea mays*) podem chegar a ca. 4700 anos AP e pela presença de abóbora (*Cucurbita* spp.), foi proposto um modelo de economia mista, em que se sugere um balanço entre o aporte animal e vegetal na dieta das populações indígenas, denotando um processo de sedentarização desde o Holoceno médio (Iriarte, 2006). Del Puerto *et al.* (2016), no entanto, sugerem que talvez a sedentarização mais acentuada tenha se dado em torno de 3000 anos AP, quando se nota a popularização de plantas domesticadas, somando-se a família dos feijões (*Phaseolus* sp.) aos cultivos domesticados já conhecidos anteriormente. Os autores também apontam a importância de um inventário de plantas selvagens registradas nos cerritos com usos alimentícios, medicinais, tecnológicos, decorativos e alucinógenos, entre outros fins.

De fato, em torno de 3000 a 2500 anos AP, há um conjunto tecnológico em diferentes dimensões que denotam um câmbio sociocultural importante. Logo após o fim do Holoceno médio, nota-se que há um incremento dos processos de sedentarização, condizente não apenas com a ampliação do uso de plantas domesticadas, mas também pela monumentalização dos cerritos como espaços funerários. É em torno desse período que os primeiros enterramentos humanos em cerritos passam a ocorrer, como no caso do sítio CH2D01, bem como surgem os primeiros registros de instrumentos cerâmicos nos sítios *Cráneo Mercado*, *Potreriillo de Santa Tereza*, no Uruguai (López Mazz *et al.*, 2014), e, possivelmente, no complexo da Lagoa do Fragata, no sul do Brasil – sítios PSGLF-02 e Pavão 01 (Bracco *et al.*, 2022; Ribeiro; Milheira, 2015). A cronologia consolidada na literatura aponta que as datas mais antigas localizadas na Sierra de *Los Ajos* e nos banhados de *India Muerta*, no Uruguai, situadas em torno de ca. 4700 anos AP, sugerem que o surgimento do fenômeno cultural relativo à construção dos cerritos tenha ocorrido ainda no Holoceno médio. Datações mais recentes propõem um cenário de consolidação territorial ao norte do centro cultural, em torno de ca. 3000 a 3500 AP, como é o caso dos sítios localizados no complexo Patos-Mirim (Bracco *et al.*, 2022). Inclusive, observa-se que, no período entre aproximadamente 2200 e 1000 AP, a cronologia aponta um possível ambiente de interação entre grupos sambaquieiros, que ocuparam a restinga, e os cerriteiros que habitaram o estuário da Laguna dos Patos, cuja natureza dos contatos deve ser objeto de estudos futuros (Milheira; Calippo; Haimovici, 2023).

Caçadores, coletores, pescadores, plantadores, detentores de uma economia orientada à pesca, ao manejo de mamíferos com complemento de vegetais, os modelos interpretativos de economia úmida e economia mista parecem concordar que o epicentro da vida dos cerriteiros são ambientes compostos por ecossistemas diversificados, centrados em ambientes alagadiços, tanto em terrenos de topografia plana, como de pequenas serras com topos planificados. Os modelos também parecem concordar que há indícios de algum nível de especialização de atividades, como o manejo de rebanhos de mamíferos nos banhados e o plantio de vegetais domesticados, e que a pesca tende a ter um papel mais importante do que o previsto. Fica cada vez mais claro que há variações regionais na economia dos construtores de cerritos que evidenciam aspectos da diversidade cultural,

cujos indícios podem ser verificados por meio de técnicas analíticas interdisciplinares sobre tecnologias de uso cotidiano, como instrumentos líticos, cerâmicos e ósseos, análises zooarqueológicas, arqueobotânicas e bioarqueológicas, em geral.

SÍNTESE SOBRE OS CERRITEIROS DA LAGUNA DOS PATOS

Zooarqueologia, isótopos estáveis e análise de resíduos orgânicos

No estuário da Laguna dos Patos, centenas de cerritos foram mapeados desde a metade do século XX (Naue, 1970; Naue *et al.*, 1968; Pernigotti; Almeida, 1961; Schmitz, 1976; Schmitz; Brochado, 1972). Os cerritos estuarinos são localizados, geralmente, em torno de áreas de banhados, tanto em terrenos sedimentares de formação pleistocênica (terraços), como holocênicas (planícies), tanto nas margens da grande Laguna dos Patos como no entorno de pequenas lagoas e sacos. Os sítios ocorrem isolados ou em agrupamentos na paisagem com até 30 montículos, cujas alturas oscilam de 0,45 até 1,2 m, com média de altura de 0,85 m. As plantas dos montículos são normalmente elípticas ou arredondadas, ocorrendo alguns casos com formatos de meia lua e outras formas complexas (Milheira *et al.*, 2017, 2023; Schmitz, 1976).

O horizonte cronológico dos cerritos do estuário lagunar vem sendo expandido na medida em que novas datações são feitas. Nos anos 1970, Schmitz e Brochado (1972) publicaram as primeiras datas radiocarbônicas para os cerritos do estuário lagunar, demonstrando um horizonte ocupacional entre ca. 2500 e 200 anos AP. Mais recentemente, a cronologia foi complementada de maneira similar ao sudoeste lagunar, com datas dos cerritos do Pontal da Barra e Lagoa do Fragata, oscilando entre aproximadamente ca. 2500 e 800 anos AP (Milheira *et al.*, 2017). No entanto, o horizonte cronológico foi recuado por conta das datações com método de termoluminescência dos cerritos PSGLF-02 (3280 ± 190 AP) e Pavão 01 (2900 ± 130 AP), também localizados no entorno da Lagoa do Fragata, à beira do canal São Gonçalo (Bracco *et al.*, 2022). Essas datas, que se aproximam de 3000 a 3500 anos AP, corroboram as datações dos sítios RS-LC-42 cerrito Nilton Dutra, com 3210 ± 60 AP, localizado na restinga da Laguna dos Patos (Milheira; Calippo; Haimivici, 2023), e sítio 167/A, com 2980 ± 30 AP, localizado em Santa Vitória do Palmar, fronteira com Uruguai, à margem do arroio Chuí (Rosa; Perillo, 2020). Essas novas datas consolidam um cenário cronológico de expansão territorial ao norte do centro cultural, quando ocorre o processo de complexificação coincidente com o surgimento da tecnologia cerâmica, a monumentalização dos espaços e a popularização das plantas domesticadas pelos cerriteiros.

Nos últimos 50 anos, vários estudos analisaram a fauna vertebrada componente dos cerritos do estuário lagunar, o que nos permite ter um cenário econômico e alimentar bastante preciso, que demonstra o papel central da pesca entre os cerriteiros e sambaquieiros da Laguna dos Patos, cujos dados e argumentos serão aqui reproduzidos. Os trabalhos trazem informações sobre os índices tradicionais da zooarqueologia como número de espécimes identificados (NISP) e número mínimo de indivíduos (NMI), relativos à densidade de material escavado e, eventualmente, dados sobre aspectos tafonômicos¹.

¹ Detalhe dos dados técnicos de NISP e NMI, área e volume de escavações, bem como as análises estatísticas das modelagem feitas em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG), citados a partir daqui, não serão apresentados neste trabalho, mas podem ser verificados nas referências bibliográficas: Oliveira (2006); Ulguim (2010), Chim (2016); Ulguim (2018), Sens (2020); Milheira *et al.* (2019); Milheira, Calippo e Haimivici (2023).

Entre os cerritos estudados no estuário, localizados no município de Rio Grande, datados entre aproximadamente ca. 2500 e 200 anos AP, Schorr (1975) e Oliveira (2006) identificaram e contabilizaram uma série de espécies de mamíferos, como preá (*Cavia aperea*), guaxinim (*Myocastor coypus*), tatu (*Dasyopus* sp., *Novemcinctus novemcinctus*), gambá (*Didelphis* sp.), veado (*Mazama* sp.), aves, répteis, crustáceos, moluscos e peixes como *Cynoscion leiarchus*, *Hoplias malabaricus*, *Rhamdia* sp., *Mugil* sp., *Pimelodella* sp., *Pimelodus maculatus*, *Loricariichthys anus*, *Cichlidae*, *Synbranchus marmoratus*, *P. courbina*, *M. furnieri*, *Genidens* sp., demonstrando que a fauna ictiológica é a mais abundante e corresponde ao maior índice de biomassa consumida e explorada. No Cerrito RS-LS-11-Ariano de Souza, datado entre aproximadamente 2150 e 2050 anos AP, o espectro faunístico registrado é mais reduzido, contendo bagres, corvinas, miraguaias e peixe rei (Chim, 2016).

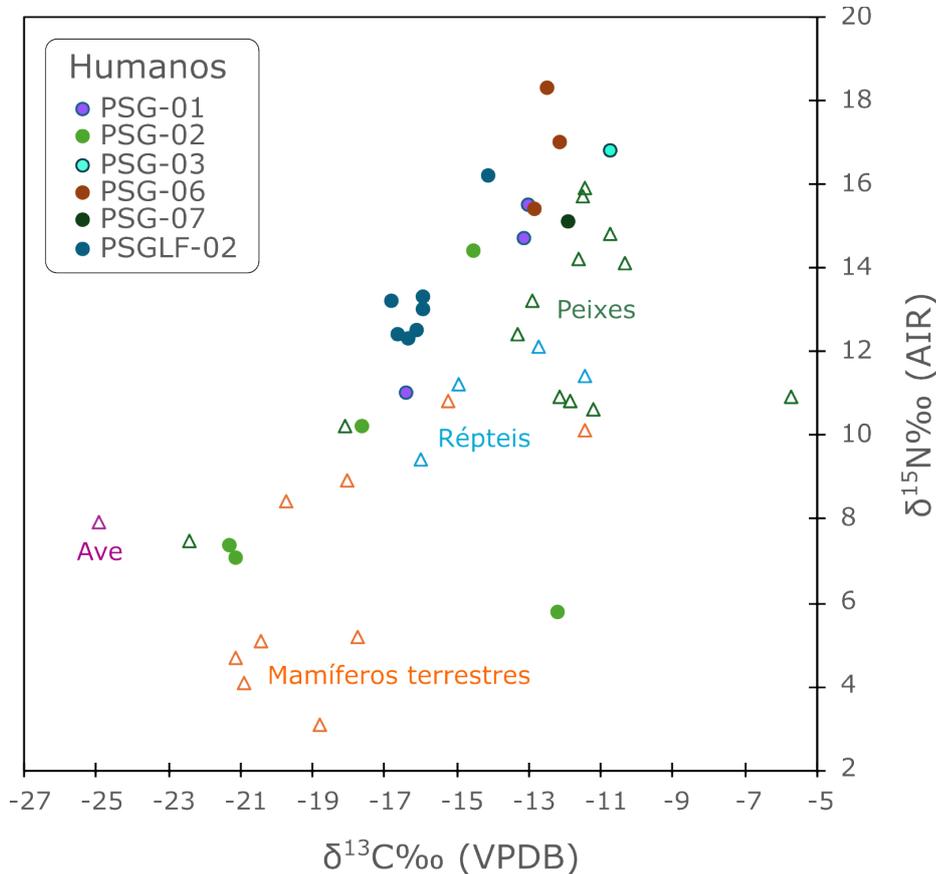
Os cerritos localizados no Pontal da Barra e Lagoa Pequena, no município de Pelotas, datados entre aproximadamente ca. 3500 e 800 AP, demonstram uma gama similar de espécies como os mamíferos preás (*Cavia aperea*), guaxinim (*Myocastor coypus*), tatu (*Dasyopus* sp., *Novemcinctus novemcinctus*), cão doméstico (*Canis lupus familiaris*), gambá (*Didelphis* sp.), veado (*Mazama* sp.) e rato d'água (*Holochilus* sp.). Os répteis são representados com espécimes da ordem Testudines (tartarugas e cágados). Os peixes ósseos incluem *M. furnieri*, *P. courbina*, *Cynoscion* sp., *Mugil* sp., *H. malabaricus* e *G. barbuis*; *G. genidens*; *G. planifrons* (Milheira *et al.*, 2019; Sens, 2020; Silva *et al.*, 2023; Ulguim, 2010; 2018). No cálculo de biomassa realizado para o sítio PT-02-Cerrito da Sotéia, a classe Osteichthyes apresentou os maiores valores, com 93% do total, seguida da classe Mammalia com 4%, Reptilia com 2% e Malacostraca com 1% (Ulguim, 2010). Segundo Milheira, Calippo e Haimovici (2023), entre todos os sítios arqueológicos que já tiveram análises zooarqueológicas realizadas, no que se refere aos registros agrupados e padronizados, os peixes mais frequentes foram *M. furnieri* 54,9%, *Genidens* sp. 36,3% e *P. courbina* 7,8%. *Rhamdia* sp. 0,7% e *H. malabaricus* 0,2%.

Seguindo essa linha de compreender os padrões alimentares dos construtores de cerritos, foram realizadas análises de isótopos estáveis de carbono ($\delta^{13}\text{C}$) e nitrogênio ($\delta^{15}\text{N}$) do colágeno de 19 ossos de indivíduos humanos e um conjunto de amostras animais das espécies mais frequentes que compõem a base da dieta alimentar detectada nos contextos do Pontal da Barra e Lagoa do Fragata (Gráfico 1). As amostras foram compostas por colágeno extraído de quatro dentes, 14 fragmentos de crânio e um metacarpo (Chanca *et al.*, 2021). As análises isotópicas dos fragmentos de ossos humanos indicam que a alimentação dessas pessoas era baseada em peixes marinhos e estuarino-dependentes. Os ossos dos indivíduos do PSGLF-02 resultaram em valores intermediários de $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$, revelando uma dieta com consumo de animais terrestres, peixes marinhos e estuarinos-dependentes. Por outro lado, um indivíduo do PSG-02 demonstrou um valor isotópico típico de consumo de planta C_4 , possivelmente milho (Chanca *et al.*, 2021).

Recentes análises de lipídios com cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas (GC-MS) e subsequentemente análise do $\delta^{13}\text{C}$ de ácidos graxos não saturados (GC-C-IRMS), realizadas em 54 fragmentos de cerâmica dos sítios PSG-02 (n = 30) e PSG-07 (n = 24), ambos do Pontal da Barra, permitiram discutir a função das vasilhas cerâmicas dos construtores de cerritos (Admiraal *et al.*, 2025). Por meio da análise combinada do perfil molecular das amostras e dos valores de isótopos de carbono estáveis do ácido palmítico ($\text{C}_{16:0}$) e esteárico ($\text{C}_{18:0}$), foi possível distinguir dois usos principais das vasilhas cerâmicas: 1) cozimento de recursos marinhos com altas concentrações lipídicas e presença de biomarcadores aquáticos; e 2) plantas do tipo C_3 ,

refletidas em baixa concentração lipídica e biomarcadores vegetais. 46% das amostras continham resíduos de produtos aquáticos/marinhos, alguns dos quais apresentavam marcadores de aquecimento. O restante das amostras incluía marcadores de plantas C₃ e C₄ (possivelmente milho), algumas das quais também teriam sido cozidas.

Gráfico 1. Valores de $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$ de colágeno humanos e fauna dos sítios analisados no Pontal da Barra.



Fonte: Chanca *et al.* (2021).

A presença e ausência de marcadores de aquecimento nas amostras indica pelo menos duas formas diferentes de processamento das plantas. A falta de marcadores de aquecimento pode refletir o preparo de bebidas alcoólicas fermentadas. A palmeira era frequentemente usada para fazer bebidas alcoólicas entre os grupos indígenas das terras baixas sul-americanas. Os grupos Guató, do bioma Pantanal, e os Coroados, do Sul do Brasil, extraíam e fermentavam a seiva do tronco da palmeira Acuri ou Buriti (Mabilde, 1983; Schmidt, 1942). Os Guarani também faziam uma bebida fermentada (*Mapuitã Rykueof*) da palmeira Pindó (*Syagrus romanzoffiana*) (Batista, 2017; Ikuta, 2002). Ainda hoje o mel do butiá é utilizado como xarope para doenças respiratórias e como bebida alcoólica, o que certamente liga a história recente ao uso tradicional indígena desta planta no passado (Cardoso, 1995). O cozimento de plantas pode ter envolvido a produção de farinha de mandioca ou *cazabe* – uma espécie de torta feita com raízes de mandioca, conhecida entre grupos indígenas da América Central e do Sul (López Mazz *et al.*, 2014). O uso da mandioca foi descrito por cronistas desde o século XVI na lagoa Mirim. Segundo o jesuíta Jerônimo Rodrigues, em carta escrita sobre uma expedição realizada entre 1605 e 1607, os grupos indígenas “[...] têm o ano

dividido em quatro partes. Três meses comem milho, outros três favas e abóboras, outros três um pouco de mandioca, e os outros três uma farinha de palmeira [...]” (Leite, 1940, p. 230). Entre os grupos Tupi-Guarani, o uso da mandioca também era recorrente para a produção de farinha e cauim – bebida fermentada (Almeida, 2015; Brochado; Noelli, 1998).

As análises mostram evidências do cozimento de recursos aquáticos, o que significa que parte da alimentação pescada deveria ser preparada na forma de ensopados. Além de as análises de lipídios reforçarem os dados zooarqueológicos e de isótopos estáveis, demonstrando a importância dos recursos aquáticos, especialmente marinho-estuarinos, como componente básico da dieta, os dados demonstram o uso de vasilhas cerâmicas como tecnologia específica para o processamento alimentar. Até então, sabia-se que os construtores de cerritos teriam produzido os artefatos conhecidos como quebra-coquinhos como tecnologia específica para o processamento de produtos de palmeiras (López Mazz *et al.*, 2014). Com esse novo trabalho, agora se sabe que as vasilhas cerâmicas também foram utilizadas pelos pescadores-caçadores-coletores cerriteiros para o processamento de pescado, como observado entre inúmeros grupos de caçadores-coletores em todo o planeta (Plew, 2012). Sabe-se que as cerâmicas foram soluções para o processamento de alimentos, sendo adotadas ainda no Pleistoceno no nordeste da Ásia, particularmente na China (entre 17000 e 15000 AP), espalhando-se ao norte pelo rio Amur até o leste do Japão (em torno de 16500 e 14900 AP) e daí até a Sibéria meridional em torno de 11000 a 9000 AP, as três regiões consideradas centros de invenção independente de cerâmicas (Plew, 2012). O consumo e processamento especializado de pescado antes de uma massiva produção agrícola também marcam um período importante na história dos pescadores de Salmão da costa do Alasca, em torno de 1000 AP (Admiraal, *et al.*, 2023b). O mesmo fenômeno também ocorre em contextos da América do Sul, como atestado em sítios de pescadores-coletores-caçadores e construtores de sambaquis do sudoeste amazônico (Prestes-Carneiro *et al.*, 2020) e da Foz do Amazonas (Bandeira *et al.*, 2016), onde atividades pesqueiras são predominantes e compõem parte importante da dieta alimentar. Vasilhames cerâmicos também foram utilizados para processar produtos aquáticos por grupos da tradição cerâmica Taquara-Itararé e Guarani no litoral sul do Brasil (Admiraal *et al.*, 2023a; Colonese *et al.*, 2014; Hansel; Schmitz, 2006; Hansel *et al.*, 2004).

Bioarqueologia dos cerriteiros

É evidente nos corpos das pessoas enterradas nos cerritos o papel mundo aquático em sua dimensão alimentar, ritual e de trabalho cotidiano. Em um contexto de sepultamento de três indivíduos humanos do sítio RS-LS-85: Oscar Erocildo Abreu (2435 ± 85 AP), localizado no município de Rio Grande, Ferreira (2012) identificou patologias esqueléticas oriundas de atividades intensivas e repetitivas, como traumas na epífise da ulna (afetando o cotovelo), achatamento da tíbia (indicativo de agachamento por longos períodos) e ossos da clavícula com entesopatia e artrose (Figura 2).

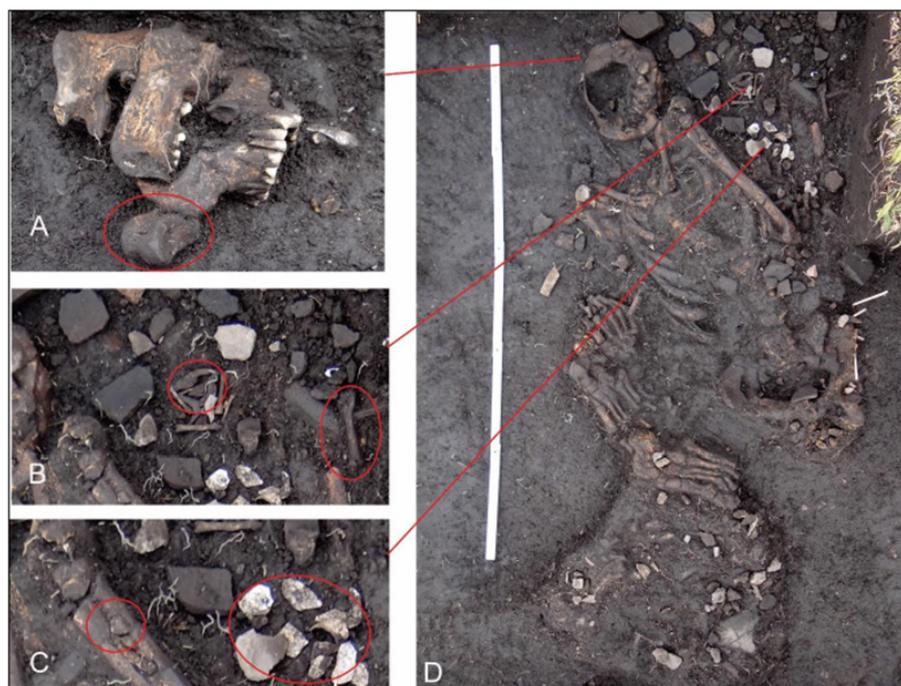
Mais recentemente, no sítio Moreira 01, localizado à margem do canal São Gonçalo, foi identificado um sepultamento de uma pessoa exumada, cuja mandíbula se encontrava abaixo do crânio e associada a um astrágalo de cervídeo. O sepultamento parece estar sob uma fogueira composta por materiais faunísticos típicos da alimentação cotidiana, como roedores, otólitos de corvina e conchas de *Megalobulimus* sp., conforme Figura 3 (Ulguim, 2022, p. 62).

Figura 2. Contexto dos sepultamentos humanos do cerrito RS-LS-85: Oscar Erocildo Abreu.



Fonte: Adaptado de Ferreira (2012, p. 54).

Figura 3. Materiais faunísticos associados ao enterramento nas quadriculas e unidades de escavação. A) Mandíbula associada a astrágalo de cervídeo; B) indivíduo associado a elementos anatômicos de roedores; C) úmero com otólito de corvina e ao lado conchas de *Megalobulimus* sp.; e D) enxoval funerário do indivíduo.



Fonte: Ulguim (2022, p. 62).

Nos cerritos do Pontal da Barra (PSG-01, PSG-02, PSG-03, PSG-06, PSG-07) e Lagoa do Fragata (PSGLF-02), foram analisados 120 ossos humanos que reportam a crianças, jovens e adultos com idades distintas e presença de lesões patológicas dentárias: cáries, lesões cervicais não cariosas, hipoplasias do esmalte dentário e desgaste dentário, além de lesões ósseas: cribra orbitalia, hiperostose porótica e neoformação óssea periosteal. Desgastes dentários observados sugerem a presença de elementos duros, provavelmente grãos de areia ou pedra na mastigação. Ademais, os padrões de desgaste e a lesão cervical não cariosa podem estar associados ao emprego dos dentes em atividades ocupacionais, como o manejo de instrumentos de pesca, a exemplo do uso da tarrafa (rede de pesca manual). Esse conjunto de ossos humanos foi analisado por Ulguim e Milheira (2017) e revisado mais recentemente por Ferreira (2022) e Milheira e Ferreira (2023). No contexto do cerrito PSG-02, chama atenção, para além das patologias, a ocorrência de um fragmento de mandíbula direita que foi encontrada associada a fragmentos de cerâmica e a um pingente feito em dente de golfinho-comum (*Delphinus delphis*) (Figura 4).

Figura 4. A) Mandíbula humana associada a pingente feito em dente de golfinho (*Delphinus delphis*) localizados no sítio PSG-02, Pontal da Barra; B) detalhe do mesmo pingente; C) cerâmica com restos de peixe associados, localizada no sítio PT-02-Cerrito da Sotéia; D) mandíbula humana com desgaste dentário abrupto localizada no sítio PSGMF-02, lagoa do Fragata; E) contexto com cerâmica associada a restos de peixes no sítio PT-02-Cerrito da Sotéia (escala de 30 cm).



Fotos: Acervo Lepaarq.

Esses achados sugerem que os animais marinhos não serviram apenas como alimento para o corpo, mas também como elementos importantes de uso cotidiano e como materiais de uso ritualístico no acompanhamento mortuário. Trata-se de materiais que conectam as pessoas ao mundo aquático, aos seres que habitam o sistema lagunar e que adentram, eventualmente, o ambiente marinho, um comportamento bastante comum entre outras sociedades costeiras, como os sambaquis do litoral Atlântico sul brasileiro (Klokler, 2008). A animalidade estaria presente nas atividades diárias de trabalho, consumo de alimentos e rituais, refletindo um aspecto ontológico da vida dos construtores de cerritos para além da materialidade física.

Uma paisagem aquática interconectada

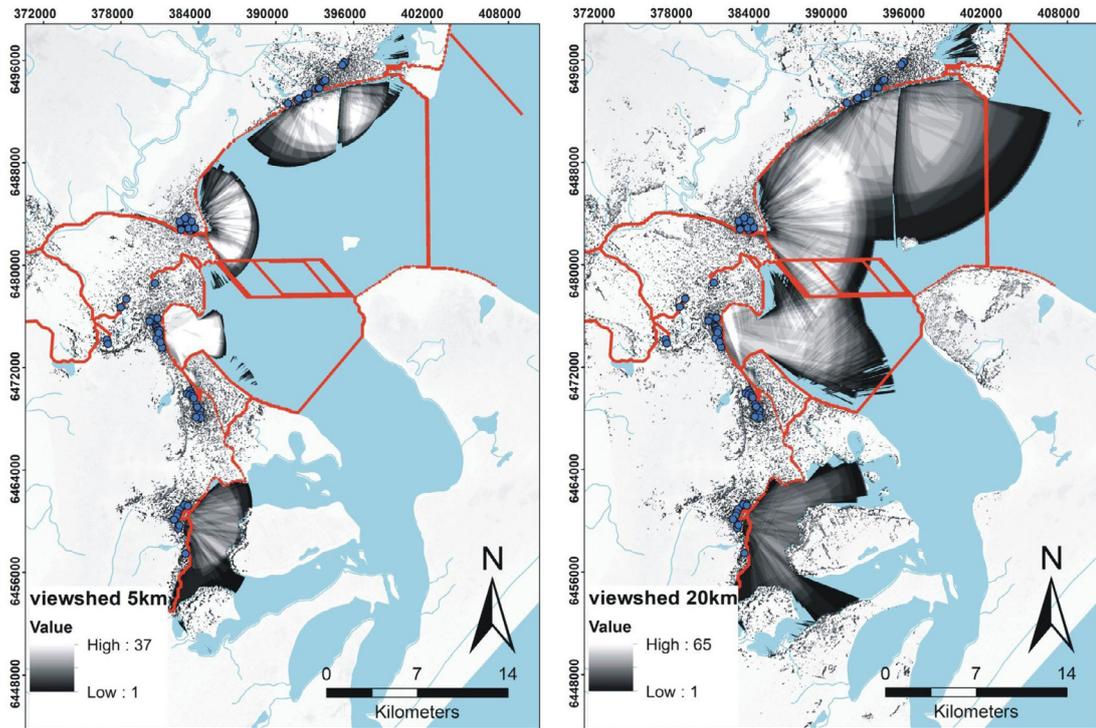
O mundo aquático dos construtores de cerritos do complexo lagunar também é compreensível na escala da paisagem. A grande quantidade de fauna lacustre, o processamento de pescado nas vasilhas cerâmicas, a apropriação simbólica dos elementos aquáticos e as patologias ósseas dos indivíduos exumados em contextos de cerritos são elementos que apontam para o fato de que os cerriteiros teriam o comportamento pesqueiro como um fator central na economia e certamente a pesca seria um agente fundamental na forma de organização social. A paisagem regional é, portanto, um elemento de análise importante, que deve ser considerado para o entendimento do modo de vida dos construtores de cerritos.

Nesse sentido, em Milheira, Souza e Iriarte (2019), foi realizada uma comparação entre um modelo de caminhamento e um modelo de navegação no ambiente da bacia Patos-Mirim, demonstrando a maior eficácia da mobilidade aquática como meio de circulação no complexo lagunar. O mesmo trabalho trouxe uma hierarquização das rotas de mobilidade, o que permitiu demonstrar que: 1) as principais rotas de mobilidade aproveitariam a navegação de cabotagem, dado o baixo calado das canoas, à facilidade e segurança na navegação costeira e à possibilidade de exploração de recursos; 2) há conexões leste-oeste, ligando as diferentes áreas de assentamento do entorno das lagoas; 3) há uma conexão geral norte-sul, dado o formato natural do sistema lagunar; e 4) existe uma grande importância do canal São Gonçalo como um eixo de ligação do sistema Patos-Mirim. Além de pensar a mobilidade, foi realizada uma análise de redes que envolve a relação entre os sítios arqueológicos na paisagem (e entre si) e a posição deles em relação às rotas, demonstrando que os sítios localizados no estuário da Laguna dos Patos seriam centrais no sistema regional de assentamento.

Criou-se também uma modelagem de visibilidade (Milheira, 2021), por meio de uma abordagem SIG (ferramentas *viewshed* e *intervisibility*), em raios de 5 km e 20 km, entre os sítios e dos sítios para as rotas de mobilidade anteriormente elaboradas, a fim de compreender o nível de visibilidade sobre o ambiente lagunar e, com isso, discutir aspectos de controle ideológico sobre o sistema de fluxo e circulação de pessoas, coisas e ideias, bem como sobre os recursos lagunares (Figuras 5 e 6).

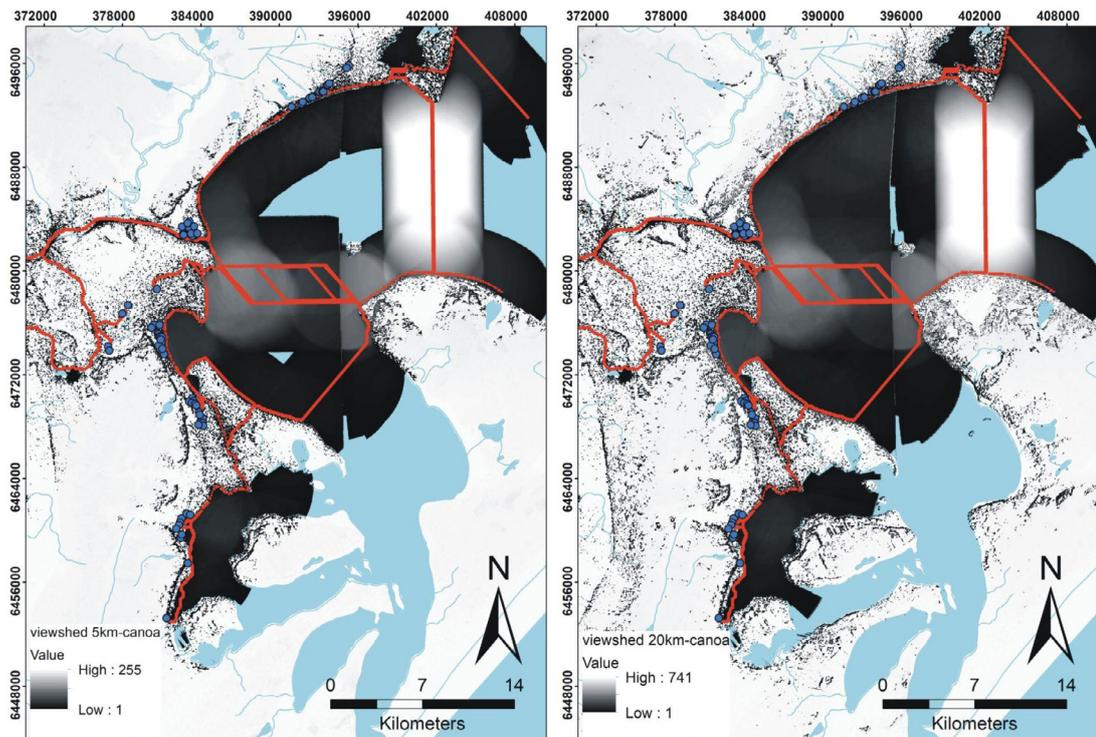
Os resultados mostraram que o controle visual da superfície de água da laguna, de onde provém mais de 90% dos recursos econômicos para os cerriteiros, seria mais importante como elemento estratégico para determinação das áreas de ocupação do que a intervisibilidade entre os sítios. Gianotti (2015), por exemplo, demonstra que o controle sobre os banhados, onde habitam alguns dos principais recursos animais na economia dos grupos construtores de cerritos, foi um fator também de agenciamento das áreas de assentamento.

Figura 5. Visibilidade em raio de 5 km e 20 km a partir dos sítios arqueológicos (círculos azuis) sobre a rota de mobilidade (linha vermelha) no estuário da Laguna dos Patos e canal São Gonçalo.



Fonte: Milheira (2021, p. 12).

Figura 6. Visibilidade em raio de 5 km e 20 km a partir da rota de navegação (linha vermelha) sobre os sítios arqueológicos (círculos azuis) no estuário da Laguna dos Patos e canal São Gonçalo.



Fonte: Milheira (2021, p. 13).

Da mesma forma, além do controle sobre as áreas de captação de recursos, outro fator que sugere ser preponderante na localização dos assentamentos é o controle visual sobre rotas de mobilidade. Conforme os layouts apresentados nas Figuras 5 e 6, a visibilidade da rota de mobilidade a partir dos sítios arqueológicos seria bastante consistente, o que sugere que as pessoas embarcadas no estuário estariam sempre sendo potencialmente observadas. Controlar a movimentação de pessoas nas embarcações no interior da Laguna dos Patos, canais e arroios, parece ser mais importante do que a visibilidade direta entre as áreas de assentamento. Trata-se, nesse caso, de um controle do fluxo de pessoas, coisas e ideias. As evidências de controle visual da Laguna dos Patos poderiam, portanto, refletir esforços de gestão das áreas de pesca, como restrições de acesso, assim como a presença de lideranças e organizações locais para tais fins. Nessa perspectiva, os cerritos, longe de serem simples acampamentos, constituem elementos de uma paisagem política comprometida com a sustentabilidade de seus recursos, em um momento marcado pelo aumento de números de sítios e possível pressão demográfica na região.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ARQUEOLOGIA DOS CERRITOS E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Processos de mudanças climáticas e seus múltiplos efeitos são fatores fundamentais para o modelamento e evolução do planeta. A perda social e de biodiversidade aumentou significativamente desde o início da colonização europeia e, especialmente, ao longo do século passado, até um cenário crítico causado pela relação assimétrica de longo prazo entre os humanos e a natureza, que tem gerado mudanças climáticas em escala global, sem precedentes. A vulnerabilidade ambiental é um dos desafios mais prementes dos nossos tempos, num contexto em que a escala da defaunação, do desmatamento e do impacto sobre as comunidades nativas (como grupos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pescadores tradicionais) têm acelerado ao longo das últimas décadas (Diegues, 1997; Intergovernmental Panel on Climate Change, 2021; Kock *et al.*, 2019). É sabido que a colonização e as economias globais contemporâneas desencadearam um processo de perda de conhecimento nativo local que hoje é considerado crucial para a gestão da biodiversidade. Esses conhecimentos são tecnologias de manejo de solos e florestas, cujos legados positivos podem ser observados na biodiversidade de ecossistemas que foram impactados pelas populações indígenas desde períodos pré-coloniais, envolvendo ampliação de espécies vegetais silvestres e domesticadas, bem como solos mais potentes para produção agrícola (Balée, 2006; Lombardo *et al.*, 2022; Neves, 2022).

Há pelo menos 7 mil anos, as áreas costeiras de Mata Atlântica e do bioma Pampa sustentam populações humanas, que deixaram para trás milhares de sítios arqueológicos contendo grandes quantidades de restos faunísticos e artefatos que são arquivos singulares da interação entre humanos, fauna e flora no passado. Os sítios arqueológicos são matrizes paleoecológicas de grande valor científico e discernem a escala dos impactos humanos passados nos ecossistemas locais e regionais ao longo do tempo (Clement *et al.*, 2015; Fossile *et al.*, 2019). Dados provenientes de sítios podem ser usados não apenas para construir narrativas históricas sobre cenários de interação entre os humanos e o meio ambiente no passado, mas também para compreender os distúrbios ecológicos orientados pelos humanos na história de longo prazo e para impulsionar ações ambientais e de conservação (Balée, 2006).

O registro arqueológico é talvez mais abundante, evidente e significativo entre as populações que mantiveram o modo de vida relativamente estável e ocuparam os mesmos locais durante um longo período. Sítios construídos intencionalmente como montículos, por exemplo, adquirem dupla importância por serem matrizes de ações comportamentais “seladas” em pacotes comportamentais. É o caso de sítios como os cerritos, que englobam artefatos humanos e recursos naturais, como a fauna de vertebrados, além de restos de plantas silvestres e domésticas que representam cenários da ecologia regional consumida e explorada pelas pessoas para fins econômicos e simbólicos. Nesse sentido, os estudos arqueológicos em cerritos e sítios correlatos podem demonstrar um retrato do ambiente pré-colonial e do processo de diminuição da biodiversidade ao longo dos séculos coloniais e do período contemporâneo, de modo que os dados produzidos sirvam de base para o aprimoramento de políticas públicas de conservação e restauração ambiental.

Alguns trabalhos já foram publicados seguindo a orientação teórica da Ecologia Histórica, a fim de descrever e interpretar os legados deixados pelas populações nativas nas estruturas de florestas do bioma Pampa e litoral atlântico desde os tempos pré-coloniais, especialmente no que se refere aos contextos em que ocorrem os cerritos de índios. Análises sedimentológicas têm demonstrado que os solos que compõem os cerritos, tanto no Uruguai (Cereijo *et al.*, 2024; Del Puerto *et al.*, 2022) quanto no sul do Brasil (Meirelles, 2021), têm uma contribuição antrópica, possivelmente intencional, na sua formação, o que lhes permite caracterizar como antrossolos. Altos índices de teores químicos, especialmente o fósforo (P), que, associados a outros indicadores, caracterizam assinaturas químicas de alto valor nutritivo que se mantêm estáveis num período de longa duração. A caracterização de solos antropogênicos já é tema corrente na arqueologia amazônica, mas a sua identificação no contexto do bioma Pampa e litoral atlântico é uma descoberta que nos permite ampliar a discussão sobre a gênese e o desenvolvimento das práticas de manejo, a partir de conhecimentos nativos também nas terras baixas do sudeste da América do Sul.

Outra abordagem interessante é a correlação entre as áreas de ocorrência dos cerritos e os recursos vegetais associados. Alguns estudos baseados em dados geomorfológicos e de composição vegetal demonstram que os construtores de cerritos, além de manejarem os solos para o seu enriquecimento químico, também devem ter sido responsáveis pela ampliação da biodiversidade vegetal em diferentes escalas regionais. É comum que se encontrem espécies silvestres de plantas comestíveis, de usos medicinais e industriais no contexto dos cerritos, recursos esses comumente encontrados no registro arqueológico e também, ainda hoje, *in natura*, como as plantas da família *Arecaceae* (*Butia capitata*, *Syagrus romanzoffiana*), *Cyperaceae* (*Cyperus* sp., *Scirpus* sp.), *Cannaceae* (*Canna* sp.), *Bromeliaceae* (*Bromelia* sp.), entre muitas outras (Del Puerto, 2016; Mazarino, 2023). O manejo de espécies, resultado da interação entre humanos e os componentes vegetais, teria moldado as paisagens alagadiças do Pampa e litoral atlântico desde o holoceno médio, gerando, por exemplo, bosques de butiá (*Butia odorata*), conhecidos regionalmente como butiazais, utilizados para fins alimentares, medicinais, arquitetônicos e para confecção de instrumentos pelas populações nativas (Rivas *et al.*, 2023; Salgado *et al.*, 2021; Votre 2024).

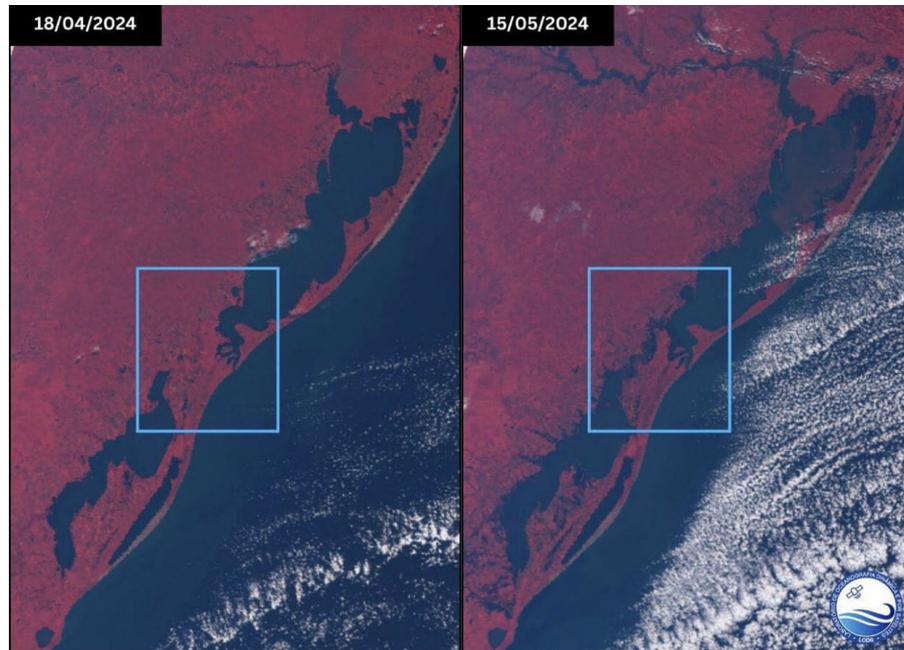
No mesmo sentido, estudos de zooarqueologia podem ser interessantes indicadores de biodiversidade animal no passado pré-colonial a servirem de linha de referência para orientar as práticas atuais de captura. Um estudo de

síntese sobre a fauna de peixes capturada ao longo do período pré-colonial pelos construtores de cerritos e também pelos sambaquieiros do estuário da Laguna dos Patos e adjacências, demonstrou que as principais espécies pescadas, entre elas os *sciaenidae*, como a corvina (*Micropogonias furnieri*) e a miraguaia (*P. courbina*), e os bagres do gênero *Genidens*, tinham maiores tamanhos médios dos indivíduos e uma distribuição mais ampla na região do estuário (Milheira et al., 2023). Atualmente, essas mesmas espécies estão em declínio demográfico, provavelmente causado pela superexploração da pesca industrial para fins comerciais (Haimovici; Velasco, 2000; Thykjaer et al., 2020).

Os contextos em que se situam os cerritos também têm sido integrados a práticas contemporâneas de manejo. No departamento de Rocha, no Uruguai, os cerritos são foco de avanços nas políticas de proteção às paisagens culturais a partir de uma perspectiva colaborativa entre academia, instituições de governo e proprietários rurais, de modo que planos de conservação vêm sendo elaborados considerando a importância dos sítios arqueológicos e seus entornos como paisagens indígenas, que devem ser preservadas pela sua importância cultural; pela diversidade ecossistêmica, já que inúmeras espécies de fauna e flora tem os contextos arqueológicos como seu habitat; pela sensibilidade da paisagem de um ponto de vista sensorial; pelas práticas e conhecimentos locais associados aos lugares de inserção das pessoas e pela relação na qual a produção das famílias rurais se sustentam (Gianotti et al., 2023). Essas práticas colaborativas e interdisciplinares contribuem para a elaboração de projetos de criação de unidades de conservação (UCs) ou para a consolidação dos planos de manejo de UCs já existentes. Estudos no Uruguai demonstram que, embora altamente vulneráveis à produção do arroz, os sítios arqueológicos podem conviver com a produção agrícola desde que tenham suas áreas de inserção resguardadas considerando diferentes níveis de impacto (Gazzán; Gianotti; Cereijo, 2024).

Considerações semelhantes são feitas a respeito dos sítios arqueológicos no complexo Patos-Mirim, no Brasil, nos quais centenas de cerritos, sítios Guarani e ocupações coloniais compõem um vasto patrimônio arqueológico que colabora para a valorização de áreas de UCs. É o caso, por exemplo, da desembocadura do canal São Gonçalo, onde vem sendo pensada uma UC que englobe ambas as margens do canal, a fim de preservar espécies de animais e plantas em extinção, pelo menos uma comunidade tradicional de pescadores e dezenas de sítios arqueológicos com até 3000 anos de ocupação (Barcellos, 2019). Deve-se ressaltar que essas áreas, pela característica de ambiente encharcado do tipo banhado, não apenas abrigam elementos patrimoniais de alta significância, mas também prestam um serviço socio-urbano de alta magnitude que contribui para evitar calamidades públicas, como as enchentes ocorridas no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2024, em que os altos índices de chuvas no interior do estado acarretaram elevações dos níveis das lagoas, alagando os municípios do estuário da Laguna dos Patos a cotas jamais registradas (Figuras 7, 8 e 9). O mesmo tipo de proteção pode ser identificado na Estação Ecológica do Taim (Entre os municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmeiras) e na Reserva Biológica do Mato Grande (município de Aroio Grande), cujos banhados absorveram milhões de metros cúbicos de água, evitando o afogamento de plantações nas áreas adjacentes e, portanto, amenizando os impactos econômicos na economia gaúcha.

Figura 7. Imagens de satélite de antes e durante as enchentes de maio de 2024, demonstrando a importância dos ambientes de margem do complexo Patos-Mirim para a absorção das águas, em áreas onde são normalmente encontrados os sítios arqueológicos. Na imagem, nota-se que o canal São Gonçalo foi abruptamente alargado pela ampla vazão de água.



Fonte: Laboratório de Oceanografia Dinâmica e por Satélites da Universidade Federal de Rio Grande (Lods/Furg).

Figuras 8 e 9. Margens esquerda e direita do canal São Gonçalo – que separa os municípios de Pelotas e Rio Grande – alagadas pelas enchentes de maio de 2024, demonstrando a importância da preservação dos ambientes de banhados e charcos, onde não deveria haver construções civis.



Fonte: Marinha do Brasil.

CONCLUSÃO: UMA SÍNTESE SOBRE OS CERRITEIROS DO COMPLEXO LAGUNAR PATOS-MIRIM

Entre o complexo lagunar Patos-Mirim, litoral sul do Brasil e Uruguai, há uma ampla diversidade cultural dos grupos construtores de cerritos, inferida com base na variabilidade arqueológica. Ao longo de 5 mil anos de história, os grupos construtores de cerritos se reinventaram, criando territórios, fronteiras, monumentos, lugares significativos, marcados de maneira mais ou menos resistentes no solo. Reinventaram também sua forma de olhar o mundo, de explorar, consumir e conviver com animais e plantas, agenciados pelas paisagens mais ou menos charcosas, mais ou menos onduladas, mais ou menos ricas em recursos para a vida cotidiana. Reinventar-se parece ter sido uma constante entre os construtores de cerritos e é justamente esse fluxo de construção da vida social, em seus vários aspectos socioculturais, que a arqueologia, como história indígena de longa duração, busca compreender de maneiras mais ou menos sofisticadas e engajadas.

Se do interior do Uruguai até o sul da bacia da lagoa Mirim a caça teve um papel econômico fundamental, ao avançar para o norte, em direção à Laguna dos Patos, a vida centrada nas atividades de pesca passaram a fundamentar a vida dos cerriteiros e as evidências materiais para essa interpretação vêm sendo descritas por meio de análises variadas, tanto no olhar sobre os indivíduos humanos, os recursos e as coisas por eles utilizadas, quanto na escala da paisagem. A dieta pesqueira é evidenciada, primeiramente, a partir da análise de isótopos estáveis de indivíduos humanos provenientes dos cerritos do Pontal da Barra e Lagoa do Fragata. A leitura isotópica do colágeno dos ossos humanos demonstrou que a dieta das pessoas que residiam nesses cerritos baseava-se em peixes marinhos e estuarino-dependentes (Chanca *et al.*, 2021). Além disso, os isótopos também sugerem variabilidade alimentar típico de sociedades detentoras de “economias mistas”, já que os dados apontam o consumo de animais terrestres, peixes marinhos e estuarino-dependentes e vegetais domesticados, como é o caso do possível consumo de milho (*Zea mays*). É importante também mencionar o possível fluxo de pessoas do interior do Pampa (caçadores-coletores típicos) para o litoral atlântico, evidenciado pela ocorrência de um indivíduo focado em uma dieta de caça de mamíferos, diferenciada dos demais. As vasilhas utilizadas para processar e consumir alimentos são fontes diretas da dieta e as análises de lipídios em fragmentos cerâmicos evidenciam a dieta embasada primeiramente no processamento de peixes e no consumo de plantas C₃, como abóbora, feijão, tubérculos, palma e amendoim.

Uma dieta baseada em recursos aquáticos explica com propriedade o conjunto de patologias identificadas em indivíduos provenientes de sítios do estuário lagunar. Desgastes ósseos em articulações e lesões dentárias são compatíveis com trabalho pesqueiro, o que evidencia o uso cotidiano e repetitivo de remos, redes, linhas e demais artes de pesca, conforme patologias e atividades de trabalho identificadas também em diversos contextos de pescadores sambaqueiros do litoral atlântico (Gaspar, 2000; Scheel-Ybert *et al.*, 2023; Wesolowski, 2008). As patologias ósseas relativas ao esforço repetitivo de remar as canoas sugerem um grande sistema de fluxo na paisagem do sistema lagunar. Os modelos de mobilidade e visibilidade demonstraram a ampla fluidez da paisagem, que teria permitido a interconectividade entre diferentes regiões, bem como o controle visual dos recursos, das pessoas e das coisas numa ampla escala geográfica que comporta esse mundo aquático do sistema lagunar.

Esses dados todos compilados sugerem que as populações construtoras de cerritos do complexo lagunar Patos-Mirim teriam sido agentes e agenciadas pelo mundo das águas.

Banhados, rios, arroios, sacos lagunares e ilhas são caminhos, ambientes de conectividade, além de recursos, espécies de peixes marinhos e estuarino-dependentes com as corvinas, bagres e miraguaias e os golfinhos são comidas para o corpo e para alma. Ao longo de 5 mil anos, os cerriteiros não apenas se reinventaram culturalmente, mas também deixaram marcas na paisagem, construíram nichos e significaram lugares, agenciando e transformando simbólica e fisicamente todos os ambientes onde percorreram e habitaram no Pampa e no litoral. Essas marcas na paisagem são importantes como bens patrimoniais que colaboram para a conservação de áreas preservadas, especialmente unidades de conservação, tanto no extremo sul do Brasil quanto no Uruguai, em que banhados e charcos manejados pelas populações indígenas no passado colaboram hoje com a preservação de espécies de fauna e flora, de economias e sociedades tradicionais e prestam serviços urbanos e rurais de proteção às cidades e às plantações. Tudo isso significa que os sítios arqueológicos são legados indígenas que potencializam políticas públicas de proteção social contemporânea.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contribui para o Programa “ICTA-UAB María de Maeztu” para Unidades de Excelência do Ministério da Ciência e Inovação espanhol (CEX2019-000940-M). Este trabalho também contribui para EarlyFoods (Evolução e impacto dos primeiros sistemas de produção de alimentos), 2021 SGR 00527, e para o projeto ERC-COG TRADITION, que recebeu financiamento do Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Horizonte 2020 da União Europeia (nº 817911). Os autores agradecem também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do projeto Arqueologia e História Indígena do Pampa e projetos relacionados: processos nº 408208/2021-0 e nº 305353/2021-7.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADMIRAAL, Marjolein *et al.* Chemical analysis of pottery reveals the transition from a maritime to a plant-based economy in pre-colonial coastal Brazil. *Scientific reports*, v. 13, n. 1, p. 16771, 2023a.
- ADMIRAAL, Marjolein *et al.* The role of salmon fishing in the adoption of pottery technology in subarctic Alaska. *Journal of Archaeological Science*, v. 157, p. 105824, 2023b.
- ADMIRAAL, Marjolein *et al.* E. Feasting on fish. Specialized function of pre-colonial pottery of the Cerritos mound builders of southern Brazil. *PLoS ONE*, v. 20, n. 2, p. e0311192, 2025.
- ALMEIDA, Fernando O. A arqueologia dos fermentados: a etílica história dos Tupi-Guarani. *Estudos Avançados*, v. 29, p. 87-118, 2015.
- BALÉE, William. The Research Program of Historical Ecology. *Annual review of Anthropology*, v. 35, p. 75-98, 2006.
- BANDEIRA, Arkley M. *et al.* Mobilidade, subsistência e apropriação do ambiente: contribuições da zooarqueologia sobre o Sambaqui do Bacanga, São Luís, Maranhão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 11, n. 2, p. 467-480, 2016.
- BARCELLOS, Silvia C. B. *Fundamentação técnico-científica para a criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal*. Pelotas: UFPel, 2019.
- BICA-MÉNDEZ, Carla A. *Peces y pesca en las tierras bajas de la Laguna Merín*. Análisis de la ictiofauna recuperada en el sitio arqueológico CH2D01 (Rocha, Uruguay). Pelotas: UFPel, 2020.

- BONOMO, Mariano; POLITIS, Gustavo; GIANOTTI, Camila. Montículos, jerarquía social y horticultura en las sociedades indígenas del Delta Del Río Paraná (Argentina). *Latin American Antiquity*, v. 22, n. 3, p. 297-333, 2011.
- BRACCO, Roberto; DEL PUERTO, Laura; INDA, Hugo. Prehistoria y Arqueología de la Cuenca de Laguna Merín. In: LOPONTE, D.; ACOSTA, A. (comp.). *Entre la Tierra y el Agua. Arqueología de Humedales de Sudamérica*. Buenos Aires: AINA, 2008. p. 1-60.
- BRACCO, Roberto *et al.* Mid-late Holocene cultural and environmental dynamics in Eastern Uruguay. *Quaternary International: The Journal of the International Union for Quaternary Research*, v. 132, n. 1, p. 37-45, 2005.
- BRACCO, Roberto *et al.* Comparación de los procesos de acreción de los montículos de Cañada Saldaña y cuenca de la Laguna Merín a través de dataciones luminiscentes. *Revista Cadernos do Ceom*, v. 35, n. 57, p. 29-51, 2022.
- CARDOSO L. *El palmar, la palma y el butiá*. Rocha: Probides, 1995.
- CEREIJO, Cristina C. *et al.* Tecnologías constructivas de la arquitectura monticular indígena de la región de India Muerta (Rocha, Uruguay). Procesos de formación del sitio Isla de los Talitas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, v. 19, n. 2, 2024.
- CHANCA, Ingrid. *et al.* Food and diet of the pre-Columbian mound builders of the Patos Lagoon region in southern Brazil with stable isotope analysis. *Journal of Archaeological Science*, v. 133, p. 105439, 2021.
- CHIM, Eliane N. Análise de otólitos do Cerrito RS-LS-11 e reconstrução do tamanho de corvina, micropogonias furnieri demarest 1823 (osteichthyes, sciaenidae). *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 4, n. 1, p. 188-209, 2016.
- CLEMENT, Charles R. *et al.* The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings of the Royal Society B*, v. 282, p. 20150813, 2015.
- COLONESE, André C. *et al.* Long-term resilience of late holocene coastal subsistence system in Southeastern South America. *PLoS One*, v. 9, n. 4, e93854, 2014.
- DEL PUERTO, Laura. Paleoetnobotánica y subsistencia de los constructores de cerritos del holoceno tardío en el este del Uruguay: análisis fitolítico en sedimentos y artefactos arqueológicos. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 4, n. 1, p. 117-160, 2016.
- DEL PUERTO, Laura *et al.* Geoarchaeological signatures of anthropogenic soils in Southeastern Uruguay: approaches to formation processes and spatial-temporal variability. *Geoarchaeology*, v. 37, n. 1, p. 180-97, 2022.
- DEL PUERTO, Laura; GIANOTTI, Camila; INDA, Hugo. Gestión del medio y producción de recursos en las tierras bajas del noreste de Uruguay: análisis paleoetnobotánico del sitio Pago Lindo. *Cadernos do Lepaarq*, v. 13, n. 25, p. 197-222, 2016.
- DIEGUES, Antônio C. *Tradition and social change in the coastal communities of Brazil*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1997.
- FERREIRA, G. F. *O espetáculo da morte: bioarqueologia nos cerritos do Pontal da Barra e Lagoa do Fragata*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) –Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.
- FERREIRA, Mariane P. *Uma análise osteobiográfica dos remanescentes ósseos do sítio arqueológico RS-LS-85: cerrito Oscar Erocildo Abreu*. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharel em

- Arqueologia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.
- FERRÉS, Carlos. Los terremotos de indios. *Revista de la Sociedad de Amigos de la Arqueología*, v. 1, p. 139-149, 1927.
- FOSSILE, Thiago *et al.* Pre-Columbian fisheries catch reconstruction for a subtropical estuary in South America. *Fish and Fisheries*, v. 20, n. 6, p. 1124-1137, 2019.
- GASPAR, Madu. *Sambaqui: arqueologia do litoral Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- GAZZÁN, Nicolás; GIANOTTI, Camila; CEREIJO, Cristina C. Evaluación de riesgo y vulnerabilidad de montículos indígenas en contextos de producción agropecuaria en la región de India Muerta, Uruguay. *InterSecciones en Antropología*, v. 25, n. 1, p. 77-94, 2024.
- GIANOTTI, Camila. *Paisajes sociales, monumentalidad y territorio en las tierras bajas de Uruguay*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2015.
- GIANOTTI, Camila *et al.* Creating a collaborative management framework for the conservation of an indigenous mounds' landscape in the wetlands of India Muerta (Uruguay): state of the art and future perspectives. In: COLONESE, A. C.; MILHEIRA, R. G. (org.). *Historical Ecology and Landscape Archaeology in Lowland South America*. Cham: Springer International Publishing, 2023. p. 21-50.
- GIANOTTI, Camila *et al.* Construir para producir. Pequeñas elevaciones en tierra para el cultivo del maíz en el sitio Cañada de los Caponcitos, Tacuarembó (Uruguay). *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*, v. 1, n. 1, p. 12-25, 2013.
- HAIMOVICI, Manuel; VELASCO, Gonzalo. Length-weight relationship of marine fishes from southern Brazil. *Naga*, v. 23, n. 1, p. 19-23, 2000.
- HANSEL, Fabricio A. *et al.* Thermally produced α -(o-alkylphenyl)alkanoic acids provide evidence for the processing of marine products in archaeological pottery vessels. *Tetrahedron Letters*, v. 45, n. 14, p. 2999-3002, 2004.
- HANSEL, F. A.; SCHMITZ, P. I. *Classificação e interpretação dos resíduos orgânicos preservados em fragmentos de cerâmica arqueológica por cromatografia gasosa e cromatografia*. *Pesquisas Antropologia* (63), 2006, p. 81-112.
- IKUTA, Agda. *Práticas fitotécnicas de uma comunidade indígena Mbyá Guarani, Varzinha, Rio Grande do Sul: da roça ao artesanato*. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Summary for Policymakers. In: INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate Change 2021: The Physical Science Basis*. Geneva: IPCC, 2021.
- IRIARTE, José. Landscape transformation, mounded villages and adopted cultigens: the rise of early Formative communities in south-eastern Uruguay. *World Archaeology*, v. 38, n. 4, p. 644-663, 2006.
- KLOKLER, Daniela. *Food for body and soul: Mortuary ritual in shell mounds (Laguna)*. Thesys (PhD) – University of Arizona, Tucson, 2008.
- KOCH Alexandre *et al.* Earth system impacts of the European arrival and Great Dying in the Americas after 1492. *Quaternary Science Reviews*, v. 207, p. 13-36, 2019.
- LEITE, Serafim. *Novas Cartas Jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Brasiliense, 1940.

- LOMBARDO, Umberto *et al.* Evidence confirms an anthropic origin of Amazonian Dark Earths. *Nature communications*, v. 13, n. 1, p. 3444, 2022.
- LÓPEZ MAZZ, José M. Investigación arqueológica y usos del pasado: Las tierras bajas del Este de Uruguay. TAPA 19-Paisajes culturales Sudamericanos. TAPA: Traballos en Socioesoxía da Paisaxe, v. 19, p. 63-74, 2000.
- LÓPEZ MAZZ, José M. Las estructuras tumulares (cerritos) del Litoral Atlántico uruguayo. In: LÓPEZ MAZZ, José. *Latin American Antiquity*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2001. p. 231-255.
- LÓPEZ MAZZ, José M.; DABEZIES Juan M.; CAPDEPONT, Irina. La gestión de recursos vegetales en las poblaciones prehistóricas de las tierras bajas del sureste del Uruguay: un abordaje multidisciplinar. *Latin American Antiquity*, v. 25, p. 256-277, 2014.
- MABILDE, Pierre. Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos Matos da província do Rio Grande do Sul, 1836-1866. São Paulo: IBRASA; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.
- MAZARINO, Joaquim. Wild Plant Resources and Cerritos de Indio Archaeological Sites at the India Muerta-Paso Barranca Archaeological Locality. In: COLONESE, André C.; MILHEIRA, Rafael G. (org.). *Historical Ecology and Landscape Archaeology in Lowland South America*. Cham (CH): Springer International Publishing, 2023. p. 243-262.
- MEIRELLES, Cristiano. *Terra preta é coisa feita? Geoquímica de cerritos no Pontal da Barra, sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.
- MILHEIRA, Rafael G.; ATTORRE, Tiago; BORGES, Caroline. Construtores de cerritos na Laguna dos Patos, Pontal da Barra, sul do Brasil: lugar persistente, território e ambiente construído no holoceno recente. *Latin American Antiquity*, v. 30, n. 1, p. 35-54, 2019.
- MILHEIRA, Rafael G.; CALIPPO, Flávio R.; HAIMOVICI, Manuel. Archaeology of fishing of the earthen and shell moundbuilders (cerritos and sambaquis) of the Patos Lagoon, Southern Brazil, 3200–200 Years BP. In: COLONESE, André C.; MILHEIRA, Rafael G. (org.). *Historical Ecology and Landscape Archaeology in Lowland South America*. Cham: Springer International Publishing, 2023. p. 181-204.
- MILHEIRA, Rafael G.; FERREIRA, Gabrielle R. Bioarqueologia dos cerritos do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 40, p. 189-214, 2023.
- MILHEIRA, Rafael G.; GIANOTTI, Camila. The earthen mounds (cerritos) of Southern Brazil and Uruguay. In: SMITH, Claire. (ed.). *Encyclopedia of Global Archaeology*. Berlin (DE): Springer Nature, 2018.
- MILHEIRA, Rafael G. *et al.* Archaeological earthen mound complex in Patos Lagoon, Southern Brazil: chronological model and freshwater influence. *Radiocarbon*, v. 59, n. 1, p. 195-214, 2017.
- MILHEIRA, Rafael G.; SOUZA, Jonas G.; IRIARTE, José. Water, movement and landscape ordering: A GIS-based analysis for understanding the mobility system of late Holocene mound-builders in southern Brazil. *Journal of Archaeological Science*, v. 111, 2019.
- MILHEIRA, Rafael. Visibilidade, comunicação e movimento entre os cerriteiros na paisagem aquática da Laguna dos Patos, Sul do Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 16, n. 1, e20200048, 2021.
- MORENO, Federica. Modificaciones naturales y antrópicas en el conjunto zooarqueológico del sitio CH2D01, Excavación IA (sudeste uruguayo): aportes a la discusión de los procesos. *Cadernos do Lepaarq*, 2017.

- NAUE, Guilherme *et al.* *Novas perspectivas sobre a arqueologia de Rio Grande, RS. O Homem antigo na América.* São Paulo: Revista do Instituto de Pré-História da USP, 1970. p. 91-122.
- NAUE, G.; SCHMITZ, P. I.; BASILE-BECKER, I. I. Sítios arqueológicos no Município de Rio Grande. *Pesquisas-Antropologia*, v. 18, p. 141-152, 1968.
- NEVES, Eduardo G. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia central.* São Paulo: Ubu, 2022.
- NOELLI, Francisco S.; BROCHADO, José P. The Cauim and the beverages among the Guarani and the Tupinambá: equipments, preparation techniques and consumption. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 8, p. 117-128, 1998.
- OLIVEIRA, Kelly. Um sítio de pesca na margem ocidental da lagoa dos Patos: RS-RG-48. *Pesquisas*, v. 63, p. 307-336, 2006.
- OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action.* Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1990.
- PERNIGOTTI, O.; ALMEIDA, A. N. *Depósitos arqueológicos do município de Rio Grande.* Monografia – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 1961.
- PINTOS-BLANCO, Sebastian. Cazadores recolectores Complejos: Monumentalidad en tierra en la Cuenca de la Laguna de Castillos (Uruguay). In: GIANOTTI, Camila. (coord.). *Paisajes Culturales Sudamericanos, TAPA 19.* Santiago de Compostela: Laboratorio de Arqueología e Formas Culturais (USC), 2000. p. 75-86.
- PLEW, M. G. *Ceramics before Farming: The dispersal of pottery among prehistoric Eurasian hunter-gatherers.* London (UK): Routledge, 2012.
- PRESTES-CARNEIRO, Gabriel *et al.* Archaeological history of Middle Holocene environmental change from fish proxies at the Monte Castelo archaeological shell mound, Southwestern Amazonia. *Holocene*, v. 30, n. 11, p. 1606-1621, 2020.
- RIBEIRO, Bruno L. R.; MILHEIRA, Rafael G. A cerâmica dos cerritos no Pontal da Barra-Pelotas/RS: por uma (necessária) revisão conceitual da tradição Vieira. *Revista Teoria & Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 95-124, 2015.
- RIVAS, Mercedes; DABEZIES, Juan M.; DEL PUERTO, Laura. Historical evolution and multidimensional characterisation of the Butia Palm landscape: a comprehensive conservation approach. *Land*, v. 12, n. 3, p. 648, 2023.
- ROSA, E. J.; PERILLO, A. *Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Complexo Eólico Cnelões.* Santa Vitória do Palmar: Município de Santa Vitória do Palmar, 2020.
- SALGADO, Eduardo T. *et al.* Holocene palaeoenvironmental and palaeoclimatic reconstruction of a native ecosystem on the coastal plain of southern Brazil through multi-proxy analysis. *Journal of South American Earth Sciences*, v. 106, n. 103067, 2021.
- SCHEEL-YBERT, Rita. *et al.* Duas décadas depois das “Novas perspectivas na reconstituição do modo de vida dos sambaquieiros: uma abordagem multidisciplinar”. *Revista de Arqueologia*, v. 36, n. 2, p. 40-63, 2023.
- SCHMIDT, M. Resultados de mi tercera expedición a los Guatos efectuada en el año de 1928. *Revista de la Sociedad Científica del Paraguay*, v. 5, p. 41-75, 1942.

- SCHMITZ, Pedro I. *Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, Universidade do Vale de Rio dos Sinos, 1976.
- SCHMITZ, P. I.; BROCHADO, J. P. *Datos para una secuencia cultural del Estado de Rio Grande do Sul (Brasil)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1972.
- SCHORR, M. *Abastecimento indígena na área alagadiça lacustre de Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1975.
- SENS, L. *Pesca, comida e identidade: um estudo zooarqueológico em cerritos de índio no Sul do Brasil*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.
- SILVA, Lucas A.; WAGNER, Gustavo P.; ULGUIM, Victória F. A previsibilidade da pesca na imprevisibilidade do mar: o cotidiano da pesca nos cerritos e sambaquis do Rio Grande do Sul, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, v. 18, p. 1-18, 2023.
- STEWART, J. *The Handbook of South American Indians*. v. 1. The marginal tribes. Washington, D.C.(US): U.S. Govt. Print. Off, 1945.
- THYKJAER, Vinni *et al.* Long-term changes in fishery resources of an estuary in southwestern Atlantic according to local ecological knowledge. *Fisheries Management and Ecology*, v. 27, n. 2, p. 185-199, 2020.
- ULGUIM, Priscilla. *Zooarqueologia e o estudo dos grupos construtores e cerritos: um estudo de caso no litoral da Laguna dos Patos – RS, sítio PT-02 cerrito Sotéia*. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.
- ULGUIM, Priscilla F.; MILHEIRA, Rafael G. Remanescentes humanos em sítios cerritos no sul do Brasil: uma análise osteoarqueológica e bioarqueológica. *Cadernos do Lepaarq*, v. 14, p. 529-568, 2017.
- ULGUIM, Victória F. “Contato entre mãos e águas”: uma abordagem zooarqueológica sobre os artefatos ósseos do cerrito Moreira 1: Capão do Leão/RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.
- ULGUIM, Victória F. *Espinhas, esporões e especulações: análise zooarqueológica do Cerrito PSG-02 Valverde, Pelotas-RS*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.
- VOTRE, Giovana C. *Ecologia Histórica do Butiá (Butia spp (Becc) Becc)*. No sul do Brasil e Uruguai. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- WESOLOWSKI, Veronica. Cáries, desgaste, cálculos dentários e micro-resíduos da dieta entre grupos pré-históricos do litoral norte de Santa Catarina. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 1, p. 157-159, 2008.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 3 Setembro - Dezembro 2025

ARTIGO

NARRATIVAS PRÉ-COLOMBIANAS SOBRE AS SERPENTES: UM OLHAR SOB A ÓTICA DAS NOVAS MATERIALIDADES NA ARQUEOLOGIA

Alexandre Guida Navarro*

RESUMO

As serpentes são animais que aparecem com muita frequência na iconografia pré-colombiana, assim como nos relatos etnográficos e nas mitologias, de norte a sul do continente Americano. Foram estudadas, em sua maioria, como símbolos ou representações de esferas sociais e religiosas. Neste artigo busca-se rever esse tema sob o olhar das Novas Materialidades na Arqueologia, cuja agência da serpente se revela, por vezes, mais importante do que a agência humana. Busca-se, desse modo, uma visão menos antropocentrada de cosmologias em que a serpente teve um papel crucial, ora nos mitos de criação, ora na produção de cultura material. Examinam-se, de modo comparativo, três áreas culturais, a saber: Mesoamérica, Amazônia e Andes.

Palavras-chave: Serpente; Novas Materialidades; Amazônia; Mesoamérica; Andes.

* Professor Associado IV do Departamento de História e coordenador do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: altardesacrificios@yahoo.com.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8223-2144>.

PRE-COLUMBIAN NARRATIVES ABOUT SNAKES: PERSPECTIVE FROM NEW MATERIALISMS IN ARCHAEOLOGY

ABSTRACT

Snakes appear very frequently in pre-Columbian iconography, as well as in ethnographic and mythological accounts, from the north to the south of the American continent. They have mostly been studied as symbols or representations of social and religious spheres. This article seeks to review this theme from the perspective of New Materialisms in Archaeology, in which the agency of the snake sometimes emerges as more important than human agency. In this way, the article seeks a less anthropocentric view of cosmologies in which the snake played a crucial role, whether in creation myths or in the production of material culture. For this end, three cultural areas are examined comparatively: Mesoamerica, the Amazon, and the Andes.

Keywords: Snake; New Materialities; Amazon; Mesoamerica; Andes.

NARRATIVAS PRECOLOMBINAS SOBRE SERPIENTES: UNA MIRADA DESDE LA PERSPECTIVA DE LAS NUEVAS MATERIALIDADES EN ARQUEOLOGÍA

RESUMEN

Las serpientes son animales que aparecen con mucha frecuencia en la iconografía precolombina, así como en los relatos etnográficos y las mitologías de norte a sur del continente americano. Se han estudiado, en su mayor parte, como símbolos o representaciones de esferas sociales y religiosas. Este artículo busca revisar este tema desde la perspectiva de las Nuevas Materialidades en Arqueología, cuya acción de la serpiente a veces resulta ser más importante que la acción humana. De esta manera, se busca una visión menos antropocéntrica de las cosmologías en las que la serpiente jugó un papel crucial, ya sea en los mitos de la creación o en la producción de la cultura material. Se examinan de manera comparada las áreas culturales de Mesoamérica, de la Amazonía y de los Andes.

Palabras clave: Serpiente; Nuevas Materialidades; Amazonía; Mesoamérica; Andes.

Vi descer dos céus um anjo que trazia na mão a chave do Abismo e uma grande corrente. Ele prendeu o dragão, a antiga serpente, que é o Diabo, Satanás, e o acorrentou por mil anos (Bíblia [...] 2008, Ap 20, 1-2, p. 3355-3356).

INTRODUÇÃO: SERPENTES POR TODOS OS LADOS

Serpentes são animais fabulosos. Pertencem à classe *Reptilia* (répteis), ou seja, não possuem um órgão que controle sua temperatura corporal, sendo conhecidas popularmente como “animais de sangue frio” (pecilotermos). Desse modo, necessitam do meio ambiente para regular a temperatura de seu corpo e, portanto, não podem viver em ambientes muito frios (Campbell; Lamar, 2004).

São dotadas de muitas peculiaridades, como não ter pálpebras, dormindo, portanto, com os olhos abertos; são rápidas e ágeis; trocam de pele periodicamente (ecidse); muitas espécies possuem veneno, outras constroem; algumas espécies possuem dimorfismo sexual, ou seja, têm tanto órgãos sexuais masculinos quanto femininos, sendo capazes de se autorreproduzir. Todas essas características biológicas foram transformadas em diversas agências por muitas sociedades do mundo antigo: guerra, realeza, fertilidade, transformação, por mencionar somente algumas (Mattison, 2007; Navarro, 2016).

No Egito Antigo, por exemplo, a serpente Naja era uma protetora do faraó, sendo figurada em sua coroa, formando um adorno conhecido como *ureu*. A escrita egípcia registrou, sobretudo no reinado de Ramsés II (1279-1213 a.C.), que a serpente tinha o poder de destruir os inimigos dos reis (Hart, 2005). Na Mesopotâmia, a serpente também teve agências importantes. O deus-serpente Ninguiszida era o protetor celestial do palácio do deus supremo Anu. Já Tiamate era uma deusa-serpente ou um dragão associado ao mundo aquático, aos mares e ao caos primordial. Sua descrição é complexa e aparecem diversas versões, mas a mais comum é um animal de grande porte com várias cabeças de serpente. Tiamate foi derrotada por Marduk, um jovem deus babilônio, que instaurou a normalidade da vida. Marduk cortou Tiamate ao meio, de sua cauda formou-se a Via Láctea, e de suas lágrimas, as águas que deram origem aos rios Tigre e Eufrates (Bertman, 2005).

É muito provável que parte da associação negativa da serpente no Novo Testamento da Bíblia tenha raízes em crenças baseadas em narrativas mitológicas mesopotâmicas. Em Apocalipse (Bíblia [...] 2008, Ap 12, 3-9, p. 3337-3338) pode-se ver a seguinte mensagem:

Foi visto também outro sinal no céu; eis um grande dragão vermelho com sete cabeças e dez chifres e nas suas cabeças sete diademas e a sua cauda arrastava a terça parte das estrelas do céu, e lançou-as sobre a terra. Houve no céu uma guerra, pelejando Miguel e seus anjos contra o dragão. O dragão e seus anjos pelejaram e não prevaleceram; nem o seu lugar se achou mais no céu. Foi precipitado o grande dragão, a antiga serpente, que se chama Diabo e Satanás, aquele que engana todo o mundo; sim, foi precipitado na terra, e precipitados com ele os seus anjos.

Parece que este dragão é uma associação à Tiamate, a serpente que governou o mundo instaurando o caos antes de ser derrotada por Marduk (Miguel?), que instaurou a paz.

Esta serpente do Novo Testamento é o próprio demônio. Já a serpente do Velho Testamento seduz Eva a comer o fruto proibido da árvore do conhecimento do bem e do mal, levando-a a ser expulsa por Deus, junto com Adão, do jardim do Éden. Em ambos os livros sagrados a serpente tem uma conotação maligna.

Este artigo tem como objetivo fazer uma leitura dos aspectos culturais associados às serpentes na América Pré-Colombiana. Evidentemente seria uma tarefa impossível contextualizar essa temática num só artigo; assim, apresentamos somente algumas culturas ameríndias em que a serpente parece ter sido um elemento cultural mais preeminente. Nesse sentido, abordaremos as áreas culturais compreendidas pela Mesoamérica, a Amazônia e os Andes. Será uma digressão geográfico-cultural por todo o continente Americano, mas considerando que não é objetivo realizar uma discussão exaustiva, mas, sim, apontar alguns direcionamentos teóricos.

NÃO REPRESENTO, EU SOU

Como embasamento teórico, abordaremos o tema sob a perspectiva da virada ontológica e das novas materialidades na Arqueologia. Esta é uma abordagem que permite entender que os artefatos com figuração de serpentes não representam ou simbolizam aspectos sociais de um determinado grupo humano (Geertz, 1973), mas sim são a própria materialização do que se pretende significar (Alberti, 2013; Lagrou; van Velthem, 2018). Aspectos da vida material associados às novas materialidades começaram a ganhar força sobretudo a partir com anos 2000, em que cientistas sociais começaram a questionar o antropocentrismo e a considerar o ser humano como somente mais um ser vivo na natureza, ou seja, outros seres vivos, como animais, e outros ditos inanimados, como uma rocha, passaram a ser percebidos como seres portadores de agentividade e com frequentes interações com seres humanos, sendo, muitas vezes, os protagonistas de narrativas (Descola, 1996; Viveiros de Castro, 2002; Gell, 2018; Navarro, 2022a; Grecco Pacheco, 2023). As novas materialidades, portanto, evidenciam um momento mais filosófico nas Ciências Humanas em geral, e é dentro desse contexto que pretendemos dialogar com o posicionamento teórico apresentado (Descola, 1996, 2016, 2023; Latour, 1994, 2012; Viveiros de Castro, 2002, 2006; Henare; Wastell, 2007).

Como bem explanou Thomas (2015), na arqueologia pós-processual os artefatos eram considerados “símbolos materiais”, cujos “significados” da materialidade eram alcançados a partir do seu *contexto*. Eram como *textos* e, portanto, podiam ser lidos, sendo os seres humanos agentes ativos da mediação dos objetos. Segundo Webmoor (2007), os cientistas sociais negligenciaram o papel das “coisas”, consideradas somente como inanimadas e inferiores aos seres humanos. Muitas vezes, foram os artefatos de longa duração que propiciaram a vida humana, a exemplo das rochas que deram origem aos diversos instrumentos de pedra utilizados pelos seres humanos ao longo de sua evolução. Dentro desse contexto, os objetos têm vida própria e podem atuar independentemente dos seres humanos. Gell (2018) já chamava a atenção para o fato de que os objetos são agentes inseridos em redes relacionais, cujas intenções humanas podem ser abduzidas a partir da agência desses artefatos. Assim, de acordo com Hodder (2012), os seres humanos e as coisas estão “emaranhadas” em uma associação em que as relações entre essas entidades não se dão apenas por meio das trocas de matéria, mas amarram teias de interação entre elas, provocando a interdependência de ambos.

No contexto das sociedades ameríndias, Santos-Granero (2009) observa que, ao longo da história, houve um interesse marcante pelo animismo presente nas cosmologias indígenas. Esse interesse visava ampliar a noção de sociabilidade na

Amazônia, ultrapassando as fronteiras das relações estritamente humanas para também incluir plantas, animais e entidades espirituais. De maneira semelhante, o perspectivismo ganhou destaque nas discussões sobre as interações entre os seres vivos, classificando-os principalmente em três grupos: humanos, animais e espíritos. Artefatos, por sua vez, eram geralmente considerados como tendo uma subjetividade de segunda ordem. Contrariando essa visão, o autor propõe que os artefatos ocupam uma posição central, desempenhando um papel essencial tanto nas cosmologias construtivistas quanto nas anatomias compostas dos povos indígenas. Desse modo, as ontologias amazônicas não se limitam às concepções animistas e perspectivistas, mas também incorporam aspectos fundamentais do construtivismo, ou seja, seu foco está na maneira como o indivíduo constrói sua percepção do mundo, destacando que o conhecimento não é passivamente absorvido, mas sim ativamente elaborado por meio da interação com o ambiente e das experiências de vida.

Desse modo, devido ao prestígio que adquirem enquanto objetos rituais, certos artefatos são investidos de poder. Santos-Granero (2009) aponta que esses objetos, assim como os seres e as pessoas, têm um ciclo de vida e uma trajetória singular, refletindo as classificações nativas sobre a subjetividade das “coisas”. Alguns são considerados portadores de uma alma própria, o que os torna agentes capazes de realizar ações significativas. Outros, embora tenham certa substância anímica, carecem da quantidade ou qualidade necessárias para agir de forma autônoma. Em muitos casos, esses artefatos são submetidos a processos específicos com o intuito de eliminar sua subjetividade e neutralizar possíveis riscos, tornando-os inanimados. Esses procedimentos podem envolver sua retirada de uso e armazenamento até que se decomponham naturalmente, ou ainda sua destruição ou mutilação antes do descarte, uma vez que tenham cumprido sua função. Essas práticas revelam que os artefatos indígenas seguem um ciclo de vida análogo ao dos seres vivos: são “nascidos” por meio do trabalho artesanal ou por ritos específicos, assumem funções ativas nos âmbitos econômico, social e cerimonial e, ao se desgastarem ou se tornarem inaptos para o uso, são abandonados ou “mortos” por meio de rituais. Assim como acontece com os seres humanos, esses objetos têm uma existência social própria – uma trajetória que inclui sua criação, a identidade do artesão ou do ritual que os produziu, as vivências acumuladas ao longo do tempo, os vínculos formados com outros seres e a maneira como sua vida chega ao fim.

Uma vez que os corpos das serpentes podem ser fluidos e mutantes, ou seja, podem se mesclar a outros tipos de corpos, estes passam a compreender seres multicompostos, em que o réptil passa a funcionar como uma parte anatômica do novo ser. Nesse sentido, um conceito importante aqui é o de “fabricação de corpos”. Em diversas sociedades ameríndias, diferentes tipos de corpos – sejam eles humanos, animais ou objetos – são concebidos como entidades fabricadas (Seeger *et al.*, [s. d.]). A fabricação dos corpos é, portanto, uma característica específica dos seres humanos, pois tem como objetivo diferenciá-los tanto de outros grupos humanos quanto de seres não humanos.

Conforme argumenta Viveiros de Castro (2002), esse processo de fabricação do corpo está diretamente ligado à noção de corpo como um espaço de alteridade. Isso significa que um corpo inicialmente genérico se torna particularizado por meio de práticas e transformações que o distinguem de outros grupos humanos e de diferentes espécies. Dessa maneira, o corpo não é apenas uma entidade biológica, mas um construto social e simbólico que define a identidade e a posição de um indivíduo dentro de um determinado contexto cosmológico, o que Turner (1980)

chamou de “social *skin*” entre os Kayapó, mostrando que os ornamentos corporais indígenas, por atuarem como identidade social, são uma “pele social”. Seeger *et al.* ([s. d.]) consideram a corporalidade o elemento primordial para entender a organização social e as cosmologias ameríndias.

Nesse sentido, as identidades sociais ameríndias como os mitos e ritos são construídas sobre os seus corpos, que são instáveis e transformacionais, por isso são fabricados como bem argumentou Lagrou (2007, p. 24):

Os Kaxinawa nunca consideraram as formas das coisas como dadas ou naturais, pois é na própria fluidez da forma perceptível que se baseia o conceito de agência e de poder kaxinawa. Os seres não humanos, yuxin e yuxibu, são os mestres da transformação da forma e a condição humana reside na conquista de uma determinada forma fixa no meio de uma multiplicidade de formas possíveis. A cuidadosa produção da forma apropriadamente kaxinawa de pessoas enquanto ‘corpos pensantes’, ou seja, de sujeitos com princípios sociais compartilhados, depende de uma lógica específica que rege a atenção dada ao poder das imagens e da forma.

O corpo é o resultado da vida material e imaterial, é o local da vivência social, como vêm sublinhando diversos autores (Barreto, 2017; Gomes, 2016; Lagrou, 2007; Lagrou; van Velthem, 2018; Navarro, 2022b; Polo, 2019; Santos-Granero, 2009; van Velthem, 2009, 2010; Vivieros de Castro, 2002). Desse modo, o corpo apreende diversas propriedades semânticas, qualificadas por uma ontologia compreendida por Viveiros de Castro (2002, p. 347) como multinaturalismo ou perspectivismo, em que “[...] o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não humanas que o apreendem segundo pontos de vista distintos”. É importante comentar que o corpo humano não ocupa um lugar único e estável no esquema cósmico, pois sua forma é inteiramente relativa à perspectiva de outrem. Para Lagrou (2009), isso significa que a corporalidade implica na fluidez cosmológica dos seres, de acordo com a agência a que estão submetidos, podendo ser eles pessoas, animais ou espíritos.

Assim, no que tange à aplicação das teorias etnológicas à arqueologia, as figurações de corpos de serpentes podem ser interpretadas como as próprias divindades, seres mitológicos ou entidades espirituais que agenciam aquele suporte material (vasilhas cerâmicas, por exemplo). Assim, esses seres podem ser agenciados como pessoas, pois “entre os ameríndios artefatos são como corpos e corpos são como artefatos” (Lagrou, 2009, p. 39). Esse conceito apropriado da Antropologia ficou conhecido como artefato-corpo na Arqueologia (Barreto, 2017; Gomes, 2016; Polo, 2019). Desse modo, as iconografias ameríndias enfatizam divindades, pessoas e espíritos, mesclando diferentes corpos, pois essas vivências são múltiplas, plurais, transformacionais e imbuídas de sentido cultural.

SERPENTES EMPLUMADAS: ENTRE O CÉU E A TERRA

Na Mesoamérica, a serpente teve múltiplas agências. Neste artigo, exploraremos duas esferas associadas ao seu domínio: o político e o religioso entre os povos mesoamericanos, em especial os maias.

Os maias criaram verdadeiras cidades em meio à floresta tropical. Cidades com mais de 70 mil habitantes que tinham um sistema complexo de drenagem pluvial;

um rico mosaico arquitetônico em que predominavam pirâmides de mais de 60 metros de altura; intrincadas estradas que ligavam diferentes cidades entre si; palácios reais com uma refinada iconografia exaltando a vida da elite e suas festas; quadras de jogo de bola e o único sistema de escrita completamente fonético de toda a América Pré-Colombiana (Navarro, 2024; Sharer, 2003; Grube; Martin, 2002).

A organização política maia era baseada na formação de cidades-Estados independentes entre si e que estavam em constantes conflitos, seja por domínio de fontes de recursos naturais, como as jazidas de jade, ou pelo comando de territórios localizados em áreas estratégicas. Geralmente o poder era hereditário e havia preferência por governantes do sexo masculino, ainda que rainhas tivessem sido entronizadas, sendo a Rainha Vermelha de Palenque a mais famosa delas (Grube; Martin, 2002; Martin, 2022, 2024).

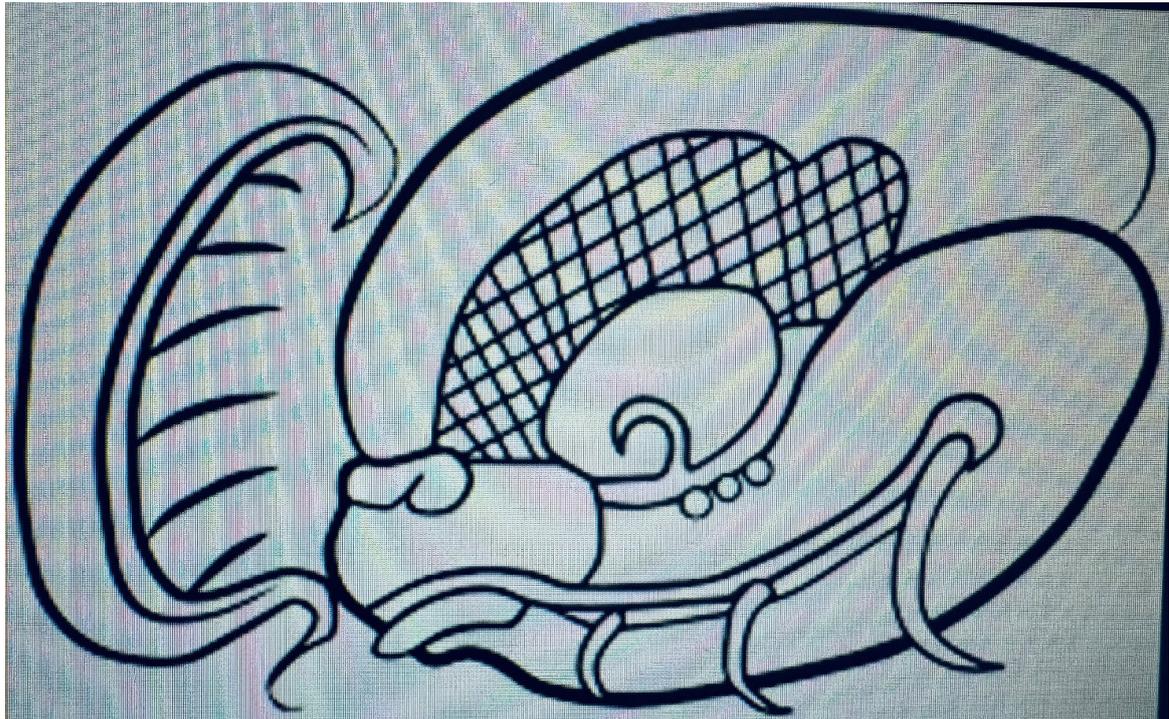
Os maias nunca alcançaram um império, como os astecas, mas seus governantes possuíam um poder centralizado ao ponto de formarem confederações em momentos de crise ou instabilidade política. Esta forma de controle estatal era vital, pois reinos com maior população e controle político sobre uma determinada região podiam recrutar cidades periféricas ou satélites menores como aliadas nos combates. Pinturas murais em cidades como Bonampak, no México, mostram o quão violentas foram as incursões militares maias (Navarro, 2024).

Um dos mais importantes suprarreinos da área maia, ou seja, potências político-militares com amplo espectro de poder para conseguir cidades-satélites como aliadas, foi a cidade de Calakmul, situada no atual sul do México (Grube; Martin, 2002). Seu glifo-emblema, ou seja, aquele que identifica uma entidade política ou cidade, é o Kaan, ou Serpente. Calakmul era, portanto, o Reino da Serpente. A cidade foi fundada aproximadamente no ano 410 d.C. e durou até 900 d.C. Governaram-na cerca de 19 reis ou *ahaws*. Calakmul exerceu um papel político importantes nas terras maias centrais durante o Período Clássico (300 a 900 d.C.), sobretudo na disputa pelo poder da região com sua rival, Tikal (Martin, 2024).

O conflito entre ambas as cidades durou mais de cem anos e foi responsável pela dinâmica social das terras baixas centrais durante esse período. Muitas cidades menores aliaram-se a ambas e provocaram conflitos de grande envergadura, conhecidos pelos arqueólogos como Guerra nas Estrelas (Schele; Freidel, 1989). A vitória final caiu sobre Tikal, e se pensa que parte do chamado “colapso maia” se deva, para além das questões ambientais já clássicas na literatura, ao desgaste político na região devido ao arrastado conflito entre as duas superpotências maias.

Certo é que a agência da serpente exerceu um papel preponderante na mensagem ideológica do conflito entre Tikal e Calakmul. Calakmul está situada numa reserva biológica de proteção federal e conta com muitas espécies de animais. Com relação aos répteis, destacam-se as serpentes venenosas do gênero *Bothrops* (jararacas), conhecidas como Nanyuaca (*Bothrops asper*), e as do gênero *Agkistrodon* (*Agkistrodon biliniatus*) (Figura 1a), conhecidas como Cantil ou Mocassim (Flores-Villela, 1993). As imagens referentes ao reino de Kaan são muito semelhantes a estas serpentes, e provavelmente sua natureza agressiva e ameaçadora estiveram associadas à mensagem que se queria transmitir por Calakmul: poder, belicosidade e subjugação (Figura 1b). Como lembrou Hodder (2012), as relações humanas com as dos animais estão emaranhadas, a tal ponto que Calakmul é a própria serpente venenosa na busca de dominar seus rivais, enquanto que as *Bothrops* e *Agkistrodon* fazem o mesmo, predando suas presas. A mensagem, portanto, é poderosa.

Figura 1a. Glifo emblema da cidade de Calakmul.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 1b. Bothropsasperou Nauyaca.



Fonte: Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bothrops_asper. Acesso em: 27 ago. 2025.

Já no que tange à esfera religiosa maia, a principal manifestação da serpente foi sob um corpo emplumado, *i.e.*, a serpente emplumada (Navarro, 2016). Esta manifestação

incorporava a agência de dois espaços geográficos importantes na cosmologia mesoamericana: o céu e a terra. As plumas são uma metáfora do mundo celestial, a morada divina, local onde os deuses realizam diversas tarefas, como a criação de seres humanos e animais; já a serpente era a própria terra, o mundo sacralizado da vida *per se*, onde se planta e colhe. Essa geografia sagrada foi vital para os povos mesoamericanos e amplamente figurada em diversos suportes: iconografia de vasilhas, pintura mural dos palácios, estelas e livros feitos em papel e pele de veado, os famosos códices.

A serpente emplumada ganhou mais popularidade entre as elites mesoamericanas durante o período Epiclássico, ou Clássico Terminal (800 a 1000 d.C.), tornando-se o que Ringle, Negrón e Bey (1998) chamam de um culto “internacional”, ou seja, participando de esferas de interação de amplo alcance territorial. Foi durante este período que a divindade foi associada ao poder dos reis, sendo comum que os governantes fossem figurados vestindo roupas de serpentes emplumadas enquanto eram entronizados.

O mais importante exemplo dessa epifania vem do sítio arqueológico de Chichén Itzá, em que diversos edifícios, como o El Castillo, ou Pirâmide de Kukulcán, foram edificadas para homenagear o rei entronizado figurado como serpente emplumada. Em umas das colunas do Templo Superior do Jaguar, é possível observar este personagem, conhecido na literatura como Capitão Serpente, sendo entronizado diante de seu sucessor, o Capitão Disco Solar. Embora a imagem esteja bastante apagada, pode-se notar uma serpente emplumada envolvendo o Capitão Serpente (Figura 2). Nesse sentido, a serpente emplumada não representa o rei, mas, sim, o próprio governante: o rei que sobe ao poder agora é divino. A serpente emplumada é o rei e o rei é a serpente emplumada.

Figura 2. O Capitão Serpente do lado direito da imagem. Note-se serpente emplumada por trás dele.



Fonte: Coggins e Shane III (1984).

A associação da serpente emplumada com a guerra e o sacrifício foi outro aspecto que se destacou no Clássico Terminal mesoamericano. A serpente emplumada e os guerreiros emplumados portando lanças, escudos e propulsores de dardos aparecem com frequência na pintura mural de cidades das terras altas do México, a exemplo de Cacaxtla e Xochicalco, e nas terras baixas maias, como em Chichén Itzá. A guerra era, portanto, o meio pelo qual se captura cativos para a realização de cerimônias em que se praticava o sacrifício.

Um dos principais elementos da religião maia antiga era o sacrifício, realizado com animais e seres humanos, sendo mais recorrente nos enterros reais. A principal maneira de sacrificar o animal era por meio da decapitação. Por exemplo, em uma tumba de Toniná, sul do México, foram encontrados restos de três crianças do sexo masculino, os esqueletos de um jaguar e de um falcão, e dois crânios de codornas acompanhando o governante inumado (Baudez, 2004; Grube, Martin, 2002).

Já o sacrifício humano era mais recorrente. No entanto, existe a discussão para saber exatamente em quais ocasiões eram realizados, com que frequência e em que quantidade. A ideia do sacrifício provém, basicamente, da crença de que o sangue era primordial para o funcionamento do universo, já que um dos elementos para a criação é justamente esse líquido vital (Baudez, 2004; López Austin, 2015). Era dever do ser humano, por conseguinte, manter esta ordem cósmica. Não obstante, as crianças do sexo masculino foram objetos de morte ritual. Essas crianças podiam ser sacrificadas por decapitação ou pela extração do coração. Muitas escavações arqueológicas evidenciaram os esqueletos decapitados e seus respectivos crânios. Por exemplo, na pintura mural de Chichén Itzá, encontra-se a representação de um sacrificador que submete a sua vítima, agarrando-a pelos cabelos e a degolando com um machado de obsidiana (Sharer, 2003) (Figura 3).

Figura 3. Cena de sacrifício humano em Chichén Itzá com o emblema da serpente emplumada.



Fonte Lombardo de Ruiz (1998).

A cena é marcada por uma grande serpente emplumada que se levanta por trás do sacrificador e cuja parte do corpo forma a banqueta em que está o sacrificado. A agência da entidade se impõe na iconografia, seu corpo serpentiforme corre a cena ao mesmo tempo que o sangue da vítima correrá para fora de seu corpo após a retirada do coração. A serpente emplumada parece ser, nesse contexto, a patrona dos rituais de sacrifício durante o Clássico Terminal na Mesoamérica. Em uma das cenas de sacrifício figurada na grande quadra de jogo de bola de Chichén Itzá, a maior da Mesoamérica, as próprias serpentes jorram do pescoço da vítima sacrificada, talvez do time perdedor do combate. Nesse caso, a serpente é o próprio sangue, ela mesma figura como o líquido vital. Nesse sentido, a serpente emplumada é a própria vida que pulsa em nossos corpos através do sangue (Navarro, 2021).

O PARAÍSO VERDE

Na Amazônia, a serpente que se destaca é a anaconda ou sucuri, sendo quatro as espécies, três delas encontradas no Brasil, sendo a mais comum a *Eunectes murinus* ou sucuri-verde. Cosmologias indígenas estão recheadas com o tema da anaconda, e não é difícil entender o porquê: trata-se de uma espécie que pode ultrapassar 8 metros de comprimento e pesar mais de 200 quilos. Sua associação com o mundo aquático, a rapidez e a força muscular, a boa camuflagem e os desenhos chamativos em sua pele a tornam um dos maiores predadores da floresta tropical amazônica (Colthorpe, 2009; Roe, 1982; Roosevelt, 2014) (Figura 4).

Figura 4. Aquarela de Feliciano Lana retratando a cobra-canoa.



Fonte: Disponível em: <https://museudaamazonia.org.br/pinturas-de-feliciano-lana/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

Esta serpente é difícil de ser vista, pois se camufla muito bem no meio aquático, podendo ficar horas sem respirar. Na terra, é mais lenta, e quando vista por humanos,

pode ser abatida, infelizmente. Seus domínios são as águas, tanto que quando ataca sua presa, a mata parcialmente por constrição e termina o processo pelo afogamento da vítima, uma vez que a leva para um rio ou pântano próximo. Assim como as demais serpentes, também muda de pele (ecdise), e uma característica peculiar é que esta serpente pode praticar o canibalismo sexual, sendo os machos a fonte de proteína para as fêmeas após o acasalamento (De La Quintana; Pacheco; Rivas, 2011).

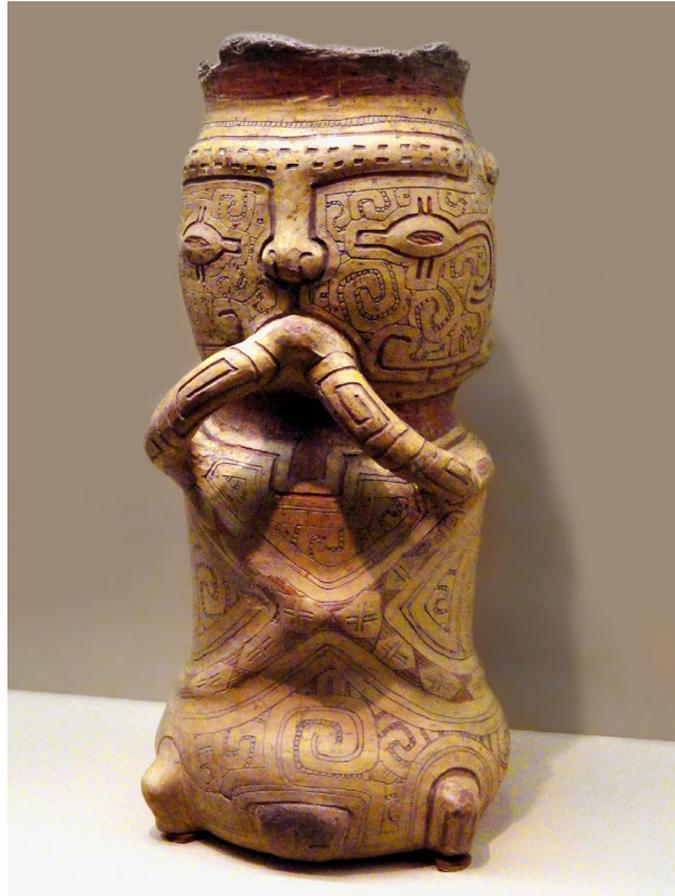
Alguns mitos amazônicos envolvendo a anaconda estão bem documentados, sendo a Cobra-Canoa ou Cobra-Grande o mais conhecido deles. Segundo Reichel-Dolmatoff (1971), para os povos Tukano Oriental, como os Desana, habitantes do Alto Rio Negro, os criadores do universo foram os irmãos gêmeos Sol e Lua. O Sol criou a Terra, assim como os animais e as plantas. Nesse tempo, os seres humanos ainda não existiam. Ao decidir povoar a Terra com humanos, o Sol fez um ser chamado Pamurí-mahsë, que tinha o poder de criar gente. Para chegar à Terra, este ser utilizou uma grande canoa pintada de amarelo e negro em forma de anaconda, chamada pamurí-gahspiru. Dentro dessa canoa estavam os Desana e todos os grupos indígenas. Foi uma longa jornada pelo rio Amazonas, e em cada nascente do grande rio, a partir de sua foz, Pamurí-mahsë desembarcava um grupo indígena até chegar ao Alto Rio Negro, onde ficaram os Desana (Figura 4). Após a conclusão do processo de habitação, própria canoa se transformou no rio Amazonas, não é à toa que o rio é serpentiforme. A versão narrada pelos irmãos Lana é muito semelhante (Lana; Lana, 1995). Assim, a sucure é um animal central nos mitos de criação dos povos de língua Tukano oriental.

De acordo com C. Hugh-Jones (1979) e S. Hugh-Jones (1979), outras versões orais do mito de criação dos povos Tukano Oriental descrevem que a Cobra-Canoa se originou em uma ilha da foz do rio Amazonas, onde uma grande Mulher-Xamã governava. Nessa versão da criação, essa poderosa xamã seria uma deusa do céu noturno figurando a Via Láctea, que, também tem uma forma de serpente. A Mulher-Xamã teria criado a Amazônia com o leite espremido de seus seios, uma alusão ao formato da planta alucinógena *Banisteriopsis caapi* (Ayhuasca), cuja seiva também tem aspecto leitoso. A anaconda, portanto, era um poderoso espírito ancestral.

De acordo com Roosevelt (2014), esta ilha seria Marajó e a iconografia da arte Marajoara (400 a 1300 d.C.) seria uma alusão a essa Mulher-Xamã criadora. Diversos vasos cerâmicos e urnas policromas marajoaras apresentam grafismos abstratos que realmente lembram os desenhos geométricos da pele da sucure. Às vezes, nestes vasos aparece a iconografia de uma serpente bicéfala (Schaan, 1997) (Figura 5).

Segundo Roosevelt (1991) e Schaan (1997, 2007a, 2007b), algumas das urnas funerárias figuram o sexo feminino, como as Pacoval Inciso e as Anajás Inciso. Algumas delas evidenciam mulheres com clara figuração do sexo, tendo algumas destas urnas pintura corporal policroma com motivos de serpentes; umas possuem até mesmo tiaras serpentiformes (Oliveira, 2020). Embora não muito comum, motivos serpentiformes também aparecem nas urnas Joanes Pintado, em alguns casos, os membros superiores apresentam o que Nobre (2019) denominou de “peixes-serpentilíneos”. Além destas, nas escavações foram encontradas tangas, igualmente com signos serpentiformes, “os motivos da pele da cobra grande” identificados por Schaan (2011, 2007a, p. 111, 2007b), supostamente usadas por mulheres em rituais e depositadas em seus enterramentos em urnas funerárias. Recentemente, Nobre (2020) discutiu, à luz da teoria *queer*, a presença de tangas em urnas funerárias com esqueletos masculinos; e em outro estudo (Nobre, 2019), considerou que essas imagens serpentiformes são abreviações do que ele denomina de “sauro”.

Figura 5. Vaso policromo marajoara figurando uma mulher com motivos da sucureli pelo corpo.



Fonte: Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marajoaras>. Acesso em: 10 ago. 2025.

Assim como a Cobra-Canoa subiu o rio Amazonas, povoando-o com seres humanos, Carvajal descreve, em diversos momentos durante a navegação de Orellana no século XVI, grandes aldeias indígenas com produção dessa cerâmica policroma (e.g. Aldeia da Louça) conhecida entre os arqueólogos como pertencente à Tradição Policroma da Amazônia (Barreto, 2016; Belletti, 2016; Meggers; Evans 1957, 1961; Roosevelt, 1991; Tamanaha; Neves, 2014).¹

Assim, as fontes etnohistóricas relatam, ainda, mulheres guerreiras e com poder ao longo do rio Amazonas. Segundo Roosevelt (2014), estas narrativas dizem respeito à

¹ Aqui queremos ressaltar que não estamos de acordo com a exclusão da fase Marajoara da Tradição Policroma da Amazônia (TPA), pois: 1. Não há consenso entre os arqueólogos; 2. As únicas escavações sistemáticas realizadas em Marajó por Roosevelt (1991) e Schaan (2007b) mostram que a TPA nasce em Marajó e sobe o rio Amazonas, e isto parece claro tanto etnográfica, etnológica e arqueologicamente falando; 3. Embora com variações regionais, a cultura material da TPA, principalmente as urnas funerárias, são facilmente reconhecidas por suas semelhanças desde Marajó até o Napo, no Equador. Portanto, a proposta de se excluir a fase Marajoara da TPA parece-nos mais ideológica que real, uma vez que, até o momento, não encontra sustentação teórica robusta. Além disso, segundo Roosevelt (2014), os povos indígenas do noroeste da Amazônia afirmam ter vindo de uma grande ilha plana na foz do Amazonas, governada por uma mulher, em uma canoa em forma de sucureli. Assim, até mesmo os povos que ainda produzem cerâmica policroma na atualidade afirmam se originar da foz do rio Amazonas.

Mulher-Xamã ancestral, criadora dos seres humanos, a própria sucuri. De fato, na arte figurativa marajoara predomina a figuração feminina mais do que a masculina, de acordo com Roosevelt (1991) e Schaan (1997, 2007). Essas mulheres poderiam até mesmo ter sido as chefas ou cacicas serpentes, tendo gozado, portanto de poder e prestígio.

Ainda de acordo com Roosevelt (2014), a sociedade marajoara foi matrilinear, assim como hoje ainda são os Shipibo-Conibo, um grupo de língua Pano localizado no Rio Ucayali, entre o Peru e o Brasil, cujas mulheres têm um papel preponderante na sociedade. Seus vasos cerâmicos e tecidos ainda fabricados por elas figuram os padrões geométricos chamados de *ronin kene*, ou seja, os desenhos da sucuri (Belaunde, 2013; Gebhart-Sayer, 1984). Da mesma forma, para os Kaxinawá, o conhecimento do desenho (Kene) foi transmitido às mulheres pelo espírito da jiboia, enquanto as visões foram reveladas aos homens pela anaconda. Vale destacar que a jiboia e a anaconda são vistas como formas diferentes de uma mesma entidade (Lagrou, 2007, 2013) (Figura 6).

Figura 6. Vaso policromo Shipibo- Conibo fabricado por mulheres ainda aludem aos motivos geométricos dos corpos das anacondas.



Fonte: Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Shipibo-conibo>. Acesso em: 19 ago. 2025.

Desse modo a serpente sucuri é a própria cacica governante, e esta uma extensão deste ser criador. Não há, portanto, como separar o humano do animal, nesse caso, pois é justamente essa fusão que agencia o poder que tem essa mensagem que é ao mesmo tempo material e imaterial. Emaranhadas estão.

Assim, a Tradição Policroma da Amazônia que se originou em Marajó no ano 400 d.C. se expandiu rio Amazonas acima, e está presente em diversos pontos do rio,

como na Amazônia Central e no Alto Amazonas (Roosevelt, 1991, 1994), possivelmente chegando à baixada maranhense, com os povos construtores de palafitas e onde também se observa vasos policromos figurando a sucuri (Navarro, 2020).

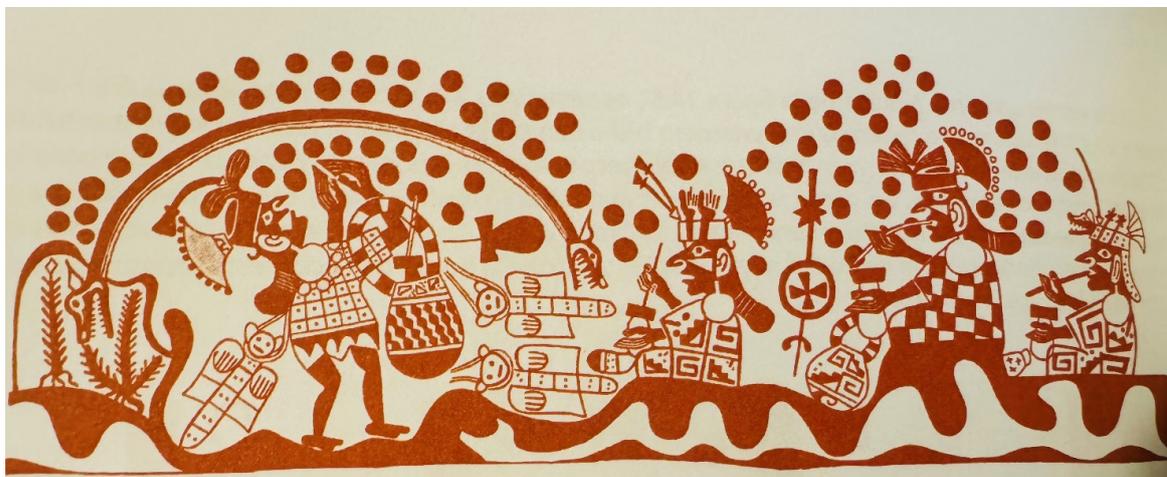
Desse modo, no que tange à etnologia amazônica em relação às novas materialidades, diversos autores pontuam que os animais podem ter agência tanto quanto os seres humanos (Lagrou, 2007; Miller, 2007; Taylor; Viveiros de Castro, 2019; Taylor; van Velthem, 2003, 2009; van Velthem, 2009; Viveiros de Castro, 2002). Os mitos da Cobra-Canoa e da Mulher-Xamã amazônica revelam, desse modo, a profícua relação entre humanos e serpentes e, diferentemente da Mesoamérica, o papel fundamental que as mulheres exerceram nos mitos de criação na Amazônia: uma cosmologia feminina, que ainda persistiu no período colonial em muitos grupos étnicos amazônicos e que suplantada pelos horrores do genocídio patrilinear colonizador (Roosevelt, 1994; Whitehead, 1994).

MONTANHAS DE NEVE

Na América do Sul, o mosaico de sociedades surgidas antes do Império Inca é, como ocorre na Mesoamérica, grande e complexo. Uma das primeiras culturas a surgir nos Andes foi Chavín de Huantar, localizada às margens do rio Mosna, no norte do Peru, e situada em uma área da cordilheira com mais de 3 mil metros de altitude. Com uma antiguidade de 1500 a.C., o estilo de arte Chavín inclui a figuração de animais, sobretudo felinos, nas esculturas e nos relevos dos edifícios públicos da cidade. Sua arquitetura religiosa arrojada consistia na construção de uma série de plataformas em forma de U, utilizadas para a realização de rituais. Dentro de uma dessas plataformas, pesquisadores localizaram uma escultura de granito de 4,5 metros de altura, conhecida como “El Lanzón”, representando um ser antropomorfo com presas de felino e cabeça e olhos serpentiformes. Trata-se de um monólito chamado *huanca* ou *wanka*, que significa religioso preeminente, seria como o “umbigo do mundo”, lugar da criação (Donnan, 1992; Weismantel, 2013).

Talvez a mais recorrente figuração de serpente nos Andes é a chamada serpente bicéfala (Golte, 2015). Este ser sobrenatural geralmente está associado a personagens que lembram sacerdotes em contextos rituais em que estes animais fazem parte da indumentária. Sua imagética é bastante dissipada entre a civilização Moche ou Mochica (300 a.C. a 800 d.C), compreendendo uma vasta região costeira no Norte do Peru (Figura 7).

Figura 7. Serpente bicéfala moche fabricada em corpo de sacerdote.



Fonte Golte (2015).

A capital mochica abrigava um imponente conjunto arquitetônico construído em um vale, em que se destaca a Pirâmide do Sol, segundo os estudiosos, o maior edifício de adobe já construído em toda a América Pré-Colombiana, com cerca de 40 metros de altura e 355 metros de comprimento. A erosão pela qual passa a região leva a crer que a altura do edifício tinha maiores proporções na época em que foi feito. A cultura Moche erigiu diversas cidades que tinham um avançado sistema hidráulico para a captação de águas que serviam para irrigar plantações, em especial de amendoim, batata, milho e algodão (Larco Hoyle, 2001).

Os mochicas confeccionavam objetos de cerâmica decorados com desenhos elaborados e pintados principalmente de vermelho. O destaque são os “vasos de estribo” (vasilhames com uma protuberância ou bico), cuja abertura possivelmente era utilizada para a inserção de algum líquido no vaso. Os vasos de estribo encontrados são, em sua maioria, bastante decorados e coloridos com tons fortes (não são muitos tons: são o creme e o vermelho, às vezes, um vermelho mais próximo do marrom). Alguns têm a forma de um rosto humano ou de um animal, sendo a felina a mais comum. O conjunto das cerâmicas mochicas compõe uma narrativa preocupada em relatar cenas míticas ou cerimoniais. Os temas mais frequentes são: cenas de caça; sacrifício humano e decapitação; guerra e atividades bélicas, com destaque para a captura de prisioneiros; confecção de tecidos em telares portáteis controlados por mulheres; relações sexuais; imagens do falo e cenas de mulheres dando à luz ajudadas por parteiras.

São nestes vasos que aparecem as imagens de serpentes bicéfalas. Na conhecida vasilha de Monique, por exemplo, um sacerdote vestido com serpentes bicéfalas, que também aparecem em seu toucado, parece entregar uma vasilha contendo sangue de um cativo de guerra que está à sua esquerda a um governante que está ricamente ataviado e sentado em um trono no centro da composição iconográfica (Golte, 2015). Às vezes, essa serpente forma um arco celestial interpretado como a Via Láctea, rodeado de estrelas, figurando um céu noturno em que os sacerdotes consomem alucinógenos e bebidas de coca (gênero *Erythroxylum*) (Golte, 2015). Em outras imagens, essas serpentes aparecem nas asas dos vasos estribos, acompanhadas de sacerdotes que parecem realizar rituais em que dançam. Em outras imagens, a serpente bicéfala aparece nos cinturões dos sacerdotes, figurando o mundo dos mortos ou inframundo, segundo Golte (2015).

Nesse sentido, a cultura material andina indica que a serpente está associada ao mundo religioso, sobretudo em seu aspecto de criação. A serpente bicéfala ao mesmo tempo que parece encarnar o sacrifício é também um ser sobrenatural que sustenta o universo como uma abóbada (Golte, 2015). As estrelas que aparecerem associadas a ela são de um céu noturno durante o momento em que os sacerdotes parecem realizar seus rituais salpicados de cenas que provocam o movimento do corpo, como as danças, provavelmente estimulados pelo uso de substâncias psicoativas.

TUDO ESTÁ EMARANHADO

As Ciências Humanas vivem um momento interessante no que tange à construção do conhecimento histórico. Ao mesmo tempo em que o Antropoceno apresenta características eloquentes da alteração da paisagem propiciadas pela ação humana, os fenômenos naturais provocados por mudanças climáticas, como furacões e secas, apesar de serem provocados por humanos, têm uma agência própria. Até que ponto esses fenômenos “naturais” seriam entidades que estão se vingando de seres humanos após tantas interferências antrópicas no meio ambiente?

Os estudos das Novas Materialidades têm mostrado que artefatos apresentam agência independentemente da ação humana, e que esta pode interagir com os humanos. Os objetos

não são mais interpretados à luz de uma antropologia simbólica de Geertz (1973), que buscava o “significado” do que se pretendia denotar. Assim, a imagem simplesmente é ou presentifica. Esse presentificar está ligado ao status de pessoa atribuído aos objetos – por serem considerados pessoas, eles têm agência própria: não representam, mas atuam.

A tendência sociológica parece realmente diminuir a importância humana na Terra. Nas narrativas contemporâneas, os artefatos têm assumido um papel cada vez mais central na constituição dos sujeitos, deixando de serem vistos como meros suportes materiais ou representações simbólicas. Essa virada ontológica encontra respaldo em autores como Bruno Latour (1994, 2012), que propõe a Teoria Ator-Rede, em que humanos e não humanos atuam como agentes igualmente relevantes na produção de mundo; Alfred Gell (1992), ao discutir a “agência da arte”; Philippe Descola (1996, 2023) e Viveiros de Castro (2002), que questionam a separação moderna entre natureza e cultura ao tratar das ontologias não ocidentais.

Tais perspectivas reconhecem os objetos como entidades com agência, capazes de afetar, transformar e constituir relações sociais. Como bem salientou Santos-Granero (2009), os artefatos têm vida social. Ao reconhecerem os objetos como sujeitos, as narrativas indígenas não apenas ampliam as fronteiras do que é considerado vivo e agente, mas também subvertem as hierarquias que tradicionalmente separam cultura e natureza, humanidade e artefatos, imersos em um processo contínuo de criação e transformação.

Estas vidas sociais estão muitas vezes emaranhadas, como demonstrou Hodder (2012). As figurações de serpentes na América Pré-Colombiana parecem revelar esse fenômeno. Mais que fruto de abordagens histórico-culturais, como difusão e migração, as serpentes parecem ter tido um fascínio, um poder de encantar o ser humano, como discorreu Gell (1992). E não é para menos. O animal apresenta muitos atributos notáveis que facilmente foram captados pela mente humana e transformados em agências: rapidez, vigilância ao não possuir pálpebra e permanecer com os olhos abertos, veneno, transformação do corpo ao mudar a pele e cores chamativas da pele, para citar alguns.

A vida social das serpentes e suas construções culturais estão emaranhadas em toda a América Pré-Colombiana. Tanto na Mesoamérica como nos Andes, a serpente ganhou uma conotação com o sacrifício e, portanto, com o liminar da vida e da morte. A serpente mesma pode ter o correlato sanguíneo, enquanto o réptil rasteja de forma longilínea, o sangue se rasteja em nossas veias. Teríamos, então, serpentes em lugar de sangue?

Isso nos faz refletir que o lugar da agência nas relações sociais é, também, nos corpos, pois estes são socialmente fabricados (Seeger *et al.*, [s. d.]). As ações sociais estão em nosso corpo, como bem salientaram os sociólogos do corpo (Shilling, 2005; Turner, 2008). Talvez seja por isso que, assim como os sacerdotes mochicas levam cinturões de serpentes bicéfalas, e corpos humanos se fundem com serpentes em urnas policromas da Amazônia, diferentes seres compõem a construção do corpo, convivendo e coexistindo num mesmo corpo, que é múltiplo, composto ou composto (Nobre, 2019; Santos-Granero, 2009). Desse modo, o importante é entender o que esse corpo multicomposto instancia ou presentifica, e não o que ele representa.

Por outro lado, a ciência moderna ocidental postulou sobre os diferentes astros que compõem o Universo. No entanto, para muitos grupos indígenas pré-colombianos, estes têm forma animal de acordo com associações dos desenhos celestiais, e não somente gases e poeiras cósmicas. É dentro desse contexto que a Via Láctea foi considerada uma anaconda ou sucuri na Amazônia pré-colombiana (Roosevelt, 2014). Sua extensão no céu realmente figura uma grande cobra. A mesma situação se aplica aos mochicas, que viram na Via Láctea uma serpente de duas cabeças (Golte, 2015). Essas conotações, que à primeira vista podem lembrar somente uma explicação mítica

do mundo, também é científica, pois estruturou o pensamento indígena para explicar a origem desse mundo.

Apesar da complexidade e extensão das três áreas culturais estudadas, a serpente, muitas vezes, está associada aos mitos de criação. Seres humanos, sobrenaturais e animais formam um emaranhado de contextos culturais em que a serpente tem um destaque primordial. Esta mensagem é muito poderosa, sobretudo no mundo contemporâneo, em que religiões monoteístas como Judaísmo, Cristianismo e Islamismo impregnaram a agência da serpente como uma figura demoníaca. São também essas religiões que historicamente perseguiram pessoas e mataram-nas em nome de Deus, quando não destruíram histórias culturais nos cruéis processos de evangelização, que até hoje acometem os grupos indígenas, sobretudo na Amazônia. É dentro desse contexto que Descola (2016) propõe investigar as variações entre ontologias distintas a partir das formas como estabelecem suas relações com outros seres do mundo, considerando os diferentes modos de figuração que lhes são associados.

Este artigo abordou somente um tema diante das numerosas possibilidades que o estudo das Novas Materialidades permite realizar. Quem sabe exercitar essa diminuição do poder humano em detrimento de outras formas de agência seja um pequeno passo em direção a um mundo mais diverso, plural e respeitoso.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de produtividade em pesquisa (Processo 302990/2024-0) e edital Universal (Processo 404601/2023-5), e à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), pelo fomento do edital Universal (Processo 06209/22). Agradeço, igualmente, à Anna Roosevelt, que enriqueceu o texto sobre a Tradição Policroma da Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Benjamin. Archaeology and Ontologies of Scale: The Case of Miniaturization in First Millennium Northwest Argentina. In: ALBERTI, Benjamin; JONES, Andrew M.; POLLARD, Joshua (eds.). *Archaeology After Interpretation: Returning Materials to Archaeological Theory*. Walnut Creek (US): Left Coast Press, 2013. p. 43-58.
- BARRETO, Cristiana. Figurine Traditions from the Amazon. In: INSOLL, Timothy (ed.). *The Oxford Handbook of Prehistoric Figurines*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2017.
- BARRETO, Cristiana. O que a cerâmica marajoara nos ensina sobre fluxo estilístico na Amazônia? In: BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena P.; BETANCOURT, Carla J. (orgs.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: Iphan, 2016. p. 115-124.
- BAUDEZ, Claude-François. *Una historia de la religion de los antiguo mayas*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.
- BERTMAN, Stephen. *Handbook to Life in Ancient Mesopotamia*. Londres (UK): Oxford University Press, 2005.
- BELAUNDE, Luisa. E. Movimento e profundidade no *Kene Shipibo-Konibo*. In: SEVERI, Carlo; LAGROU, Els (orgs.). *Quimeras em diálogo: grafismo e figuração nas artes indígenas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 199-221.
- BELLETTI, Jaqueline S. A Tradição Policroma da Amazônia. In: BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena; BETANCOURT, Carla J. (orgs.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: Iphan, 2016. p. 34-365.

- BÍBLIA*. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008.
- CAMPBELL, Jonathan A.; LAMAR, William W. *The Venomous Reptiles of the Western Hemisphere*. Londres (UK): Comstock Publishing/Cornell University Press, 2004.
- COGGINS, Clemency C.; SHANE III, Orrin C. *El Cenote de los sacrificios*. Tesoros mayas extraídos del Cenote Sagrado de Chichén Itzá. México: FCE, 1984. p. 161.
- COLTHORPE, Kelly. *Eunectes notaeus* Yellow Anaconda. *Animal Diversity Web*, University of Michigan Museum of Zoology, 2009. Disponível em: https://animaldiversity.org/accounts/Eunectes_notaeus/. Acesso em: 15 out. 2024.
- DE LA QUINTANA, Paola.; PACHECO, Luis F.; RIVAS, Jesus. *Eunectes beniensis* (Beni Anaconda). Diet: Cannibalism. *Herpetological Review*, v. 42, n. 4, 614, 2011.
- DESCOLA, Philippe. *Nature and Society: Anthropological Perspectives*. Londres (UK): Routledge, 1996.
- DESCOLA, Philippe. O avesso do visível: ontologia e iconologia. *Revista Arte & Ensaios*, n. 31, 2016.
- DESCOLA, Philippe. *As formas do visível: uma antropologia da figuração*. São Paulo: Editora 34, 2023.
- DONNAN, Christopher B. *Ceramics of Ancient Peru*. Los Angeles (US): University of California Press, 1992.
- FLORES-VILLELA, Oscar. *Herpetofauna mexicana*. Washington (US): Carnegie Museum of Natural History, 1993.
- GEBHART-SAYER, Angelica. *The Cosmos Encoiled: Indian Art of the Peruvian Amazon*. New York (US): Center for Inter-American Relations and Americas Society, 1984.
- GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures*. New York (US): Basic Books, 1973.
- GELL, Alfred. *Arte e agência*. São Paulo: UBU, 2018.
- GELL, Alfred. The technology of enchantment and the enchantment of technology. In: COOTE, Jeremy; SHELTON, Anthony. (eds.). *Anthropology, Art and Aesthetics*. Oxford (UK): Clarendon Press Publication, 1992. p. 40-63.
- GOLTE, Jürgen. *Moche, cosmología y sociedad*. Uma interpretación iconográfica. Lima (PE): Instituto de Estudios Peruanos (IEP), 2015.
- GOMES, Denise M. C. O lugar dos grafismos e das representações na arte pré-colonial amazônica. *Mana*, v. 22, n. 3, p. 671-703, 2016.
- GRECCO PACHECO, Daniel. A arqueologia como prática Cosmopolítica: ideias preliminares a partir do enfoque ontológico recursivo. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 17, p. 43-66, 2023.
- GRUBE, Nikolai; MARTIN, Simon. *Crónica de los reyes e reynas mayas*. La primera historia de las dinastias mayas. Cidade do México: Planeta, 2002.
- HART, George Wadjet. *The Routledge Dictionary of Egyptian Gods and Goddesses*. Londres (UK): Routledge, 2005.
- HENARE, Amira, Holbraad, Martin; WASTELL, Sari. Introduction. In: HENARE, Amira; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari. (eds.). *Thinking Through Things: Theorizing Artefacts Ethnographically*. Londres (UK): Routledge, 2007. p. 1-37.

- HODDER, Ian. *Entangled: An Archaeology of the Relationships Between Humans and Things*. Londres (UK): Wiley-Blackwell, 2012.
- HUGH-JONES, Christine. *From the Milk River: Spatial and Temporal Processes in Northwest Amazonia*. New York (US): Cambridge University Press, 1979.
- HUGH-JONES, Stephen. *The Palm and the Pleiades: Initiation and cosmology in Northwest Amazonia*. Cambridge, (UK): Cambridge University Press, 1979.
- LAGROU, Els. The Crystallized Memory of Artifacts: A Reflection on Agency and Alterity in Cashinahua Image-Making. In: SANTOS GRANERO, Fernando (ed.). *The Occult Life of Things. Native Amazonian Theories of Materiality and Personhood*. Tucson (US): The University of Arizona Press, 2009. p. 192-213.
- LAGROU, Els. *A Fluidéz da Forma. Arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- LAGROU, Els; VAN VELTHEM, Lucia H. As artes indígenas: olhares cruzados. *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, n. 87: 133-156, 2018.
- LANA, Firmino Arante; LANA, Luiz Gomes. *Antes o mundo não existia. Mitologia dos antigos Desana-Kehíripōrã*. São João Batista do Rio Tiquié: UNIRT; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 1995.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba; Bauru: EDUSC, 2012.
- LARCO HOYLE, Rafael. *Los mochicas*. Lima (PE): Fundación Telefónica, 2001.
- LOMBARDO DE RUIZ, Sonia. La navegación entre los mayas. *Revista Arqueología Mexicana*, v. VI, n. 33, p. 40-47, 1998.
- LÓPEZ AUSTIN, Alfredo. *La razones del mito. La cosmovisión mesoamericana*. Cidade do México: Ediciones ERA, 2015.
- MATTISON, Chris. *The New Encyclopedia of Snakes*. Princeton (US): Universidade de Princeton, 2007.
- MARTIN, Simon. *Ancient Maya Politics: A Political Anthropology of the Classic Period 150-900 CE*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2022.
- MARTIN, Simon. In search of the serpent kings: From Dzibanche to Calakmul. *Ancient Mesoamerica*, v. 35, n. 10, 2024.
- MEGGERS, Betty; EVANS, Clifford. *Archaeological Investigations at the Mouth of the Amazon*. Washington (US): Bureau of American Ethnology, 1957.
- MEGGERS, Betty; EVANS, Clifford. An experimental Formulation of Horizon Styles in the Tropical Forest Area of South America. In: LOTHROP, Samuel K. (ed.) *Essays in Precolumbian Art and Archaeology*. Cambridge (UK): Harvard University, 1961. p. 372-388.
- MILLER, Joana. *As coisas: enfeites corporais e a noção de pessoa entre os Mamaindê (Nambiquara)*. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- NAVARRO, Alexandre G. *Cuando las serpientes se emplumam: distribución espacial e imaginería en Chichén Itzá, México*. Curitiba: Prismas, 2016.

- NAVARRO, Alexandre G. Grafismos das águas: a arte das estearias do Maranhão. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 10, p. 45-72, 2022a.
- NAVARRO, Alexandre G. Modos de fabricar o corpo nas estearias: estudo arqueológico das estatuetas dos povos palafíticos do Maranhão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 17, p. 1-30, 2022b.
- NAVARRO, Alexandre G. *Civilizações pré-colombianas*. São Paulo: Contexto, 2024.
- NAVARRO, Alexandre G. Navegando pelo Turiaçu: a reprodução cosmológica do rio Amazonas e o mito da cobra-canoa e sua relação com as estearias do Maranhão. *História (São Paulo)*, v. 40, e2021059, 2021.
- NOBRE, Emerson. As folhas de videiras das Evas da Ilha de Marajó e a (des)construção de narrativas arqueológicas. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 13, p. 155-179, 2019.
- NOBRE, Emerson. A sintaxe dos corpos compósitos: agência e transformação na iconografia das tangas cerâmicas marajoara. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 15, p. 1-27, 2020.
- OLIVEIRA, Erêndira. Corpo de barro, corpo de gente: metáforas na iconografia das urnas funerárias policromas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 15, n. 3, e20190108, 2020.
- POLO, Mario J. *Corpo e Figuração na Arqueologia da Foz do Amazonas: uma abordagem pós-representacional aos conjuntos Maracá, Caviana e Cupixi*. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo. *Amazonian Cosmos*. Chicago (US): University of Chicago Press, 1971.
- RINGLE, William M; NEGRÓN, Tomás G.; BEY, George J. The Return of Quetzalcoatl: Evidence for the Spread of a World Religion During the Epiclassic Period. *Ancient Mesoamerica*, v. 9, n. 2, p. 183-232, 1998.
- ROE, P. *The Cosmic Zygote: Cosmology in the Amazon Basin*. New Brunswick: New Brunswick, 1982.
- ROOSEVELT, Anna C. *Moundbuilders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajo Island, Brazil*. Studies in Archaeology. San Diego (US): Academic Press, 1991.
- ROOSEVELT, Anna C. The great anaconda and woman shaman: A dangerous and powerful ancestral spirit from creation to today. In: BARONE-VISIGALI, Visgalli (org.). *Colocataires d'Amazonie: Hommes, animaux et plantes de part et d'autre de l'Atlantique*. Paris (FR): Parution, 2014. p. 1-20.
- ROOSEVELT, Anna (ed.). *Amazonian Indians from Prehistory to the Present*. Tucson (US): University of Arizona Press, 1994.
- SANTOS-GRANERO, Fernando (ed.). Introduction: Amerindian Constructional Views of the World. In: SANTOS GRANERO, Fernando. *The Occult Life of Things. Native Amazonian Theories of Materiality and Personhood*. Tucson (US): The University of Arizona Press, 2009. p. 1-29
- SCHAAN, Denise P. *A linguagem iconográfica da cerâmica Marajoara: um estudo da arte pré-histórica na Ilha de Marajó, Brasil, 400-1300AD*. Porto alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SCHAAN, Denise P. A arte da cerâmica marajoara: encontros entre o passado e o presente. *Habitus*, v. 5, n. 1, p. 99-117, 2007a.
- SCHAAN, Denise P. Os Filhos da Serpente: rito, mito e subsistência nos cacicados da Ilha de Marajó. *International Journal of South American Archaeology*, v. 1, p. 50-56, 2007b.

- SCHELE, Linda; FREIDEL, David. *Uma selva de reyes*. La assombrosa historia de los antiguos mayas. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- SEEGER, Anthony *et al.* A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: Oliveira Filho, João Pacheco (org.). *Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil*. [s. l.]: Editora UFRJ, [s. d.]. p. 11-29. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aseeger-1987-construcao/Seeger_1987_AConstrucaoDaPessoa.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.
- SHARER, Robert J. *Civilización maya*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- SHILLING, Chris. *The Body in Culture, Technology and Society*. Londres (US): Sage, 2005.
- TAMANAH, Eduardo K.; NEVES, Eduardo G. 800 anos de ocupação da Tradição Polícroma da Amazônia: um panorama histórico no Baixo Rio Solimões; um panorama histórico no Baixo Rio Solimões. *Anuário Antropológico* [Online], v. 39 n. 2, 2014.
- TAYLOR, Anne C.; VAN VELTHEM, Lucia H. *O belo é a fera: a estética da produção e da predação entre os Wayana*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia: Assírio & Alvim, 2003.
- TAYLOR, Anne C.; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo V. Um corpo feito de olhares (Amazônia). *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 3, p. 769-818, 2019.
- THOMAS, Julian. The Future of Archaeological Theory. *Antiquity*, v. 89, n. 348, p. 1287-1296, 2015.
- TURNER, Terence. The social skin. In: J. Chermas & R. Lewin (Eds.) *Not work alone*, p. 112-140. Beverly Hills: Sage, 1980.
- TURNER, Brian S. *The Body and Society: Explorations in Social Theory*. Los Angeles (US): Sage, 2008.
- VAN VELTHEM, Lucia Hussak. Artes indígenas: notas sobre a lógica dos corpos e dos artefatos. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, v.7, n.1, p. 55-65, 2010.
- VAN VELTHEM, Lucia H. Mulheres de cera, argila e arumã: princípios criativos e fabricação material entre os Wayana. *Mana*, v. 15, n. 1, p. 213-236, 2009.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: COSAC&NAIF, 2002.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A floresta de cristal. *Cadernos de campo*, n. 14/15, p. 319-338, 2006.
- WEBMOOR, Timothy. What about 'one more turn after the social' in archaeological reasoning? Taking things seriously. *World Archaeology*, v. 39, n. 4, p. 563-78, 2007.
- WEISMANTEL, Mary. *Inhuman Eyes: Looking at Chavín de Huantar*. Londres (UK): Routledge, 2013.
- WHITEHEAD, Neil L. The Ancient Amerindian Polities of the Amazon, the Orinoco, and the Atlantic Coast: a Preliminary Analysis of Their Passage from Antiquity to Extinction; In: ROOSEVELT, Anna (ed.). *Amazonian Indians From Prehistory to the Present*. Tucson (US): University of Arizona Press, 1994. p. 33-54.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 3 Setembro - Dezembro 2025

RESUMO

POR UMA ARQUEOLOGIA DA INFÂNCIA: BRINCADEIRAS, JOGOS E APRENDIZAGENS NAS PRÁTICAS COTIDIANAS DAS CRIANÇAS NOS SÉCULOS XIX E XX

Daniela Maria Alves*

Nesta tese, Alves (2024) abordou o tema da arqueologia da infância respaldando-se em três pilares: cultura material associada às crianças, identificada em cinco coleções; documentos escritos e iconográficos relativos às espacialidades e temporalidades do material arqueológico.

Essas coleções referiram-se aos sítios Antigo Convento do Carmo, localizado no Rio de Janeiro (cuja coleção encontra-se salvaguardada no Instituto de Arqueologia Brasileira – Belford Roxo/RJ); Praça das Artes e Sítio do Capão, em São Paulo (cuja coleção encontram-se no Centro de Arqueologia de São Paulo – São Paulo/SP); Solar da Travessa Paraíso e Praça Brigadeiro Sampaio, em Porto Alegre (cuja coleção encontram-se no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo – Porto Alegre/RS), atravessando os séculos XIX e XX.

Estabeleceu uma problemática a partir de duas questões: como as crianças aprendiam pelo brincar? Como os relacionamentos influenciaram as aprendizagens das crianças? Para respondê-las, adotou-se o conceito de aprendizagem situada, sob o título de participação periférica legitimada, dos autores Lave e Wenger (1991) e Lave (2019). Os trabalhos de Evaldsson e Corsaro (1998) e Vigotski (2010) foram utilizados como referenciais de apoio: o primeiro, na concepção do brincar como atividade situada, e o segundo, utilizado também para classificar as brincadeiras das crianças.

O Sítio do Capão, um dos contextos analisados, compreende um casarão, edificações anexas, além de amplo espaço externo com área verde (Zanettini Arqueologia, 2003; Zanettini, 2005). Está situado à avenida Regente Feijó, 1295, Jardim Anália Franco, São Paulo. À época das obras de restauro, iniciadas em 1999, conjuntamente às pesquisas arqueológicas, foram coletados inúmeros artefatos e identificados distintos momentos de ocupação. Como recorte temporal, estabeleceu-se o século XX, entre os anos de 1911 a 1997, período no qual o local foi ocupado por crianças órfãs e em situação de pobreza. Nas primeiras décadas nos Novecentos, a instituição esteve sob direção de Anália Franco,

* Doutora e mestra em Arqueologia pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. E-mail: danymalves@gmail.com.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6213-7630>.

importante figura nas vidas das crianças que viveram na Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas, mais tarde chamada de Internato Anália Franco.

A cultura material associada às crianças englobou 61 artefatos, sendo 60 brinquedos e 1 chinelo havaianas. Alguns deles referiram-se às primeiras décadas do século XX, enquanto a maioria relacionava-se às últimas décadas dos Novecentos, sendo coletados em superfície.

Segundo Vigotski (2010), os brinquedos foram classificados em brincadeiras de imaginação e jogos de regras. Os brinquedos relacionados às brincadeiras de imaginação contemplaram: 2 cabeças de bonecos/bonecas; 2 xícaras em plástico; 1 cabo de espada em plástico; 1 arma de fogo em metal; 1 estilingue em madeira; 1 pedaço de couro (parte do estilingue); 1 ave em cerâmica, 1 peixe em plástico; 1 coelho em plástico; 1 mecanismo para caixinha de música em metal; 1 instrumento de sopro em plástico; 1 roda de carrinho em plástico.

Os brinquedos relativos aos jogos de regras compreenderam: 32 bolinhas de gude em vidro; 3 piões; 2 peças circulares com faces planas em cerâmica; 1 bolinha lítica; 1 bolinha em cerâmica; 1 bolinha plástica; 1 dado em plástico, contendo figuras e letras; 1 peça de jogo de dominó em plástico; 1 peça plástica para jogo de loto; 1 rocha em formato circular com faces planas; 1 bola de borracha; 1 bilboquê em madeira.

Para desvelar os modos pelos quais as crianças aprenderam no passado e como as relações mais próximas influenciaram suas aprendizagens, as análises voltaram-se para as crianças envolvidas nas práticas diárias do brincar, em suas comunidades de prática. A documentação escrita e iconográfica também ofereceu outras possibilidades de análises dos modos de aprendizagem. Os relacionamentos se deram entre as crianças, com professores, cuidadores, entre outros adultos. Essas relações envolveram aspectos de cuidados com as necessidades básicas humanas, tais como higiene do corpo, dos dentes, alimentação, necessidades afetivas, educacionais e de lazer.

Entre a documentação escrita, a memória literária legada por Maria Cândida Silveira Barros (1982) revelou particularidades de sua infância e adolescência durante os primeiros anos do século XX, vivenciados na instituição. Nesse tempo, a menina explorou a natureza nas aulas de Biologia, participou nas tarefas domésticas, como na lavagem das roupas; ademais, era uma das integrantes do Grupo-Dramático Musical, que realizava apresentações de música e teatro, recebendo remuneração, que, por sua vez, era utilizada no pagamento das despesas da entidade. De acordo com Lave e Wenger (1991), no início, em sua chegada, a posição periférica lhe fortaleceu e paulatinamente, conforme ensaiava para as peças teatrais e participava das aulas e oficinas, sentia-se confiante, colaboradora em uma causa social grandiosa. O engajamento em diferentes atividades, a possibilidade de conviver com muitas crianças e adultos propiciaram-lhe um sentimento de pertencimento.

Assim, sugeriu-se que as crianças aprendiam em suas práticas diárias por cooperação, isto é, todos envolvidos e comprometidos para viver melhor dentro do espaço da colônia e, ao mesmo tempo, adquirir competências para ter possibilidade de viver melhor no futuro.

Quanto ao período mais recente, a variedade de brinquedos identificados em superfície revelou que as crianças tiveram acesso a esses objetos. Julgou-se que os brinquedos fossem utilizados de modo espontâneo e/ou como recurso pedagógico pelos professores, isto é, com a finalidade de desenvolver aprendizagem de conteúdos específicos, como leitura, escrita, numerais, raciocínio lógico. O dado com figuras e letras, as peças para jogo de loto e de dominó se enquadram nessa perspectiva.

Estudos recentes mostraram que as brincadeiras de imaginação das crianças não são imitações das realidades por elas vivenciadas. Brinquedos e pares envolvidos no processo

desencadearam novos personagens, novas atitudes e novas situações imaginárias. Ao mesmo tempo, os brinquedos não foram condicionadores das brincadeiras, agiram como impulsionadores da capacidade imaginativa das crianças. Qualquer objeto poderia servir como suporte para as brincadeiras, como propôs Vigotski (2010). A partir dessas interações, os brinquedos foram compartilhados, tornaram-se motivos de disputas e muitas vezes de agressões. Foram razões para choros, risadas e toda sorte de emoções. Essas emoções geradas nas brincadeiras certamente foram fundamentais para o processo de aprendizagem. A pesquisa de Filocreão (2013), por exemplo, realizada com crianças que viviam em uma entidade, ressaltou que as crianças que vivenciaram situações conturbadas em suas famílias representaram situações diversas nas brincadeiras, ativaram memórias de experiências boas e ruins, além de encenarem sobre histórias que ouviam ou viam na televisão ou dos professores e das vivências na instituição.

Para os jogos de regras, provavelmente os mais complexos, como o das bolinhas de gude, seriam mais atrativos para as crianças maiores. As crianças mais novas mostraram grande interesse pelas bolinhas, todavia, as brincadeiras estavam associadas à imaginação, como ilustrou Piaget (1994). O objetivo do jogo era principalmente ganhar mais bolinhas ou conseguir bolinhas especiais, como mostrou um estudo de Carvalho (1988). No jogo do dominó, Nasir (2005) observou que as crianças no ensino médio, que praticavam diariamente o jogo, reconheciam-se como jogadores competentes, tinham consciência da participação plena no jogo e ofereciam ajuda aos iniciantes, que se encontravam em posição periférica. O conhecimento acumulado ao longo das práticas fortalecia a aprendizagem, as relações entre os pares e o sentimento de pertencimento a uma comunidade. No estudo de Santos e Alves (2000), o jogo do dominó foi apresentado por um adulto no ambiente escolar, que possuía propósitos específicos. À medida que as crianças se engajaram nas práticas regulares com os pares, acumularam conhecimentos que os auxiliaram a encarar os desafios dos dominós mais complexos. As pesquisas de Giglio *et al.* (2008) e Faria (2008) demonstraram que, mesmo o jogo de futebol sendo parte da cultura brasileira, as crianças precisariam ter acesso à materialidade necessária para o desenrolar do jogo e necessitariam praticar para aprimorar habilidades. Giglio *et al.* (2008) ponderou que a predisposição para o futebol (chamado de dom) não implicaria na não aprendizagem, o contrário ocorreria: a aprendizagem diária por meio dos treinos geraria o aprimoramento das habilidades no jogo.

Como argumento, propôs-se que as brincadeiras de imaginação das crianças tenham se constituído como modos de aprendizagens, métodos eficientes de entender e agir em diferentes condições. A imaginação se desenvolveria por estar presente nas brincadeiras rotineiras das crianças e, sincronicamente, as brincadeiras ganhariam novas perspectivas devido à capacidade imaginativa. Os jogos de regras também teriam se constituído como modos de aprendizagens a partir dos quais as crianças aprenderam à medida que praticavam, adquiriam e aprimoravam suas habilidades.

Quanto às relações vivenciadas pelas crianças nas comunidades de prática que poderiam influenciá-las em suas aprendizagens, a entidade vivenciou um período de relativa estabilidade sob a direção de Anália Franco entre os anos de 1911 a 1919. Nesse tempo, as informações de Barros (1982) revelaram especificidades de sua infância e adolescência e demonstraram o vínculo afetivo com o ambiente e com as pessoas, denotando Anália Franco como figura relevante na condução das relações entre as crianças e demais pessoas que tinham a colônia como morada. A educadora fomentou formas de acesso a diferentes atividades, por meio das aulas de música, de canto, das diversas oficinas e do brincar. As meninas mais velhas, inclusive, puderam colaborar

para a manutenção da instituição e da própria subsistência, pois excursionavam pelas cidades, se apresentavam nos palcos dos teatros, recebendo pagamentos.

Sugeriu-se, ainda, que as ideias que circularam durante o século XX sobre crianças e infâncias influenciaram diretamente as aprendizagens das crianças na entidade. A partir do texto de Barros (1982), notou-se sua participação plena naquela comunidade e seu contentamento por colaborar com a própria subsistência e com Anália Franco em uma causa social. Nesse cenário, percebeu-se que a condição social influenciou as aprendizagens da menina, porque ao mesmo tempo que a questão do trabalho atravessava o ideário de infância para as crianças pobres, ela própria sentia-se feliz ao cooperar para seu sustento e para a manutenção da entidade. Para a sociedade paulistana, as crianças vivenciavam uma infância satisfatória na colônia, pois ali eram alfabetizadas, tinham aula de moral e, além disso, aprendiam ofícios que lhes garantiriam um futuro para o trabalho. Logo, as meninas que, durante alguns anos, apresentaram seus talentos em diversos palcos, certamente eram reconhecidas como pessoas úteis e não como fardo para a sociedade.

Para o período mais recente, aventou-se ainda que os acordos internacionais e, particularmente, a legislação brasileira para proteção das crianças e de suas infâncias tenham influenciado nas maneiras de aprender.

Segundo Marcílio (1998), diversos acordos internacionais foram efetuados para fomentar e consolidar os direitos das crianças no transcorrer do século XX. Lillehammer (2018) já havia assinalado sobre o Ano Internacional da Criança, declarado pela Organização das Nações Unidas, em 1979. Contudo, para Marcílio, o mais emblemático teria sido conciliado em 1989: a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, ratificada por 196 países, inclusive pelo Brasil. Na mesma linha, deu-se, no país, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). No artigo 16, inciso IV, a lei dispôs sobre o direito à liberdade, compreendendo aspectos como brincar, praticar esportes e divertir-se; enquanto o art. 53 dispôs sobre o direito à educação.

Ressaltou-se, finalmente, que o engajamento das crianças em múltiplas atividades, combinados aos relacionamentos mais próximos, estabelecidos com outras crianças e com adultos, influenciou significativamente as aprendizagens infantis, em uma relação de interdependência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Daniela Maria. *Por uma arqueologia da infância: brincadeiras, jogos e aprendizagens nas práticas cotidianas das crianças nos séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
- BARROS, Maria Cândida Silveira. *Vida e obra de Anália Franco 1856-1919*. São Paulo: Codipart Ltda, 1982.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 14 ago. 2025.
- CARVALHO, José Jorge de. O jogo das bolinhas. Uma simbólica da masculinidade. *Anuário Antropológico*, v. 12, n. 1, p. 191-222, 1988.
- EVALDSSON, Ann-Carita; CORSARO, William A. Play and games in the peer cultures of preschool and preadolescent children. An interpretative approach. *Childhood*, v. 5, n. 4, p. 377-402, 1998.
- FARIA, Eliene Lopes. *A aprendizagem da e na prática social: um estudo etnográfico sobre as práticas de aprendizagem do futebol em um bairro de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

- FILOCREÃO, Camila Lima. *Brincadeiras simbólicas em situação estruturada de crianças em acolhimento institucional*. Dissertação (Mestrado em Ecoetologia) – Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- GIGLIO, Sérgio Settani *et al.* O dom de jogar bola. *Horizontes Antropológicos*, v. 14, n. 30, p. 67-84, 2008.
- LAVE, Jean. *Learning and everyday life*. Access, participation, and changing practice. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2019.
- LAVE, Jean; WENGER, Etienne. *Situated learning*. Legitimate peripheral participation. New York (US): Cambridge University Press, 1991.
- LILLEHAMMER, Grete. Uma criança nasce. O mundo da criança em uma perspectiva arqueológica. Tradução Fernanda Neubauer. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, p. 14-34, 2018.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. *Revista USP*, v. 37, p. 46-57, 1998.
- NASIR, Na'ilah Suad. Individual cognitive structuring and the sociocultural context: strategy shifts in the game of dominoes. *The Journal of the Learning Sciences*, v. 14, n. 1, p. 5-34, 2005.
- PIAGET, Jean. *O juízo moral na criança*. Tradução Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994.
- SANTOS, José Guilherme Wady; ALVES, José Moisés. O jogo de dominó como contexto interativo para construção de conhecimentos por pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 13, n. 3, 383-390, 2000.
- VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A formação social da mente*. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Prospecções arqueológicas no sítio do Capão, município de São Paulo*. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2003. Relatório Técnico.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 3 Setembro - Dezembro 2025

NOTA DE PESQUISA

À MARGEM DO FORTE E DA HISTÓRIA: A INVISIBILIDADE INDÍGENA NO PASSADO DO IGARAPÉ DA FORTALEZA, NO AMAPÁ

Avelino Gambim Júnior*, Jelly Juliane Souza de Lima**, Ronald Sena Pinto***, Joely Priscila Souza de Lima****, Franciane dos Santos Batista*****, Carlos Eduardo Barbosa*****

RESUMO

O estudo das antigas fortificações amazônicas do período colonial contribui para um melhor conhecimento sobre o processo de defesa e ocupação europeia. No Amapá, no município de Santana, às margens do Igarapé da Fortaleza, localizam-se as ruínas do antigo Forte Santo Antônio de Macapá, conhecido como Forte Cumaú. Ao iniciarmos, em setembro de 2024, um projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico nas proximidades desse sítio arqueológico, nos deparamos com uma apropriação do passado europeu nessa região. Nesta nota de pesquisa, problematizamos o apagamento da presença indígena no passado, ainda persistente no presente. A partir do relato de pesquisa em curso, procuramos compartilhar experiências do fazer arqueologia, que têm como desafio afirmar a presença indígena no lugar, num contexto fortemente marcado por uma história eurocêntrica.

Palavras-chave: História; Colonialismo; Povos indígenas; Invisibilidade; Amapá.

* Mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional (PPGARq/UFRJ) e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA).

E-mail: avgambimjunior@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3563-0574>.

** Mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional (PPGARq/UFRJ) e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA).

E-mail: julianejelly@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1483-2874>.

*** Graduando em Segurança Pública pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi).

E-mail: r.senabda@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0860-9862>

**** Pós-graduada especialista em Ensino de Ciências pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (PROEPPI-IFAP). E-mail: joely.pryscilla1992@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-6869-3169>

***** Graduanda em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

E-mail: dossantosbatistafranciane10@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-4369-6371>

***** Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

E-mail: edusaint05@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8067-7123>.

ON THE SIDELINES OF THE FORT AND HISTORY: INDIGENOUS INVISIBILITY IN THE PAST OF THE *IGARAPÉ DA FORTALEZA*, AMAPÁ

ABSTRACT

Studies of the ancient colonial fortifications in Amazonia have contributed to a better understanding of the process of European defense and occupation. The ruins of the former Forte Santo Antônio de Macapá, known as Forte Cumaú, are located in Amapá, municipality of Santana, on the banks of the Igarapé da Fortaleza. Upon starting, in September 2024, an impact assessment project on archaeological heritage near this archaeological site, we faced an appropriation of the European past in this region. In this study, we problematize the erasure of the Indigenous presence in the past, still persistent in the present. Based on the ongoing research report, we seek to share experiences in archaeology, which faces the challenge of affirming the Indigenous presence in a location within a context strongly marked by a Eurocentric history.

Keywords: History; Colonialism; Indigenous people; Invisibility; Amapá.

AL MARGEN DEL FUERTE Y LA HISTORIA: INVISIBILIDAD INDÍGENA EN EL PASADO DE *FORTALEZA DO IGARAPÉ*, AMAPÁ

RESUMEN

El estudio de las antiguas fortificaciones coloniales amazónicas ha contribuido a un mejor conocimiento sobre el proceso de defensa y ocupación europea. En Amapá, en el municipio de Santana a orillas del Igarapé da Fortaleza se encuentran las ruinas del antiguo Forte Santo Antônio de Macapá conocido como Forte Cumaú. Al comenzar, en septiembre de 2024, un proyecto de evaluación de impacto en el patrimonio arqueológico cerca de este sitio arqueológico, enfrentamos una apropiación del pasado europeo en esta región. En esta nota de investigación, problematizamos el borrado de la presencia indígena en el pasado que aún persistente en el presente. Desde el informe de investigación en curso, buscamos compartir experiencias de arqueología que tienen el desafío de afirmar la presencia indígena en un contexto fuertemente marcado por una historia eurocéntrica.

Palabras clave: Historia; Colonialismo; Pueblos indígenas; Invisibilidad; Amapá.

Na Amazônia, as pesquisas realizadas no âmbito da arqueologia histórica, inicialmente se concentraram nos estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Amapá, tendo como foco os estudos das chácaras, missões religiosas, engenhos, fortes, largos, mercados, vilas, casas, centros históricos, sítios urbanos e, esporadicamente, os quilombos (Costa, 2017). Como sugere o texto de Marcos Albuquerque e Velela Lucena (2010), um dos potenciais da arqueologia amazônica, sem dúvidas, são os assentamentos e fortificações de diferentes bandeiras. Nos últimos anos, as pesquisas arqueológicas em sítios do período colonial, especificamente localizados no Amapá, como as fortificações e os fortes, contribuíram para um melhor conhecimento sobre o processo de defesa e ocupação deste território pelos colonizadores europeus no passado. Para Marcos André Torres de Souza (2017), uma das razões para a exclusão progressiva dos grupos indígenas na arqueologia histórica, se deve à separação entre os campos da arqueologia pré-colonial (“pré-histórica”) e histórica. Na interface entre esses dois campos, foi criado um limbo, um abismo em que os estudos dedicados aos grupos indígenas que viveram durante o contato e posteriormente a ele (Silliman, 2022; Souza, 2017).

No estado do Amapá, no município de Santana, na margem direita do Igarapé da Fortaleza, estão localizadas as ruínas do antigo Forte Santo Antônio de Macapá, conhecido popularmente como Forte Cumaú. Em síntese, os ingleses fundaram em 1631 o forte Cumaú. Em 1688, ao reconquistar a área, os portugueses reconstruíram, sobre as ruínas do Forte Cumaú, o Forte Santo Antônio de Macapá. O Forte Santo Antônio de Macapá, em 1697, foi dominado pelos franceses que desciam de Caiena, da Guiana Francesa. Em 1738, os portugueses ergueram um pequeno baluarte a cerca de 2 ½ léguas de distância do forte Santo Antônio de Macapá. O Conselho Ultramarino português, em 1740, decidiu que fosse construída uma fortificação de maior envergadura, sendo essa função, mais tarde, desempenhada pela Fortaleza de São José de Macapá, e o Forte Santo Antônio de Macapá, antes Forte Cumaú, passou pelo processo de total abandono.

Em diferentes momentos, a área em que estão inseridas as ruínas do antigo forte foi alvo de interesse da arqueologia. O Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), coordenado pelo pesquisador Marcos Albuquerque, realizou uma prospecção arqueológica, sendo encontrada parte das ruínas do antigo forte mutilado, por ações como retirada de terra (Albuquerque; Lucena, 2010). No Sistema de Informação Eletrônica (SEI), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), há uma documentação que mostra o interesse da comunidade do Igarapé da Fortaleza pela preservação das ruínas do antigo forte¹. Em 2012, o Núcleo de Arqueologia do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (Iepa), realizou uma pesquisa² na área das possíveis ruínas do forte, coordenada pelos arqueólogos Fernando Marques, João Saldanha e Mariana Cabral. Nesse contexto, percebemos que as pesquisas realizadas na área das ruínas do antigo forte estavam mais focadas no passado europeu que emergiram com as ações da arqueologia no entorno das ruínas do antigo forte.

Em 2024, no âmbito do licenciamento ambiental, os pesquisadores Jelly Lima e Avelino Gambim Júnior coordenaram o “Projeto³ de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do empreendimento Enasal-Empresa de Navegação Irmãos

¹ Processo SEI 01424.000168/2012-49

² Essa ação visou subsidiar a “Pesquisa histórica e arqueológica do Forte Cumaú”, que foi alvo de processo licitatório do Iphan e que o Núcleo de Arqueologia do Iepa foi o vencedor (Marques; Saldanha; Cabral, 2012).

³ Processo SEI 01424.000139/2024-11

Santana: Navios Ana Beatriz, município de Santana, Estado do Amapá”⁴. Ao iniciarmos a pesquisa de campo, também tivemos uma preocupação com as ruínas do antigo forte. Nesse contexto, por exemplo, a equipe do projeto passou a utilizar camisas com a iconografia do antigo Forte Santo Antônio de Macapá, que ficou conhecido popularmente como Forte Cumaú.

Durante a pesquisa de campo, resolvemos fazer um aprofundamento sobre o contexto histórico e arqueológico dessa área. Assim, percebemos que não muito diferente do que fizeram os outros pesquisadores que tiveram a oportunidade de estudar esse contexto histórico e arqueológico, havia uma ênfase em uma história colonial e eurocentrada, ou seja, a “história do vencedor europeu”. A história das ruínas do antigo forte passaram também a ser apropriadas por diferentes segmentos da sociedade como empresas, comércios, obras ligadas ao governo, movimentos de defesa pela preservação das ruínas do antigo forte e até grupos de dança. Quanto à comunidade do bairro do Igarapé da Fortaleza, ao convivermos nesse lugar, passamos a perceber que ela vive imersa em uma rede de desinformação e de pseudociências que se apropriam de informações documentais, arqueológicas e da própria oralidade para respaldar uma explicação extraordinária sobre o passado europeu. Como menciona Pedro Paulo Funari (2021), a história contada pela arqueologia serve para mostrar um passado, às vezes pouco conhecido, mas presente nas fontes materiais, de forma a questionar diversas “verdades” de invenção recente, ou seja, simples *fake news*.

Diante desse quadro histórico, passamos a nos perguntar sobre a história do invisibilizados, como já fizemos de forma precursora em projetos⁵ de arqueologia, ao focarmos a presença africana e de seus descendentes e dos indígenas na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. Diante desse compromisso social com as comunidades quilombolas de Vila Velha do Cassiporé, Kulumbu do Patuazinho e Cunani, partimos do aprofundamento entre a arqueologia e das relações que envolvem as diferentes materialidades que emanam a diáspora e ancestralidade africanas em seus territórios (Lima, 2024; Lima; Gambim Júnior, 2022; Lima *et al.*, 2022a; Lima *et al.*, 2022b; Lima *et al.*, 2024a; Lima *et al.*, 2024b). No contexto da pesquisa e desse olhar sobre as ruínas do antigo forte, nos perguntamos: onde estão os indígenas nessa história? Como reverter esse apagamento? O que fazer diante dessa única versão da história que prevalece o passado europeu?

Para chamar a atenção da comunidade em geral, os materiais informativos da pesquisa passaram a conter na arte gráfica os grafismos indígenas que encontramos na cerâmica coletada durante a vigência do Projeto de “Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do empreendimento Enasal-Empresa de Navegação Irmãos Santana: Navios Ana Beatriz, município de Santana, Estado do Amapá” (Lima; Gambim Júnior, 2024). Além disso, em ações educativas nas escolas e em visitas em casas e estabelecimentos comerciais da região, também buscamos informar as pessoas sobre as histórias dos grupos invisibilizados como os indígenas, pois, como lembra Ailton Krenak (2022, p. 23): “se o colonialismo nos causou um dano quase irreparável foi o de afirmar que todos somos iguais”, o que destrói outras histórias possíveis e “apaga” identidades.

Nas ações informativas, quando a história das ruínas do antigo forte emergia, a equipe de arqueologia lançou uma pergunta inversa: “você acha que o forte foi

⁴ Processo SEI 01424.000139/2024-11

⁵ Esse é o caso do Projeto “Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, AP”, que, desde 2018, realiza pesquisa buscando dar visibilidade a história dos africanos e seus descendentes.

construído somente pelos europeus?”. A presença indígena na região é reforçada pela documentação histórica, como já mostrou Lodewijk Hulsman (2011) sobre a prática do comércio intercontinental entre holandeses e indígenas, no período colonial. Além disso, as materialidades indígenas evidenciadas durante a execução do projeto, reforçam a presença dos indígenas nas proximidades das ruínas do antigo forte. Como destacamos nas conversas com a comunidade em geral: “O apagamento é um ato político de um grupo com a intenção de dominar ou eliminar outro por diversos meios, incluindo a manipulação das narrativas” (Noelli; Sallum, 2023, p. 117). Por essa razão, essa região do Amapá ainda é conhecida e reconhecida pela ótica colonial.

Ao seguir a inversão da lógica, nos eventos acadêmicos passamos a apresentar⁶ a questão da invisibilidade indígena desse contexto histórico. Além disso, a participação na equipe do projeto da jovem pesquisadora indígena Karipuna da região do Oiapoque, Franciane Batista reforçou a responsabilidade, o respeito e os afetos que nós pesquisadores devemos ter com história dos povos originários. Ao considerarmos a perspectiva da descolonização e ao criticar a construção unilateral do conhecimento, nos engajamos ao lado da resistência e da luta contra a desigualdade, que interfere na manutenção das memórias, da diversidade e dos patrimônios culturais (Sallum, 2022).

Como lembram Francisco Noelli e Marianne Sallum (2023, p. 227), “não existe colonialismo sem conflito e a comunidade da arqueologia, não é um território neutro ou livre de divergência teóricas e políticas”. É preciso reconhecer a persistência e como as pessoas invisibilizadas fizeram escolhas para resistir, se acomodar ou evitar as imposições coloniais (Panich, 2020). Na arqueologia histórica, os estudos que envolvem a presença dos indígenas ainda podem ser considerados como muito escassos (Souza, 2017). Para Stephen Silliman (2022), o sucesso do futuro das arqueologias históricas será certamente na forma como se engajam, escutam e incorporam as vozes e participações dos grupos invisibilizados que estiveram do outro lado do colonialismo. A partir do relato desta pesquisa em curso, procuramos compartilhar experiências do fazer arqueologia, que apresenta como desafio afirmar a presença indígena no lugar, diante de um contexto fortemente marcado por uma história eurocêntrica. Nesse contexto é que percebemos que os povos indígenas têm ficado à margem do forte e da história nas narrativas hegemônicas no Igarapé da Fortaleza. Assim, é preciso fazer o que sugeriu Sonya Atalay (2006): um ajuste de contas com as realidades silenciadas pelo colonialismo. Esse ajuste pode ser buscado, além das evidências arqueológicas, por meio de colaborações de pesquisa e incorporação de outras narrativas, afirmando a centralidade dos povos indígenas enquanto agentes protagonistas de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Velda. Arqueologia Amazônica: o potencial arqueológico dos assentamentos e fortificações de diferentes bandeiras. In: PEREIRA, Edite.; GUAPINDAIA, Vera Lúcia (org.). *Arqueologia amazônica* 2. Belém: MPEG, IPHAN, SECULT, 2010. p. 968-1019.
- ATALAY, Sonya. Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. *The American Indian Quarterly*, v. 30, n. 3, p. 280-310, 2006.
- COSTA, Diogo Menezes. Arqueologia Histórica Amazônica: entre sínteses e perspectivas. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 154-174, 2017.

⁶ No V Seminário de Teoria Arqueológica Contemporânea (Seta), Eixo 01 “Arqueologias por e para pessoas e histórias invisibilizadas”, em 2024.

- FUNARI, Pedro Paulo Funari. Anacronismos e apropriações. In: PINSKY Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos combates pela História: Desafios e ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 115-146.
- HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). *Revista Estudos Amazônicos*, v. 6, n. 1, p. 178-202, 2011.
- KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LIMA, Jelly Juliane Souza. A presença negra na Amazônia revelada pela arqueologia. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, dez. 2024. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/a-presenca-negra-na-amazonia-revelada-pela-arqueologia/>. Acesso em: 8 ago. 2025.
- LIMA, Jelly Juliane Souza; GAMBIM JÚNIOR, Avelino. *Projeto de “Avaliação de Impacto ao patrimônio arqueológico na área portuária Irmãos Santana justaposta à área do sítio ‘Ruínas do Forte Cumaú’”*. Macapá: [s. n.], 2024.
- LIMA, Jelly Juliane Souza; GAMBIM JÚNIOR, Avelino. *Relato de experiência: a prática da pesquisa histórica e o uso de metodologias alternativas para o reconhecimento do território da Comunidade Quilombola Kulumbu do Patuazinho na fronteira franco-brasileira*. *Kwanissa*, v. 5, n. 12, p. 437-460, 2022.
- LIMA, Jelly Juliane Souza et al. *Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, Amapá*. São Paulo: D7, 2022a.
- LIMA, Jelly Juliane et al. Territorialidade negra no espaço transnacional entre Brasil e Guiana Francesa: o caso da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho (1990 a 2021). *Cadernos do Lepaarq*, v. XIX, n. 38, p. 164-189, 2022b.
- LIMA, Jelly Juliane Souza et al. A emergência da história negra por meio do projeto Memórias da Terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 2, p. 265-271, 2024a.
- LIMA, Jelly Juliane Souza et al. Projeto “Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, AP”, atividades de pesquisa referentes aos anos de 2018 e 2023. *Cadernos do Lepaarq*, p. 152-174, 2024b.
- MARQUES, Fernando Luiz Tavares; SALDANHA, João Darcy de Moura; CABRAL, Mariana Petry. *Projeto de investigação arqueológica nas possíveis “ruínas do Forte Cumaú, município de Santana, AP”*. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá. Macapá, 2012.
- NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. O apagamento dos povos indígenas nas narrativas do passado e do presente: arqueologia e história de São Paulo. *CLIO Arqueológica*, v. 38, p. 116-144, 2023.
- PANICH, Lee. *Narratives of Persistence: Indigenous Negotiations of Colonialism in Alta and Baja California*. Tucson (US): University of Arizona Press, 2020.
- SALLUM, Marianne. Por uma “aliança afetiva” entre a Arqueologia e os Saberes Tradicionais: Contribuições para o entendimento da sociedade moderna no Brasil. *Cadernos do Lepaarq*, v. XIX, n. 37, p. 273-300, 2022.
- SILLIMAN, Stephen. Colonialismo na Arqueologia Histórica: uma revisão de problemas e perspectivas. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 26-54, 2022.
- SOUZA, Marcos André Torres. A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 144-153, 2017.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 3 Setembro - Dezembro 2025

RESENHA

RESILIENCE: PERSISTENCE AND CHANGE IN LANDSCAPE FORMS

Leonardo Lucas Silva da Silva*, Luiz Antonio Pacheco de Queiroz**

Em um contexto de transformações aceleradas e da urgência por leituras integradas da relação espaço-tempo, o livro *Resilience: Persistence and Change in Landscape Forms*, de Sandrine Robert (2022) – arqueogeógrafa e professora da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) –, destaca-se como contribuição fundamental. A autora mobiliza a arqueogeografia para desvendar os “fios invisíveis” que conectam passado e presente na conformação territorial. Robert rejeita a noção de paisagem como mero cenário, interpretando-a como artefato histórico vivo, marcado por traçados persistentes, formas reconfiguradas e marcas transgeracionais. Ao integrar arqueologia, história e morfologia espacial, a obra oferece um modelo analítico para decifrar continuidades resistentes, mesmo em contextos de mudança radical.

Organizado em três partes, o livro constrói um arcabouço teórico-metodológico robusto para compreender paisagens como sistemas dinâmicos, historicamente situados e estruturalmente complexos, apresentando análises progressivas e articuladas. A premissa central é que a paisagem não é um simples conjunto de elementos visuais, mas um registro histórico ativo em que múltiplas temporalidades se entrelaçam. Esse ponto de vista exige interdisciplinaridade, sustentada pelo diálogo com arqueologia, geografia histórica, ecologia e teoria dos sistemas, campos que fornecem as lentes conceituais para sua investigação.

Na primeira parte do livro, *Landscape: Continuity and Transformation*, Robert estabelece as bases epistemológicas da obra. Propõe que a paisagem seja compreendida como registro material de processos sociais acumulados, no qual formas espaciais, como traçados urbanos, redes viárias e divisões agrárias, atuam como testemunhos de dinâmicas históricas. Dois conceitos estruturam esta seção: a “persistência morfológica”, entendida como a capacidade de determinadas estruturas espaciais resistirem a transformações funcionais e se manterem como verdadeiros fósseis territoriais; e o “palimpsesto dinâmico”, que ultrapassa a noção de simples sobreposição de camadas históricas para evidenciar os mecanismos seletivos de reativação do passado, isto é, como certas formas são reapropriadas, ressignificadas e reincorporadas no presente.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGap/UFRB) E-mail: leonardolucassilva@aluno.ufrb.edu.br.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-5728-3254>.

**Doutor em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe (Proarq/UFS) E-mail: luizpachecoq@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3701-1489>.

A originalidade dessa abordagem torna-se evidente quando Robert problematiza o tempo linear, preferindo o conceito de “temporalidades reversíveis”, que permite averiguar como práticas espaciais do passado podem ser ressignificadas no presente, criando descontinuidades nas narrativas históricas tradicionais. Essa perspectiva é ilustrada com estudos de caso concretos, como os *cheminements* franceses, antigos caminhos e trajetos de circulação (muitas vezes medievais) que persistem como estruturas ativas no ordenamento territorial contemporâneo. Mesmo quando não mais utilizados na forma original, esses traçados mantêm sua função organizadora no espaço, funcionando como exemplos de resiliência morfológica.

A força teórica da primeira parte do livro reside na articulação de conceitos abstratos a evidências empíricas robustas. Robert não se limita a constatar continuidades espaciais, ela ressalta que a tarefa investigativa requer revelar os mecanismos sociais e ecológicos que explicam a persistência de certos elementos em face da transformação de outros. Essa fundamentação prepara o terreno para as partes subsequentes, nas quais a autora aplica o arcabouço conceitual a estudos de caso específicos e reflete sobre suas implicações para o estudo de paisagens em contextos de mudança acelerada.

A segunda parte, *Resilience: A Tool for Understanding the Dialectics of Persistence and Change*, desloca o foco: da caracterização morfológica para a resiliência como instrumento teórico-metodológico. Robert apropria-se criticamente de constructos como “panarquia” e “ciclos adaptativos”, evidenciando sua potência investigativa para analisar oscilações entre estabilidade, ruptura e reorganização em sistemas socioecológicos. Os ciclos adaptativos, segundo ela, descrevem a dinâmica dos sistemas ao longo de quatro fases – exploração, conservação, colapso e reorganização –, possibilitando compreender como formas paisagísticas passam por fases de uso intenso, estabilização, abandono e eventual ressignificação. Já o conceito de “panarquia” amplia esse modelo, articulando múltiplas escalas de análise: processos locais, regionais e globais interagem entre si, fazendo com que transformações em um nível influenciem os demais. Ao aplicar essa perspectiva à leitura das paisagens, Robert propõe uma visão não linear da permanência, na qual a persistência se dá não por imobilidade, mas pela capacidade de reorganizar-se diante de mudanças – uma resiliência que se reinventa. Esse arcabouço integrado supera dicotomias simplistas, explicando a coevolução de elementos humanos e naturais sem cair em determinismos ecológicos ou teleologias históricas. Assim, a autora transforma um conceito técnico em instrumento analítico sofisticado, capaz de revelar padrões espaciais em escalas temporais extensas.

Na última parte, *Synthesis: Landscape as a Resilient Social Ecological System*, Robert integra teoria e evidências empíricas em um modelo interpretativo coerente. Postula que as paisagens constituem sistemas adaptativos complexos, caracterizados por propriedades emergentes, processos de autoorganização e regimes temporais múltiplos. Essa concepção permite elucidar fenômenos paradoxais, como a persistência de formas urbanas ou redes de circulação mesmo após o colapso das estruturas sociais que as originaram – evidência de lógicas espaciais resilientes, capazes de transcender contextos históricos específicos.

A autora também estabelece um fecundo diálogo com a obra de Gérard Chouquer, referência central na arqueogeografia francesa, cujos estudos sobre parcelamentos, redes viárias e formas fundiárias contribuíram decisivamente para a compreensão das permanências e transformações da paisagem. Inserida nesse marco teórico, Robert mobiliza os conceitos de “morfofostase” e “transformação” para qualificar distintos regimes de persistência morfológica. A morfofostase refere-se à estabilidade estrutural de determinadas formas espaciais, como traçados de caminhos ou malhas de lotes, que se

mantêm reconhecíveis ao longo do tempo, mesmo diante de alterações funcionais ou sociais. Já a transformissão, conceito cunhado por Chouquer (2000 *apud* Robert, 2022), expressa uma forma de continuidade ativa, em que a transmissão de formas se dá por meio da transformação: em lugar da repetição literal, ocorrem adaptações e reconfigurações de elementos herdados, conferindo durabilidade às estruturas sem lhes negar o caráter histórico. Tais categorias integram-se ao aparato conceitual de Robert ao articular resiliência e forma, permitindo compreender as paisagens como sistemas modelados por temporalidades descontínuas e pela constante tensão entre conservação e mudança.

Robert não se limita à elaboração teórica: propõe diretrizes metodológicas concretas, ressaltando como a noção de resiliência pode orientar tanto a análise territorial quanto sua representação cartográfica. Essa articulação entre teoria, evidências empíricas e técnicas de representação constitui uma das contribuições mais relevantes da obra, oferecendo um marco analítico promissor para investigações futuras em arqueogeografia e estudos da paisagem.

O tratamento conferido ao conceito de resiliência merece destaque. Robert ultrapassa as apropriações convencionais do termo, frequentemente reduzidas a uma retórica de adaptação ou resistência passiva. A resiliência emerge aqui como categoria analítica multidimensional, apta a explicar a persistência de estruturas espaciais e os processos de reorganização que lhes conferem novos sentidos ao longo do tempo.

Metodologicamente, a obra distingue-se pela abordagem transdisciplinar, ao combinar de forma produtiva análise morfológica, cartografia histórica e teoria dos sistemas. Para Robert, a constatação de formas espaciais persistentes – etapa fundamental, mas insuficiente – deve ser acompanhada por investigações que considerem os diferentes ritmos e camadas temporais que coexistem em uma mesma configuração territorial. Essa perspectiva analítica, sensível às permanências e às reconfigurações, é particularmente significativa para a arqueologia da paisagem e os estudos urbanos, ao oferecer um modelo capaz de articular múltiplas escalas temporais sem hierarquizá-las.

A perspectiva teórica desenvolvida no livro tem implicações significativas para o estudo de paisagens em contextos contemporâneos. Ao ressaltar como estruturas espaciais do passado continuam a informar dinâmicas presentes, Robert oferece subsídios relevantes para o planejamento territorial e a gestão do patrimônio cultural. Sua abordagem sugere que políticas de intervenção no território devem considerar as condições atuais, bem como as trajetórias históricas profundas que configuram as paisagens.

O potencial de aplicação do referencial de Robert no Brasil é vasto, abrangendo desde pesquisas acadêmicas em geografia histórica e arqueologia da paisagem até o planejamento territorial e urbano. A abordagem sistêmica das dinâmicas espaciais, que articula escalas temporais diversas sem hierarquizá-las, poderia oferecer novos pontos de vista para enfrentar os complexos desafios da gestão do território em contextos marcados por profundas desigualdades socioespaciais de origem colonial.

No contexto brasileiro, em que a ocupação do território foi profundamente modelada por lógicas coloniais, a proposta de Robert permitiria analisar de forma inovadora como antigas estruturas espaciais, como traçados urbanos regulares, redes de caminhos coloniais e sistemas de divisão fundiária, continuam a informar as dinâmicas contemporâneas de uso e apropriação do território. Essa perspectiva seria valiosa para compreender como essas formas herdadas não constituem meros vestígios do passado, mas elementos ativos que condicionam possibilidades de ação no presente, muitas vezes reproduzindo desigualdades espaciais de longa duração.

A aplicação desse referencial poderia, por exemplo, iluminar como antigas rotas de tropeiros ainda influenciam padrões de mobilidade e ocupação em regiões interioranas,

ou como os parcelamentos originários das sesmarias estruturam conflitos fundiários em áreas rurais. Nas cidades históricas, permitiria ler as sobreposições temporais que caracterizam seus tecidos urbanos, revelando como formas arquitetônicas e urbanísticas de diferentes períodos coexistem e se reinterpretam mutuamente.

Tais possibilidades em estudos sobre o espaço urbano no Brasil guardam estreita afinidade com investigações realizadas por Robert e seus predecessores europeus na arqueogeografia. Por exemplo, ao analisar a formação de traçados urbanos inspirados em modelos de cidade do absolutismo europeu, é possível aplicar o conceito de transformissão para compreender como essas formas espaciais – originalmente projetadas para cumprir funções específicas – não apenas se mantêm ao longo do tempo, mas também são ressignificadas pelos grupos subalternizados. Desse modo, as ações desses agentes imprimem novos sentidos simbólicos aos traçados herdados, configurando paisagens que mesclam permanência e inovação.

Ainda não traduzido para o português, o livro de Robert apresenta contribuição fundamental para os estudos acadêmicos no Brasil, especialmente em pesquisas sobre paisagem, território e processos de longa duração. O quadro teórico desenvolvido pela autora oferece instrumentos analíticos pertinentes para investigar as dinâmicas de permanência e transformação que caracterizam as paisagens brasileiras, marcadas por profundos processos coloniais cujas estruturas espaciais persistem e se reinterpretam até o presente.

A ausência de tradução para o português limita o diálogo entre o trabalho de Robert e a produção acadêmica brasileira, em que seus conceitos poderiam fertilizar debates sobre colonialidade do espaço, justiça territorial e gestão do patrimônio cultural. Uma futura tradução seria estratégica não apenas para ampliar o acesso a suas contribuições teóricas, mas também para instrumentalizar novas abordagens em pesquisas aplicadas ao contexto nacional.

O percurso teórico-metodológico do livro de Robert constitui contribuição seminal para os estudos da paisagem na atualidade. A relevância de sua abordagem sistêmica, que articula conceitos da arqueogeografia, da ecologia teórica e da geografia histórica, está em reposicionar a resiliência como eixo analítico central, oferecendo um modelo interpretativo sofisticado para compreender as dinâmicas de permanência e transformação que configuram os territórios em escalas temporais extensas.

A principal inovação da obra está na forma como Robert rompe com dicotomias tradicionais – como natureza/cultura, passado/presente e continuidade/mudança – ao propor uma visão integrada da paisagem como sistema socioecológico complexo. A autora evidencia, com clareza analítica, que formas espaciais aparentemente estáticas, como traçados viários ou divisões fundiárias, são expressões concretas de processos sociais e ecológicos em interação constante. Essa perspectiva supera leituras simplistas que opõem permanência e transformação, revelando os mecanismos dialéticos que explicam sua coexistência e destacando como estruturas espaciais herdadas são reinterpretadas dinamicamente em diferentes contextos temporais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ROBERT, Sandrine. *Resilience: Persistence and Change in Landscape Forms*. London (UK): Wiley-ISTE, 2022. 288 p.